



Linda Bimbi

Nasceu em Lucca, na região da Toscana – Itália e graduou-se em Glotologia pela Universidade de Pisa. Morou vários anos no Brasil, trabalhando como educadora,

sempre em favor das populações marginalizadas. Ensinou linguagem popular na Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte. Desta experiência nasceu uma comunidade leiga internacional que opera, ainda hoje, na mesma direção. Em função das suas escolhas e da repressão da ditadura militar, retornou à Itália. Em 1973 começou a trabalhar com Lelio Basso, na preparação do Tribunal Russell II, com participação efetiva nas suas três sessões. Sucessivamente, como secretária geral da Fundação Internacional Lelio Basso pelo Direito e Libertação dos Povos, trabalhou com Lelio Basso e depois, juntamente com Gianni Tognoni, nas Sessões do Tribunal Permanente dos Povos, de 1979 até hoje. Linda Bimbi é responsável pela Seção Internacional da Fundação Lelio e Lisli Basso e pela sua escola de jornalismo.



Salvatore Senese

Nasceu em Tarsia, Itália, em 1935. Jurista e Magistrado. Foi Secretário Nacional de Magistratura Democrática. Deputado da República Italiana na XI legislatura e senador nas legislaturas

XII e XIII. Membro de várias comissões parlamentares. Foi Presidente da Fundação Internacional Lelio Basso para os Direitos e a Libertação dos Povos e do Tribunal Permanente dos Povos. Foi Presidente da Associação pela história e as memórias da República. Se ocupa de política da justiça. Durante a primeira sessão do Tribunal Russell II, realizada em Roma em 1974, apresentou um relatório sobre a Ditadura Militar no Brasil: aspectos institucionais. Continua um ativo colaborador da Fundação Lelio e Lisli Basso.

Este volume faz parte de uma coleção de quatro livros, originalmente publicados na Itália na década de 1970, contendo as atas das três sessões do Tribunal Russell II, realizadas em Roma e Bruxelas e dedicadas às graves violações dos direitos humanos no Brasil, no Chile, na Bolívia e no Uruguai e às multinacionais na América Latina durante a época sombria da contrarrevolução. Os livros são compostos pelos testemunhos impactantes e chocantes das vítimas e de seus familiares e pelas análises, impressionantes pela qualidade e atualidade, de ilustres personalidades europeias e latino-americanas: juristas, sociólogos, antropólogos, cientistas políticos, teólogos.

O riquíssimo material documental fala muito alto e claro e interdita qualquer tentativa de revisionismo. Sua publicação é de grande relevância no contexto da Justiça de Transição na América Latina. Através do resgate da memória histórica dessa época esperamos assim contribuir para que ela se torne uma página virada na nossa história, um alerta para que não se repita nunca mais, e um incentivo para valorizar e fortalecer a democracia tão preciosa e tão frágil na qual temos o privilégio de viver, graças ao sacrifício dos que lutaram contra a ditadura.

O volume sobre a Contrarrevolução na América Latina contém alguns dos documentos da terceira sessão do Tribunal Russell II realizada em Roma, de 10 a 17 de janeiro de 1976, que debateu e julgou o papel determinante exercido pelo imperialismo norte-americano no apoio às ditaduras no continente e influência por ele exercida sobre a cultura, os sindicatos e as igrejas na articulação e sustentação dos golpes civis-militares.

Esta é uma produção independente, financiada pelo Projeto Marcas da Memória da Comissão de Anistia, por essa razão, as opiniões e dados nela expressos não traduzem opiniões ou políticas do Ministério da Justiça e do Governo Federal, salvo quando expresso o contrário

ISBN: 978-85-237-0896-2



REALIZAÇÃO



Universidade Federal da Paraíba



Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos



PPGDH-UFPB



MEMORIAL DA ANISTIA

Projeto Marcas da Memória

Comissão de Anistia

Ministério da Justiça

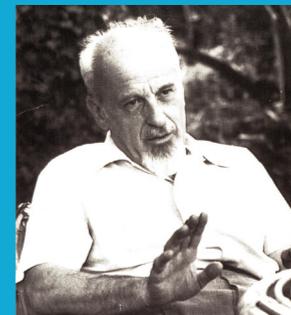


GOVERNO FEDERAL BRASIL PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

Subversão militar e instrumentalização dos sindicatos, da cultura, das igrejas - Tribunal Russell II

CONTRARREVOLUÇÃO NA AMÉRICA LATINA

Subversão militar e instrumentalização dos sindicatos, da cultura, das igrejas - Tribunal Russell II



Lelio Basso (Varazze, 1903 - Roma, 1978).

Nasceu na Itália, numa família da burguesia liberal da região da Ligúria e, em 1916, se transferiu para Milão. Desde os anos vinte, foi ativo no movimento antifascista, motivo pelo qual foi preso e destinado ao confinamento. Foi um dos dirigentes da insurreição de Milão de 25 de abril de 1945, que pôs fim à II Guerra Mundial na Itália. Foi deputado constituinte desenvolvendo um papel de primeiro plano na elaboração da Constituição republicana de 1948. Secretário do Partido Socialista Italiano (PSI) em 1947, foi marginalizado pelas suas posturas antisstalinistas e voltou a assumir um papel relevante no partido após 1956, papel que manteve até a sua definitiva ruptura com o PSI pela sua oposição à aliança do PSI com a Democracia Cristã, nos anos 60. Estudioso e intérprete de Marx e de Rosa Luxemburgo, fundador de revistas italianas e internacionais, advogado de fama europeia, foi membro do Tribunal Russell para o Vietnã. Em 1969, criou o Istituto per lo Studio della Società Contemporanea - ISSOCO (desde 1973 Fondazione Lelio Basso) e nos anos setenta promoveu o segundo Tribunal Russell, desta vez para julgar os crimes das ditaduras na América Latina. Fundou a Liga e a Fundação Internacional para os Direitos e a Libertação dos Povos. Foi sempre reeleito ao parlamento italiano, antes nas fileiras do PSI e depois como deputado independente de esquerda. Foi o inspirador da Declaração Universal dos Direitos dos Povos (Argélia, 1976).



CONTRARREVOLUÇÃO NA AMÉRICA LATINA

Subversão militar e instrumentalização dos sindicatos, da cultura, das igrejas - Tribunal Russell II

REALIZAÇÃO



Universidade Federal
da Paraíba



Núcleo de Cidadania e
Direitos Humanos



MEMORIAL DA ANISTIA

Projeto
Marcas da Memória

Comissão de
Anistia

Ministério da
Justiça



Presidenta da República
DILMA VANA ROUSSEFF

Ministro da Justiça
JOSÉ EDUARDO CARDOZO

Secretário-Executivo
MARIVALDO DE CASTRO PEREIRA

Presidente da Comissão de Anistia
PAULO ABRÃO

Vice-presidentes da Comissão de Anistia
SUELI APARECIDA BELLATO
JOSÉ CARLOS MOREIRA DA SILVA FILHO

Conselheiros da Comissão de Anistia
ALINE SUELI DE SALLES SANTOS
ANA MARIA GUEDES
ANA MARIA LIMA DE OLIVEIRA
CAROLINA DE CAMPOS MELO
CAROL PRONER
CRISTIANO OTÁVIO PAIXÃO ARAÚJO PINTO
ENEÁ DE STUTZ E ALMEIDA
HENRIQUE DE ALMEIDA CARDOSO
JUVELINO JOSÉ STROZAKE
LUCIANA SILVA GARCIA
MANOEL SEVERINO MORAES DE ALMEIDA
MÁRCIA ELAYNE BERBICH DE MORAES
MARINA SILVA STEINBRUCH
MÁRIO MIRANDA DE ALBUQUERQUE
MARLON ALBERTO WEICHERT
NARCISO FERNANDES BARBOSA
NILMÁRIO MIRANDA
PRUDENTE JOSÉ SILVEIRA MELLO
RITA MARIA DE MIRANDA SIPAHI
ROBERTA CAMINEIRO BAGGIO
RODRIGO GONÇALVES DOS SANTOS
VANDA DAVI FERNANDES DE OLIVEIRA
VIRGINIUS JOSÉ LIANZA DA FRANCA

Diretora da Comissão de Anistia
AMARÍLIS BUSCH TAVARES

Chefe de Gabinete
LARISSA NACIF FONSECA

Coordenadora Geral do Memorial da
Anistia Política do Brasil
ROSANE CAVALHEIRO CRUZ

Coordenador de Projetos e Políticas de
Reparação e Memória Histórica
EDUARDO HENRIQUE FALCÃO PIRES

Coordenador de Articulação Social,
Ações Educativas e Museologia
BRUNO SCALCO FRANKE

Coordenadora do Centro de
Documentação e Pesquisa
ELISABETÉ FERRAREZI

Coordenador Geral de Gestão Processual
MULLER LUIZ BORGES

Coordenadora de Controle Processual,
Julgamento e Finalização
NATÁLIA COSTA

Coordenador de Pré-análise
RODRIGO LENTZ

Coordenadora de Análise e Informação Processual
JOICY HONORATO DE SOUZA



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Reitora

MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ

Vice-Reitor

EDUARDO RAMALHO RABENHORST

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Diretora

MÔNICA NÓBREGA

Vice-Diretor

RODRIGO FREIRE

NÚCLEO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

Coordenadora

LÚCIA DE FÁTIMA GUERRA FERREIRA

Vice-Coordenadora

MARIA DE NAZARÉ TAVARES ZENAIDE

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E POLÍTICAS PÚBLICAS**

Coordenadora

ADELAIDE ALVES DIAS

Vice-Coordenador

ELIO CHAVES FLORES



EDITORIA DA UFPB

Diretora

IZABEL FRANÇA DE LIMA

Supervisão de Editoração

ALMIR CORREIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR

Supervisão de Produção

JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS FILHO

Conselho Editorial

do NCDH-PPGDH

Adelaide Alves Dias | Educação

Élio Chaves Flores | História

Fredys Orlando Sorto | Direito

Giuseppe Tosi | Filosofia

Lúcia de Fátima Guerra Ferreira | História

Lúcia Lemos Dias | Serviço Social

Marconi José Pimentel Pequeno | Filosofia

Maria de Fátima Ferreira Rodrigues | Geografia

Maria Elizete Guimarães Carvalho | Educação

Maria de Nazaré T. Zenaide | Educação

Rosa Maria Godoy Silveira | História

Rubens Pinto Lyra | Ciência Política

Silvana de Souza Nascimento | Antropologia

Sven Peterke | Direito

Projeto de Digitalização e Pesquisa: Tribunal Russell II
Coordenação:

Elena Paciotti (Fondazione Basso)

Germana Capellini (Fondazione Basso)

Giuseppe Tosi (UFPB)

Lúcia de Fátima Guerra Ferreira (UFPB)

Marcelo Torelly (Comissão de Anistia)

Paulo Abrão (Comissão de Anistia)

Equipe:

Amarilis Busch Tavares (Comissão de Anistia)

Rosane Cavalheiro Cruz (Comissão de Anistia)

Jeny Kim Batista (Comissão de Anistia)

Paula Regina Montenegro Generino Andrade (Comissão de Anistia)

Arlene Xavier Santos Costa (UFPB)

Fernando de Souza Barbosa Júnior (UFPB)

Simona Luciani (Fondazione Basso)

CONTRARREVOLUÇÃO NA AMÉRICA LATINA

*Subversão militar e instrumentalização dos
sindicatos, da cultura, das igrejas - Tribunal Russell II*

Reedição do original em italiano de 1976,
organizado por Giuseppe Tosi e Lúcia de Fátima Guerra Ferreira

Editora da UFPB
João Pessoa
2014

© **Copyright da primeira edição:** La Pietra, Milano – Itália, 1976

© **Copyright:** MJ-UFPB, 2014.

Efetuada o Depósito Legal na Biblioteca Nacional, conforme a Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

A reprodução do todo ou parte deste documento é permitida somente com a autorização prévia e oficial do MJ e da UFPB.

Impresso no Brasil. Printed in Brazil.

Projeto Gráfico	EDITORA DA UFPB
Editoração Eletrônica	Emmanuel Luna
Tradução do Italiano	Fernando de Souza Barbosa Júnior
Revisão da Tradução	Irene Bassanezi Tosi e Giuseppe Tosi
Design de Capa	Emmanuel Luna
Capa	Foto do Tribunal Russell II - Lelio Basso com François Rigaux e Albert Soboul Arquivo Histórico da Fundação Lelio e Lisli Basso / Instituto para o Estudo da Sociedade Contemporânea (ISSOCO) Disponível em: < http://www.internazionaleleliobasso.it/ >

Esta publicação é resultado de iniciativa fomentada com verbas do projeto Marcas da Memória da Comissão de Anistia. Por essa razão, as opiniões e dados contidos na publicação são de responsabilidade de seus organizadores e autores, e não traduzem opiniões do Governo Federal, exceto quando expresso em contrário.

As citações e referências desta tradução não seguiram a ABNT, mantendo-se o estilo original.

Catálogo na fonte:

Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba

C764 Contrarrevolução na América Latina: subversão militar e instrumentalização dos sindicatos, da cultura, das igrejas - Tribunal Russell II / Giuseppe Tosi, Lúcia de Fátima Guerra Ferreira, organizadores.- João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.
192p.
ISBN: 978-85-237-0896-2

1. Contrarrevolução - América Latina. 2. Subversão militar. 3. Sindicalismo. 4. Imperialismo cultural. Igrejas - penetração imperialista. I. Tosi, Giuseppe. II. Ferreira, Lúcia de Fátima Guerra.

CDU: 323.273(8=6)

EDITORA DA UFPB Cidade Universitária, Campus I – s/n
João Pessoa – PB
CEP 58.051-970
editora.ufpb.br
editora@ufpb.edu.br
Fone: (83) 3216.7147

Tiragem: 3000 exemplares

APRESENTAÇÃO DA COMISSÃO DE ANISTIA

A Comissão de Anistia é um órgão do Estado brasileiro ligado ao Ministério da Justiça e composto por 26 conselheiros, em sua maioria, agentes da sociedade civil ou professores universitários, sendo um deles indicado pelas vítimas e outro pelo Ministério da Defesa. Criada em 2001, há treze anos, com o objetivo de reparar moral e economicamente as vítimas de atos de exceção, arbítrio e violações aos direitos humanos cometidas entre 1946 e 1988, a Comissão hoje conta com mais de 70 mil pedidos de anistia protocolados. Até o ano de 2012 havia declarado mais de 35 mil pessoas “anistiadas políticas”, promovendo o pedido oficial de desculpas do Estado pelas violações praticadas. Em aproximadamente 15 mil destes casos, a Comissão igualmente reconheceu o direito à reparação econômica. O acervo da Comissão de Anistia é o mais completo fundo documental sobre a ditadura brasileira (1964-1985), conjugando documentos oficiais com inúmeros depoimentos e acervos agregados pelas vítimas. Esse acervo será disponibilizado ao público por meio do Memorial da Anistia Política do Brasil, sítio de memória e homenagem às vítimas, em construção na cidade de Belo Horizonte. Desde 2008, a Comissão passou a promover diversos projetos de educação, cidadania e memória, levando, por meio das Caravanas de Anistia, as sessões de apreciação dos pedidos aos locais onde ocorreram as violações, que já superaram 70 edições; divulgando chamadas públicas para financiamento a iniciativas sociais de memória, como a que presentemente contempla este projeto; e fomentando a cooperação internacional para o intercâmbio de práticas e conhecimentos, com ênfase nos países do Hemisfério Sul.

COMISSÃO DE ANISTIA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

COMPOSIÇÃO ATUAL

PRESIDENTE:

Paulo Abrão

Paulo Abrão é Secretário Nacional de Justiça do Brasil. Presidente do Comitê Nacional para Refugiados, do Comitê Nacional para o Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça que promove processos de reparação e memória para as vítimas da ditadura militar de 1964-1985. Diretor do Programa de Cooperação Internacional para o desenvolvimento da Justiça de Transição no Brasil com o PNUD. Integrou o Grupo de Trabalho que elaborou a Lei que instituiu a Comissão Nacional da Verdade no Brasil. Juiz integrante do Tribunal Internacional para a Justiça Restaurativa em El Salvador. Membro diretor da Coalização Internacional de Sítio de Consciência e presidente do Grupo de Peritos contra a Lavagem de Dinheiro da Organização dos Estados Americanos. Atualmente coordena o comitê de implantação do Memorial da Anistia Política no Brasil. Possui doutorado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e é professor do Curso de Mestrado e Doutorado em Direito da Universidade Pablo de Olavide (Espanha). Possui publicações publicadas em revistas e obras em língua portuguesa, inglesa, alemã, italiana e espanhol.

VICE-PRESIDENTES:

Sueli Aparecida Bellato

Conselheira desde 06 de março de 2003. Nascida em São Paulo/SP, em 1º de julho de 1953. Religiosa da Congregação de Nossa Senhora - Cônegas de Santo Agostinho, Advogada do Centro de Direitos Humanos de São Miguel Paulista - São Paulo, do Centro de Orientação de Direitos Humanos de Guarabira-Paraíba, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pilões e Borborema - Paraíba, advogada do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, Rio Grande do Sul. Membro e coordenadora da Associação Nacional de Advogados Populares - ANAP. Advogada do Departamento de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores, da Secretaria-executiva do Fórum Nacional contra Violência no Campo. Assessora da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão/MPF. Assessora da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e assessora parlamentar dos Senadores Tião Viana e Siba Machado. Assistente de Acusação do Processo contra os acusados do assassinato do ambientalista e sindicalista Chico Mendes, João Canuto e Expedito Ribeiro. Membro da Comissão Brasileira Justiça e Paz e Rede Social de Direitos Humanos. Compôs a Coordenação do Grupo de Trabalho Araguaia - GTA. Membro do Tribunal Internacional de Justiça Restaurativa de El Salvador. É Mestranda do Programa de Pós-graduação de Direitos Humanos da UNB.

José Carlos Moreira da Silva Filho

Conselheiro desde 25 de maio de 2007. Nascido em São Paulo/SP, em 18 de dezembro de 1971, é graduado em Direito pela Universidade de Brasília, mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina e doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Atualmente é professor da Faculdade de Direito e do Programa de Pós-graduação em Ciências Criminais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

CONSELHEIROS:

Aline Sueli de Salles Santos

Conselheira desde 26 de fevereiro de 2008. Nascida em Caçapava/SP, em 04 de fevereiro de 1975, é graduada em Direito pela Universidade de São Paulo, mestre em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos e doutoranda em Direito pela Universidade de Brasília. É professora da Universidade Federal do Tocantins/TO.

Ana Maria Guedes

Conselheira desde 04 de fevereiro de 2009. Nascida em Recife/PE, em 19 de abril de 1947, é graduada em Serviço Social pela Universidade Católica de Salvador. Atualmente é membro do Grupo Tortura Nunca Mais da Bahia e integrante da comissão organizadora do Memorial da Resistência Carlos Mariguella, Salvador/BA.

Ana Maria Lima de Oliveira

Conselheira desde 26 de abril de 2004. Nascida em Irituia/PA, em 06 de dezembro de 1955, é Procuradora Federal do quadro da Advocacia-Geral da União desde 1987 e graduada em Direito pela Universidade Federal do Pará.

Carolina de Campos Melo

Conselheira desde 02 de fevereiro de 2012. Nascida na cidade do Rio de Janeiro, em 22 de janeiro de 1976, é graduada e mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e doutora em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). É Advogada da União desde setembro de 2003. É também Professora do Departamento de Direito da PUC-Rio e Coordenadora Acadêmica do Núcleo de Direitos Humanos. Atualmente é assessora na Comissão Nacional da Verdade.

Carol Proner

Conselheira desde 14 de setembro de 2012, nascida em 14 de julho de 1974 em Curitiba/PR. Advogada, doutora em Direito Internacional pela Universidade Pablo de Olavide de Sevilha (Espanha), Professora de Direito Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Co-Diretora do Programa Máster-Doutorado Oficial da União Europeia, Derechos Humanos, Interculturalidad y Desarrollo - Universidade Pablo de Olavide/Univesidad Internacional da Andaluzia. Concluiu estudos de Pós-Doutorado na École de Hautes Etudes de Paris (França). É autora de artigos e livros sobre direitos humanos e justiça de transição.

Cristiano Paixão

Conselheiro desde 1º de fevereiro de 2012. Nascido na cidade de Brasília, em 19 de novembro de 1968, é mestre em Teoria e Filosofia do Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), doutor em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e fez estágio pós-doutoral em História Moderna na Scuola Normal e Superiore di Pisa (Itália). É Procurador Regional do Trabalho em Brasília e integra a Comissão da Verdade Anísio Teixeira da Universidade de Brasília, onde igualmente é professor da Faculdade de Direito. Foi Professor visitante do Mestrado em Direito Constitucional da Universidade de Sevilha (2010-2011). Co-líder dos Grupos de Pesquisa “Direito e história: políticas de memória e justiça de transição” (UnB, Direito e História) e “Percurso, Narrativas e Fragmentos: História do Direito e do Constitucionalismo” (UFSC-UnB).

Eneá de Stutz e Almeida

Conselheira desde 22 de outubro de 2009. Nascida no Rio de Janeiro/RJ, em 10 de junho de 1965, é graduada e mestre em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. É professora da Universidade de Brasília, onde coordena um Grupo de Pesquisa sobre *Justiça de Transição no Brasil*, e leciona e orienta na graduação e pós-graduação em Direito. Integra ainda a Comissão Anísio Teixeira da Memória e Verdade da UnB.

Henrique de Almeida Cardoso

Conselheiro desde 31 de maio de 2007. Nascido no Rio de Janeiro/RJ, em 23 de março de 1951, é o representante do Ministério da Defesa junto à Comissão de Anistia. Oficial de artilharia do Exército pela Academia Militar de Agulhas Negras (AMAN), é bacharel em Ciências Econômicas e em Ciências Jurídicas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Juvelino José Strozake

Conselheiro desde 25 de maio de 2007. Nascido em Alpestre/RS, em 18 de fevereiro de 1968, é advogado graduado pela Faculdade de Direito de Osasco (FIEO), mestre e doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É membro da Rede Nacional de Advogados Populares (RENAP).

Luciana Silva Garcia

Conselheira desde 25 de maio de 2007. Nascida em Salvador/BA, em 11 de maio de 1977, é graduada em Direito pela Universidade Federal da Bahia, mestre em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Especialista em Direitos Humanos e Processos de Democratização pela Universidade do Chile e Doutoranda em Direito pela Universidade de Brasília. Atualmente é diretora do Departamento de Defesa dos Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Manoel Severino Moraes de Almeida

Conselheiro desde 01 de junho de 2013. Nascido em Recife, em 22 de fevereiro de 1974, é Bacharel em Ciências Sociais (1999) e Mestre em Ciência Política (2004) pela Universidade Federal de Pernambuco. Membro da Comissão da Memória e Verdade Dom Helder Câmara de Pernambuco. Professor de Direitos Humanos e Ciência Política da UNINASSAU. Associado do IDHEC - Instituto Dom Helder Camara; Dignitatis – Assessoria Técnica Popular; Cendhec - Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social e Associação Nacional de Direitos Humanos, Pesquisa e Pós- Graduação - ANDHEP; IDEJUST - Grupo de Estudos sobre Internacionalização do Direito e Justiça de Transição. Ex-Conselheiro do Conselho Nacional de Segurança Pública – Ministério da Justiça (CONASP - 2010/2011) e colaborador do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana-CDDPH; Signatário do PNDH-3. Colaborador da rede de defensores e defensoras de direitos humanos das Américas mediado pela Anistia Internacional (RED DE DEFENSORES Y DEFENSORAS DE DERECHOS HUMANOS DE LAS AMÉRICAS).

Márcia Elayne Berbich de Moraes

Conselheira desde 23 de julho de 2008. Nascida em Cianorte/PR, em 17 de novembro de 1972, é advogada graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). É especialista, mestre e doutora em Ciências Criminais, todos pela mesma instituição. Foi integrante do Conselho Penitenciário do Estado do Rio Grande do Sul entre 2002 e 2011 e ex-professora da Faculdade de Direito de Porto Alegre (FADIPA). Atualmente é professora de Direito Penal do IBMECRJ.

Marina da Silva Steinbruch

Conselheira desde 25 de maio de 2007. Nascida em Guaíra/SP, em 12 de abril de 1954, é graduada em Direito pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo/SP. Atuou como defensora pública da União por 22 anos. É funcionária pública desde 1973.

Mário Albuquerque

Conselheiro desde 22 de outubro de 2009. Nascido em Fortaleza/CE, em 21 de novembro de 1948. É membro da Associação Anistia 64/68. Atualmente preside a Comissão Especial de Anistia Wanda Sidou do Estado do Ceará.

Marlon Alberto Weichert

Conselheiro desde 13 de maio de 2013. Procurador Regional da República, atuando há mais de dez anos com o tema da Justiça de Transição, especialmente responsabilização criminal e civil de perpetradores de graves violações aos direitos humanos, acesso à informação e à verdade, implantação de espaços de memória e reparações imateriais. Perito em justiça de transição indicado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA. Coordenador do Grupo de Trabalho Memória e Verdade da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. Coordenador do projeto Brasil Nunca Mais Digital. Mestre em Direito do Estado pela PUC/SP e graduado em Direito pela Universidade Federal Fluminense. Especialista em Direito Sanitário pela Universidade de Brasília – UnB.

Narciso Patriota Fernandes Barbosa

Conselheiro desde 25 de maio de 2007. Nascido em Maceió/AL, em 15 de setembro de 1970, é graduado em Direito pela Universidade Federal de Alagoas e possui especialização em Direitos Humanos pela Universidade Federal da Paraíba. É advogado militante nas áreas de direitos humanos e de segurança pública.

Nilmário Miranda

Conselheiro desde 1º de fevereiro de 2012. Nascido em Belo Horizonte/ MG, em 11 de agosto de 1947, é Jornalista e mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Foi deputado estadual, deputado federal e ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH – 2003/2005). Quando deputado federal presidiu a Comissão Externa para Mortos e Desaparecidos Políticos. Foi autor do projeto que criou a Comissão de Direitos Humanos na Câmara, que presidiu em 1995 e 1999. Representou por 07 (sete) anos a Câmara dos Deputados na Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. É membro do Conselho Consultivo do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil, denominado “Memórias Reveladas”. Foi presidente da Fundação Perseu Abramo por 05 (cinco) anos. Atualmente é Deputado Federal por Minas Gerais e, na Câmara dos Deputados, é Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, titular da Comissão de Desenvolvimento Urbano e suplente da Comissão de Legislação Participativa.

Prudente José Silveira Mello

Conselheiro desde 25 de maio de 2007. Nascido em Curitiba/PR, em 13 de abril de 1959, é graduado em Direito pela Universidade Católica do Paraná e doutorando em Direito pela Universidade Pablo de Olavide (Espanha). Advogado trabalhista de entidades sindicais de trabalhadores desde 1984, atualmente leciona nos cursos de pós-graduação em Direitos Humanos e Direito do Trabalho do Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina (CESUSC).

Rita Maria de Miranda Sipahi

Nasceu em Fortaleza/CE, em 1938. Formada pela Faculdade de Direito da Universidade do Recife. Servidora pública aposentada pela Prefeitura do Município de São Paulo. Suas principais atividades profissionais situam-se na área educacional, do Direito e da gestão pública. Militante política a partir dos anos 1960. Participa do Núcleo de Preservação da Memória Política de São Paulo e do Coletivo de Mulheres de São Paulo. Conselheira da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça desde outubro de 2009.

Roberta Camineiro Baggio

Conselheira desde 25 de maio de 2007. Nascida em Santos/SP, em 16 de dezembro de 1977, é graduada em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia, mestre em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos e doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente é professora na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre/RS.

Rodrigo Gonçalves dos Santos

Conselheiro desde 25 de maio de 2007. Nascido em Santa Maria/RS, em 11 de julho de 1975, é advogado, graduado e mestre em Direito Público pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos/UNISINOS. Professor licenciado do Curso de Direito do Centro Universitário Metodista Isabela Hendrix de Belo Horizonte. Consultor da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Vanda Davi Fernandes de Oliveira

Conselheira desde 26 de fevereiro de 2008. Nascida em Estrela do Sul/MG, graduada em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia e doutoranda em Direito Ambiental pela Universidad de Alicante (Espanha). É presidente da ONG Ambiente e Educação Interativa - AMEDI, e membro do CBH Paranaíba.

Virginius José Lianza da Franca

Conselheiro desde 1º de agosto de 2008. Nascido em João Pessoa/PB, em 15 de agosto de 1975, é advogado graduado em Direito pela Universidade Federal da Paraíba, especialista em Direito Empresarial pela mesma instituição. Atualmente é Coordenador-Geral do Conselho Nacional de Refugiados do Ministério da Justiça (CONARE) e Diretor Adjunto do Departamento de Estrangeiros do Ministério da Justiça. Ex-diretor da Escola Superior da Advocacia da Ordem dos Advogados – Seccional Paraíba. Ex-Procurador do Instituto de Terras e Planejamento Agrário (INTERPA) do Estado da Paraíba. Igualmente, foi Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCP).

MARCAS DA MEMÓRIA: um projeto de memória e reparação coletiva para o Brasil

Criada em 2001, por meio de medida provisória, a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça passou a integrar em definitivo a estrutura do Estado brasileiro no ano de 2002, com a aprovação de Lei n.º 10.559, que regulamentou o artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Tendo por objetivo promover a reparação de violações a direitos fundamentais praticadas entre 1946 e 1988, a Comissão configura-se em espaço de reencontro do Brasil com seu passado, subvertendo o senso comum da anistia enquanto esquecimento. A Anistia no Brasil significa, a contrário senso, memória. Em sua atuação, o órgão reuniu milhares de páginas de documentação oficial sobre a repressão no Brasil e, ainda, centenas de depoimentos, escritos e orais, das vítimas de tal repressão. E é deste grande reencontro com a história que surgem não apenas os fundamentos para a reparação às violações como, também, a necessária reflexão sobre a importância da não repetição destes atos de arbítrio.

Se a reparação individual é um meio de buscar reconciliar cidadãos cujos direitos foram violados, que têm então a oportunidade de verem o Estado reconhecer que errou, devolvendo-lhes a cidadania e, se for o caso, reparando-os financeiramente, por sua vez, as reparações coletivas, os projetos de memória e as ações para a não repetição têm o claro objetivo de permitir a toda a sociedade conhecer, compreender e, então, repudiar tais erros. A afronta aos direitos fundamentais de qualquer cidadão singular igualmente ofende a toda a humanidade que temos em comum, e é por isso que tais violações jamais podem ser esquecidas. Esquecer a barbárie equivaleria a nos desumanizarmos.

Partindo destes pressupostos e, ainda, buscando valorizar a luta daqueles que resistiram – por todos os meios que entenderam cabíveis – a Comissão de Anistia passou, a partir de 2008, a realizar sessões de apreciação pública, em todo o território nacional, dos pedidos de anistia que recebe, de modo a tornar o passado recente acessível a todos. São as chamadas “Caravanas da Anistia”. Com isso, transferiu seu trabalho cotidiano das quatro paredes de mármore do Palácio da Justiça para a praça pública, para escolas e universidades, associações profissionais e sindicatos, bem como a todo e qualquer local onde

perseguições ocorreram. Assim, passou a ativamente conscientizar as novas gerações, nascidas na democracia, da importância de hoje vivermos em um regime livre, que deve e precisa ser continuamente aprimorado.

Com a ampliação do acesso público aos trabalhos da Comissão, cresceram exponencialmente o número de relatos de arbitrariedades, prisões, torturas, por outro lado, pôde-se romper o silêncio para ouvir centenas de depoimentos sobre resistência, coragem, bravura e luta. É neste contexto que surge o projeto “Marcas da Memória”, que expande ainda mais a reparação individual em um processo de reflexão e aprendizado coletivo, fomentando iniciativas locais, regionais e nacionais que permitam àqueles que viveram um passado sombrio, ou que a seu estudo se dedicaram, dividir leituras de mundo que permitam a reflexão crítica sobre um tempo que precisa ser lembrado e abordado sob auspícios democráticos.

Para atender estes amplos e inovadores propósitos, as ações do projeto Marcas da Memória estão divididas em quatro campos:

- a) **Audiências Públicas:** atos e eventos para promover processos de escuta pública dos perseguidos políticos sobre o passado e suas relações com o presente.
- b) **História oral:** entrevistas com perseguidos políticos baseadas em critérios teórico-metodológicos próprios da História Oral. Todos os produtos ficam disponíveis no Memorial da Anistia e poderão ser disponibilizadas nas bibliotecas e centros de pesquisa das universidades participantes do projeto para acesso da juventude, sociedade e pesquisadores em geral;
- c) **Chamadas Públicas de fomento a iniciativas da Sociedade Civil:** por meio de Chamadas Públicas, a Comissão seleciona projetos de preservação, de memória, de divulgação e difusão advindos de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos. Os projetos desenvolvidos envolvem documentários, publicações, exposições artísticas e fotográficas, palestras, musicais, restauração de filmes, preservação de acervos, locais de memória, produções teatrais e materiais didáticos.
- d) **Publicações:** coleções de livros de memórias dos perseguidos políticos; dissertações e teses de doutorado sobre o período da ditadura e a anistia no Brasil; reimpressões ou republicações de outras obras e textos históricos e relevantes; registros de anais de diferentes eventos sobre anistia política e justiça de transição. Sem fins comerciais ou lucrativos, todas as publicações são distribuídas gratuitamente, especialmente para escolas e universidades.

O projeto “Marcas da Memória” reúne depoimentos, sistematiza informações e fomenta iniciativas culturais que permitem a toda sociedade conhecer o passado e dele extrair lições para o futuro. Reitera, portanto, a premissa que apenas conhecendo o passado podemos evitar sua repetição no futuro, fazendo da Anistia um caminho para a reflexão crítica e o aprimoramento das instituições democráticas. Mais ainda: o projeto investe em olhares plurais, selecionando iniciativas por meio de edital público, garantindo igual possibilidade de acesso a todos e evitando que uma única visão de mundo imponha-se como hegemônica ante as demais.

Espera-se, com este projeto, permitir que todos conheçam um passado que temos em comum e que os olhares históricos anteriormente reprimidos adquiram espaço junto ao público para que, assim, o respeito ao livre pensamento e o direito à verdade histórica disseminem-se como valores imprescindíveis para um Estado plural e respeitador dos direitos humanos.

Comissão de Anistia do Ministério da Justiça

SUMÁRIO

NOTA À EDIÇÃO BRASILEIRA	17
<i>Giuseppe Tosi</i>	
<i>Lúcia de Fátima Guerra Ferreira</i>	
PREFÁCIO	21
<i>Salvatore Senese</i>	
INTRODUÇÃO	35
<i>Lelio Basso</i>	
A CONTRARREVOLUÇÃO MILITAR NA AMÉRICA LATINA	49
<i>Raul Ampuero</i>	
O EXEMPLO DA ARGENTINA	73
<i>Robert Laffont</i>	
<i>Philippe Meyer</i>	
O SINDICALISMO NORTE-AMERICANO NA AMÉRICA LATINA	101
<i>Ronaldo Radosh</i>	
<i>Fred Hirsch</i>	
O IMPERIALISMO CULTURAL NA ERA DAS MULTINACIONAIS	125
<i>Armand Mattelard</i>	
PENETRAÇÃO IMPERIALISTA NAS IGREJAS LATINO-AMERICANAS	151
POSFÁCIO	189
<i>Linda Bimbi</i>	

NOTA À EDIÇÃO BRASILEIRA

Esta coleção é composta por quatro livros, originalmente publicados na Itália na década de 1970, cujos títulos na edição brasileira são: 1) *Brasil, violação dos direitos humanos*; 2) *Chile, Bolívia, Uruguai: violações dos direitos humanos. Atas da primeira sessão do Tribunal Russell*; 3) *As multinacionais na América Latina*; e 4) *Contrarrevolução na América Latina. Subversão militar e instrumentalização dos sindicatos, da cultura, das igrejas*. O livro referente às multinacionais teve também uma edição na Espanha.

Estas publicações apresentam grande relevância no contexto da justiça de transição na América Latina e, em especial, no Brasil, trazendo informações sobre as perseguições políticas, a partir de depoimentos prestados nas sessões públicas do Tribunal Russell II, realizadas em três momentos: em Roma, de 30 de março a 5 de abril de 1974; em Bruxelas, de 11 a 18 de janeiro de 1975, e de novo em Roma, de 10 a 17 de janeiro de 1976.

Os livros trazem uma parte, talvez a mais relevante, dos documentos que foram recolhidos e produzidos pelo tribunal. Um primeiro conjunto é composto pelas narrativas impactantes e chocantes dos que sofreram na própria pele e presenciaram os sequestros, as prisões, os maltratos físicos e psicológicos, as torturas e os assassinatos; e dos familiares e companheiros de luta e de prisão dos que vivenciaram a experiência terrível e devastadora do “desaparecimento”, talvez o suplício mais cruel e desumano que a ditadura infligiu aos “inimigos internos”.

Além desses depoimentos, se encontra registrada também uma série de análises e de reflexões sobre o contexto jurídico, político, eclesial, social, econômico e cultural elaboradas por estudiosos e militantes europeus e latino-americanos. São testemunhos e análises impressionantes pela sua qualidade e atualidade; mostram como a esquerda latino-americana e europeia daquela época possuía uma compreensão clara e lúcida dos acontecimentos e da conjuntura internacional naquele que foi o período mais obscuro, sombrio e trágico da Guerra Fria.

Este volume, *Contrarrevolução na América Latina. Subversão militar e instrumentalização dos sindicatos, da cultura, das igrejas*, trata do papel determinante e da influência do imperialismo norte-americano na América Latina, em particular na cultura, nos sindicatos e nas igrejas. A edição brasileira conta com um prefácio do eminente jurista italiano Salvatore Senese, presente ao Tribunal Russell II, que atualmente continua prestando sua colaboração à

Fundação Lelio e Lisli Basso; e um posfácio de Linda Bimbi, que foi a grande auxiliar de Lelio Basso na realização do Tribunal e continuou atuando, ininterruptamente, na Fundação, sendo atualmente responsável pela sua Seção Internacional.

A tradução dessas obras e publicação no Brasil só foi possível por meio do projeto “Marcas da Memória”, a partir de Termos de Cooperação da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça com a Fundação Lelio e Lisli Basso - ISSOCO, com sede em Roma-Itália, e com a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), através do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos, com o projeto de Digitalização e Pesquisa: Tribunal Russell II, realizado entre 11 de outubro de 2012 e 11 de outubro de 2013, com algumas metas prorrogadas até dezembro de 2014 (termo aditivo).

No âmbito dessa cooperação multilateral, vale destacar outros produtos obtidos, como a digitalização da documentação do Arquivo Histórico da Fundação Lelio e Lisli Basso referente ao Tribunal Russell II, que representa um acervo de inestimável valor antes praticamente inacessível aos pesquisadores, mas agora disponível no Memorial da Anistia, em Belo Horizonte-MG; a realização de estudos com base nessa documentação por pesquisadores da Fundação e da UFPB, bem como a publicação desses estudos na obra “*Memorie di repressione resistenza e solidarietà in Brasile e in America Latina*”, sob a organização de Giancarlo Monina (Roma: Ediesse, 2013).

Registra-se também o agradecimento e reconhecimento ao trabalho da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, com destaque para o seu presidente Paulo Abrão, que não mediu esforços para oferecer as condições necessárias à realização de um projeto de tão relevante envergadura, contribuindo efetivamente com a promoção do Direito à Memória e à Verdade, no que tange às graves violações de direitos humanos praticadas durante as ditaduras militares na América Latina.

Agradecemos ainda aos vice-presidentes da Comissão de Anistia, Sueli Aparecida Bellato e José Carlos Moreira da Silva Filho que contribuíram em missões de trabalho em Roma, bem como a Marcelo Torelly, à época Coordenador Geral de Memória Histórica, que empreendeu todos os esforços para que o projeto se concretizasse.

Vale ressaltar que a realização do projeto não teria sido possível sem a determinante colaboração da Embaixada do Brasil em Roma, registrando-se especial gratidão ao Embaixador José Viegas, e da Conselheira Gilda Motta Santos Neves.

Um agradecimento especial vai a Alberto Filippi, este ítalo-latino-americano, grande conhecedor e, em muitos casos, protagonista da história, da

cultura e da política latino-americana que, durante o VI Seminário Internacional de Direitos Humanos da UFPB em João Pessoa, em 2010, teve a ideia de aproximar o Brasil da Fundação Basso, pela importância do acervo do Tribunal Russell II; proposta que encontrou o apoio do Dr. Paulo Abrão, da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, e no Seminário seguinte, em 2012, foi selada a parceria tripartite já mencionada.

Por fim, não poderíamos deixar de agradecer à Fundação Lelio e Lisli Basso, que aceitou com entusiasmo esta proposta. O fazemos homenageando, em nome de todos e todas que nela trabalham, as pessoas de Linda Bimbi, Elena Paciotti e Salvatore Senese que participaram ativamente das sessões do Tribunal nos anos setenta e que, durante todos esses anos, souberam manter viva a herança do seu fundador, dando um exemplo vivo de solidariedade internacional na perspectiva do socialismo democrático.

Com estes livros e documentos, colocamos à disposição de todos, sobretudo das novas gerações que não viveram esse período, um riquíssimo material documental que fala muito alto e claro e interdita qualquer tentativa de revisionismo histórico. Acreditamos que, assim como nós, todos os que lerão estas páginas impregnadas de sangue, verão esse período com outros olhares: os dos protagonistas dessa trágica história, militantes e mártires, em sua grande maioria jovens.

Através do resgate da memória histórica dessa época sombria, esperamos contribuir para que ela se torne finalmente uma página virada na história da América Latina, um alerta para que não se repita nunca mais, e um incentivo para valorizar e fortalecer a democracia tão preciosa e tão frágil na qual temos o privilégio de viver, também graças ao sacrifício dos que lutaram contra a ditadura.

João Pessoa, UFPB, 2014
50 anos do golpe civil-militar no Brasil

Giuseppe Tosi e Lúcia de Fátima Guerra Ferreira

PREFÁCIO

1. Premissa

Esta coleção reúne as atas das três sessões do *Tribunal Russell II sobre a América Latina*, realizadas – ao longo de cerca dois anos – em Roma (30 de março a 5 de abril de 1974), em Bruxelas (11 a 18 de janeiro de 1975) e, enfim, de novo em Roma (10 a 17 de janeiro de 1976).

De tais sessões, que tiveram um grande eco na imprensa internacional e entre os estudiosos de direito e política internacional, além dos historiadores, dirigentes e militantes políticos, foram publicadas as sentenças e os relatórios principais, em vários países e idiomas. Mas, esta é a primeira vez que, graças ao compromisso conjunto do Ministério de Justiça brasileiro e da Fundação Basso – são digitalizadas todas as atas das três sessões, conservadas nos arquivos da Fundação, em sua integralidade; dando assim de novo voz às vítimas e às testemunhas da violência institucionalizada praticada a partir de 1964, no Brasil e, sucessivamente, nos dez anos que se seguiram, sobre todos os outros povos do continente latino-americano.

Dessa violência, o *Tribunal Russell II* indagou as formas institucionais comuns aos vários países, a doutrina subjacente a tais formas institucionais, o tipo de Estado a que esta deu lugar, suas origens e suas causas profundas, sua relação com as dinâmicas econômicas e a conjuntura mundial. Mas, este relevante esforço de investigação e compreensão da realidade não foi exercido no olimpo da academia ou das grandes instituições culturais – mesmo sendo o resultado do empenho conjunto de muitos ilustres acadêmicos e prêmios Nobel de várias disciplinas – mas, recolhendo o grito de dor das vítimas e de todos os que lutavam contra àquela violência; e alimentando-se dela. Deste modo, o tribunal contribuiu para inaugurar uma forma, até aquele momento, inédita (ressalva feita pelo precedente do primeiro Tribunal Russell, do qual falaremos em breve) de estratégia para a emancipação humana e de mobilização política e cultural. Uma estratégia que, nas décadas sucessivas, demonstrou suas potencialidades e ganhou rapidamente terreno ultrapassando os esquemas clássicos e consolidados da ação política, até então hegemônicos; a tal ponto que – em ocasião das grandes mobilizações contra as novas guerras de alguns anos atrás – alguém falou da opinião pública como de uma “segunda potência mundial”.

Por essa razão, o *Tribunal Russell II* constitui um evento político, cultural e idealmente fundamental da segunda metade do século passado.

2. O tribunal de opinião como instrumento de luta pela emancipação humana em um mundo globalizado.

Esta afirmação exige um esclarecimento que remete às grandes alterações introduzidas, no estado do mundo e no correspondente universo de valores ético-políticos, a partir do final do segundo conflito mundial. Paul Valéry escrevia, em 1945, que “o mundo a que nós, homens e nações, começamos a pertencer, não é senão a imagem, só aparentemente semelhante ao mundo que nos era familiar. O sistema de causas que determina o destino de cada um de nós tende a estender-se à totalidade do globo, sacudindo-o no seu conjunto a cada laceração; não existem mais problemas circunscritos pelo fato deles acontecerem numa área limitada”. Apenas alguns anos depois, em 1947, uma eminente personalidade política italiana, Vittorio Emanuele Orlando, – colocando-se do ponto de vista do jurista frente às novidades introduzidas na ordem planetária e nas relativas regras –, não hesitava em falar de “revolução mundial”. Hoje, depois de mais de meio século, a intuição contida nesta fórmula se confirma, incontestavelmente, exata no seu núcleo essencial: as mudanças institucionais e culturais trazidas com o fim do segundo conflito mundial incidiram profundamente não apenas no paradigma do direito, mas, também, sobre as estruturas de poder e o imaginário coletivo.

Hoje, com efeito, é afirmação largamente difundida e prestigiada (por exemplo, por Luigi Ferrajoli) que, com a Carta das Nações Unidas, se verificou uma revolução copernicana no ordenamento internacional, uma vez que deste vieram a fazer parte, como *ius cogens*, três valores, entre eles profundamente ligados: a paz, os direitos humanos e a autodeterminação dos povos. Graças a esta revolução, o paradigma do direito internacional (e do direito interno de muitos Estados – hoje, praticamente todos – que subscreveram aquele *pactum associationis*) mudou: a soberana igualdade dos Estados no plano internacional, embora reafirmada pela Carta da ONU, (art. 2º, §1º), não permite mais ao Estado de se comportar, como acontecia no passado, sem qualquer outro limite a não ser aqueles derivados dos pactos que o próprio Estado houvesse assinado. Este já não é mais livre de recorrer à ameaça, ou pior, ao uso da força em relação aos outros Estados; de submeter outros povos à dominação colonial; de instituir um regime racista ou de *apartheid*; de violar os direitos fundamentais da pessoa humana, seja esta um cidadão ou um estrangeiro. Esta revolução teve uma primeira dramática confirmação nos processos de Nuremberg e de Tóquio. Em

particular, os “princípios de Nuremberg” foram “reafirmados” pela Assembleia Geral das Nações Unidas através da Resolução 95-I, de 11 de dezembro de 1946, quase como a confirmar que as regras afirmadas e aplicadas pelo Tribunal de Nuremberg constituíam uma parte integrante da nova ordem internacional. Seguiram-se outros instrumentos internacionais, *de desigual estatuto jurídico*, em um *crescendo* cada vez mais articulado: da Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948, à Resolução da Assembleia Geral da ONU, n. 1514-XV, de 14 de dezembro de 1960, sobre os povos coloniais, aos Pactos sobre os direitos civis e políticos e sobre os direitos econômicos, culturais e sociais de 1966, até a Convenção contra a tortura, assinada em 10 de dezembro de 1984 e a Convenção que aprova o Estatuto que cria a Corte Penal Internacional, assinado em Roma em 17 de julho de 1998. Além disso, é preciso lembrar que alguns dos mais significativos instrumentos citados, todos inspirados nos valores da Carta da ONU, reafirmam seu caráter de “pacto constitucional de convivência” que funda a nova ordem internacional, aprofundando, especificando, articulando e tornando até mais incisiva – graças à introdução de garantias secundárias – a laceração da velha ordem produzida pela introdução da Carta da ONU e pelos Tribunais de Nuremberg e de Tóquio.

Cabe aqui uma digressão que pode ajudar a entender como, durante algumas décadas, as culturas jurídica e política não acolheram as novidades que iam se acumulando, a partir da fundamental ruptura de 1945.

De fato, ao olhar o estado do mundo e ao sentir a opinião pública internacional, além das elaborações culturais *lato sensu* (inclusive aquelas jurídicas e as ideias que os juristas têm do direito) dos primeiros anos do pós-guerra, será necessário concluir que os três valores que a Carta da ONU introduziu no ordenamento jurídico internacional ficaram, durante cerca de 15-20 anos, por assim dizer, ocultos; e, sobretudo, como ficou completamente oculto o nexo que os une.

Talvez, o único valor realmente sentido nos primeiros anos após 1945 era o da paz, porque muito viva era, ainda, a dura experiência da guerra, das suas devastações, dos seus horrores; lancinante demais o choque provocado pelos terríveis efeitos da arma atômica e das suas – no início, inimagináveis – consequências. Forte demais havia sido o temor (que esta arma tornara extremamente concreto) que a guerra pudesse significar a destruição total dos contendentes e o fim da civilização. Mas, exatamente porque baseado nestes fundamentos, o valor da paz era sentido e interpretado numa forma negativa e pobre, sem ligações com outros valores: como terror da guerra e, em particular, da guerra atômica. O rápido desenvolvimento da arma nuclear pela União

Soviética e a Guerra Fria ofereceram ao valor da paz a dimensão estreita e, todavia, nos seus limites, eficaz do equilíbrio do terror. Isto foi suficiente para que as grandes potências chancelassem oficialmente o princípio que veta o uso da força nas relações internacionais e evitassem proclamar o direito de fazer guerra; direito que, hoje, ao contrário, se escuta proclamar com frequência, ainda que as guerras tenham ocorrido fora do Ocidente e dos países do Bloco do Leste.

No que diz respeito ao princípio de autodeterminação e de igual dignidade dos povos, é inegável que os impérios coloniais não desapareceram imediatamente após 1945 (a própria Declaração de 1948, como já foi observado, de alguma forma os pressupõem) e que, para a eliminação de alguns deles, foram necessárias guerras sangrentas (Indochina, Argélia etc.). Somente em 1960, com a Resolução n. 1514, já citada, o direito dos povos a não serem submetidos a regimes coloniais, à ocupação estrangeira ou mesmo a um regime de *apartheid* foi solenemente proclamado e considerado parte integrante do chamado *ius cogens* de direito internacional.

No que se refere, enfim, à Declaração Universal, que deveria representar a explicitação e a sistematização do valor de *ius cogens* dos direitos humanos, em seu Preâmbulo afirma-se que esta representa o ideal que todos os povos devem visar. Isso não significa, como foi longamente afirmado, que a Declaração não possua valor jurídico; uma vez que tal fórmula – contida no Preâmbulo que, para os documentos internacionais, é o lugar onde se misturam proposições jurídicas e opiniões políticas – expressa o auspício que as normas cogentes colocadas a seguir pudessem alcançar um tal grau de efetividade a ponto de concretizar o ideal ao qual tende a Carta da ONU e a própria Declaração.

Somente a partir de meados dos anos 80, também graças às sentenças judiciais, seja da Corte Internacional de Justiça (com a importante sentença sobre o problema dos reféns americanos no Irã, onde se afirmava a tese de que exista, como parte do direito internacional cogente a todos, uma série de princípios derivantes da Declaração Universal de 1948), seja de Cortes Supremas Ocidentais (com a histórica sentença da Corte de Cassação francesa, em meados dos anos 80, no caso *Klaus Barbie*), pode-se dizer que fora aceita a opinião de que, pelo menos no que diz respeito a uma série de disposições relativas aos direitos fundamentais, as normas da Declaração fazem parte do direito internacional geral como direito consuetudinário em que todos os países se reconhecem.

Este acidentado percurso teve, entre seus motores principais, a mobilização crescente de grupos de mulheres e homens em todo o mundo e, em

particular, a consciência que tais massas tiveram que suas reivindicações de paz, liberdade e dignidade possuíam uma legitimidade muito superior àquela dos poderes constituídos que procuravam negá-las. Os tribunais de opinião podiam ser um instrumento fundamental para adquirir esta consciência, a condição de conseguir ligar-se a processos objetivos que estremecem a sociedade. O *Tribunal Russell II* realizou, de maneira inigualável, tal condição, graças à capacidade de Lelio Basso de ler em tais processos e de se inserir nestes as lutas para a emancipação humana. Não é apressado dizer que, nesta empreitada, ele deu uma demonstração concreta do que considerava a tarefa do revolucionário: somente alguns anos antes do início do Tribunal, ele escreveu: “... o que distingue o autêntico revolucionário do reformista não é, como muitas vezes repete um marxismo deformado por aquilo que chamamos de tradição revolucionária popular, a luta pela conquista violenta do poder, mas, a capacidade de intervenção subjetiva nos processos objetivos de desenvolvimento da sociedade”.

3. O encontro de Lelio Basso com os tribunais de opinião

A ocasião para Lelio – como gostava de ser chamado por aqueles que colaboravam com ele – de experimentar as potencialidades de um Tribunal de opinião e as condições de sua eficácia, foi oferecida pelo Tribunal que, em meados dos anos 60, Bertrand Russell instituiu para condenar os crimes internacionais dos Estados Unidos no Vietnã. Desde 1955, de fato, o filósofo e matemático inglês havia dado vida, junto com Albert Einstein, a um movimento pacifista. Diante da crescente mobilização contra a guerra no Vietnã, Lorde Russell teve a ideia de criar um Tribunal de opinião, composto por eminentes personalidades do mundo científico e cultural, dotadas de grande prestígio internacional e provenientes de vários horizontes ideais, para julgar o comportamento dos Estados Unidos naquela área do mundo. Entre as personalidades convidadas em Londres, em novembro de 1966, para dar vida ao Tribunal, figurava Lelio, conhecido por seu compromisso antifascista e de resistência ao nazi-fascismo durante a guerra, pela contribuição dada à Constituição italiana como membro da Assembleia Constituinte, pelo seu prestígio de estudioso marxista. No dia 15 de novembro de 1966, estas personalidades constituem um “Tribunal internacional contra os crimes de guerra cometidos no Vietnã” e publicam um texto sobre os objetivos da iniciativa em que se lê, entre outras coisas: “Consideramo-nos como um tribunal que, mesmo desprovido do poder de aplicar as sanções, haverá de responder a um dado número de questões com a imparcialidade e o rigor que se espera de um

tribunal”. A primeira sessão do Tribunal deveria ter acontecido em Paris, entre 25 de abril e 5 de maio de 1967, mas, no dia 19 de abril, o general De Gaulle, na época presidente da República, veta a concessão do visto de entrada na França a Vladimir Dedijer, ilustre personalidade da resistência iugoslava ao nazismo e componente do júri, motivando tal ato, – em uma carta enviada ao filósofo Jean Paul Sartre, presidente do júri –, com o caráter subversivo da iniciativa promovida pelas ilustres personalidades que constituíam o Tribunal sob o manto de “simples cidadãos“, uma vez que “o exercício da jurisdição pertence somente ao Estado”. A sessão foi deslocada para Estocolmo, onde aconteceu regularmente entre os dias 02 e 10 de maio de 1967. Abrindo a sessão inaugural, J. P. Sartre reivindicou a legitimidade da iniciativa:

O Tribunal Russell não substitui nenhum poder legítimo: ele nasceu, ao contrário, de uma lacuna e de um apelo... a nossa impotência é a garantia da nossa independência... Não representando nem governos, nem partidos, não podemos receber ordens de ninguém: examinaremos os fatos segundo a nossa consciência e em plena liberdade de espírito... E, todavia, qualquer que seja a nossa vontade de imparcialidade e de universalidade, somos conscientes que esta não é suficiente a legitimar a nossa empreitada. O que queremos, na verdade, é que sua legitimação seja... a posteriori. De fato, não trabalhamos para nós mesmos, nem tão somente para nossa edificação moral, e não pretendemos impor as conclusões à que chegaremos como uma fulguração. Na verdade, nós desejamos, graças à colaboração dos meios de informação, manter um contato constante com as massas que, em qualquer parte do mundo, vivem a dor da tragédia do Vietnã. Nós desejamos que estas massas aprendam como nós aprendemos, que descubram conosco os relatórios, os documentos, os testemunhos, que estas possam apreciá-los e possam construir, como nós, a sua própria opinião, dia após dia. As conclusões, quaisquer que sejam, queremos que nasçam por si mesmas, para todos, ao mesmo tempo que para nós; talvez até antes. Esta sessão é uma empreitada comum, cujo resultado final deve ser, segundo a expressão de um filósofo: ‘uma verdade que se torna tal’. Sim, se as massas ratificarem o nosso julgamento, então ele se tornará verdade e nós, no instante mesmo em que desaparecermos, elas far-se-ão sentinelas e poderoso apoio daquela verdade, saberemos

que fomos legitimados e que o povo, manifestando-nos o seu consentimento, revela uma exigência profunda: aquela que um verdadeiro “tribunal contra os crimes de guerra”, seja criado como órgão permanente, ou seja, que tais crimes possam ser, em qualquer lugar e em qualquer momento, denunciados e punidos.

A mais de trinta anos de distância, a instituição da Corte Penal Internacional interveio para realizar, ainda que de forma muito imperfeita, o voto e a profecia expressos por Sartre, graças também à continuidade e ao enriquecimento que sua inspiração encontrou no compromisso levado adiante por Lelio Basso na década seguinte.

4. Do Tribunal Russell ao Tribunal Russell II sobre a América Latina e ao Tribunal Permanente dos Povos.

A sessão de Estocolmo foi seguida de uma segunda sessão em Roskilde, Dinamarca, de 20 de novembro a 1º de dezembro de 1967. Ambas foram um sucesso e contribuíram sensivelmente para alimentar e fortalecer o movimento contra a guerra no Vietnã.

Lelio, que foi relator geral de ambas, contribuiu de forma decisiva para a organização dos trabalhos e o rigor e clareza das conclusões, verificando também as grandes possibilidades de mobilização de massa que tal empreitada permitia.

Foi assim que, alguns anos depois, em ocasião de um seminário sobre o tema “Estado e direito em uma época de transformação”, que aconteceu no Chile de Allende, entre 4 e 14 de janeiro de 1973 e organizado pelo Instituto para o Estudo da Sociedade Contemporânea – ISSOCO, que ele fundou e dirigiu, em colaboração com o Ministério da Justiça chileno e com o Centro de Estudios de la Realidad Nacional de la Universidad Católica de Chile (CEREN), desenvolveu – através uma intensa troca de reflexões e análises, inclusive com exilados brasileiros – o projeto, que os exilados brasileiros haviam solicitado desde 1971, de um segundo Tribunal Russell contra o processo de militarização em curso na América Latina. Tal processo, iniciado em 1964 com a instauração da ditadura militar no Brasil, revelava um desenho alternativo ao projeto kennediano de resolver os problemas de reestruturação do capital no subcontinente associando as “burguesias nacionais” a um projeto de desenvolvimento baseado no aumento do consumo de massa e na extensão de um mercado popular, segundo o esquema delineado nos programas da

Aliança para o Progresso. O desenho alternativo àquele kennediano, apoiado por muitas multinacionais e por poderosos círculos estadunidenses, visava, ao contrário, uma exploração intensiva da força de trabalho, a repressão de qualquer possibilidade de organização da classe trabalhadora, um mercado restrito reservado às faixas médio-altas da estrutura social, mas, integrado em um amplo circuito supranacional de mercados similares, e postulava uma feroz repressão interna realizável através de uma ditadura militar. Estes dois projetos conviveram por um certo tempo, tanto que o ano de 1964 é, ao mesmo tempo, o ano do golpe militar no Brasil e o ano em que a Democracia Cristã, de Eduardo Frei, maciçamente apoiado pelos Estados Unidos, ganhou a eleição no Chile com o slogan “revolução na liberdade”. Mas, em 1973, as ilusões kennedianas haviam sido abandonadas há algum tempo: o fracasso de Frei, cuja presidência encerra-se com um balanço desastroso nos planos econômico e político, evidenciou a impraticabilidade do projeto kennediano sem incisivas reformas estruturais e a reapropriação dos recursos por parte dos países em desenvolvimento; reformas que os círculos políticos e econômicos dos Estados Unidos não estavam absolutamente dispostos a permitir. Por outro lado, o caminho da instauração das ditaduras militares na América Latina, de uma base ideológica forte que se expressava na chamada “Doutrina da Segurança Nacional”, parecia ter sido empreendido de forma irrevogável como, infelizmente pouco tempo depois, os fatos se encarregariam de confirmar também no Chile.

No começo de 1973, este trágico epílogo não parecia inevitável. Todavia, Lelio sentia, já há algum tempo, a necessidade de denunciar esta estratégia de brutal sufocamento da democracia e seus resultados.

O golpe de Estado no Chile, por um lado, confirmou as análises que estavam na base do projeto; por outro lado, determinou a inclusão da situação chilena entre aquelas objeto do Tribunal, de acordo com o costume *bassiano* de nunca perder de vista as especificidades, mas, numa visão geral dos fenômenos.

Neste meio tempo, Lelio havia encontrado Linda Bimbi e sua comunidade de missionárias leigas que, de acordo com as palavras da própria Linda: “havia percorrido sozinhas um difícil caminho de libertação do catolicismo cercado pelo clericalismo, até uma fé ecumênica e inter-religiosa, através da experiência da secularização”. Forçadas, no final dos anos 60, a abandonar a confortável proteção do convento pela ajuda evangélica oferecida às vítimas da ditadura militar brasileira e a todos os que a combatiam, Linda e suas irmãs abraçaram, sem hesitação, a causa do Tribunal, fornecendo à sua preparação, antes, e às suas várias sessões, depois, uma contribuição tão decisiva e insubstituível quanto discreta. Desde então, Linda e sua comunidade ligaram inextricavelmente seu desempenho e sua vocação àquele de Lelio e às suas

realizações, até a sua morte e mais além, até hoje, na Fundação que carrega o nome dele e que se esforça para continuar sua atividade.

A decisão de realizar o Tribunal foi publicamente anunciada em Bruxelas, no dia 6 de novembro de 1973, em ocasião de uma grandiosa exposição que o governo militar brasileiro tinha organizado no coração da Comunidade Econômica Europeia (CEE), para ilustrar o “milagre brasileiro” dez anos após o golpe de Estado e atrair os investidores e a opinião pública europeia.

O “milagre” era aquele de um país grande quase como a Europa inteira, cujo PIB havia crescido no ritmo de 10% ao ano; um país rico de matérias primas, recursos de todo o tipo, massas de trabalhadores, onde há dez anos não ocorriam greves nem tensões sociais e o chamado “risco país” para os investidores estrangeiros podia ser considerado inexistente. Os maiores jornais da Europa difundiam esta imagem. O anúncio do Tribunal era um convite a olhar para a face oculta do *iceberg*, a barbárie e a desumanização que eram seu pressuposto; um convite a se perguntar se o crescimento econômico podia ser considerado um valor absoluto ao ponto de sacrificar o valor da pessoa, presente nos milhões de seres humanos degradados e embrutecidos, que representavam o aspecto trágico deste “milagre”.

O eco suscitado pelas três sessões do *Tribunal Russell II* e a mobilização que elas produziram constituem um fato histórico sobre o qual não é preciso voltar a falar. É importante evidenciar, todavia, que a partir dos trabalhos daquelas sessões, Lelio se convenceu que fosse chegada a hora de começar a escrever um texto que juntasse os princípios e as regras que inspiravam o Tribunal, para oferecer uma perspectiva coerente e sistemática a todos aqueles que se batiam para a realização da “revolução mundial” começada com a Carta da ONU e o processo de Nuremberg.

No que se refere, particularmente, à dimensão do direito aplicado pelo Tribunal, o campo das relações internacionais oferecia a Lelio um terreno de escolhas para realizar as suas análises teóricas sobre o caráter dicotômico do direito em conexão com a lógica contraditória que percorre a sociedade capitalista (neste caso, na época de internacionalização do capitalismo, da sociedade internacional) e o desenvolvimento dialético das forças produtivas que operam em seu seio. A liquidação do colonialismo, o aparecimento, no cenário internacional, de novos atores, cujos povos, nos séculos precedentes ao segundo conflito mundial, eram somente objeto de direito; o banimento, como crime internacional, da guerra que, nos séculos passados, era tida como instrumento lícito de resolução das controvérsias internacionais; a afirmação, como regra cogente do direito internacional, da *pari dignidade* entre todos os povos e todos os seres humanos; a proclamação como *ius cogens* do direito à autodeterminação,

eram apontadas por Lelio – persuasivamente – como possíveis brechas abertas “no edifício da velha sociedade internacional”, portadoras de um novo direito internacional cuja progressiva afirmação sobre os elementos do velho direito, ainda fortemente presentes na cultura dos especialistas e/ou na prática das relações internacionais, era tarefa das forças progressistas e amantes da paz.

Uma tarefa eminentemente político-cultural destinada a desmistificar as *práxis* e os lugares comuns que as chancelarias tentam encobrir os próprios comportamentos inspirados na lógica do domínio e do abuso ou da mesquinha visão do chamado “interesse nacional”. De tal tarefa, as três sessões do Tribunal representam uma realização, tanto mais eficaz enquanto os referidos trabalhos, não contaminados por *slogans* ou posicionamentos claramente propagandísticos, além do já lembrado rigor na reconstrução dos fatos e das respectivas causas, fundavam-se sobre o valor do direito, valor, que à época, constituía um dos fundamentos da ideologia ocidental em contraposição com o campo socialista. Empunhar os valores – que, mesmo nascidos de uma lógica alternativa, as forças dominantes usam para legitimar o próprio domínio, objetivamente apoiadas pelo extremismo revolucionário que a eles nega qualquer capacidade libertadora – fora uma constante do ensinamento *bassiano* que encontrava agora modo de se desdobrar indutivamente através da extraordinária atuação (o Tribunal) de um imponente trabalho, paciente, metucioso, até o limite do pedantismo.

Por outro lado, nesta obra de formulação e ilustração do novo direito internacional que a política dos Estados Unidos e dos governos ditatoriais por estes mantidos violavam, adquirem uma particular importância as resoluções, que os vários órgãos das Nações Unidas (principalmente a Assembleia Geral) e a relativas agências formulavam naqueles anos, ou seja, as várias Cartas de direitos, as Convenções internacionais aprovadas ou em curso de elaboração. Textos, muitas vezes, carentes de eficácia obrigatória e, desse modo, de valor jurídico muito desigual (como Lelio não cansava de advertir) e, todavia, relevantes aos fins da atribuição de sentido às disposições de *ius cogens*, cujo significado preceptivo vinha, de tal modo, a ser plausivelmente dilatado e enriquecido em função de uma reconstrução sistemática do novo direito internacional. Nesta atenção e valorização de textos – Lelio, por exemplo, insistiu, em várias ocasiões, no significado e na importância da Resolução de 6 de dezembro de 1974 que aprovava, com 115 votos a favor, 6 contrários e 10 abstenções, a Carta dos Direitos e Deveres Econômicos dos Estados – a sua postura foi muito diferente daquela de outros prestigiosos expoentes da cultura de esquerda, que viam nestas Cartas e Declarações, e em seu tumultuoso multiplicar-se, o sinal de um substancial vazio de tais instrumentos diante do poder econômico e político das forças dominantes; sem compreender as

visíveis fissuras que “este universo de papel” estava introduzindo na “totalidade articulada” do domínio.

E é exatamente para tornar mais incisivas tais rachaduras que, já durante os trabalhos da última sessão do Tribunal, Lelio concebeu o projeto de sistematizar, num breve documento redigido em artigos e precedido por um preâmbulo, o novo direito internacional que estava emergindo e, como de costume, chamando a colaborar com o empreendimento juristas de vários países e homens políticos que, sempre mais numerosos, estavam atentos às elaborações bassianas.

A abordagem metodológica era análoga àquela que o havia guiado em sua obra de constituinte, antes, e de intérprete da Constituição italiana, depois. Individuar alguns preceitos-guias que servissem para iluminar todas as outras disposições, organizando-as em um contexto de sentido coerente e unívoco. A tais preceitos-guia, ele designava um papel que – segundo o seu ensinamento – desenvolvia, na Constituição italiana, o art. 3º e o art. 49. Estes preceitos eram individuados na proteção da paz, nos direitos humanos e nos direitos dos povos. Três regras, entre elas intimamente conexas e interdependentes, que podiam, já naquela época, considerar-se parte do *ius cogens* internacional, ainda que a conexão e articulação entre eles não fossem incontrovertidas. E, todavia, o fio que as une fora por Lelio lucidamente enunciado no discurso de abertura da segunda sessão do Tribunal, cuja clarividência pode ser plenamente apreciada somente se se compara com a posição da mais prestigiosa doutrina hoje em vigor, há quase 50 anos de distância:

Creio que, baseado no que disse, alguns princípios resultam, até agora, aceitos como normas de direito. Em primeiro lugar, com base na própria Carta da ONU, o banimento da guerra, do recurso à força e de qualquer outra forma de agressão e a obrigação para todos os governos de perseguir o objetivo da paz e das relações amigáveis entre os povos, exatamente para afastar todas as possíveis causas da guerra. Mas, todas as mais altas tribunas da humanidade, tanto religiosas como políticas afirmam, repetida e unanimemente, que não pode existir paz sem justiça e, exatamente com esta afirmação se abre o Preâmbulo do ato constitutivo da Organização Internacional do Trabalho. É igualmente reconhecido que não pode haver justiça sem igualdade ou, pelo menos, sem desigualdades excessivas, porque – como indica o mesmo ato – a miséria e a injustiça ameaçam a paz.

Nesta operação de reconstrução, a novidade suscetível de fecundos aprofundamentos coloca-se, além da já assinalada conexão entre os três preceitos, no vínculo que se institui entre direitos do homem e direitos dos povos. Lelio, que dos direitos humanos foi sempre um inabalável defensor, tinha, no entanto, claríssimo que o homem, cujos direitos inalienáveis se trata de assegurar, não é uma abstração, mas, um sujeito historicamente determinado, pessoa inserida em uma trama de relações econômicas, sociais, culturais, que formam a sua específica identidade, cuja tutela não pode ocorrer através da aplicação de módulos abstratos, que não considerem as específicas conotações do contexto coletivo no qual a pessoa é formada. Tal postura faz emergir em primeiro plano tal contexto coletivo, que Lelio indicou como o “povo”. A humanidade é feita de povos, cada um com a própria identidade, assim como os indivíduos que compõem cada um dos povos e a própria humanidade. A doutrina clássica do direito internacional considerava sujeitos de tais direitos somente os Estados. Ao lado destes emergem, laboriosamente, através da doutrina dos direitos humanos, as pessoas, os seres humanos; trata-se, agora, de assumir que um novo sujeito entra na cena internacional, o povo, e de promover o reconhecimento de tal novo sujeito, ao qual fazem, atualmente, referência numerosos textos do próprio direito internacional, do preâmbulo da Carta das Nações Unidas à Declaração pela Independência dos Povos Coloniais, de 1960, até às numerosas resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas.

A Declaração Universal dos Direitos dos Povos, que exprime este esforço de sistematização em proposições normativas entre elas coerentes, foi proclamada em Argel, em 4 de julho de 1976. Lelio, – que tinha um forte senso de continuidade histórica no extenuante caminho da humanidade, mesmo na diversidade das situações e das culturas, – quis que a proclamação da Declaração acontecesse, simbolicamente, no dia do aniversário da Declaração de Independência norte-americana, quase a significar que, como esta Declaração havia assinalado o início da idade da democracia e dos direitos humanos no mundo ocidental, da mesma maneira a Declaração de Argel poderia assinalar o início da época da igual dignidade entre todos os povos e todos os seres humanos do planeta.

Não escapava, além disso, a Lelio, atento observador da realidade internacional, como o estado do mundo apresentasse (e, podemos acrescentar, ainda hoje apresenta) sempre novas e mais agudas crises dos direitos fundamentais dos homens e dos povos. Mas, tal constatação, longe de induzi-lo a capitular ou a um desesperado realismo, motivava-o ainda mais à ação e à iniciativa, convencido como ele era de que o caminho da emancipação da humanidade mede-se nos tempos longos, que vão bem além da vida do

indivíduo e se alimenta da luta diária e, mesmo, dos parciais sucessos de tal luta, ainda que obscurecidos e submersos pelas injustiças desenfreadas. A Declaração de Argel era um grito e uma denúncia permanente de tais injustiças. Era preciso, a partir dos ensinamentos obtidos pela sua experiência com os tribunais de opiniões, criar um instrumento, igualmente permanente, que fizesse ressoar aquela denúncia cada vez que um mínimo de mobilização, num dado contexto, o consentisse.

Na onda destas reflexões, Lelio concebeu a ideia de dar vida a um Tribunal Permanente dos Povos que pudesse constituir esse instrumento constante. Em tal ideia trabalhou intensamente até o dia de sua morte, ocorrida abruptamente, em 16 de dezembro de 1978, no mesmo dia em que fora organizada, em Roma, a apresentação de um volume escrito em sua homenagem. “Na vigília – escreve Leo Matarasso – fora acometido, no Senado, por um ligeiro mal-estar. Internado no hospital e colocado em observação, adormeceu segurando entre as mãos o grosso volume dos escritos em sua homenagem. Nunca mais acordou. Alguns dias mais tarde, no Natal, teria ocorrido o seu 75º aniversário”.

O Tribunal Permanente dos Povos veio à luz apenas alguns meses depois, graças ao compromisso e a determinação de tantas pessoas que com Lelio tinham colaborado e, em particular, de Linda Bimbi, de Gianni Tognoni, que foi secretário geral do Tribunal Russell II e de François Rigaux que, do mesmo Tribunal, havia sido relator geral e que do novo organismo foi, por muito tempo, presidente, guiando com mãos seguras o início e, por longos anos, as sucessivas atividades.

Muitas personalidades ilustres, que haviam feito parte do júri do Tribunal Russell II, aceitaram fazer parte do júri do novo Tribunal. Entre elas, o escritor Julio Cortazar que, em ocasião da audiência pública que anunciava, oficialmente, o nascimento (Bolonha, 24 de junho de 1979), pronunciou estas palavras

...Não é uma leviandade dizer que em numerosas ocasiões, um poema ou as palavras de uma canção, um filme ou um romance, um quadro ou um conto, uma obra teatral ou uma escultura transmitiram ou transmitem ao povo a noção e o sentimento de numerosos direitos que os especialistas exprimem e articulam na forma jurídica. Não é uma leviandade se alguém como eu, simplesmente inventor de histórias de fantasia, tenha, uma vez mais, decidido participar deste tipo de iniciativa e de dizer o

que digo neste momento... É um trabalho longo e difícil; é precisamente esta a razão pela qual ocorre intensificá-lo dia após dia; este Tribunal dos Povos que se constitui hoje, em Bolonha, dá-nos novo impulso, uma nova razão de perseverança. Inventemos pontes, inventemos estradas em direção daqueles, de muito longe, que ouvirão a nossa voz e farão, um dia, tanto clamor que abaterá as barreiras que lhes separam, hoje, da justiça, da soberania e da dignidade.

Estas palavras do grande romancista são, talvez, o melhor guia à leitura das atas aqui publicados.

Roma, Junho 2014.
Salvatore Senese

INTRODUÇÃO

Os relatórios contidos neste volume constituem algumas das muitas intervenções que foram apresentadas por especialistas durante a terceira – e última – sessão do Tribunal Russell II sobre a repressão no Brasil, Chile e América Latina, ocorrida em Roma, em janeiro de 1976. Talvez todos os leitores conheçam, de algum modo, a obra deste Tribunal, que realizou uma primeira sessão, em Roma, em março/abril de 1974 e uma segunda, em Bruxelas, em janeiro de 1975. Toda a imprensa internacional deu cobertura ao Tribunal. No entanto, talvez valha a pena esclarecer como esta iniciativa, puramente privada, de um grupo de pessoas que se auto-investiram da faculdade de pronunciar sentenças em âmbito internacional contra Estados e chefes de Estado, tenha encontrado tanto consenso a adquirido tal prestígio, que os seus julgamentos são, hoje, citados, tanto nos tratados de direito internacional, quanto na Comissão da ONU dos Direitos Humanos.

O Tribunal do qual falamos se chamava Russell II porque, precedentemente, havia ocorrido outro. No outono de 1966, Bertrand Russell, Prêmio Nobel da Paz, havia convocado cerca de quinze pessoas em Londres, por ele escolhidas pessoalmente em diversos países, para convidá-las a assumir a tarefa de investigar o comportamento dos americanos no Vietnã em relação às normas do direito internacional. Nas intenções do promotor, tratava-se de constituir uma comissão de investigação, mas, entre os participantes prevaleceu a decisão de dar à iniciativa o nome de “Tribunal para os crimes americanos no Vietnã”, na prática corriqueira substituído por “Tribunal Russell”. Com certeza, havia uma presunção na nossa intenção (digo “nossa” porque eu estava entre aquelas pessoas e entre os mais fervorosos apoiadores do nome “Tribunal”) de levantar-nos como juízes dos Estados Unidos diante da opinião pública mundial. Naturalmente, a imprensa internacional destacou com certa arrogância este ato de presunção. Mas, havia também muita coragem, porque estaríamos expostos ao ridículo se não estivéssemos à altura da tarefa que havíamos assumido. E se tratava, na maioria dos casos, de pessoas de alto nível internacional (Jean-Paul Sartre foi eleito presidente), para as quais o ridículo teria sido a pior condenação.

Mas, estávamos conscientes da gravidade da tarefa que nos esperava e, desde o primeiro momento, colocamos o problema da nossa legitimidade. Na declaração que constitui o tribunal, aprovada em Londres em 15 de novembro de 1966, escrevemos:

embora esta tarefa não nos foi confiada por qualquer autoridade constituída, assumimos a responsabilidade no interesse do gênero humano e pela defesa da civilização. A nossa ação baseia-se em um entendimento privado. Somos absolutamente independentes de qualquer governo e organização oficial ou semioficial e acreditamos firmemente de expressar a profunda ansiedade e o remorso de todos aqueles que, em muitas nações, são nossos irmãos. Acreditamos firmemente que a nossa ação contribuirá para acordar a consciência do mundo.

Na primeira sessão do Tribunal, aberta em Estocolmo em 02 de maio de 1967, o presidente Sartre disse a esse propósito:

Somos perfeitamente conscientes de não ter recebido um mandato, mas, tomamos a iniciativa de nos reunir, porque sabíamos, também, que ninguém *poderia* nos dar este mandato. Certamente o nosso Tribunal não é uma instituição. Mas, ele não substitui qualquer poder constituído: nasce, ao contrário, de um vazio e de um apelo.

O vazio a que se referia Sartre era a falta de organismos internacionais oficiais constituídos e habilitados a julgar os crimes de guerra. Os Tribunais de Nuremberg e de Tóquio o fizeram, valendo-se do direito do vencedor de impor a sua lei, mas, exatamente por isso, foi possível contestar a sua legitimidade. O apelo do qual falava Sartre era aquele que vinha da consciência moral dos povos, ofendida por aquilo que estava acontecendo no Vietnã, um apelo que se levantava, sobretudo do povo vietnamita agredido pela mais poderosa potência do mundo. Nos autodenominamos então intérpretes dessa consciência moral e a nossa legitimação derivava da nossa capacidade de interpretar esta consciência. Por isso, Sartre concluiu, com relação a esse argumento: “O que, na realidade, desejamos é que a legitimação do Tribunal seja *a posteriori*”.

Apelando à consciência dos povos, não estávamos dando ao nosso julgamento apenas uma base moral, mas, também, rigorosamente jurídica. De fato, segundo uma cláusula contida no famoso Tratado de Haia, conhecida como “cláusula Martens”, – que recebeu o nome do seu promotor e, ainda utilizada em textos recentes – para o direito internacional, é preciso considerar ato criminoso tudo aquilo que é condenado pela consciência moral dos povos. Quanto à nossa capacidade de nos fazermos intérpretes desta consciência moral, esta pode ser deduzida pela recepção que a imprensa e a opinião pública internacionais deram

aos nossos trabalhos e aos nossos veredictos, à seriedade das nossas provas, ao rigor jurídico das nossas argumentações.

O prestígio alcançado pelo Tribunal Russell no mundo foi tal que os refugiados brasileiros, que haviam constituído em Santiago do Chile um “Comitê de denúncia da repressão no Brasil”, alguns anos mais tarde se dirigiram a mim para que eu fizesse renascer a instituição, com o objetivo de emitir um julgamento, também, sobre a repressão no Brasil. Pouco antes da constituição oficial do segundo Tribunal Russell, em Bruxelas, no outono de 1973, ocorrera o golpe no Chile e a viúva do presidente Allende, a qual veio para Roma, me solicitou de estender também ao Chile o Tribunal. Em Bruxelas decidimos de nos ocupar, além do Brasil e do Chile, da Bolívia e do Uruguai, dois países em que os golpes de Estado haviam ocorrido depois daquele brasileiro e com a participação direta dos militares brasileiros em sua preparação. No nome dado ao Tribunal incluímos, enfim, toda a América Latina, uma vez que já estava claro que nos encontrávamos na presença de um fenômeno – aquele dos golpes de Estado e das ditaduras militares – com tendência para se generalizar.

Foi suficiente o anúncio da constituição do Tribunal para que, da clandestinidade e do exílio e, em alguns casos, da prisão, chegassem apelos de todos ou quase todos os principais movimentos de resistência da América Latina. Além dos representantes dos quatro países por nós convidados, na primeira sessão em Roma, apresentaram-se os do Paraguai, do Haiti, de Santo Domingo, da Guatemala e de Porto Rico, cuja situação foi examinada na segunda sessão.

O Senador Zelmar Michelini, que teve um papel de destaque na primeira sessão, na acusação contra a ditadura uruguaia, foi recentemente assassinado pela polícia em Buenos Aires, onde estava exilado. Na segunda sessão, ocorrida em Bruxelas, foi, ainda, denunciada a situação de outros três países (Argentina, Colômbia e Nicarágua), examinada durante a terceira sessão. Nesta última, às vésperas do encerramento, chegaram representantes da emigração equatoriana para pedir um julgamento, também, sobre o seu país, o que não pôde ser realizado uma vez que o Tribunal havia concluído os seus trabalhos.

Quis recordar esta sucessão de denúncias de todos os países da América meridional, exceto a Venezuela e Peru, (além daqueles de recentíssima independência), para demonstrar a autoridade moral que este segundo Tribunal, cuja presidência tive a honra de ocupar em substituição a Sartre (impedido pelas suas condições de saúde), conquistou num inteiro continente. E não somente na América do Sul, porque mesmo de países de outros continentes – do Irã, da Palestina, da Eritréia – chegaram apelos que não puderam ser acolhidos, uma vez que o Tribunal havia limitado a sua competência à América Latina.

Já mencionei que a atividade deste Segundo Tribunal Russell foi realizada ao longo de três sessões. A primeira delas, cujas atas foram quase que integralmente publicadas,¹ ocupou-se das violações dos direitos humanos nos quatro países indicados, tomando como base das próprias considerações jurídicas os textos fundamentais, ou seja, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, votada pela ONU em 1948 e a Carta de Bogotá, declaração análoga, aprovada pelos Estados americanos, além das relativas convenções.

De fato, resultou dos numerosos testemunhos e dos relatórios de pessoas que tinham estudado atentamente a situação nos diversos países, que a violação dos fundamentais e essenciais direitos humanos havia se tornado, por toda a parte, sistema de governo. Até mesmo a tortura, que não era mais um meio de inquérito judiciário para arrancar uma confissão, como nos séculos passados, havia se tornado instrumento sistemático de governo, com o objetivo de disseminar o terror na população e obrigá-la a sofrer a ditadura sem reagir. O assassinato por meio dos “esquadrões da morte” que, sem mandado nem condenação, matam durante a noite os elementos “indesejáveis”, tornou-se, por sua vez, uma prática comum, introduzida após o recente golpe, também, na Argentina. Exatamente, deste modo foi assassinado, em Buenos Aires, juntamente com outros líderes uruguaios, o nosso amigo Michelini, sequestrado à noite de seu domicílio por desconhecidos e cujo cadáver foi encontrado, posteriormente, na periferia da cidade. No Brasil, chegou-se ao ponto de pisotear toda e qualquer noção elementar de direito, mediante a emanção de “leis secretas”, que regulam a vida nacional, mas, das quais o povo não tem conhecimento.

Em base a estes fatos, não foi difícil para o Tribunal concluir que, se um inteiro continente é sujeitado a regimes de feroz ditadura militar muito similares entre si, se quase todas as suas populações são de tal modo barbaramente privadas dos direitos humanos, isso não pode ser fruto de coincidências ocasionais, mas, de processos históricos sobre os quais era necessário investigar as causas e, sobretudo, enquanto Tribunal, procurar os responsáveis. Já que dos testemunhos e dos relatórios dos especialistas levantados na primeira sessão emergiu sempre mais claramente a figura das multinacionais (sobre as quais, aliás, se haviam largamente ocupado as crônicas em ocasião do golpe chileno: pense-se à ITT ou à Anaconda). Ao fim da primeira sessão, o Tribunal ordenou uma específica investigação sobre as

1 Ver: “Chile, Bolívia e Uruguai - Violação dos direitos humanos - Atas da Primeira Sessão do Tribunal Russell”. Venezia-Padova: Marsilio, 1975. “Tribunal Russell II” Segunda sessão de Bruxelas” - Roma: Coines, 1976.

atividades destas sociedades, cujos resultados foram levados e examinados na segunda sessão. Ao examinar o problema não poderia escapar, por outro lado, à atenção dos membros do Tribunal que as principais multinacionais operantes na América Latina são dos Estados Unidos e que estas podem, facilmente, impor seus pontos de vista porque, por trás delas – e em defesa dos seus interesses, move-se o aparato estatal dos Estados Unidos: em especial a Casa Branca, o Departamento de Estado, o Pentágono, a CIA e, coordenada por esta última, uma ampla rede de organismos especiais como igrejas, sindicatos, fundações, universidades, etc.

Desse modo, foi necessária uma terceira sessão para aprofundar este aspecto, a sessão de Roma, de janeiro de 1976, de onde provêm os textos aqui recolhidos. Naturalmente, o material da sessão, que se prolongou por 12 audiências, é muito maior, mas, a parte omissa diz respeito, sobretudo, a testemunhos especiais que certamente servem para melhor ilustrar as diversas situações, para esclarecer aspectos particulares e ligações, todas enquadradas, porém na perspectiva geral ilustrada nos relatórios aqui reunidos neste volume, que nos pareceram suficientes para fornecer um enquadramento adequado do problema. Não será, entretanto, supérfluo traçar aqui as conclusões derradeiras a que chegou a investigação do Tribunal, porque estas conclusões servem para estabelecer uma ligação orgânica entre os vários aspectos tratados pelos relatórios publicados.

A questão fundamental a qual devíamos responder era a seguinte: que relação existe entre a violação generalizada dos direitos humanos e as multinacionais? A resposta foi que há uma relação não apenas orgânica, mas, inclusive, necessária.

As multinacionais (ou transnacionais, como são chamadas em outros países e como, talvez, seria melhor denominá-las, uma vez que normalmente elas possuem uma nacionalidade específica – na maioria dos casos, norte-americanas – mas, operam para além de todos os confins nacionais) são o atual ponto de chegada daquele processo geral de concentração do capital ilustrado por Marx, pelo qual, das primeiras modestas manufaturas passou-se, progressivamente à pequena fábrica, à grande fábrica, ao cartel, aos *trustes*, aos monopólios e, sobretudo, após a Segunda Guerra Mundial, à sociedade transnacional. Esta é uma consequência daquele mercado mundial, do qual, também, Marx se ocupou desde *O Manifesto do Partido Comunista*, considerando-o como tarefa histórica da burguesia. Já no *Manifesto*, ou seja, 130 anos atrás, a sua lúcida clarividência permitia a Marx descrever o fenômeno ou, pelo menos, alguns dos seus aspectos principais, quando diz que a burguesia “obriga todas as nações a adotarem o modo burguês de produção, se não querem se ar-

ruinar, as obriga a introduzir em suas casas o que ela chama de civilização, isto é, a se tornarem burguesas. Em uma palavra: ela cria um mundo a sua imagem e semelhança.” Ou onde fala de: “indústrias novas, cuja introdução se torna questão de vida ou de morte para todas as nações evoluídas, indústrias que não trabalham mais somente matérias-primas do lugar, mas, dos lugares mais remotos e cujos produtos não são consumidos apenas no próprio país, mas, também, em todas as partes do mundo”.

Atualmente, as multinacionais são, desse modo, sociedades que, através de suas filiais, operam em todo o mundo, não apenas para obter as matérias-primas pelo melhor preço ou para vender em toda parte os próprios produtos ou serviços, mas, também, para implantar fábricas onde a mão de obra é de mais baixo custo ou, de qualquer modo, para utilizar todas as possibilidades mais favoráveis do mercado mundial. E, até aqui, estaríamos no campo de uma normal atividade econômica de tipo capitalista, que não incide sobre a política.

Mas, o capitalismo, em seu desenvolvimento, além de realizar esta tendência à concentração, confirmou, no modo mais clamoroso, outra observação de Marx, segundo a qual o Estado é o “comitê de negócios de toda a burguesia”, ou seja, ele é praticamente o organizador da vida econômica e social em função dos interesses de classe. Até 50 anos atrás, tal observação fazia sorrir os economistas e os políticos burgueses, que a consideravam uma brincadeira propagandística de mau gosto, uma vez que o Estado era apresentado como representante dos interesses gerais de toda a coletividade. Óbvio, ninguém ignorava que o processo de industrialização em muitos países (por ex. na Alemanha, na Itália, na Rússia, no Japão) havia sido fruto de uma decisão política e apoiado pelo Estado, mas, dizia-se que a industrialização significava o progresso no interesse de todos.

Foi necessária a crise dos anos de 1930 para dar-se conta que em todos os lugares, mesmo nos Estados Unidos, que se professavam apóstolos da livre empresa, o mecanismo do lucro, bloqueado pela crise, não poderia ser colocado de volta aos trilhos sem a intervenção do Estado. Desde então, a intervenção do Estado na economia e a interpenetração crescente entre poder político e poder econômico foram se desenvolvendo a um ritmo sempre mais rápido. Hoje, para todos os economistas, é um axioma que, através das encomendas, das manobras fiscais e monetárias, da redistribuição de renda, da política externa, etc., o Estado é o supremo organizador e regulador de toda a vida econômica, bem como o fiador do lucro capitalista.

Para as multinacionais, essa cumplicidade entre poder econômico e político possui, necessariamente, um duplo aspecto. Por um lado, no país onde existe

a sede central, ou seja, na maioria dos casos nos Estados Unidos, mas, também, na Alemanha, Inglaterra, Holanda, Suíça, França, Itália, Japão e assim por diante, ocorre a proteção do Estado para garantir a expansão no mundo (além de, naturalmente, garantir a atividade desenvolvida no próprio país). Mas, por outro lado, nos países onde as filiais possuem uma sede, precisa, igualmente, o apoio do Estado para desenvolver, nas melhores condições, as suas atividades, obter concessões de mineração e de exploração de petróleo, vantagens fiscais, infraestruturas, mão de obra a baixo custo, direito de exportar os lucros, monopólios de serviços e tudo o que pode ser útil. Tornou-se famoso, a tal propósito, a opinião expressa, em uma entrevista, pelo dirigente de uma multinacional que se preparava para instalar uma fábrica no Brasil, em Belo Horizonte: neste país os operários não podem fazer greve, os sindicatos não podem negociar os salários e, enfim, não existem eleições livres que coloquem em risco o governo: este é o paraíso para nós. Quanto mais gigantescas são as estruturas e quanto maior é o investimento imposto pela tecnologia sofisticada de hoje, tanto mais necessárias são estas condições para as multinacionais que operam em um país estrangeiro. É na lógica das coisas que uma sociedade que investe dezenas e dezenas de bilhões de dólares numa empresa que, talvez começará a ter rendimentos após muitos anos, queira garantir a estabilidade do governo que lhe assegurou as condições melhores para o seu investimento. E qual governo é mais estável do que uma ditadura militar que, pisoteando plenamente qualquer noção de direito e de humanidade, suprime as eleições livres, as associações, os sindicatos, a liberdade de imprensa e de opinião, assassina, aprisiona e tortura os opositores? Com certeza estes governos, em algum momento, serão derrubados, mas, a tarefa se torna ainda mais difícil se por trás da ditadura está toda a potência do governo americano.

O governo americano, por sua vez, desempenha plenamente esse papel. Múltiplas são as formas de intervenção e vão desde as pressões econômicas e financeiras ou das manobras sobre os preços das matérias primas num mercado dominado pelos Estados Unidos, às intervenções militares diretas e indiretas. As intervenções militares diretas se fazem sempre mais raras porque a máquina da intervenção indireta é sempre mais aperfeiçoada. A última ação direta deu-se na República Dominicana para impedir o retorno do último presidente constitucional Juan Bosch, derrubado por um golpe de Estado (e, agora, ilustre membro do Tribunal Russell II), enquanto as ações indiretas são muito numerosos. Raul Ampuero trata amplamente deste assunto em seu relatório. No Tribunal, ouvimos, também, o testemunho de oficiais latino-americanos enviados por seus governos para estudar nas escolas militares dos Estados Unidos, onde se ensinava não apenas as técnicas do golpe de Estado, mas, o que mais importa, a superioridade do militar sobre o civil, o orgulho da ditadura militar.

Mas o governo de Washington não se preocupa apenas em garantir às próprias empresas capitalistas governos complacentes nos outros países americanos, mas, também, de formar um tipo de homem que responda às exigências do capitalismo. Quando Marx escrevia que a burguesia “cria um mundo à própria imagem e semelhança”, não poderia, nem de longe, imaginar como isso seria estudado e realizado através das refinadas técnicas modernas de “engenharia da alma”, através de toda uma série de processos culturais com o qual se procura plasmar, de um lado, o escravo e do outro o policial moderno: as duas categorias de cidadãos em que o imperialismo tende a dividir os habitantes dos países das nações submissas. O capitalismo, de fato, necessita encontrar, em todas as partes, trabalhadores que aceitem as condições de trabalho por ele impostas e, ao mesmo tempo, uma massa de consumidores para os seus produtos, ou seja, homens que aceitem os modelos de vida importados, pessoas que sacrificando toda a autonomia espiritual se contentem em trabalhar por um escasso salário e em encontrar na Coca-Cola e no chiclete uma fuga da vida cotidiana.

Por isso, através dos sindicatos americanos, criam-se e financiam-se sindicatos amarelos ou patronais que dificultam a formação de organizações sindicais autônomas. Por isso, as igrejas, as fundações, as universidades e instituições americanas de todo o tipo, do *kennediano* “Corpo da Paz”, aos programas culturais via satélite, estão trabalhando para sufocar também os germes das culturas autóctones, substituindo-as por modelos uniformes e pré-fabricados, e por padronizar sobre estes modelos os gostos da população do país dependente. O objetivo é criar uma massa de escravos que não sejam nem sequer conscientes da própria escravidão e, assim, não tenham estímulos de rebelião. E se por acaso os tivessem, encontrar-se-á sempre, em todos os países, uma minoria devota à função do policial, movida pelos próprios instintos mais brutais, para servir um patrão, nem que seja para ter uma patente de suboficial da ordem política existente. Ao redor destes mecanismos nascem as ditaduras militares, apoiadas, inclusive, por uma doutrina própria, aquela da “segurança nacional”.

Com essa expressão, no passado, se indicava a necessidade de proteger o país contra agressões externas, tendo os militares como legítimos representantes. Mas, os americanos distorceram o significado da expressão, voltando-a para o interior. De fato, por décadas se repetiu que a União Soviética era um potencial agressor a todos os países e que os partidos comunistas eram agentes do imperialismo soviético. Conseqüentemente, todo partido comunista que chegasse ao poder ou tivesse a possibilidade de alcançá-lo, cumpria um ato de agressão. Qualquer nacionalização era um ato de comunismo e, enfim, todos

aqueles que não fizessem do anticomunismo uma razão primeira de sua política eram aliados dos comunistas ou, no mínimo, outros Kerensky, que preparavam sem saber o seu advento. Assim, o golpe de Estado se justificava não somente quando, por exemplo, na Guatemala o presidente Arbenz nacionalizava algumas terras pertencentes à United Fruit, ou quando no Irã, Mossadeq nacionalizava o petróleo, mas, inclusive na Grécia, quando o velho centrista Papandreu arriscava vencer as eleições contra a direita no poder, ou, ainda, simplesmente quando Goulart, legítimo presidente do Brasil, não reprimia as manifestações dos “sargentos”. E, assim, em nome da segurança nacional, ameaçada desta vez do interior, destruiu-se a democracia em um inteiro continente e foram aniquilados os direitos humanos, cuja proclamação e defesa, após o choque das atrocidades nazistas, pareciam ser a suprema missão das Nações Unidas.

Quem imaginaria, então, que os mesmos que haviam montado os processos de Nuremberg e de Tóquio para condenar as violações dos direitos humanos, em tão breve lapso de tempo, teriam se tornados culpados de crimes não menos graves e, o que é mais extraordinário, que eles conseguiriam manter, diante da opinião pública mundial, uma aparência respeitável e civilizada, e até mesmo de defensores internacionais da liberdade e da democracia!

Talvez valha a pena destacar, brevemente, que esta imagem retórica dos Estados Unidos é possível, por um lado, somente graças à perfeição da propaganda, mas, do outro, também graças à credulidade dos ouvintes. Porque, como demonstrou o historiador Williams, a inteira história norte-americana é a história de uma contínua expansão, considerada desde sempre uma necessidade vital para a economia dos Estados Unidos. Esta expansão deu-se, sobretudo, em três direções: em primeiro lugar, sobre aquele que constitui hoje o território dos Estados Unidos, expropriado, principalmente, às populações indígenas e, também, ao México através de uma guerra. Esta expansão não foi pacífica, o genocídio sistemático dos índios foi o preço. Um historiador americano defendeu tranquilamente que o extermínio das populações indígenas era justificado pelo fato de que estes não quiseram se adequar às exigências da sociedade americana. Diferentemente dos negros, não compreenderam que era preciso aceitar as condições de escravos para assegurar a benevolência dos patrões!

A segunda diretriz de expansão foi no Pacífico, em direção à Ásia, com a clara intenção de abrir ao comércio americano os imensos espaços da China. Neste caminho, a sucessiva ocupação de Samoa, do Havaí e das Filipinas, bem como das antigas ilhas alemãs após a Primeira Guerra Mundial, era destinada a abrir as portas do continente asiático. Não conseguiu penetrar na China, mas, a obstinação americana em criar cabeças de ponte na Coréia e na Indochina deu

lugar a outro genocídio, aquele do povo vietnamita, para não mencionar o golpe de Estado na Indonésia e o massacre de centenas de milhares de comunistas naquele país.

A terceira diretriz foi na América Latina, onde a expansão foi preparada há mais de 150 anos pela Doutrina Monroe, que hipotecava todo o continente em benefício da jovem República norte-americana. Longe de representar uma defesa da independência dos novos Estados, apenas saídos da colonização espanhola, a Doutrina Monroe serviu, para justificar a passagem do domínio europeu àquele dos Estados Unidos. O sentido da doutrina foi estendido até afirmar que era suficiente o perigo que um território *pudesse* passar sob o domínio de terceiros, para justificar a ocupação por parte dos Estados Unidos. A teoria precedentemente lembrada, que transforma o perigo ou apenas o medo de subversão interna em agressão externa, é sempre no espírito da velha doutrina. Os crimes das ditaduras latino-americanas, juntamente com o genocídio dos índios e vietnamitas, com o massacre dos comunistas indonésios e, assim por diante, é, mais uma vez, o preço que os povos devem pagar por permitir a expansão do capitalismo americano e do modo de vida americano.

A expansão americana, é supérfluo acrescentar, significa a expansão do capital e do *business* americano. A política de expansão se identificou com a política da “porta aberta” (*open door*), ou seja, com o direito das empresas norte-americanas de poder realizar os seus negócios em todos os países baseando-se nos princípios da chamada “livre empresa”, que, posteriormente, a retórica americana transformou em um símbolo de liberdade. E isso explica porque os principais inimigos da política externa americana tenham sido, em primeiro lugar, o comunismo, que entregando a direção da economia ao Estado, não permite liberdade de ação às empresas americanas; em segundo lugar, as nacionalizações que também subtraem um amplo setor da economia à exploração capitalista americana; e, enfim, o colonialismo dos outros, porque cria uma situação de privilégio na colônia em favor da metrópole, limitando, de fato, as possibilidades de predomínio do capital americano. Obviamente, para as colônias norte-americanas, como Porto Rico, o critério é diferente.

Naturalmente, nem todo esse discurso faz parte do trabalho do Tribunal Russell II, que se limitou em ocupar-se da América Latina. Ele fornece a moldura onde deve ser colocado todo o material coletado e a chave de leitura. Porque, é com base nesta análise mais geral da estratégia americana, que podemos chegar às nossas conclusões.

Em primeiro lugar, o fenômeno que denunciamos e analisamos não é um problema que diz respeito somente à América Latina. A este continente

coube a sorte, segundo a frase de um presidente mexicano, de se encontrar “longe de Deus e perto dos Estados Unidos” e, sobretudo, esta segunda colocação lhe valeu o papel de principal objeto da expansão americana. No entanto, com o desenvolvimento das multinacionais e ao mesmo tempo com o desenvolvimento dos transportes, todo o mundo está próximo dos Estados Unidos, que no segundo pós-guerra foram ativamente presentes, por exemplo, no Extremo e Médio Oriente. Mas, também, na África, exatamente na medida em que avança o processo de descolonização das antigas potências coloniais, avança o imperialismo americano, especialmente onde se encontram matérias primas importantes. São exemplos o ex-Congo Belga (atual Zaire) e o assassinato de Lumumba, como a ajuda largamente fornecida em Angola aos inimigos do MPLA. Em uma forma diversa, a Europa também conhece bem a penetração americana e a tentativa de impor modelos de vida que nos fariam, pouco a pouco, escravos do imperialismo do outro lado do Atlântico.

Acrescente-se que a tendência à concentração capitalista continua, que o número das multinacionais irá, no futuro, diminuir, enquanto aumentam as dimensões e que somente o capital americano será capaz de dominar um fenômeno tão gigantesco. Perto do fim do nosso século, se os povos não se opuserem validamente em defesa de sua liberdade e dos seus direitos, o inteiro mercado capitalista mundial será dominado por pouquíssimas sociedades multinacionais, por pouquíssimos centros de decisão nas mãos de poucos *managers* e banqueiros. E, já que a escalada dos golpes de Estado e das ditaduras militares marcha paralelamente à potência das multinacionais, nós estamos caminhando em direção a um mundo em que, se não se encontrarão remédios eficazes, pouquíssimas centenas de homens *kafkianamente* distantes, inacessíveis e, em muitos casos, inclusive, desconhecidos, imporão a bilhões de outros homens sobre a terra a escolha entre a escravidão ou a eliminação e marginalização. O aspecto mais grave desta situação é a mistificação das consciências que consente ainda hoje aos opressores de apresentarem-se como paladinos da democracia, uma mistificação que induz, muitas vezes, os próprios escravos a aplaudir, porque a penetração cultural que acompanha o imperialismo econômico e político destrói as culturas nacionais, elimina dos povos as próprias identidades e deixa como único patrimônio da humanidade a imitação do modelo americano.

No entanto, eu deposito muita confiança na iniciativa, na criatividade, na capacidade de luta e nos infinitos recursos do homem, a ponto de acreditar que neste duelo de final de século o homem sairá vitorioso graças a uma escolha de tipo socialista. Mas, esta não é uma escolha fácil a ser realizada e serão necessárias muitas energias unidas para que isso ocorra.

O Tribunal Russell II, ainda que tenha percorrido todos os campos em sua investigação, concentrou-se em um campo que era de sua específica competência, o direito internacional. Apesar de tantos protestos de paz, de democracia, de renúncia à força, de direito à autodeterminação, estamos, ainda hoje, sob domínio da força. Não somente a superpotência americana, mas, também, graças à sua proteção, o pequeno Estado de Israel e, de igual modo, a África do Sul puderam desafiar impunemente as leis internacionais e recusar as decisões da ONU. Por outro lado, as normas codificadas do direito internacional clássico pertencem, quase todas, a uma época em que as grandes potências ditavam as leis, a maior parte dos atuais Estados independentes era rebaixado para a categoria colonial e o direito codificava, de fato, esta situação de supremacia. Após a Segunda Guerra Mundial e o processo de descolonização, após a entrada em cena dos povos do chamado Terceiro Mundo, a situação mudou radicalmente.

O debate que se desenvolve anualmente nas assembleias da ONU não testemunha apenas a discordância entre países ricos e pobres, entre países economicamente dominantes e economicamente dependentes, mas, também, entre as normas do velho direito internacional e um novo direito em fase de elaboração, que não começa mais a partir do reconhecimento das velhas relações coloniais, mas, ao contrário, do princípio de autodeterminação e de igualdade. As deliberações anuais das assembleias da máxima organização internacional e das organizações paralelas (UNESCO, FAO, OIT, etc.) desempenham um constante e tenaz trabalho para dar lugar a este novo direito internacional que, em geral, os grandes países capitalistas contestam e recusam em reconhecer. Frequentemente os Estados Unidos, o Japão e os membros da comunidade europeia se encontram sós, ou quase sós, a votar contra resoluções que gozam do apoio da imensa maioria dos outros países.

É verdade que as resoluções das assembleias da ONU não têm valor vinculativo e, por isso, não se tornam normas de direito, mas não se pode pretender que as velhas normas de direito clássico permaneçam recusadas pela maioria dos Estados, ou seja, pela maioria dos sujeitos deste direito internacional. Estamos, portanto, numa fase de crise do direito internacional, uma fase em que um velho ordenamento está desaparecendo e um novo está surgindo. Alguns princípios fundamentais deste novo direito em via de formação já se impuseram como verdadeiras normas. Por exemplo, o princípio de autodeterminação dos povos e o direito de cada povo à livre disponibilidade dos próprios recursos a serem utilizados para o seu bem-estar. Estas novas normas, a primeira em especial, colocaram em evidência a figura do 'povo', não somente como destinatário, mas, também, como sujeito de direitos: o convite a Arafat à

Tribuna da ONU, como representante do povo palestino, é uma confirmação. Quanto à livre disponibilidade dos próprios recursos naturais, esta constitui o fundamento do direito à nacionalização contra as pretensões do imperialismo fechado em defesa de velhos privilégios arrancados, muitas vezes, com a força ou, de qualquer modo, em condições desiguais.

Um direito dos povos é, naturalmente, uma limitação do direito dos Estados, mais do que nunca necessária hoje, quando tantos Estados são representados por ditaduras militares, as quais, por sua vez, não representam, de fato, os seus povos. O Tribunal Russell II, exatamente em razão da matéria tratada, abriu um discurso que poderá ter desdobramentos interessantes. O primeiro destes foi a proclamação feita em Argel, em 04 de julho de 1976, de uma Declaração Universal dos Direitos dos Povos, fruto de uma assembleia expressamente convocada com a participação de muitos movimentos de libertação e de grandes juristas. Uma análoga reunião qualificada, como àquela de Argel, convocada conjuntamente pela Fundação Internacional para o Direito e a Libertação dos Povos e pela Liga Internacional do mesmo nome, deverá enfrentar, no próximo ano (1977), os mesmos problemas no terreno da defesa cultural dos povos, contra a penetração imperialista, da qual este livro assinala a gravidade.

Espero que isso possa, seriamente, contribuir para sensibilizar a opinião pública, sobretudo, para ajudá-la a entender que aqui não se fala apenas de problemas distantes, de outro Continente, mas de um perigo que ameaça todos nós. Perigo tão mais grave, já que o fenômeno que denunciemos, as ditaduras militares, pelas razões que agora acenei, não devem mais ser consideradas, como se poderia considerar o fascismo, o fenômeno patológico de uma sociedade, mas são a manifestação fisiológica do capitalismo contemporâneo.

Lelio Basso.

A CONTRARREVOLUÇÃO MILITAR NA AMÉRICA LATINA¹

Raul Ampuero

Em sua primeira sessão, o Tribunal Russell se propôs a examinar as acusações e a dimensão da repressão de um determinado número de países da América Latina e o modo em que esta feria os princípios e o exercício dos Direitos humanos. Em sua segunda sessão, foram colocadas ao centro do estudo as multinacionais enquanto expressão atual mais viva do imperialismo, principais promotoras das ditaduras no plano político e diretas beneficiárias do regime de super exploração do trabalho que estas instauram e do qual se servem.

Trata-se agora de identificar os instrumentos, os mecanismos e os agentes que unem as extremidades da detestável cadeia: de um lado, os imensos interesses das potentes sociedades supranacionais, do outro, o cidadão indefeso, reduzido à vítima de um implacável aparato repressivo que dispõe, arbitrariamente, de seu trabalho, de sua liberdade, de sua dignidade e de sua vida.

Até a Segunda Guerra Mundial, a dependência econômica e a subordinação política e diplomática da América Latina em relação aos Estados Unidos foram, frequentemente, apresentadas como consequência de uma dominação inevitável, quase natural, cuja causa, no final das contas, deveria ser procurada na diversa potencialidade das duas áreas econômicas e em seus diferentes níveis de “civilização”. Em um clima caracterizado pelo conformismo, senão de uma verdadeira cumplicidade, a violência presente nas relações entre América anglo-saxã e América luso-espanhola apareceria somente de forma esporádica. Tal situação tende a mudar nos anos ao redor da Segunda Guerra Mundial: enquanto, de um lado, aquela que era submissão semicolonial de fato tende a se institucionalizar em formas jurídicas, políticas e ideológicas sempre mais sistemáticas e complexas, por outro crescem as resistências ao processo de cristalização da dependência.

A evolução das forças armadas latino-americanas neste período é exemplar. No início, ignoradas pelos Estados Unidos como instituição, grupo

1 Relatório apresentado no Tribunal Russell II, Roma, janeiro de 1976.

social e fator político, essas se tornam, após 20 anos, um elemento fundamental da política norte-americana, tanto para pressionar os governos, como para subjugar as populações, impor a própria estratégia de grande potência e suplantando aqueles regimes que ousem desafiar o poder imperial.

O nosso ensaio se propõe a descrever tal processo em suas linhas gerais. Procuraremos individualizar os instrumentos ideológicos e materiais utilizados para “desnacionalizar” os exércitos latino-americanos, indicando os serviços, as instituições, as autoridades responsáveis desta sistemática degradação e assinalando os casos mais significativos de emprego deste aparato militar colonizado para destruir a soberania dos países latino-americanos.

O formidável potencial militar desenvolvido pelos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial e o incontestável predomínio de sua economia no Ocidente, materialmente destruído após o conflito, fizeram desta potência, nos últimos 30 anos, o coração e o eixo do inteiro sistema capitalista.

Segundo as mais recentes publicações do Centro de Informações para a Defesa, em Washington,² os Estados Unidos assinaram tratados militares, acordos inter-governativos e contratos para a concessão de ajuda militar para venda de armas com 92 países, enquanto as suas forças deslocadas no exterior alcançam 511.000 homens (mais cerca de 175.000 mercenários aos seus serviços), distribuídos em 222 grandes bases militares e em 2.000 bases menores em 40 países.

Independentemente de suas alianças formais, os Estados Unidos asseguram assistência militar através de conselheiros e especialistas a 64 países e exercitam uma influência indireta ainda maior mediante a difusão de armas nucleares norte-americanas espalhadas em vários territórios estrangeiros ou a bordo de seus navios ou submarinos. Calcula-se que quase a metade do arsenal tático nuclear dos Estados Unidos se encontre fora de suas fronteiras, principalmente, na República Federal Alemã e na Inglaterra, Holanda, Bélgica, Itália, Islândia, Turquia, Espanha, Portugal, Filipinas e Coreia do Sul.

Em um mundo polarizado como o atual, um dispositivo bélico de perímetro tão vasto é naturalmente exposto a fricções e a frequentes, graves confrontos nos pontos mais distantes do globo, capazes de desencadear, a qualquer momento, conflitos de dimensões maiores. De acordo com os termos do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e levando em consideração as suas mais recentes emendas,³ sempre que os Estados Unidos se

2 “Paese Sera”, Roma, 20 de agosto de 1975.

3 Conferência dos plenipotenciários da Organização dos Estados Americanos (OEA), Protocolo de emenda ao TIAR, San José, Costa Rica, julho de 1975.

encontrem envolvidos em ações deste tipo, poderão contar com a solidariedade automática dos outros 20 países signatários, mesmo no caso em que o teatro do conflito estivesse a milhares de quilômetros de distância das costas americanas.⁴

As supramencionadas disposições do TIAR nada mais são do que a explícita consagração de compromissos políticos anteriores, aos quais se deu uma aprovação multilateral e um conteúdo inequivocamente militar. Se os EUA enunciavam como própria missão tutelar sobre o inteiro continente desde 1823, com a chamada “Doutrina Monroe”, exercitando-a, posteriormente, nos países do Sul – sobretudo, na zona do Caribe – sem qualquer limitação jurídica ou moral, o TIAR tem antecedentes diretos no processo diplomático que precedeu o ingresso dos Estados Unidos no último conflito mundial:

- a. Em 1938, a Conferência Pan-americana, em Lima, declara que “os povos da América alcançaram a unidade espiritual”, baseada nos princípios republicanos, nos sentimentos de humanidade e de tolerância, no respeito da soberania dos Estados e das liberdades individuais;
- b. Em 1939, no Panamá, é adotada uma resolução para extirpar, nas Américas, “a propaganda das doutrinas que tendem a colocar em perigo o comum ideal democrático interamericano”. Ambiguamente orientada para combater a difusão das ideias nazistas, é emitida uma solene declaração coletiva de neutralidade diante do conflito, até então puramente europeu, e é estabelecida uma “zona de segurança”, ao redor do Continente, cujas águas os Estados signatários se comprometem a “conservar livres de qualquer ato hostil por parte de qualquer nação beligerante não americana”;⁵
- c. em 1940, em Havana, uma reunião consultiva dos ministros de Relações Exteriores declara que “qualquer atentado por parte de um Estado não americano contra a integridade e a inviolabilidade do território, a soberania ou independência política de um Estado americano, será considerado como um ato de agressão contra os Estados que assinam esta declaração”;
- d. Em 1942, no Rio de Janeiro, poucas semanas após o ataque japonês em Pearl Harbour, os Estados Unidos obtêm uma recomendação de rompimento das relações diplomáticas com o Japão, a Alemanha e a

4 Artigos 3º e 4º do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca. Conferência Interamericana, Rio de Janeiro, agosto-setembro de 1947.

5 Reunião consultiva dos Ministros das Relações Exteriores, Resoluções XI e XIV, Panamá, setembro/outubro de 1939.

Itália “por ter, o primeiro destes, agredido e os outros dois declarado guerra a um país americano”; que se adotem medidas legislativas “tendentes a prevenir ou a reprimir penalmente atos contra as instituições democráticas dos Estados do Continente”; a aprovação de diversas moções voltadas a reforçar o esforço bélico dos Estados Unidos e, enfim, a convocação imediata, em Washington, de uma reunião de técnicos navais e militares de todos os países “para estudar e sugerir a estes (governos) as medidas necessárias para a defesa do Continente”. Nasce, assim, a *Junta Interamericana de Defesa*.

Terminada a Guerra, esse verdadeiro código de princípios e compromissos multilaterais denominado “Sistema Interamericano” passa, bruscamente, da retórica inicial e da oposição às potências do Eixo, durante a Segunda Guerra Mundial, a uma genérica defesa do hemisfério contra uma eventual agressão extracontinental que, sempre com maior precisão, indica-se de proveniência da União Soviética.

Em agosto de 1947, há pouco mais de um ano do famoso discurso de Churchill no Westminster College de Fulton, anunciando o advento da Guerra Fria, nasce, no Rio de Janeiro, o Tratado de Assistência Recíproca, fundamento jurídico da dependência militar latino-americana e instrumento sobre o qual se apoiam a ideologia e a doutrina estratégica das forças armadas. Conceitos como o de “segurança coletiva” e “unidade de interesses” dos países do Novo Mundo são usados para justificar a solidariedade incondicional dos signatários com o Estado norte-americano, hipoteticamente agredido por uma potência ultramarina, o que, obviamente, significa fazer das nações latino-americanas aliados subalternos dos Estados Unidos, único país da área com interesses políticos de alcance mundial. A partir daquele momento, os inimigos dos Estados Unidos se tornam, automaticamente e sem qualquer alternativa possível, inimigos de todas as nações latino-americanas.

Assinado o TIAR, os passos sucessivos são direcionados para estabelecer um sólido controle do Pentágono sobre as instituições armadas, em nome da doutrina estratégica comum.

- a. No que se refere às armas e equipamentos militares, essa é a época dos maciços fornecimentos de material bélico de todo o tipo, sob forma de empréstimos e doações no quadro de convenções bilaterais. Os resíduos bélicos 1939-1945 servem para realizar uma operação altamente lucrativa do ponto de vista econômico e político: recupera-se uma parte do valor dos materiais já antiquados em relação às necessidades militares dos Estados Unidos e, contemporaneamente,

- criam-se no país “beneficiário” uma maior dependência logística e um vínculo mais estreito com a indústria bélica norte-americana, para provisão de munições e peças de reposição.
- b. No plano político, desde 1952, são assinados entre os Estados Unidos e as repúblicas sul-americanas 17 pactos de assistência militar (PAM). Além de regulamentar a concessão de materiais e serviços, alguns destes acordos (por exemplo, aquele assinado com o Chile em 1952) comprometem o país subalterno a “dar a máxima contribuição consentida pelos seus recursos humanos e econômicos (...) para incrementar e manter as próprias forças defensivas e, ao mesmo tempo, a força defensiva do mundo livre”.
 - c. No que se refere ao treinamento, entre 1950 e 1972, são adestrados nos Estados Unidos, junto a escolas e cursos criados no exterior, 61.032 militares. Entre estes, contam-se 7.578 brasileiros, 5.785 peruanos e 4.932 chilenos.⁶

Sobre a importância dessas atividades temos o testemunho do ministro da Defesa dos EUA, Robert McNamara: “provavelmente a maior utilidade que obtemos com o nosso investimento no campo da assistência militar provém do adestramento de oficiais selecionados nas nossas escolas militares e nos centros de treinamento, nos Estados Unidos e no exterior. Estes estudantes são escolhidos nos próprios países para se tornarem instrutores quando voltam ao seu país de origem. São os futuros líderes (...). Não é necessário explicar a importância de ter nos postos de comando homens que conheçam de primeira mão o modo de fazer e de pensar dos norte-americanos. Para nós é motivo de valor inestimável fazer, destes homens, nossos amigos”.⁷

A chamada “Declaração de Caracas”, de 1954, assinala uma mudança nas concepções norte-americanas que se cristalizarão alguns anos mais tarde, durante a administração Kennedy. No texto da Declaração é possível ler: “o domínio ou o controle das instituições políticas de qualquer Estado americano por parte do movimento internacional comunista, estendendo até o continente americano o sistema político de uma potência extracontinental, constituiria tal ameaça à soberania e à independência política dos Estados Unidos, que colocaria em perigo a paz na América, requerendo uma consulta para considerar a adoção de medidas oportunas, em conformidade aos tratados existentes”.

⁶ Michael T. Klare, artigo in “Le Monde Diplomatique”, Paris, julho de 1975.

⁷ Declaração à Câmara dos Representantes, Hearings 87th Congress, Washington D.C., 1963.

A atenção de Washington se volta, desse modo, para o interior do continente, aos sinais de rebelião que aparecem nas massas latino-americanas diante das condições generalizadas de miséria, corrupção e submissão aos interesses estrangeiros. São agitações que ameaçam não somente o predomínio das velhas classes dominantes, mas, também, a hegemonia norte-americana.

Somente após a derrota dos exércitos coloniais franceses em Dien Bien Phu, a vitória da Revolução Cubana e a nova perspectiva kennediana sobre a missão e os deveres dos Estados Unidos na América e no mundo, haverá uma mudança fundamental na política militar norte-americana em relação à América Latina.

Para os oficiais de formação tradicional, a vitória do pequeno povo asiático, desprovido de recursos bélicos e econômicos, contra unidades de elite por uma grande potência europeia, indica a necessidade de estudar em profundidade este novo tipo de guerra, a guerra irregular. Segundo uma análise feita por Horacio Veneroni, em seu livro dedicado a estes temas,⁸ as conclusões dos especialistas são, no entanto, insuficientes e parciais: a ciência militar tradicional consegue identificar os princípios elementares técnicos e operativos da guerra de libertação popular, mas demonstra-se incapaz de penetrar nas raízes sociais e políticas desta nova forma de luta. A sua resposta é, então, a formulação de uma doutrina bélica de ‘contra-insurreição’ que, impotente para entender as reais motivações do levante coletivo, acaba por atribuir os movimentos revolucionários e de libertação a um ‘comunismo internacional’ genérico e simplista, isolando-os das circunstâncias locais e históricas que lhes procuram consenso entre as massas, capacidade política e espírito combativo. Esta abordagem, apesar das suas limitações, terá, de qualquer modo, uma forte influência na nova orientação da política militar norte-americana.

Um segundo elemento foi, na ilha de Cuba, o colapso do exército de Batista, generosamente apoiado pelo Pentágono e o desenvolvimento anti-imperialista da revolução castrista.

Contemporaneamente, a estratégia global dos Estados Unidos acusava os efeitos da paridade alcançada pela União Soviética no campo nuclear. A perspectiva de uma recíproca destruição como resultado da inevitável represália atômica induzia as duas potências a evitar um confronto direto e a rever as grandes linhas de sua precedente estratégia. Com a perda do monopólio nuclear, os Estados Unidos viam ruir os fundamentos da “represália maciça” sobre a qual tinham sustentado, até aquele momento, a sua política, para dar lugar a uma estratégia flexível, de respostas graduais, a fim de evitar o confronto frontal.

8 Horacio L. Veneroni, “EE.UU y las Fuerzas Armadas de América Latina”, Ediciones Periferia, Buenos Aires, 1973, cap. II.

Os possíveis conflitos eram catalogados numa escala de gravidade decrescente, cujos últimos degraus eram ocupados pela “guerra subversiva”.

A América Latina era um dos potenciais teatros deste último tipo de guerra. Em função de tal perspectiva, o presidente Kennedy elaborava a própria concepção sobre a defesa do hemisfério, cujos elementos principais deveriam ser a “segurança” e o “desenvolvimento”.

Consequentemente, as forças armadas latino-americanas não são mais consideradas um fator significativo no hipotético confronto com a União Soviética e o bloco socialista; o papel delas se reduz para assegurar a ordem interna, ou seja, garantir a “segurança” do continente e de qualquer uma das suas unidades nacionais. A isso deve ser acrescentado o “desenvolvimento” (elemento inspirador da *Aliança para o Progresso*), destinado a remover as causas da agitação social mediante a melhoria do nível de vida das massas populares.

A nova política se projeta em diversos planos:

- a. No plano diplomático, o sistema laboriosamente tecido no pós-guerra com o suposto objetivo de promover a democracia, a paz e a independência adquire um explícito conteúdo antissocialista. Durante a VIII Reunião de Consulta (1962), na resolução que expulsava Cuba, declarou-se que a “adesão de qualquer membro da OEA ao marxismo-leninismo é incompatível com o Sistema Interamericano”.

Na IX Reunião de Consulta (1964), o emprego da OEA como instrumento de domínio se tornou mais visível e brutal: foi decidida a ruptura coletiva das relações com o governo revolucionário cubano, começou o bloqueio comercial à ilha e a ameaça explícita do uso da força armada contra Cuba para derrubar o novo regime. A total falência daquela tentativa, consagrada no “Protocolo de emenda ao TIAR” (1975), representa uma brilhante vitória diplomática e política da Revolução Cubana, mas, não muda a substância imperialista do TIAR.

- b. No campo militar, o governo Kennedy desencorajou os fornecimentos de material bélico julgado caro e sofisticado para a América Latina, promovendo, ao contrário, a entrega de armas e equipamentos adaptados às operações anti-guerrilha. A motivação de fundo desta orientação era, sem dúvida, a nova concepção do Pentágono em relação ao emprego das forças armadas latino-americanas, mas, como justificativa, são apontados argumentos menos humilhantes: o principal motivo, disseram, é evitar que nações pobres, atingidas por graves injustiças sociais e profundos desequilíbrios econômicos, comprometam excessivos recursos na compra de armas e materiais tecnologicamente avançados.

Atualmente, o principal instrumento de realização da nova orientação continua a ser o Programa de Assistência Militar, mas, ao mesmo tempo e seguindo aquela que foi a direta inspiração de Kennedy, dá-se um grande impulso ao reforço técnico e material dos corpos de polícia.

O novo papel atribuído aos militares dos países satélites requer que seja dedicada uma atenção ainda maior ao treinamento e à formação, seja profissional que ideológica, de oficiais e suboficiais nas escolas norte-americanas, bem como uma estreita supervisão norte-americana sobre os comandos nacionais dos exércitos sul-americanos.

- c. No campo político, o papel de policial do imperialismo levou o governo dos Estados Unidos a intervir brutalmente contra Cuba em abril de 1961 e contra Santo Domingo quatro anos mais tarde. Apesar da falência dos esforços para criar uma força militar interamericana dependente do Pentágono, tais tentativas deram uma detestável prova do seu caráter colonialista na invasão da República Dominicana.

Os compromissos assumidos no quadro da OEA e as doutrinas anti-insurrecionais revelam o seu verdadeiro caráter. No “Dicionário de Termos Militares dos Estados Unidos” (*Dictionary of United States Military Terms for Joint Usage*) pode-se ler que “insurreição” é aquela que, “em consequência de uma revolução ou de um levante *contra um governo constituído*, leva o país à beira da guerra civil”. Já há muito tempo e em diversas latitudes (na Guatemala, por exemplo) os Estados Unidos haviam abandonado qualquer escrúpulo para embarcar-se, mais ou menos abertamente, em agressões direcionadas a derrubar governos legítimos. Mas, foi após o ataque dos *marines* contra as forças constitucionais dominicanas e após o apoio abertamente dado pelos Estados Unidos à conspiração contra o presidente João Goulart, que qualquer dúvida a respeito foi dissipada. Tornou-se claro que o verdadeiro inimigo do sistema interamericano não era uma insurreição comunista. Na realidade, a ser condenada era qualquer forma de resistência à dominação imperial, seja que surgisse na base para lutar pelo poder, seja que houvesse alcançado o controle do Estado com os meios mais democráticos. A mais recente e dramática confirmação nos veio através dos acontecimentos do Chile.

Por muito tempo, os Estados Unidos foram a fonte quase exclusiva do aprovisionamento latino-americano de armas e material bélico, ou seja, que pôde lhe assegurar a fidelidade do aparato militar e, sobretudo, de seus chefes. A renovação periódica do material, a necessidade de reservas de munições e de treinamento dos funcionários garantiam a manutenção de uma relação regular de dependência em relação à potência protetora. O fato que os

equilíbrios internos do continente dependessem, em última análise, dos favores e preferências dos administradores do programa, acrescentava um fator decisivo de submissão dos altos comandos militares, temerosos que cada manifestação de dissenso pudesse privá-los do apoio logístico norte-americano e conferir vantagens às nações potencialmente rivais.

Em 1968, o Programa de Assistência foi completado pela lei sobre as vendas militares ao exterior (*Foreign Military Sales Act*), que permitia abastecer os mercados latino-americanos com maior liberdade. Mas, as restrições impostas nos anos precedentes haviam, evidentemente, provocado um descontentamento entre os chefes militares do Sul, os quais iniciaram a pressionar os respectivos governos para que encontrassem fontes alternativas de aprovisionamento bélico. Desde o início dos anos de 1960, e apesar dos critérios inspirados por Kennedy, o medo de perder os tradicionais clientes havia feito com que às doações e aos empréstimos do Programa de Assistência Militar se substituíssem as vendas. No entanto, a promulgação da nova lei é que dará o impulso decisivo no comércio de armas nos anos sucessivos.

Durante a presidência Nixon, a presença de McNamara na Direção da Defesa foi caracterizada por uma grande expansão dos negócios do complexo militar-industrial. Levando em consideração as recomendações do Relatório Rockefeller, o presidente reconheceu a necessidade de satisfazer o “compreensível orgulho profissional que faz nascer o desejo igualmente compreensível de armas modernas” e deu os primeiros passos para transferir a responsabilidade da ordem interna dos países aliados às tropas autóctones. Esta doutrina culminou, em 1972, com a “vietnamização” do conflito asiático. Depois disso, em 1974, as vendas militares à América Latina totalizaram 309 milhões de dólares, contra pouco mais de 21 milhões dados através do PAM. A este ponto, as doações e os empréstimos representavam menos de 10% do montante das transações estritamente comerciais.

David Pockard, secretário delegado à Defesa, definirá a essência desta nova doutrina reconhecendo que “ela coloca o Programa de Assistência Militar e as vendas militares numa posição privilegiada no interior da nossa política exterior”. Com isso ele repetirá, de uma forma menos pesada, os conceitos de William Perraut, vice-presidente da Lockheed Aircraft: “Quando alguém compra um avião, ao mesmo tempo, compra um fornecedor de peças de reposição e uma linha de abastecimento. Em outras palavras, adquire um sócio político”.⁹

A venda de material bélico é promovida pelo governo dos Estados Unidos graças a um complicado aparato administrativo-comercial dependente

9 Citado no periódico “Cuestionario”, Buenos Aires, junho de 1975.

do departamento de Defesa, que seria longo e supérfluo descrever aqui. Vale à pena, no entanto, assinalar que a Seção das negociações logísticas internacionais (*International Logistic Negotiations Section*) ocupa um lugar à parte e é manobrada, desde 1961, pelo subsecretário de Defesa Henry J. Kuss Jr. Este serviço, elemento fundamental nas negociações de material bélico, é extremamente vinculado ao mundo das grandes empresas através do Conselho consultivo de defesa e da indústria (*Defense-Industry Advisory Council, DIAC*), composto pelos representantes das 25 maiores empresas produtoras.

No Comitê para as exportações militares do DIAC, ocupam posições privilegiadas empresas construtoras de aviões, como o Northrop e a Lockheed, que se encontram, assim, em excelentes condições para obter contratos fabulosos. A sua influência nos mais altos níveis de decisão norte-americanos acrescenta-se, frequentemente, o poder de seus agentes sobre o aparato militar dos países compradores, como se pôde verificar recentemente na França, a propósito do “caso” Stephlin e também na Itália. Este mesmo centro, enfim, dirige e articula a intervenção dos grupos consultivos de assistência militar anexos às embaixadas dos EUA e facilita o financiamento das operações de venda, principalmente, através de créditos do *Export and Import Bank* (Eximbank).

Outro elemento desta política tendente a delegar responsabilidades militares aos países aliados e subalternos deu-se na substituição de forças americanas por tropas locais nas operações de repressão. Quando McNamara apresentou o Programa de assistência para 1967 disse: “Os Estados Unidos não podem estar presentes em todos os lugares ao mesmo tempo... O equilíbrio das forças e as alternativas variáveis que nos desafiam no mundo contemporâneo podem ser enfrentadas somente por amigos leais, bem equipados e prontos para realizar as tarefas que foram a eles confiadas... O PAM foi idealizado para conquistar tais forças e alternativas, já que ajuda a manter contingentes militares que completam as nossas forças armadas”.¹⁰

Não somente o custo do material destinado à contra-insurreição começou a ser progressivamente baixado nos orçamentos dos países satélites, mas, coube aos soldados locais serem utilizados em combate. Um ótimo negócio, sem dúvida, como economia de vidas humanas para a metrópole e, também, em sentido literal: o próprio McNamara calculou uma vez que, enquanto o custo de um soldado norte-americano era de 4.400,00 dólares ao ano, um soldado engajado em formações locais custava apenas 540 dólares.¹¹ Recorrendo a vários pretextos, durante a sua administração, Nixon utilizou certas faculdades

10 In “Latin American Radicalism”, Random House, New York, 1969.

11 Idem.

excepcionais constantes na Lei sobre as vendas militares para elevar o teto de transferência para a América Latina de 75 para 150 milhões de dólares por ano e, em 1973, antes de ser obrigado a deixar a presidência pelas circunstâncias conhecidas, ele abriu definitivamente aos compradores do Terceiro Mundo o acesso a armas de tecnologia superior, como os caças bombardeiros supersônicos.

Cada vez que o governo de Washington viu-se limitar por considerações legais ou políticas o envio de sua produção bélica para certos países, encontrou o modo de superar o obstáculo com o sistema dito “regra do país terceiro”, graças a qual os Estados Unidos autorizam um governo estrangeiro a ceder a um terceiro governo armas e equipamentos comprados dos Estados Unidos ou fabricados no próprio território sob licença norte-americana. Este procedimento indireto é utilizado quando a venda entra em conflito com a política oficial ou desrespeita acordos internacionais. Assim, por exemplo, helicópteros Boeing fabricados na Itália foram transferidos ao Irã, evitando que uma participação direta de Washington comprometesse o delicado equilíbrio militar no Oriente Médio. Do mesmo modo, o Estado de Israel funcionou como intermediário para colocar material bélico na África do Sul. No entanto, o caso mais clamoroso talvez tenha sido dos caças Sabre F 86, enviados em 1967 ao Paquistão, país contra quem os Estados Unidos aplicavam, oficialmente, o embargo de armas. Os aviões, fabricados no Canadá sob licença norte-americana, para serem vendidos à Alemanha Ocidental, acabaram no Irã, vendidos pelo país de origem. É atual a denúncia, feita em muitos lugares, que com este mesmo mecanismo o Pentágono asseguraria à Junta chilena um volume de armas muito superior àquele que é disposto a admitir. Vender ao invés de dar aos países vassalos as armas com as quais os interesses americanos são defendidos contra o descontentamento popular, e substituir os próprios soldados com tropas autóctones são os principais passos da política militar norte-americana nos últimos anos. Mas, um terceiro aspecto, não menos relevante, é representado pela formação profissional e política de oficiais e suboficiais dos exércitos locais. Na realidade, pouco serviriam as armas e os homens em quantidade suficiente onde não se conseguisse inculcar uma forte motivação política nos combatentes e, mais ainda, em seus comandantes.

Para tal tarefa corresponde uma rede de institutos militares responsáveis pela instrução dos funcionários estrangeiros e, sobretudo, latino-americanos. Os mais conhecidos são: Fort Bragg, na Carolina do Norte; Fort Sherman, na zona do Canal do Panamá, onde se encontram, também, Fort Clayton, Fort Gulik e a base aérea de Albrook. Em Fort Sherman, funciona uma escola de “guerra nas selvas” (*US Army Jungle Warfare School*) com

cursos de especialização de combate em territórios inacessíveis. Em Fort Clayton se encontra a escola para a preparação de especialistas em cartografia (*Cartographic School of Interamerican Geodetic Survey*). Em Fort Gulik fica a “Escola das Américas do Exército dos Estados Unidos”, da qual falaremos mais adiante, subdividida em quatro cursos: Comando, Operação, Logística e Técnica. Na mesma zona funcional a base de Albrook, reservada ao treinamento de funcionários da aviação militar. Até dezembro de 1969, esta última havia hospedado 9.301 alunos, dos quais somente 5% eram de oficiais. Em Quarry Heights, sempre na zona do Canal, funciona o Comando Sul dos EUA (*Southcom*), sobre o qual trataremos mais adiante.

A Escola das Américas, principal centro do imponente complexo panamenho, foi criada pelo Pentágono em 1949, com o objetivo específico de treinar oficiais latino-americanos para reprimir os movimentos de libertação. Desde então, preparou cerca de 30 mil oficiais os quais, deixada a escola, mantiveram laços estreitos com os chefes militares norte-americanos e com as várias seções e atividades do Departamento de Defesa. Gregorio Selser, em um caderno de *Crisis*, publicado em Buenos Aires e dedicado ao Pentágono, reproduz as palavras de um jornalista norte-americano sobre os inquietantes aspectos desta instituição: “Entre os militares chilenos que assumiram o controle do país no mês passado se contam seis graduados na Escola Militar das Américas que ocupam altos postos na hierarquia. Trata-se do chefe dos Serviços de Informação, dos comandantes da 2ª Divisão de Infantaria e da Divisão de Apoio de Santiago, da 3ª Divisão de Infantaria de Concepción, da Escola de Engenharia de Tejas Verdes e da Escola de Paraquedistas e Tropas Especiais perto de Santiago”. Acrescente-se, ainda, esta avaliação mais geral: “Disseminados na América do Sul e no Caribe, mais de 170 oficiais, que saíram da Escola das Américas dos Estados Unidos, são hoje chefes de governo, ministros, comandantes em chefe, chefes de Estado Maior e dirigentes dos serviços de informação”. O seu ex-diretor, o coronel William W. Nairn, tinha bons motivos de se sentir satisfeito quando dava estas informações ao jornalista Drew Middleton do New York Times.

Ainda em Fort Gulik, sob a direção imediata do Pentágono e em colaboração direta com a CIA, funciona o 8º Grupo de Forças Especiais (Boinas Verdes) dos Estados Unidos. É uma tropa especificamente destinada a intervir com a máxima rapidez em qualquer ponto do continente, quando for necessário reforçar as guarnições locais. A imprensa norte-americana se orgulha em destacar que entre as especialidades dos Boinas Verdes está aquela de saber matar em 32 modos diferentes... sem recorrer às armas. Trata-se de um aspecto ainda pouco conhecido do *American Way of Life*.

Em abril de 1967, daqui partiram o major Ralph “Pappy” Shelton e 16 Boínas Verdes com destino à Santa Cruz de La Sierra, no Leste da Bolívia. A sua tarefa era de instruir “rangers” encarregados de capturar e matar o comandante Che Guevera, como, de fato, ocorrera seis meses depois. Uma missão que pode ser considerada um verdadeiro símbolo da medida em que os exércitos da América Latina se tornaram meros apêndices coloniais do onipotente Comando Sul (*Southcom*).¹²

Uma vez que o inteiro dispositivo de defesa do hemisfério é concebido para enfrentar uma hipotética expansão soviética e, em última instância, é o governo de Washington que se reserva o direito de decidir se uma manifestação política seja legítima ou subversiva, a instrução dos militares se inspira numa rigorosa lealdade em relação aos interesses dos Estados Unidos e uma irreduzível e sistemática hostilidade contra qualquer tendência revolucionária ou mesmo anti-imperialista ou democrática. De tal modo, o acesso de uma corrente progressista ao poder, mesmo que através de eleições regulares, pode justificar, em nome das doutrinas anti-subversivas, um golpe de Estado contra o governo legítimo, como aconteceu com o *putsch* dos militares chilenos, sem que os autores do golpe de Estado vejam uma mínima contradição entre as suas promessas e a sua conduta. Na América Latina, a “democracia” acabou, assim, por ser um regime em que a soberania popular é substituída pela ocupação militar, clara ou dissimulada, por parte de tropas coloniais autóctones sob as ordens do Pentágono.

É essa penosa degradação que nos permite afirmar que as forças armadas latino-americanas foram “desnacionalizadas”. Os seus objetivos fundamentais não são mais a segurança das fronteiras e a proteção da soberania dos respectivos Estados, mas a integração em um sistema militar destinado a perpetuar a dominação do capital estrangeiro. Todos estes exércitos, mais ou menos, deixaram de ser a expressão da independência das respectivas nações, para se transformar em agentes de sua escravidão política e econômica. Com a única exceção, por enquanto, do Peru, seria difícil afirmar que algum exército sul-americano escapou de tal destino.

De fato, o Comando Sul do exército norte-americano age como instância hierárquica suprema sobre o conjunto das forças armadas latino-americanas. As suas funções e o seu caráter, segundo um relatório do subcomitê para a política nacional de segurança do comitê de assuntos exteriores da Câmara dos Deputados dos EUA - e citada por Horacio Veneroni - seria “a supervisão da maioria das atividades das missões militares dos Estados Unidos

12 M.N., artigo in “Le Monde”, Paris, 14 de outubro de 1971.

na América Latina, incluindo as suas funções de treinamento”; enquanto “a área na qual (tal Comando Sul) é responsável pela tutela e a promoção dos interesses dos Estados Unidos inclui as áreas terrestres da América do Sul e da América Central, com exceção do México”. O Comando possui três tarefas fundamentais, prossegue o relatório: “Em primeiro lugar, é diretamente responsável por eventuais situações críticas nos países da América Latina, que poderiam requerer uma resposta militar dos Estados Unidos... [Segundo,] a presença militar dos Estados Unidos na zona do Canal do Panamá serve como dissuasor de “aventuras” promovidas por elementos radicais, que seriam mais ativos no Hemisfério se não existisse o Comando Sul. Terceiro, o Comando unido supervisiona a assistência militar às nações da região, fornecendo conselheiros norte-americanos, grupos de instrutores requisitados pelos países latino-americanos e um complexo de escolas militares na zona do Canal”.

Para dissipar as últimas dúvidas, o documento prossegue: “Os Estados Unidos demonstram o seu interesse pela América Latina com a ativa participação na segurança regional coletiva e com o seu apoio ao Tratado do Rio”.

O chefe do Comando Sul possui um papel essencial na manutenção de laços estreitos com os comandantes militares de todos os países da área. Segundo o Comando Sul, os militares latino-americanos desempenham uma parte muito importante na vida política nacional, quer os Estados Unidos o aprovelem ou não, e suas opiniões possuem uma influência direta nas possibilidades de realizar os objetivos dos Estados Unidos em cada país. O chefe do Comando Sul e o seu Estado Maior afirmam, por isso, “de serem capazes de exercer a *máxima influência construtiva* sobre as forças armadas da América latina, não somente no campo militar, mas, também, no apoio à modernização política, social e econômica”.¹³

Embora o governo de Washington tenha descoberto o papel fundamental da polícia nos países subdesenvolvidos somente durante a administração Kennedy, desde 1954, os Estados Unidos forneciam equipamentos, armas e treinamento a um grupo de países satélites. Sob tal aspecto, tiveram um tratamento privilegiado São Domingos e Venezuela, na América Latina, tal como o Vietnã, na Ásia. Segundo os dados da AID (Agência Internacional para o Desenvolvimento), mais de um milhão de policiais estrangeiros, entre os quais não menos de 100.000 agentes brasileiros e 85.000 sul-vietnamitas, teriam recebido instrução e material através do programa norte-americano de “Segurança Pública”.¹⁴

13 Veneroni, op. cit. p. 31 e sucessivas.

14 Michael T. Klare, *War Without End: American Planning for the Next Vietnams*, New

Os objetivos destas ajudas foram assim ilustrados no Senado dos EUA por David Bell administrador da AID: “Não há dúvida de que os Estados Unidos têm um grande interesse em criar e manter um clima de ordem e de legalidade sob um controle humanitário e segundo conceitos civilizados... Quando é necessário, ajuda-se tecnicamente a polícia das nações em desenvolvimento, a fim de que possa desempenhar as próprias tarefas, promover e proteger os interesses dos Estados Unidos”.¹⁵

Desde 1962, o Programa para a segurança foi ampliado e as atividades de ajuda às polícias foram concentradas no Escritório de Segurança Pública (*Office of Public Safety*, OPS) da AID. Contemporaneamente surgia, na zona do Canal do Panamá, a Academia Interamericana de Polícia, depois transferida para a capital com o nome de Academia Internacional de Polícia.

Entre 1961 e 1968, as despesas para o Programa de segurança aumentaram para, depois, serem reduzidos gradualmente nos anos sucessivos. Os subsídios para a AID na América Latina nos anos 1961 – 1969 chegaram aos 43 milhões de dólares, iguais a um quinto do orçamento total da Agência, cuja atenção era principalmente voltada, naqueles anos, para o Sudeste Asiático. Em compensação, no mesmo período, num total de 5.547 agentes de polícia treinados nos Estados Unidos, 3.166 eram latino-americanos. Inumeráveis testemunhos comprovam a finalidade estritamente política desses pagamentos. U. Alexis Johnson, subsecretário de Estado encarregado dos programas de polícia, em 1971, se dirigia aos alunos que haviam concluído o curso na Academia Internacional com estas palavras: “Ele (o presidente Kennedy) seguia com especial atenção os nossos programas, porque estava firmemente convencido de que as forças de polícia fossem um elemento fundamental para resistir às ameaças constituídas pelas insurreições e subversões internas, inimigas daquele desenvolvimento e daquela estabilidade que o presidente Kennedy defendia”.¹⁶

Se se pensa que entre 1950 e 1969, ou seja, antes que tomasse impulso a atual e frenética corrida armamentista, os exércitos da América Latina receberam dos Estados Unidos armas, serviços e treinamento em um total de 1.357 milhão de dólares, explica-se o absoluto predomínio da superpotência norte-americana no campo militar e o seu poder de impor às forças armadas da área Sul as próprias orientações estratégicas e operativas.

York: Knopf, 1972. (Ed. espanhola: Michael T. Klare, *La Guerra sin fin*, Barcelona: Noguer, 1974).

15 Idem.

16 Idem.

A mentalidade da imensa maioria dos oficiais, marcada pelos conceitos de segurança interna e contra-insurreição, é fruto de duas décadas de ininterrupto controle por parte do Pentágono sobre seu treinamento, organização e fornecimento de armas e equipamento bélico: um controle instaurado, é preciso dizer, graças à ignóbil cumplicidade dos dirigentes políticos locais.

Anteriormente recordamos como, em 1942, sob a pressão dos acontecimentos da época, nasce a Junta Interamericana de Defesa. Três anos mais tarde da Conferência de Chapultepec de 1945, outra conferência interamericana voltou à questão para conferir à Junta um caráter permanente, fazendo participar, inclusive, os representantes diretos dos Estados Maiores (não dos governos) e reforçar, em geral, sua autoridade sobre o sistema.

Assim, teve início um longo e tortuoso processo que visava à institucionalização da colaboração e coordenação dos militares em escala continental, sob forma de um Conselho militar, de um Estado Maior supranacional e, enfim, de uma chamada “Força Interamericana de Paz”. Os planos norte-americanos não foram, no entanto, completamente realizados, e por isso, a Junta Interamericana se mantém, até agora, pelo menos formalmente, dentro de suas linhas iniciais.

Ao historiador Arthur M. Schlesinger, ex-conselheiro de Kennedy, devemos a seguinte descrição das intenções do Pentágono: “Após a guerra, o Departamento de Defesa afirmou que, no interesse da segurança dos Estados Unidos, as relações militares com os governos latino-americanos deveriam ser ampliadas”. Em 1947, atendendo às solicitações do Pentágono, Truman propôs “a uniformização da organização militar, os métodos de treinamento e equipamento em todo o hemisfério, com a esperança evidente de poder criar um exército inteiramente sob o comando dos generais norte-americanos”.¹⁷

Em 1961, os Estados Unidos deram uma forma oficial as suas aspirações de constituir uma força supranacional para sancionar formalmente uma já antiga dependência de fato, mas sem conseguir resultados apreciáveis. Apesar disso, em diversas leis promulgadas, pelo menos até 1973, o Congresso Federal continuou a destinar fortes somas destinadas à criação de “uma força militar interamericana sob o controle do OEA”, sem aguardar a autorização da

17 Citação de Veneroni do livro de Arthur M. Schlesinger Jr., *A Thousand Days: John F. Kennedy in the White House*. Black Dog & Leventhal Publishers, Incorporated, 2005 (trad. port.: Arthur M. Schlesinger Jr, *Mil Dias na Casa Branca - John F. Kennedy - Vol. II*, Civilização Brasileira, 1966).

própria OEA ou de qualquer acordo internacional.¹⁸ Como se sabe, a única vez em que formações deste tipo combateram sob uma bandeira comum foi para perpetrar a detestável invasão da República Dominicana: na ocasião, cerca de 1.600 soldados da América dominada foram usados para mascarar, sob a denominação de “pacificação”, a agressão ilegal e cruel dos *marines* contra as tropas constitucionais e o povo dominicano em armas. Para justificar a operação, o Departamento de Estado e os seus cúmplices latino-americanos tiveram de espezinhar as próprias normas regulamentares da OEA, alcançando um quórum indispensável graças ao voto do embaixador de um governo que deixara de existir algumas semanas antes.

Após esse episódio, insistiu-se, em várias ocasiões, sobre a necessidade de dar maior organicidade ao sistema de defesa do hemisfério, em especial, tornando estável o organismo supranacional de coordenação e procurando investi-lo de uma autoridade independente dos organismos interamericanos de caráter político. A falta de resultados concretos nesta direção encorajou o uso de procedimentos alternativos para alcançar os mesmo objetivos. Assim, as conferências dos exércitos americanos, que se realizam desde 1961, têm como única finalidade aquela de reforçar os laços políticos com os altos comandos continentais para alistá-los na tarefa contra-revolucionária. A última destas conferências, realizada recentemente no Uruguai, segundo um comunicado da AFP, havia colocado na pauta “a agressão do comunismo internacional no continente”. As marinhas da guerra e as forças aéreas mantêm, ocasionalmente, reuniões do mesmo nível e caráter. Com menos ruído, até 1973, foram realizadas sete conferências interamericanas dos serviços de informação militar. Descartada a hipótese que tais reuniões possam servir a um intercâmbio de informações de espionagem (gentileza sem precedentes na história), não resta que atribuir a estas iniciativas um propósito grosseiramente político, frequentemente realizado às custas do poder civil.

A IX Conferência dos exércitos, realizada em Fort Bragg (nos Estados Unidos), em 1969, aprovou o Acordo III/B, a fim de que “seja iniciado um estudo para estabelecer as linhas fundamentais de política e estratégia que deverão inspirar os países da América Latina em seus esforços para o desenvolvimento e contra a agressão por parte do comunismo internacional”. Do mesmo modo, no acordo se recomenda que a Junta Internacional de Defesa “estude a possibilidade de prover uma secretaria permanente para a CEA (Conferência dos Exércitos Americanos), além da associação institucional da CEA com a JIA (Junta Interamericana de Defesa)”. O Acordo X, proposto pelos Estados Unidos

18 Veneroni, *op. cit.* p. 117-118.

e aprovado por unanimidade, referente ao treinamento das forças terrestres, recomenda: “e) é preciso insistir na fraternidade e nos aspectos positivos do patrimônio democrático das repúblicas americanas, além de temas anti-subversivos e anticomunistas”.

Uma ulterior forma de progressiva integração são as manobras militares e exercícios conjuntos, cujo melhor exemplo é a conhecida “Operación Unitas”, de caráter aeronaval. No acesso a materiais e tecnologias modernas, os altos oficiais encontram uma justificativa profissional para enquadrar-se sem reservas em práticas bélicas inspiradas em concepções estratégicas estrangeiras e executadas sob o comando de oficiais estrangeiros. Os laços de dependência são tão fortes e o senso de dever nacional enfraquece tanto que o próprio Allende se viu obrigado a aceitar a execução de tais exercícios nos dias precedentes ao golpe de Estado de setembro de 1973, ainda que alguns anos antes o Senado chileno, mesmo com uma esquerda minoritária, houvesse decidido pôr fim a programas similares.

Se iniciativas assim numerosas e tenazes ainda não deram resultados definitivos no sentido de institucionalizarem um verdadeiro sistema militar de acordo com a vontade do Pentágono, por outro lado, foram especialmente frutuosas na manipulação direta dos exércitos locais para colocá-los a serviço dos interesses norte-americanos. Em dimensões geográficas mais reduzidas, o modelo norte-americano de integração militar foi imposto na América Central, reagrupando Guatemala, Honduras, Nicarágua, El Salvador, Costa Rica e Panamá. O Conselho de Defesa Centro-Americano (CONDECA), em funcionamento desde 1964, é apresentado como uma resposta à ameaça de uma agressão comunista proveniente do Caribe, mas, a sua finalidade prática foi, por muitos anos, servir de apoio aos planos dos emigrantes cubanos e da CIA contra o governo de Fidel Castro.

O controle norte-americano sobre a estrutura do CONDECA é realizado sobre dois planos: em âmbito nacional, mediante a participação das missões militares norte-americanas à direção superior dos exércitos locais; em âmbito regional, com a intervenção dos conselheiros norte-americanos das três Armas nos trabalhos do próprio Conselho.

Se vários obstáculos diplomáticos e políticos, até agora, têm impedido a criação de um exército continental formado por tropas metropolitanas e de unidades coloniais, a situação real não se dissocia muito do modelo teórico. Através de convênios bilaterais de ambíguo alcance e sob a cobertura ideológica de uma rede de acordos multilaterais de evidente inspiração imperialista, as forças armadas latino-americanas se transformaram num instrumento político privilegiado para garantir a hegemonia norte-americana e para fazer da soberania dos povos uma simples expressão retórica.

Nos últimos dez anos, a condição brasileira de “satélite privilegiado” começa a adquirir um significado, também, militar. Desde a última guerra, o Brasil vem aceitando como fato inevitável a divisão bipolar do mundo e a liderança exercida pelos Estados Unidos sobre aquilo que é definido como “mundo livre”.

Partindo dessa premissa, os geopolíticos formados pela Escola Superior de Guerra (em cujo vértice se acostuma colocar Golbery do Couto e Silva, atual conselheiro principal do presidente Geisel) exaltam o papel internacional de seu país, como potência subordinada, mas, ao mesmo tempo, detentora de certo grau de autonomia. Nesta linha de pensamento, os equilíbrios militares do continente sul-americano permanecem, substancialmente, condicionados pela gravitação econômica e pela projeção política do Brasil.

Desde 1964, data em que os militares brasileiros derrubaram o último governo civil, o programa hegemônico do sub-imperialismo conseguiu notáveis sucessos, impondo a própria influência preponderante sobre três Estados que o separam da Argentina: o Uruguai, a Bolívia e o Paraguai. Até hoje, a principal arma foi do tipo econômico (acordos para a exploração comum de recursos naturais como as centrais hidroelétricas de Itaipu, o ferro de El Mutún e o gás das jazidas de Santa Cruz, ou empresas binacionais de colonização e desenvolvimento industrial ou, ainda, contribuições financeiras públicas ou privadas), mas o resultado final possui um inconfundível caráter político.

O bloco dominado pelo Brasil procura, agora, reforçar a periferia e alcançar outro objetivo chave, ou seja, o acesso rápido e seguro ao Oceano Pacífico e ao Caribe, o que conferiria à atual potência atlântica uma situação privilegiada no mundo. Esta perspectiva é indispensável para julgar corretamente as tendências, as rivalidades e os conflitos suscitados pela tentativa norte-americana de remodelar o continente sob a égide das oligarquias militares. Até hoje, demonstrou-se uma fórmula eficaz para reprimir as rebeliões populares, mas começa, também, a gerar graves fatores de distúrbio na sempre mais difícil coexistência regional.

O Brasil foi a única nação que não se limitou em enviar contra São Domingos contingentes simbólicos. A sua vocação intervencionista, no entanto, não parou ali: dois anos mais tarde, diversos organismos de imprensa uruguaia divulgaram o documento secreto intitulado “Orientação geral de planejamento da segurança nacional”, elaborado na Escola Superior de Guerra, no qual se lê textualmente: “Na hipótese de que o comunismo chegue ao poder em qualquer país latino-americano ou em que a situação se agrave, em consequência da intensificação da guerra revolucionária, a fronteira do Uruguai e, por extensão, o Rio Grande do Sul, a fronteira com a Bolívia e, em especial, a zona de

Corumbá-Cáceres, além da fronteira com a Venezuela e a Guiana constituirão zonas estratégicas e, também, zonas de eventual intervenção do poder militar brasileiro”.¹⁹

Durante certo tempo, os instrumentos econômicos, a pressão diplomática e a conspiração política pareciam meios suficientes para alcançar os objetivos imediatos da geopolítica brasileira, mas os mais ambiciosos sempre pediram maior emprego direto ou indireto dos meios militares. Eduardo Galeano, em suas *Crônicas latinoamericanas* nos diz que o general Orlando Geisel, quando exercia as funções de Ministro da Defesa, estava disposto a assegurar ajuda armada do Brasil ao Paraguai “em caso de agressão estrangeira”.

O processo de penetração na Bolívia foi muito mais brutal. Em todas as tentativas de derrubar o governo do general Torres havia um envolvimento do governo do Brasil, através de agentes diretos (tais como o ex-diplomata general Hugo Bethlen, acusado pelo *El Diario* de La Paz de ter fornecido 80.000 dólares em moeda como adiantamento para financiar o golpe de Estado), mas, também, com um sólido apoio militar.

Em 20 de agosto de 1971, o jornal da capital boliviana *Jornada* denunciava “a intervenção de forças militares e paramilitares de um país vizinho” e a chegada de dois aviões da aeronáutica brasileira com um carregamento de armas destinadas às milícias recrutadas pela oligarquia de Santa Cruz. No mesmo dia daquela denúncia, eclodia uma insurreição contra o governo de esquerda do presidente Torres.²⁰ Evidentemente, o plano dos conspiradores era de estabelecer um governo paralelo em Santa Cruz, província onde os interesses brasileiros são significativos. Para garantir um apoio decisivo à insurreição, caso o golpe de Estado tivesse fracassado na capital, foi mobilizada, ao longo da fronteira brasileira e em alguns pontos também do interior do território da Bolívia, a Brigada Mista Aerotransportada de Corumbá, do 2º Corpo da Armada, sob o comando do general Ramiro Gonçalves Lima.²¹

Assim, a vitória de Banzer foi, de fato, uma vitória brasileira. Para sublinhar este seu significado, não mais de uma semana depois, o Banco Agrícola da Bolívia receberia da Investexport do Brasil um empréstimo de 5 milhões de dólares para financiar os agricultores de Santa Cruz. Uma soma igual foi concedida ao governo golpista pelo Banco do Brasil que, ao mesmo tempo, apoiava uma espetacular campanha de propaganda em todo o país lançando o slogan “Bolívia, pode contar comigo! Banco do Brasil SA”. Até aquele momento,

19 Documento do “Coletivo de Apoio à luta do povo brasileiro”, Paris: CEDETIM.

20 “Espirit”, Paris, junho de 1972.

21 “Granma”, Havana, 02 de fevereiro de 1973.

Banzer pôde contar com o Banco e com os militares brasileiros, sobretudo, para a implantação de uma formidável infraestrutura aérea e para o fortalecimento da aviação militar, para fazer do altiplano a última escala antes de tocar a costa do Pacífico. Quando depois, provocada pela campanha boliviana de “retorno ao mar”, a tensão com o Chile alcançou o ponto crítico, chegou de Brasília a notícia da venda de 18 aviões de caça Xavante, fabricados sob licença da Aermacchi italiana, para reforçar a potência aérea da Bolívia.

O predomínio sobre o Uruguai foi conseguido, pelo Brasil, com meios similares, ou seja, alternando as pressões pacíficas à ameaça militar. Em 1971, às vésperas das eleições presidenciais em que parecia possível a afirmação do *Frente Amplio* de esquerda, os governantes de Brasília elaboraram um plano militar chamado “Operação 30 Horas”, para a ocupação militar imediata do Uruguai em caso de vitória popular. Revelações do general argentino Osiris Villega, ex-embaixador no Uruguai, além da revista *Marcha* de Montevidéu e *Primera Plana* de Buenos Aires, permitiram conhecer os principais aspectos daquele projeto: “A ocupação do Uruguai – disseram – ofereceria uma nova perspectiva a urgente necessidade de expansão do Brasil e, com o expediente do controle econômico, permitiria a consolidação progressiva da paz social interna”. Wilson Ferreira Aldunate, chefe do Partido Nacional uruguaio, declarou, sucessivamente, em Buenos Aires, que o golpe de Estado realizado pela direita e pelas forças armadas, tendo como protagonista principal Bordaberry, previa o apoio da ditadura militar brasileira, tanto na fase preparatória como na execução. É certo, também, que o governo de Bordaberry recebeu significativa ajuda em combustíveis e em meios de transporte nos dias da greve geral em que os trabalhadores tentaram frear a marcha em direção à ditadura. Deixemos de lado a descrição dos mecanismos econômicos empregados pelo Brasil para implantar a sua virtual dominação na margem oriental do *Plata*, além da estreitíssima aliança que une os dois governos em termos de repressão.

No caso do Chile, existem numerosos indícios da participação norte-americana e brasileira no golpe de Estado de 1973. No terreno militar e policial, tal participação deu-se, certamente, além dos já mencionados vínculos institucionais, das concepções doutrinárias e das comuns tendências conservadoras. Não há qualquer dúvida, por exemplo, acerca do apoio logístico dado pelo Grupo de Trabalho norte-americano da Operação Unitas XIV às unidades navais que, na manhã de 11 de setembro, ocuparam o porto de Valparaíso. Três contratorpedeiros (o Richmond K. Turner, o Vesole e o Tattnell) e um submarino, (o Glamagore), comandados pelo contra-almirante Robert R. Monroe, estavam em estreito contato desde os dias precedentes com o Comando naval chileno e com os chefes da revolta na base principal da esquadra.

Diversos antecedentes permitem, por outro lado, supor que, caso fosse encontrada uma resistência consistente por parte das forças leais ao governo no resto do território, pensava-se em estabelecer um governo alternativo em Valparaíso. Nos dias da rebelião a imprensa sul-americana assinalou a presença de aviões de guerra norte-americanos em Mendonza (ou seja, a dez minutos de vôo de Santiago) e em Assunção, no Paraguai. A presença ativa de policiais brasileiros no Chile nas semanas que seguiram o golpe de Estado e a estreita colaboração militar entre o Brasil e os militares chilenos são, por outro lado, temas amplamente ilustrados nas precedentes sessões do Tribunal Russell. Hoje, pode-se encontrar material militar de origem brasileira, principalmente, veículos e equipamentos para comunicação, em quase todas as unidades terrestres, navais e aéreas chilenas.

Os objetivos geopolíticos da ditadura brasileira se projetam, atualmente, além dos espaços continentais, estendendo-se no inteiro Atlântico Meridional até tocar o litoral africano. Para realizar planos tão ambiciosos, se está realizando um esforço militar de dimensões colossais, seja na aquisição e na fabricação de armas modernas que no desenvolvimento acelerado da indústria aeroespacial. Enquanto o orçamento da Defesa superou largamente 1 bilhão de dólares ao ano (1.283 milhões em 1975), as forças armadas brasileiras se equipam com armamento moderno de grande eficiência.

Um artigo publicado no período *Crisis* (outubro de 1975), assinado por Ugo Scarone, dá uma visão geral impressionante sobre o arsenal de mísseis em mãos dos militares brasileiros: os mísseis franceses terra à terra “Exocet”, os britânicos “Seacat” e “Seadart” para uso naval, os mísseis anti-submergíveis “Ikara” australianos e, enfim, os foguetes anti-carro “Cobra 2.000”, produzidos no Brasil sob licença da Alemanha Ocidental, são alguns dos materiais com que são equipados as formações do sub-imperialismo.

Nenhuma outra justificativa para essa corrida armamentista é credível, senão o propósito de consolidar a crescente hegemonia do Brasil na América do Sul.

Sabe-se que, até hoje, o Brasil não assinou o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares. Além disso, a Alemanha Ocidental assinou com o governo Geisel um acordo que o jornal francês *Le Monde* (30 de junho de 1975) descreve como “o maior contrato de exportação jamais assinado pela República Federal”. Em 15 anos, na execução de tal acordo serão fornecidas ao Brasil oito centrais nucleares de construção alemã. Além disso, serão instalados no país um equipamento de recuperação dos combustíveis radioativos e outro para o enriquecimento do urânio, com um custo total de, aproximadamente, 12 bilhões de marcos alemães.

A imprensa europeia não hesitou em atribuir a este acordo um enorme significado, seja pelo desenvolvimento nuclear na Alemanha (a Alemanha Ocidental assegurou, deste modo, o fornecimento de urânio do Brasil pelos próximos 30 anos), seja pela concreta base científico-tecnológica que este fornece à indústria bélica brasileira para chegar à produção da bomba atômica. Como se vê, o papel de sub-imperialismo na “nova ordem” da América do Sul se torna sempre mais ameaçador e articulado. Aqui reside a origem de uma corrida armamentista que envolve todos os países da área, mas, sobretudo, aqueles que se sentem mais inseguros: Argentina, Peru e Venezuela.

Embora, não seja nosso propósito indicar aqui orientações políticas, não queríamos dar a impressão de que o recurso à ditadura militar brasileira tenha tornado invulnerável a dominação imperialista. Não se exagera quando se diz que, na atual situação latino-americana, “o exército é o partido que a nação arma e paga contra si mesma”. Mas, no fundo, o abandono dos velhos sistemas de sujeição e de vassalagem para dar lugar ao emprego brutal e desavergonhado das armas, a passagem de métodos indiretos e mascarados de opressão àqueles abertamente repressivos, a substituição da manipulação pacífica das massas (através das oligarquias servis e dirigentes políticos venais) com tiranias que não procuram, nem sequer, de esconder a sua condição colonial, provam, fundamentalmente, duas coisas: a primeira que uma maioria esmagadora e crescente de latino-americanos se alinha nas fileiras anti-imperialistas, por isso, a velha democracia liberal já não é suficiente como baluarte dos privilégios. Em segundo lugar, as estruturas institucionais e ideológicas da dependência militar são a última barricada do imperialismo.

As relações de servidão e de exploração, seja no interior das sociedades latino-americanas que em seus aspectos externos, nunca foram tão ultrajantes e pesadas, mas, ao mesmo tempo, tão transparentes. Por este fato, a consciência revolucionária cresce nas minas e nas fábricas, começa a contar com os índios e camponeses, envolve na luta os estudantes e intelectuais e um dia escalará, inclusive, os muros das casernas.

O EXEMPLO DA ARGENTINA¹

Robert Laffont - Philippe Meyer

Ao mesmo tempo em que é “multinacionalizada” a economia, a instituição militar alarga o seu domínio na América Latina inteira. Bastaria recensear os *toques de queda*, *estado de comoción interna*², *estados de sitio*, *estados de guerra* e enumerar os *cuartelazos*, *pronuciamientos*, *golpes militares*, *golpes de Estado*³ para se ter uma ideia de como a América Latina esteja em pé de guerra e o papel que desempenham as forças armadas. De fato, as nações latino-americanas *estão* em guerra.

No entanto, não é a conquista dos territórios o principal motivo do confronto, nem a sua defesa. Um arco sempre crescente de aspectos da vida social, econômica e política é alvo da instituição militar que as reorganiza e as “militariza”, visando outra conquista e outra defesa. As disputas fronteiriças de território não são mais traçadas entre um território e outro. De fato, os generais falam de “fronteiras vivas” e de “fronteiras ideológicas”. Estas fronteiras dividem povos em duas partes e atravessam as instituições. Do mesmo modo, o inimigo não é mais aquele que veste um outro uniforme, que fala uma língua diferente ou empunha outra bandeira. O inimigo é *disfrazado*,⁴ *infiltrado*, interno e subversivo.

Consequentemente, não é mais possível descrever as forças armadas a partir das tradicionais estatísticas: os números de soldados, de blindados e de aviões ou dos bilhões gastos para adquirir as últimas novidades da técnica militar já não bastam para documentar o desenvolvimento de um fenômeno que deixou de ser localizado no espaço e no tempo, que não se limita apenas a “uma série de ações e movimentos conduzidos em campo aberto”, mas que se tornou um modo de ser permanente das nações latino-americanas.

Começar pelas forças armadas ainda é, contudo, um bom método para descrever o fenômeno. Observando onde se encontram e o que fazem os

1 Extraído do relatório “A militarização da América Latina”, apresentado no Tribunal Russell, Roma, janeiro de 1976.

2 Toque de recolher; estado de comoção interna.

3 Insurreição militar com fins políticos; golpe militar e golpe de Estado.

4 Disfarçado.

militares na América Latina, veremos quais casernas, quais novas armas e campos de batalha caracterizam o estado de guerra presente.

A economia e o direito são dois aspectos especialmente significativos da expansão da instituição militar. A primeira mostra como, partindo de exigências tradicionais de aprovisionamento de material bélico, as forças armadas são, progressivamente, induzidas a participar no desenvolvimento econômico e, até mesmo, a assumir a sua direção. Estas adquirem novos poderes, novas referências e novos valores. Abrem-se a uma nova lógica e a interesses diversos daqueles tradicionais de suas armas.

Exemplar é, também, o que acontece com o Estado de Direito na América Latina: não é mais a “força que vence o direito”, como acontecia nos tempos de Bismarck, mas a força que *se torna* direito e se reveste de legalidade.

A Direção Geral das Fabricações Militares (DGFM)

Os primeiros arsenais militares aparecem na Argentina em 1923, após a Grande Guerra Mundial. Conhecem um rápido desenvolvimento e, a partir de 1935, são capazes de fornecer ao exército argentino armas leves, munições e explosivos.

Já naquele período, o fornecimento de armamentos não é a única preocupação das forças armadas. Se o general Augustin P. Justo (1932-1938), que inaugurou o longo período militar da história argentina derrubando o radical Hipólito Yrigoyen, personificava um exército “apolítico” e “profissional”, que deixava campo livre aos interesses privados, e se o seu ministro da Guerra, o general Rodrigues, inventava a doutrina do “profissionalismo asséptico”, os seus coronéis – e entre estes os futuros revolucionários de 1943 (Perón, Silva, Sosa-Molina, Lucero, Garzalet) – já predicavam a industrialização e a militarização da economia do país em nome da “defesa nacional”. Após a revolução de 1943 e, sobretudo, durante o primeiro mandato presidencial do general Perón, os arsenais militares (desde 1941 agrupados sob uma Direção Geral) davam início a uma produção não mais limitada às armas. Lançavam a primeira siderúrgica do país, mais tarde o primeiro centro de carboquímica e assim por diante. Foi ainda Perón que aprovou, em 1952, a Lei nº 14.157 sobre autoabastecimento, que promovia a produção agrícola e industrial “estratégica”, facilitava a exploração dos bens de propriedade do exército e assegurava a autossuficiência da instituição militar. Daquela mesma época vêm os grandes planos de desenvolvimento que, em 15 anos, colocarão as forças armadas argentinas à frente dos principais complexos siderúrgicos, petroquímicos e minerais do país (cf. Tabela 1).

A DGFM é hoje um dos maiores complexos industriais e financeiros da Argentina e da América Latina. Mais de 1.700 produtos saem de suas 14 fábricas distribuídas sobre o inteiro território do país. 90% de sua produção é destinada ao uso civil e é vendida no mercado nacional e estrangeiro.

No entanto, há algo mais: a DGFM é ligada ao Ministério da Defesa, goza de uma personalidade jurídica própria e de plena autonomia financeira. Através dela, as forças armadas controlam um importante grupo de sociedades mistas, entre as maiores do país (cf. Tabela 1) e tem influência nos planos de desenvolvimento econômico. Tendo a propriedade mais de 90% da Somisa (Sociedade Mista Siderurgia Argentina), que é um dos maiores complexos siderúrgicos da América Latina, as forças armadas são, por exemplo, responsáveis pelo plano de desenvolvimento siderúrgico votado em 1973 (criação da Sindinsa, que deverá, numa primeira fase, produzir 3,5 milhões de toneladas de aço; complementação do complexo industrial Cormisa e assim por diante). Elas são, além disso, responsáveis pelo plano de desenvolvimento petroquímico (centros General Mosconi e de Bahía Blanca), dos planos de desenvolvimento minerais (exploração do Rio Turbio, programas de pesquisa NOA, Patagônia-Comahue, plano para os fosfatos etc.) e ainda outros.

Dado o seu crescente papel no “desenvolvimento”, as forças armadas estão inclinadas a participar sempre mais estritamente na definição da política econômica. Assim, sob o governo do presidente Lanusse (1969 – 1973), a DGFM se associa ao Conade (Conselho Nacional de Desenvolvimento). Durante as eleições de 1973, as forças armadas convidaram todos os candidatos para visitarem a DGFM e tomar, publicamente, posicionamento sobre o prosseguimento dos programas iniciados. Naquele momento se tratava de garantir o futuro do organismo e a continuação dos grandes desenhos econômicos das forças armadas, inclusive em vista de possíveis mudanças políticas. Durante os debates e transmissões televisivas, falou-se de um velho sonho que os militares perseguem há três décadas: modificar o estatuto da DGFM de modo que esta possa centralizar a execução de toda a política industrial argentina para desempenhar um papel similar àquele da IRI (Istituto per las Ricostruzione Industriale).

A DGFM não é o único instrumento de militarização da economia, ainda que, dada a sua organização e sua potência, desempenha um notável papel. De fato, é preciso destacar a crescente presença de oficiais em serviço ativo (ou mesmo reformados), no vértice de empresas nacionais e estrangeiras, além de administrações e de institutos de todo o tipo. Em 1968, Rogelio Garcia Lupo enumerava mais de 270 oficiais superiores que exerciam funções de presidentes ou diretores de empresa. Além de ser maciçamente presente

na siderurgia, química e na exploração dos minerais, a instituição militar espalha, deste modo, os seus tentáculos no setor dos transportes (ferrovias, linhas aéreas, comunicações marítimas e fluviais), as fontes energéticas (YPF, SEGBA), a pesquisa científica pura e aplicada (Comissão Nacional de Energia Atômica, Centro de Pesquisa Técnica das Forças Armadas, Instituto de Pesquisas Aeroespaciais, Instituto Geográfico Militar, etc.) e em vários outros campos, tais como o Instituto de Vitivinicultura, Instituto Cinematográfico e, até mesmo, a Associação de futebol argentina.

**Tabela 1 –
Empresas dependentes da Direção Geral de
Fabricações Militares (DGFM) na Argentina**

Empresa	Participação DGFM (%)	Produtos
Indústria Mineira Capillitas	100,0	Pedra “rosa inca”
Indústria Altos Hornos Zapla	100,0	Siderurgia integrada
Indústria Sulfúrica Salta	100,0	Enxofre
Central Florestal Pirane	100,0	Carvão vegetal, lenha
Fábrica Militar San Francisco	100,0	Mecânica
Fábrica Militar Rio Tercero	100,0	Armas pesadas e munições
Fábrica Militar de pólvora e explosivos Villa Maria	100,0	Pólvora e explosivos
Fábrica Militar Fray Luis Beltrán	100,0	Munições, vagões
Fábrica Militar de armas portáteis D. Matheu	100,0	Armas leves
Fábrica Militar de tolueno sintético	100,0	Solventes aromáticos sintéticos
Fábrica Militar de materiais pirotécnicos	100,0	Material pirotécnico
Fábrica Militar de comunicação	100,0	Eletrônica de precisão
Fábrica Militar de cabos e condutores elétricos	100,0	Condutores elétricos
Fábrica Militar de ácido sulfúrico	100,0	Ácido sulfúrico e derivados
Somisa	99,9	Siderurgia (50% produção nacional)
Atanor Sam	20,3	Soda, cloro e ácidos
Carboquímica Argentina Sam	42,0	Óleos, benzol, toluenos e naftalina
Petroquímica Geral Mosconi	50,0	Hidrocarboneto e derivados
Petroquímica Bahía Blanca	17,0	Etileno, propileno
Afne	4,0	Construção naval
Aço Ohler	67,0	Aços especiais
Hispasam Sierra Grande	76,0	Mineral de ferro

Participação das Forças Armadas argentinas na elaboração da política econômica nacional

À expansão da instituição militar dentro das estruturas econômicas nacionais se acompanha uma crescente participação na vida política do país.

Se, já em 1947-1948, o ministro da Economia, Miguel Miranda, elaborava sua política baseando-se em dados fornecidos pelo Serviço de Informações das Forças Armadas, naquele tempo os papéis eram, pelo menos, ainda bem distintos. Numerosos exemplos recentes e artigos de jornais oficiais, como *Opinión* ou *Cuestionario*, demonstram que hoje não é mais assim. Não se trata mais deste ou daquele general que dê a própria opinião ou se faça portavoz de um determinado setor de interesses, mas da instituição militar em seu conjunto, que intervém com os próprios critérios, com o peso dos seus interesses e de sua lógica nas escolhas mais importantes da política econômica,⁵ tanto de permitir afirmar que nenhum ministro da Economia pode, hoje, esperar de conservar o cargo sem o apoio do “partido militar” (enquanto um ministro da Economia atacado por todos, como foi, por exemplo, Gelbard em 1973-1974, pode, ao contrário, durar até que a instituição militar o apoie).

Do mesmo modo, o novo plano econômico anunciado por Antonio Cafiero e sua equipe, em 25 de agosto de 1973, foi avaliado pelas Forças Armadas. Quando então, em setembro do mesmo ano, Cafiero apresentou tal plano em Washington, para obter novos créditos e atrair novos investimentos, fez-se acompanhar do general Luis Miró, número dois na hierarquia do exército e, até bem pouco tempo, representante argentino na Junta Interamericana de Defesa. Outros exemplos poderiam, ainda, demonstrar o peso exercitado pelos militares na definição das grandes escolhas argentinas.

Impulsionada pela sua lógica há meio século, a instituição militar tende, desse modo, a alargar o seu controle sobre a economia. São criados arsenais para garantir a compra de armas, depois uma siderurgia e uma indústria química, para que os arsenais possam ter um fornecimento seguro, uma indústria mineira, canteiros de construção naval e aeronáuticas que, por sua vez, requerem uma indústria de alumínio e assim por diante. Na lógica desta progressão, a instituição militar tende a transformar-se até se tornar o elemento que centraliza a execução da política industrial do país.

Permanece, no entanto, o fato que a economia argentina é uma economia dependente, de um país periférico. Findo o tempo dos “nacionalismos populistas militares”, a economia funciona, desse modo, como armadilha que se

5 Vide, nesse sentido, a história do último “golpe”.

encerra na instituição militar, levando-a à dependência em campo internacional. Por exemplo, os dois complexos petroquímicos da DGFM garantem “a autonomia do país e a segurança dos seus aprovisionamentos” no seguinte modo: estes são alimentados pela Shell e pela Esso (as quais são, por sua vez, alimentadas a baixo custo pela empresa extrativa nacional YPF) e são obrigados a exportar os seus produtos semielaborados para obter, em troca, as matérias primas “estratégicas” de que o país necessita.

O exemplo é ainda mais claro para a siderurgia. O plano siderúrgico argentino, aprovado em 1948, previa o monopólio militar das fábricas integrantes e o aprovisionamento deste monopólio com minerais exclusivamente argentinos (art. 12 da Lei Savio). No entanto, as manobras da *Armco International Corporation* encarregada de construir o complexo siderúrgico da Somisa e a pressão de bancos internacionais, como o Eximbank, fizeram com que o projeto se arrastasse por 14 anos, deformando-o a tal ponto que a Somisa pode funcionar somente com minerais importados (sobretudo do Brasil). Além disso, o processo de elaboração aviado pela Armco pode ser considerado uma consciente dosagem de válvulas de estrangulamento que fazem da Somisa inteiramente dependente do setor privado, em especial, do grupo Finsider e das importações, provenientes, sobretudo, dos Estados Unidos e do Brasil. Mesmo neste caso, a DGFM, “para garantir o aprovisionamento do país de materiais estratégicos”, deve assumir o comando das partes menos rentáveis da produção, fazendo funcionar um sistema economicamente deficitário e ineficiente, em benefício de algumas empresas multinacionais estrategicamente implantadas.

A análise da militarização da economia demonstra muito bem que significado se deva atribuir ao desenvolvimento da instituição militar na América Latina. Até os anos de 1950, o interesse da instituição militar e a sua lógica poderiam, em certa medida, coincidir com os interesses “nacionais” (com suas diversas “revoluções” e relativos “caudilhos” e “populismos”); mas, com a multinacionalização das sociedades latino-americanas os “interesses nacionais” desaparecem e a lógica bélica, que inspira a instituição militar, também se “multinacionaliza”, determinando a dependência do exterior.

As instituições militares latino-americanas, continuando a se definir “nacionais” (veremos que isso é sempre menos verdade), de fato, entram em contradição consigo mesmas, a tal ponto de arriscar de quebrar-se. Todos os exércitos latino-americanos, desenvolvendo-se para além das exigências bélicas de tipo tradicional, acabam por esbarrar numa contradição insolúvel: o interesse dos exércitos tende a se identificar com aquele das economias nacionais, enquanto os povos, as fronteiras e as nações vão se dissolvendo.

Enquanto em países como o Uruguai e o Chile deu-se um passo decisivo nessa direção, na medida em que a instituição militar (a quem compete 50% dos respectivos orçamentos nacionais) se limita em aplicar a política econômica determinada pelos especialistas americanos do FMI ou da Escola de Chicago, acelerando, assim, a desnacionalização das economias nacionais e integrando estas no grande esquema regional de produções especializadas e trocas decidido pelas multinacionais, a Argentina está atravessando uma fase de transição mais laboriosa e difícil. Isso é demonstrado na tentativa levada a cabo pelas Forças Armadas para disputar ao Brasil o seu papel de líder no esquema regional (período Onganía-Kruger Vassena, 1966 – 1970) e para impor um novo esquema (reagrupamento dos países andinos e política de renegociação da dependência sob Lanusse e Perón, 1971 – 1974).

E é também para fugir desta contradição que as forças armadas argentinas se esforçam, hoje, para encontrar a sua unidade no chamado “profissionalismo asséptico” (recusa a assumir, explicitamente, o seu papel político, econômico e social) e na luta “contra a subversão”. Veremos, em contrapartida, como este também seja um terreno minado e como, através da “guerra industrial” e a “guerrilha econômica”, estas sejam levadas a apoiar a multinacionalização do sistema nacional.

Militarização das instituições políticas e do Estado de Direito

Paralelamente ao desenvolvimento de uma economia militarizada e multinacional, tem-se estabelecido na América Latina um novo Estado de Direito, também este militar e multinacional. Pisoteando as Constituições nacionais e passando por cima das instituições civis (onde elas ainda existem) impõe-se um mesmo e único “direito”, que faz da nova guerra conduzida pelas forças armadas a nova “legalidade” e a nova “justiça”, as quais seriam responsáveis em assegurar a defesa das liberdades e do bem-estar.

Em relação a esse novo Estado de Direito, o inimigo indicado pelos militares e por eles combatido é, também, um “delinquente”. Ele é, desse modo, duplamente “inimigo” e deve ser duplamente combatido. Exatamente no terreno da economia veem-se esvaír as distinções tradicionais entre “civis” e “militares”: a instituição armada “civiliza” a guerra que ela mesma promove. Esta distorção do direito por parte da instituição militar atinge, particularmente, a Argentina, onde, aparentemente, subsistem instituições democráticas civis.

Para analisar o grau de militarização do Estado começa-se pela legislação vigente. A este propósito as coisas são bem claras na Argentina, onde após as eleições de 1973 seguiu-se a imediata abolição, votada no

Parlamento, da maioria da legislação repressiva que havia sido imposta pela ditadura militar entre 1966 e 1973. Desde maio de 1973 até hoje, as instituições democráticas civis têm, desse modo, constituído uma verdadeira teia de aranha de medidas legislativas que consagram a militarização do Estado de Direito e servem como um quadro legal para o novo Estado de guerra.

Desse modo, a Lei n. 20.615, de 17 de dezembro de 1973, por exemplo, assegura ao Estado o controle completo sobre todo o movimento operário e sindical. Se o art. 60 de tal lei veta aos empregadores *privados* de intrometer-se no funcionamento das organizações operárias ou de aviar medidas de represália contra os inscritos nestas organizações, as novas normas reforçam os poderes tutores do governo “que exercita o controle da legitimidade dos estatutos”, pode conceder ou retirar a representatividade sindical, caso a organização operária aplique ou não as ordens das autoridades competentes, controla a vida econômica dos sindicatos, designa ou faz designar “tutores” que substituem, em caso de crise, os delegados normalmente designados e assim por diante. De tal modo, as organizações sindicais, livremente criadas pela vontade dos trabalhadores, são transformadas num potente organismo de arregimentação e de controle do movimento operário.

O mesmo pode ser dito da reforma do Código Penal aprovada no início de 1974. Esta agrava significativamente determinadas penas já existentes, suprime o mecanismo de atenuação destas penas e prevê nos crimes, tais como o “incitamento à violência” ou as “ameaças anônimas”. Esta reforma, destinada a “consentir uma luta mais eficaz contra a delinquência política”, subverte profundamente o Código Penal argentino, modificando a lógica e o sentido e consagrando, legalmente, o estado de guerra. Completamente deformada é, pois, a lógica da escala das penas: por exemplo, as “ameaças anônimas” (art. 149 bis) podem ser punidas mais severamente do que a violência efetiva (art. 89). Para encontrar nisso um senso, é necessário fazer referência à lógica de guerra da instituição militar.

A reforma penal define crimes tradicionais ou cria novos, servindo-se de termos tão amplos e imprecisos a ponto de ser indispensável a referência à lógica militar nas suas concepções da “segurança” e da “luta contra o inimigo interno”. Tal é, por exemplo, o caso do art. 149 que, de maneira imprecisa, afirma: “É punido com a reclusão de 6 meses até 2 anos quem proferir ameaças com o objetivo de alarmar ou inquietar uma ou mais pessoas”.

Não é diferente o caso do art. 213 bis, que diz: “É punido com reclusão de 3 até 8 anos quem organiza ou faz parte de um grupo permanente ou provisório que, ainda que não entre nos casos previstos pelo art. 210 (que se

refere às associações ilegais), tenha o objetivo, principal ou secundário, de impor as próprias ideias ou de combater as ideias dos outros com o uso da força ou do medo”.

Outros elementos desse novo sistema de normas jurídicas contribuem, de modo ainda mais evidente, à militarização da sociedade civil.

A Lei n. 20.840, chamada de “segurança nacional”, pune, por exemplo, “a ação daqueles que, para alcançar a finalidade dos seus postulados ideológicos, usam ou preconizam meios contrários à ordem constitucional ou à paz social”. Esta norma cria a figura jurídica do “inimigo interno” e consagra, desse modo, a existência legal do estado de guerra. É em nome desta lógica bélica que são estritamente limitados, por exemplo, a liberdade de imprensa (o art. 3º transforma em crime, inclusive, a mais objetiva descrição de uma ação ou de uma ideia quando estas possam ser consideradas “subversivas”), as liberdades sindicais e o direito de greve (o art. 5º pune quem proponha ou participe de uma greve declarada ilegal pelo governo). Por uma simples decisão do governo, milhares de grevistas podem, assim, ser declarados “inimigos internos” e “delinquentes”, tornando-se, de tal modo, passíveis de intervenção indiscriminada, seja por parte das forças armadas que da polícia e da autoridade judiciária.

Do mesmo modo, a lei dita de “defesa”, organiza, paralelamente aos poderes civis “democráticos”, um verdadeiro governo de guerra, ao qual são reconhecidos “todos os poderes para dirigir a luta contra a subversão, manter a paz interna, preservar a ordem institucional e controlar os esforços nacionais para garantir a segurança” (ver. Tabela 2). A este propósito o deputado de direita, Lazzarini, declarou, durante o debate parlamentar: “O país possui, finalmente, uma lei que lhe fornece um quadro legal adequado (...) e que lhe permitirá proteger os habitantes do país dos tormentos da insegurança provocada pelos inimigos internos e externos a fim de turbar a vida da Nação”. Na realidade, esta lei permite subordinar a economia, a cultura, o direito e a inteira vida do país ao conceito militar de “segurança nacional”.

Para aperfeiçoar esta legislação, o “estado de sítio”, decidido em novembro de 1974, foi estendido a todo o território argentino por um período indeterminado. A interpretação “extensiva” que o governo deu à medida permitiu suspender todas as garantias constitucionais, multiplicar as prisões e encarceramentos através de um procedimento chamado “colocado à disposição do poder Executivo nacional”, que cria verdadeiros prisioneiros de guerra. Por meio de uma simples decisão das autoridades é possível ser fichado como “Inimigo interno”, preso sem mandato e sem qualquer acusação específica e detido num cárcere comum por um período ilimitado.

Dissolução do poder civil

O segundo modo para descrever o novo Estado de Direito vigente na Argentina consiste em analisar o que acontece às instituições democráticas, por outro lado, sempre vigentes. De fato, existe na Argentina um Parlamento composto por representantes eleitos, um poder Judiciário, dotado de certas garantias constitucionais de independência, um chefe do Executivo, constitucionalmente designado e órgãos executivos provinciais regularmente escolhidos. No entanto, ao longo de dois anos, todas estas instituições foram esvaziadas de toda substância democrática e se transformaram em mecanismos formais que permitem declarar, legal e civilmente, como legítima a guerra instituída pelos militares.

Por exemplo, o mesmo Parlamento que, em 27 de maio de 1973, impulsionado pelo fervor popular, abolia as leis repressivas da ditadura militar e aprovava, no entusiasmo geral, a libertação dos prisioneiros políticos, seguida, alguns meses mais tarde, por uma série de leis econômicas ditas de “libertação nacional”, votará, em seguida, uma nova legislação “de guerra”. Na realidade, este Parlamento hoje não desempenha mais a sua função legislativa, mas serve como “diversão”, polarizando a atenção do público politizado, fascinado pelos dissensos internos do justicialismo. Em 1975, não foi aprovada qualquer lei importante, ainda que não tenham faltado projetos: leis sobre a televisão, sobre os hidrocarbonetos, sobre os aluguéis e outros. Do mesmo modo, não houve qualquer debate de fundo.

Durante a escalada da violência para-policial, o ex-ministro do Interior, Rocamora, foi interpelado três vezes, mas as reuniões foram realizadas a portas fechadas e nenhuma pergunta embaraçosa ou premente foi-lhe posta. As únicas medidas importantes tomadas pelo Parlamento, há um ano e meio, foram três, todas mais ou menos inspiradas pela instituição militar: trata-se da investigação sobre o escândalo Aluar,⁶ da aprovação da chamada *Ley de Defensa*, que instaurou um governo paralelo de guerra e da eleição de Italo Luder para presidente suplente, apesar do parecer contrário da presidenta Isabelita Perón.

6 Típica ocorrência de regime que, em 1974, vê a instituição militar contrapor-se a um grupo privado argentino, a Aluar SAIC, na concorrência para assegurar a obra de construção de um grande complexo para a fabricação de alumínio. Após ter suscitado um escândalo, acusando de corrupção o ministro da Economia Gelbard e tê-lo obrigado a se demitir, para substituí-lo com o elemento de maior confiança, que trouxe o negócio para as suas mãos, os próprios militares obstruíram os trabalhos da comissão parlamentar de inquérito.

Tudo isso serviu a consolidar o sistema de poder criado pela instituição militar. Citamos outro exemplo que demonstra a total ausência de incidência do Parlamento na direção do país: a instauração do estado de sítio, decretado pelos militares em 06 de novembro de 1974, nunca foi submetida à confirmação do Parlamento, apesar da obrigatoriedade imposta pela Constituição. O governo, desse modo, evitou qualquer debate sobre a interpretação “extensiva” que foi dada a esta gravíssima medida; do mesmo modo, o decreto governativo n. 805 privou, no modo mais complicado e restritivo, o direito constitucional de deixar o país àqueles que são “colocados à disposição do poder Executivo”, após o estado de sítio. Também esta é uma questão sobre a qual a única autoridade competente para decidir seria o Parlamento.

Mesmo a independência do poder judiciário, proclamada em palavras, na realidade é nula. De fato, o estado de sítio e o procedimento chamado “colocar à disposição do Poder Executivo Nacional” (PEN) criaram um sistema policial-judiciário paralelo que permite aos militares prender e submeter a um interrogatório a seu próprio critério e sem qualquer salvaguarda para os cidadãos qualquer pessoa considerada “perigosa para a segurança e a paz interna”. Os raros magistrados que ousam se opor a tais procedimentos são rapidamente atingidos ou declarados “inimigos internos” e colocados à disposição do PEN, como ocorreu com o juiz Salim, da Corte Suprema de Salta, ou revogados, ou ainda, antecipadamente aposentados, como o juiz A. Pisarello, ou submetidos a sanções e retrocessos, como o juiz M. Inchausti.

Os advogados não são mais capazes de assegurar a defesa dos clientes. Por exemplo, após a prisão do advogado Archetti de la Plata, um seu colega, ao solicitar notícias sobre ele junto à sede da polícia federal, foi imediatamente preso. Um terceiro advogado ousando, por sua vez, solicitar informações sobre colegas desaparecidos teve a mesma sorte.

No que se refere ao poder Executivo, já se viu como a instituição militar faça cair ou substitua os ministros da Economia. Do mesmo modo, quando o ministro López Rega quis estender o seu poder aos ambientes militares, aposentando o comandante geral Arraya, as forças armadas, descobrindo, repentinamente, “a violência irregular” denunciaram com um comunicado a irregularidade da polícia paralela “Tripla A”, mantida pelo governo, denunciando o próprio López Rega. Seguiu-se uma crise que obrigou à demissão do ministro (após o exército ter desarmado a sua guarda pessoal) e aquelas do novo comandante em chefe que ele havia nomeado. O general Laplane, desse modo, foi substituído pelo general Videla, personagem da mesma tendência “asséptica” de Arraya.

O governo de guerra criado pela *Ley de Defensa* possui um próprio arsenal de meios para exercer o poder, paralelamente aos poderes formais do governo civil ou através destes. Neste quadro, constituiu-se na Argentina (tal como no Brasil) uma rede de polícia paralela que compreende a famigerada “Tripla A” (Aliança Anticomunista Argentina), a “Guarda Restauradora Antisemita”, a “Aliança Anticomunista de Rosário”, a “Pátria ou Morte”, o “Comando Anticomunista de Mendoza” e outros grupos. Todas estas organizações, dirigidas pela polícia federal, apoiadas pelos serviços de informação das forças armadas e financiados pelo poder público, são as novas instituições a serviço do estado de guerra que substituem as instituições civis democráticas. A sua tarefa é criar e perseguir o “inimigo interno” comunista ou judeu-marxista. Os seus métodos de ação são o rapto, a tortura, o assassinato espetacular, a ameaça. Desse modo, estes grupos contribuem a criar um clima de insegurança geral e um sentimento de guerra difusa, onipresente, na qual o “inimigo” se encontra em todo o lugar, até mesmo no íntimo de cada pessoa. Mais especificamente, estes grupos permitem limitar os órgãos legítimos de justiça (assassinato de advogados, atentados contra juízes recalcitrantes, etc.), o Parlamento (assassinato de deputados, atentados contra suas casas, envio de cartas ameaçadoras e assim por diante), a imprensa independente, as universidades, os sindicatos etc., economizando trabalho à instituição militar, que não intervém diretamente e de modo aberto, mas demonstrando, ao mesmo tempo, a necessidade que esta intervenha para “restabelecer a ordem e a segurança”.

Enfim, mediante o controle astuto de todos os canais de informação (jornais, TV etc.) e o uso não menos sagaz dos baixos escândalos coletados pelos serviços de informação, a instituição militar manipula a seu prazer a opinião pública, orientando-a do modo que lhe seja mais cômodo (orquestração dos escândalos contra Gelbard, López Rega e Isabelita Perón, controle dos discursos e das entrevistas coletivas, monopólio, de fato, da informação sobre a “subversão”, sobre a guerrilha em Tucumán, sobre a economia e assim por diante).

O “Operativo Independência” em Tucumán

A operação realizada desde fevereiro de 1975 na província de Tucumán, no Nordeste da Argentina, é um significativo exemplo de “civilização”⁷ da guerra. Nesta região montanhosa, cujos grandes vales produtores de açúcar operam desde 1963 em posições de força, os militantes do

7 Usamos este termo para definir a transformação da repressão militar em guerra civil.

Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), surgiu em 1974 (após uma primeira tentativa falida em 1969) um foco de guerrilha rural da ERP (Exército Revolucionário do Povo), “braço armado” do PRT. A existência deste foco justificará, aos olhos do exército, uma operação que, segundo o general Della Rosa, encarregado de acompanhá-la, “corresponde a um plano completamente novo de luta contra a ação subversiva”.

**Tabela 2 –
Estrutura e funções do “governo de guerra”
argentino instaurado pela *Ley de Defensa***

<p><i>Conselho para a Segurança Interna e a Defesa Nacional.</i> Tem plenos poderes para dirigir a luta anti-subversiva, manter a paz interna, preservar a ordem institucional e controlar os esforços da nação para garantir a segurança</p>	
<p style="text-align: center;"><i>Comitê Militar</i> formado pelo presidente da República e pelo <i>Conselho de Defesa</i> formado pelos três comandantes em chefe das forças armadas</p>	<p style="text-align: center;"><i>Centro Nacional de Informação</i> Centraliza a interpretação das informações concernentes à defesa nacional e luta anti-subversiva</p>
<p>Comando Militar, zonas declaradas “de urgência”, Tribunais Militares Ação de governo através de decretos leis Subordinação da autoridade civil aos militares</p>	<p>Serviço de Informação do Exército Serv. de Inform. do Estado Maior Geral Serviço de Informação das três Armas Superint. da Segurança (polícia federal) Serviços informativos das províncias</p>

“A aniquilação dos guerrilheiros” constitui, de fato, apenas um dos elementos da política de segurança nacional colocada em prática em Tucumán. Existem outros aspectos e finalidades:

- a. De ordem econômica: garantir, apesar das fortes ameaças de greve, a produção de açúcar, principal recurso da região, em uma fase de aumento do preço no mercado internacional e de queda das exportações argentinas.
- b. De ordem política: voltar a controlar uma região que, por ter sofrido muito nas precedentes ditaduras militares, é particularmente “combativa”.
- c. De ordem psicossocial: dar, mais uma vez, à região e ao país uma imagem positiva da instituição militar para assegurar a colaboração e, eventualmente, a ativa participação na guerra.

O “Operativo Independência” foi preparado nos últimos meses de 1974 por um espetacular ressurgimento dos atentados à bomba, sequestros, seguidos de tortura e assassinatos de pessoas, organizados pela polícia paralela “Tripla A”, apoiada por um “Comando Nacionalista do Norte”. Ao mesmo tempo, sob a cobertura do estado de sítio decretado em todo o país, a polícia oficial executava uma onda de prisões e detenções, colocando as pessoas “à disposição do poder Executivo nacional”. Esta limpeza geral, voltada a prevenir qualquer tentativa de resistência à operação programada, foi organizada de modo sistemático e em grande escala: jornalistas, diretores de jornais, docentes e reitores universitários, advogados, dirigentes políticos e quadros sindicais, parentes de supostos “extremistas” e, em geral, qualquer pessoa potencialmente capaz de representar um ponto de referência a um eventual movimento de resistência foram todos neutralizados mediante o terror, o assassinato e o cárcere.

Em 09 de fevereiro se pôde, efetivamente, começar a verdadeira operação: a 5ª Brigada de Infantaria, já adestrada em outras duas operações do mesmo tipo precedentemente realizadas, ocupou o território. Uma parte das tropas, entre estas o 28º Regimento de Montanha, especialmente preparado para a luta contraguerrilha na floresta virgem, cercou o maciço montanhoso em que se refugiara a ERP e, com uma pesada ação de patrulhamento, obrigou os guerrilheiros a procurar refúgio no coração da floresta, na zona mais inextricável. Contemporaneamente, outros destacamentos ocuparam as aldeias produtoras de açúcar. Para completar a operação, foi organizada uma “ponte aérea” e a Aeronáutica, com grande destaque publicitário, levou toneladas de alimentos, cobertas, vestuário, medicamentos e outros, para serem distribuídos com os habitantes da região à medida que o exército penetrava nas aldeias.

Em Santa Lucía, grande aldeia sucroalcooleira que a ERP algum tempo antes tinha declarado “zona livre”, a imprensa (que era impedida de se aproximar da zona das operações) foi excepcionalmente convidada a assistir ao grande encontro entre os soldados do 5ª Brigada e os trabalhadores do açúcar. Após ter distribuído grandes quantidades de alimentos e medicamentos, o exército organizou, para todos, um jogo amistoso de futebol entre “exército e população”.

Alguns dias depois, os dois médicos do posto de saúde de Santa Lucía, suspeitos de serem simpatizantes dos guerrilheiros, foram acusados de “ausência arbitrária” e demitidos. Em seu lugar, uma equipe de médicos militares do 41º Hospital de Campo começou, imediatamente, a distribuir medicamentos e substituir os equipamentos de saúde locais.

Graças à intervenção das forças armadas, 46 procedimentos de aposentadoria por invalidez e idade, bem como 36 pedidos de indenização

para acidentes de trabalho, paradas há anos, foram imediatamente completadas e as respectivas quantias distribuídas aos habitantes das aldeias sucroalcooleiras de Famailla, Los Sosas, Santa Lucía. Também graças à intervenção militar, o poderoso sindicato dos trabalhadores do açúcar, a FOTIA (a *Federación Obrera Tucumana de la Industria de Azúcar*), assinou um acordo com o governo comprometendo-se em fazer de tudo para garantir uma boa colheita.

Hoje, as forças armadas controlam completamente a província de Tucumán, mas a atividade militar continua. Aviões Douglas Skyhawk bombardeiam duas vezes por dia a área montanhosa; cerca de 800 “prisioneiros de guerra” se encontram amontoados no campo de concentração de Famailla, onde se calcula que tenham já passado 4 mil operários e camponeses; a atividade demagógica dos militares no plano econômico e social se realiza sob várias formas.

No entanto, é a análise do que aconteceu à imprensa que nos faz compreender completamente o verdadeiro significado desta “intervenção civil” dos militares argentinos. Antes de tudo, foi estabelecido o controle absoluto sobre todas as fontes de informação locais: José García Hamilton, diretor do jornal local *El Pueblo*, foi colocado “à disposição” do PEN (ou seja, preso) e a agência governativa TELAM monopolizou as informações sobre a operação. Foi proibida a entrada dos jornalistas na área ocupada pelas forças armadas e o ministro das Comunicações, Carlos A. Villone, responsável pela informação pública, dirigiu-se pessoalmente para o campo para organizar o dispositivo. Daquele momento em diante, todas as informações provenientes de Tucumán começaram a falar de “guerra”, enquanto os esporádicos confrontos armados eram descritos com evidente exagero. Desde então, não se fala de outra coisa que não das “operações de patrulhamento”, “emboscadas”, “visitas ao *front*” e, até mesmo, de “ataques aéreos com bombardeamento de objetivos” ou de “aniquilação de tropas rebeldes”. Por outro lado, nesta “guerra”, realizada no *front* de Tucumán, o “inimigo” estritamente militar não chegaria, segundo as previsões mais exageradas, a 150 guerrilheiros.

Tucumán serve, desse modo, como cobaia no processo de “civilização” da guerra. Ao mesmo tempo, esta trágica encenação por parte da instituição militar acelera o desenvolvimento e a extensão em todo o país: quem ousa fazer greve quando a Nação está “em guerra”? Quem ousa criticar as novas leis, o governo e as próprias forças armadas que se encontram “na linha de fogo” e caem no “campo de batalha” para defender a todos? É claro que somente os traidores e os inimigos do país podem fazê-lo e é, de fato, como tais que os opositores são presos e executados.

A marcha dos militares em direção da “civilização” da guerra

Os efeitos deste novo tipo de guerra instituída pelos militares e as consequências das estratégias por eles aplicada destroem a cidade enquanto tal e não apenas os muros, ameaçando a sociedade e não apenas o território, as riquezas ou as fronteiras.

Sob o título “Denuncia-se a existência de guerrilha civil nos locais de trabalho”, o *Cronista Commercial*, de 06 de março de 1975, retomava um artigo do jornal argentino *Mayoría* nestes termos: “O jornal justicialista matutino *Mayoría*, que reflete, habitualmente, a opinião dos setores oficiais do sindicalismo e do nacionalismo católico, escreve em seu editorial de ontem que uma nova forma de subversão organizada está latente nas fábricas e oficinas. Esta nova forma de subversão consistiria na organização da queda da produtividade com a prática sistemática do absenteísmo, bem como nas exigências profissionais desmesuradas e reivindicações que saem do quadro do “pacto social” e da “grande reunião paritária de negociação”.

Mayoría considera que, como existe inegavelmente uma guerrilha militar, é preciso assinalar a existência de uma guerrilha civil que organizaria “uma onda de ataques combinados contra a produção, sem que se oponha o mínimo plano preventivo e repressivo”.

“Queremos falar das perturbações sistemáticas provocadas nas empresas mais ligadas à infraestrutura econômica do país, da ação subterrânea de verdadeiros ou falsos delegados que ordenam a tal setor ou a tal operário de diminuir o nível de produção porque as normas lhes parecem excessivas; ou que proclamam a paralisação de uma hora bem no meio de uma jornada de trabalho, com pretextos fúteis ou artificiosos; ou ainda, que ameaçam parar o trabalho quando querem demitir operários que roubaram ou provocaram danos na fábrica”.

Mayoría acrescenta: “Gradualmente, muitas fábricas entre as mais importantes do país, incluindo algumas empresas públicas, estão se tornando lugares onde um punhado de extremistas dita aos proprietários e aos representantes do Estado o que devem e como devem fazer”.

O editorial dedica um parágrafo, também, à pretensa anarquia sindical vigente nas fábricas e nas oficinas: “Agora as ‘comissões internas’ lançaram uma estranha moda, que consiste em não levar mais em consideração as autoridades sindicais do setor nem as cláusulas do ‘compromisso nacional’ e dão ordem de greve, talvez, somente para protestar contra a rejeição de uma direção de empresa de conceder aumentos salariais superiores àqueles previstos pelos acordos em vigor. Daqui até confiscar as empresas e colocá-las diretamente sob

a administração das comissões internas não falta que um passo, que, a cada dia, torna-se mais curto”, conclui *Mayoría*.

Alguns meses mais tarde, na Argentina não se falava de outra coisa que não de “guerrilha econômica” e “guerra de fábrica”. Em março de 1975, o ministro do Interior anunciava a descoberta de um “amplo complô subversivo”, com epicentro na zona industrial de Villa Constitución (província de Santa Fé). Mais de 4.000 agentes de polícia foram, então, destacados numa vasta operação de busca, durante a qual foram presos cerca de 150 dirigentes e militantes sindicais mais outros tantos trabalhadores do lugar que haviam apoiado as greves do ano anterior.

Quando, após tais fatos, mais de 20.000 operários da região pararam o trabalho em sinal de protesto e de solidariedade com os presos, foram efetuadas centenas de buscas e apreensões (naturalmente sem mandado), durante os quais os policiais irromperam com ameaças, brutalidade e saques. Era a guerra. As operações, conduzidas pela polícia federal e, posteriormente, por aquela local, foram ulteriormente prosseguidas por bandos de civis armados, que ostentavam a pulseira da “Juventude Sindical Peronista”. Para completar a encenação e demonstrar a existência do famoso “complô” subversivo, foram disparados milhares de golpes de arma de fogo, sobretudo durante a noite. Depois de resistir durante dois meses, os operários tiveram que voltar ao trabalho, embora somente uma parte de suas reivindicações tivesse sido aceita, enquanto que 64 dirigentes permaneciam “à disposição do poder Executivo nacional”.

Alguns meses mais tarde, em novembro de 1975, a greve dos 1.600 mineiros da empresa pública Hispanan, em Sierra Grande (província de Rio Negro), foi declarada ilegal e subversiva. Desta vez foram diretamente chamados os soldados do 5º Corpo da Armada para retomar as instalações ocupadas, “uma vez que – noticiou a imprensa – o conflito operário nas jazidas de ferro assumiu as características de uma greve revolucionária”. Foram presas 300 pessoas, entre elas o chefe do hospital de Sierra Grande e outros médicos da região, um advogado, o secretário e o vice-secretário geral do sindicato local, numerosos militantes dos partidos parlamentares de oposição, etc. A empresa foi colocada sob o controle das forças de polícia e confiada à tutela direta do exército. 200 operários foram demitidos e os outros obrigados, com a força, a retornar ao trabalho.

Naturalmente, inclusive as forças da cultura devem se submeter às normas da “civilização” da guerra. Isso se manifesta, antes de tudo, através do controle total da informação por parte dos militares. Os jornais que não obedecem são fechados, os diretores e redatores presos ou assassinados. As estações de rádio e televisão são fechadas ou colocadas sob a tutela do

governo. Uma legislação específica instaurou uma rígida censura, inventando novos crimes: subversão por meio da imprensa, propagação de falsos boatos, desmoralização, etc.

Desde 1973 foram suprimidos, pelas autoridades na Argentina, mais de 15 jornais e revistas, para não falar da imprensa objeto de atentados terroristas (tal como a destruição das instalações da *Voz del Interior*, realizada por centenas de policiais que evacuaram o estabelecimento antes de explodi-lo) ou que teve que, de qualquer modo, cessar as publicações sob a avalanche de ameaças (como o semanário *Yá*).

Jornais e revistas foram suprimidos pelas autoridades por “imoralidade” ou porque “tendem a desrespeitar a autoridade presidencial, a qual deve ser respeitada por todos os argentinos, qualquer que sejam as suas ideias políticas”, ou porque “tendem a desacreditar as forças de segurança” ou “atacam os poderes e as instituições do Estado” ou, enfim, porque “deformam a informação e tendem a dar uma imagem caótica da realidade do país”. Esta foi, sem dúvida, a motivação que, em maio de 1975, provocou o assassinato do correspondente econômico de *Opinión*, J. Money, e no mesmo mês a saída do correspondente financeiro do *Clarín*, ameaçado de sofrer a mesma sorte, e o desaparecimento do redator de economia da revista cultural *Crisis*.

Do mesmo modo, as estações de rádio e televisão, desde 1973 colocadas sob controle governativo, foram “depuradas” à espera que seja aprovada a lei que as disciplinará. Enfim, uma ampla legislação regula o uso de todos os outros meios de comunicação de massa: o Decreto n. 587 proíbe aos organismos nacionais de obter informações sobre a Argentina das agências de imprensa estrangeiras; a Lei n. 20.840 estabelece os crimes de imprensa e o controle sobre a propaganda distribuída pelas empresas públicas aos vários meios de informação e assim por diante.

Realizadas tais medidas de repressão e de arregimentação, permanece a ação de propaganda para a “civilização” da guerra, portanto, transformar os “mortos bons” em heróis nacionais, exaltar o “sangue derramado pela pátria”, convocar a população (inclusive com inserções publicitárias como as que apareceram no início de 1974) e denunciar os subversivos e aprovar o extermínio dos “guerrilheiros drogados, arruaceiros, delinquentes financiados pelo estrangeiro e dirigidos pela IV Internacional de Paris”. Diretivas específicas foram dadas pelo secretário de Informação a fim de que o termo “greve” fosse, em qualquer ocasião, substituído com aquele de “guerrilha industrial” e, para que não sejam, por qualquer motivo, transmitidas notícias ou imagens que lembrem a atividade das forças de oposição, os nomes de seus líderes, etc.

Também o mundo da editoria de livros, bem como aquele do cinema, do teatro e da música são militarizados. Estes acabam por servir de “repouso para o guerreiro” e devem divertir sem fazer refletir, como demonstram a queima de livros, ocorrida, também, na Argentina, em dezembro de 1973; obras de todo o tipo censuradas, além dos espetáculos teatrais e filmes; as prisões, as expulsões e assassinatos de artistas, cantores, escritores, poetas e atores cinematográficos não conformistas. Na imprensa oficial argentina, podem-se ler afirmações do tipo: “inimigo bom é inimigo morto” e nas livrarias podem ser adquiridos livros publicamente muito elogiados, como aquele de Beveraggi, em que se desmascaram os planos de “sinarquia judeu-marxista que conspira para agredir a Argentina”.

Nem mesmo a Igreja foge a esse transbordar de psicose bélica: por exemplo, monsenhor Victorio Bonamín prega que “Deus resgata a nação argentina com o sacrifício do exército” e que o “exército argentino espia por todos nós”. Por sua parte, o arcebispo de Rosário afirma “viver cada jornada na angústia pela guerrilha na região do Tucumán e pela guerrilha urbana”, exortando a rezar para que a ordem seja restabelecida. O episcopado argentino, mesmo condenando à violência, apela “à consciência da inteira nação, pedindo um esforço claro e positivo, talvez, heroico, se necessário, para reconquistar a paz e a segurança interna”.

A guerra, desse modo, tornou-se a mais importante relação social, o único modo de vida social. Os “esquadrões da morte”, a “Dina”, a “Tripla A”, as “Mãos Negras” e outras polícias paralelas alimentam, deliberadamente, o clima de terror. Não se pode confiar em ninguém, o inimigo está por toda a parte. Ninguém pode sentir-se seguro: de tanto ver os próprios semelhantes objetos de atentados, de ter amigos ou familiares presos, torturados, assassinados causa, logicamente, o medo, até mesmo, de responder ao telefone, de escrever uma carta, de abrir um pacote, de comprar o jornal que se deseja, de convidar gente em casa, de responder a quem pede uma informação na rua. A delação pode se tornar uma necessidade de sobrevivência. Todos se escondem e se espiam, enquanto rádio e televisão repetem, infatigavelmente, os números de telefone caso se queira denunciar o vizinho.

“Faço apelo a todos aqueles que aspiram ver restabelecida a paz e a tranquilidade e, também, àqueles que se empenharam para me eleger à Presidência do governo”. “A todo o cidadão peço denunciar ao secretariado de governo qualquer tipo de irregularidade revelada no seio dos organismos governativos e dos quais tenha conhecimento”. “Não é mais tempo de gritar ‘a vida por Perón’, vivemos momentos em que é indispensável demonstrar com ações leais e claras que estamos, realmente, dispostos a servir a meta comum

de todos os argentinos”. Estes foram os termos do último discurso público de Perón, em 12 de janeiro de 1974. Complete-se este quadro alucinante com uma cena que já pode ser considerada de caráter cotidiano na Argentina, publicada pelo jornal *La Razón*, de 05 de setembro de 1975: “A operação de treinamento antissubversão anunciada pelo Comando das Operações Navais teve início na manhã de ontem, sem que, no centro da cidade, o ritmo de vida tenha sofrido alterações (...) Na primeira fase destas manobras foram empregados quase dois mil homens do exército e da marinha, do distrito naval e da polícia provincial. As transmissões das rádios locais recordaram à população as precauções necessárias para transitar nas proximidades das casernas e postos de vigilância. Anunciaram, também, oficialmente que, partindo da base naval de Puerto Belgrano, militares da marinha efetuaram uma manobra para apoderar-se de um objetivo configurado por um reduto tomado por extremistas. Hoje, às 16h, um exercício similar será realizado na Villa del Mar, estação balneária entre Punta Alta e Bahía Blanca. Nesta localidade os efetivos militares executarão operações de busca, para se deslocar em direção a setores preestabelecidos para treinamento na eliminação de obstáculos”.

Apêndice: as consequências do golpe de março de 1976⁸

Em 24 de março de 1976, quando de Buenos Aires começaram a chegar as primeiras notícias sobre o golpe de Estado com que a Junta Militar, dirigida pelo general Jorge Rafael Videla, havia derrubado o governo de Maria Estela Martínez de Perón (Isabelita), alguns suspiraram aliviados. De tal modo estava esfacelada a Argentina de Isabelita (dois assassinatos por dia, cinco mil detentos políticos, 350% de inflação ao ano) que parecia impossível um ulterior agravamento. Agora, há distância de três meses do golpe, mesmo os mais céticos devem mudar de opinião. Se a Argentina estava à beira do abismo, o golpe de Videla a empurrou para dentro dele: 15 mil prisioneiros políticos, 48 partidos postos fora da lei, 150 pessoas assassinadas em poucas semanas pelos “esquadrões da morte” organizados pelos serviços secretos, o direito de greve proibido, suprimida a liberdade de imprensa e perseguidos os jornalistas independentes, reintroduzida a pena de morte desde os 16 anos de idade. Eis os primeiros dados desta tragédia.

Também a crise econômica se tornou mais aguda e o mesmo Videla prevê um ulterior agravamento. Em abril, os preços subiram de 53,8% (600%),

8 Artigo de Vincenzo Sparanga publicado em “I diritti dei popoli”, boletim bimestral da Liga Internacional para os direitos e libertação dos povos, n. 3, junho de 1976.

em maio de 26,3% (300%). O freio nos aumentos, no entanto, deve-se somente ao fato que os pequenos comerciantes completamente arruinados devido à vertiginosa queda da demanda, decidiram vender a preço de custo (para alimentar-se) as últimas caixas de mercadorias. São, também, impressionantes os outros números da crise. Após uma queda de 3,5% no primeiro trimestre do ano, o Produto Nacional Bruto corre o risco de chegar a dezembro de 1976 com um recorde negativo, menos 12%. O salário real, de 24 de março a 03 de maio (40 dias), caiu de 35% e continua a cair. O desemprego aumenta. A queda na demanda de bens de consumo duráveis pode atingir um dos setores fortes da economia argentina que, mesmo sendo um país dependente, tinha alcançado um grau de “bem estar” notável no consumo de televisores, máquinas de lavar, frigoríficos e automóveis.

Empobrecimento geral, crise econômica e a ditadura parece ter apenas uma receita: castigar sempre mais as condições da classe operária e das massas populares.

O inimigo mortal de Videla e sócios é, de fato, o movimento operário. No mesmo dia do golpe, os generais aboliram, com um decreto-lei, o artigo 14 da Constituição, que estabelece que os sindicatos “podem acordar contratos coletivos de trabalho, recorrer à conciliação ou arbitragem, ou usar o direito de greve”. Segundo as novas disposições, a greve é sim um crime passível de pena de detenção de três a dez anos, ou ainda, “por tempo indeterminado” se considerado uma “sabotagem”. O Conselho de Guerra de Comodoro Rivadavia aplicou a nova lei pela primeira vez em 08 de abril contra sete sindicalistas daquela localidade. O ex-secretário do sindicato dos padeiros, Hugo Cesar Gonzalez, de 30 anos, foi condenado a dez anos. Os outros a penas que variam de três a oito anos. No dia seguinte, 17 operários foram presos em Córdoba por terem realizado uma greve. E, desde então, a regra foi seguida em todo o país. Os industriais avisam, com uma nota informativa, o comando militar e os soldados executam, solicitamente, à prisão dos “responsáveis por agitações sindicais”.

Após a intervenção, decidida pela Junta na CGT (Confederação Geral do Trabalho), a central única dos trabalhadores argentinos, muitas dezenas de sindicatos afiliados passaram a ser diretamente controlados por um “Interventor” militar. A intervenção militar tem como objetivo a paralisia e, depois, a drástica reestruturação do movimento sindical argentino. Até 24 de março, a CGT, - que contava com 192 organizações confederadas, 86 delegações regionais, 2.400 sindicatos zonais, seis milhões de inscritos (65% da população ativa) - havia sido o ponto de força do peronismo. O “ramo gremista” do partido peronista (62 organizações sindicais, entre as quais a fortíssima UOM – União Operária Metalúrgica, dirigida por Lorenzo Miguel) controlava o movimento sem qualquer

dificuldade. Os militares sempre consideraram esta organização, muito embora burocratizada e disposta a compromissos de qualquer tipo, um bastião da capacidade de resistência da classe operária. Por isso, após ter flertado por muito tempo com o secretário geral Casildo Herreras, hoje turista em Nova Iorque e homem de reserva da Junta, decidiram como primeiro ato político após o golpe de neutralizá-la. O objetivo não é apenas tirar poder ao vértice peronista, a Lorenzo Miguel etc., mas, também, de dividir e manter isolados os mais de 100.000 delegados de base que constituíam a força periférica da CGT e que em alguns momentos, guiados pelas “coordenadorias de base”, organismos semi-clandestinos de coordenação autônomos, haviam influenciado toda a linha da organização. À frente da CGT, como interventor (uma espécie de comissário) foi colocado, em primeiro lugar, o coronel Juan Alberto Pita, depois, com o sequestro deste por parte dos guerrilheiros Montoneros, o Comodoro Julio Cesar Forcile.

Outro duro golpe na capacidade de luta do movimento sindical é a “ley de prescindibilidad”, que autoriza, até dezembro de 1976, “a demissão autoritária” (sem justa causa) de funcionários públicos. Segundo declaração da Junta, esta lei permitirá reduzir de 500.000 unidades (num total de 1,8 milhões) o número de servidores públicos. Trata-se, portanto, de uma medida inédita de represália de massa, que enquanto paralisa qualquer capacidade de luta do funcionalismo público, pune ao mesmo tempo um setor em que se estava amadurecendo, nestes últimos anos, uma nova consciência sindical não corporativa.

O plano de militarização dos sindicatos foi acompanhado por um ataque frontal contra os partidos políticos. Após ter suspenso, em 24 de março, todos os partidos e colocado na ilegalidade outros cinco de extrema esquerda, dois dias depois, o governo anunciou, no dia 04 de junho, a ilegalidade de 48 partidos e grupos, destes, 47 são de esquerda e um de direita. Desse modo, permanecem pouquíssimos partidos que, mesmo estando suspensos, ainda são legais. Entre estes estão o Partido Peronista Oficial que, no entanto, é completamente decapitado e sem vida, o MID (Movimento Integração e Desenvolvimento), dirigido pelo ex-presidente Arturo Frondizi que deu seu apoio explícito à Junta, a UCR (União Cívica Radical), dirigida por Ricardo Balbin e o Partido Comunista argentino.

De qualquer modo, a Junta não hesita em atingir diretamente, inclusive, esses partidos “legais”. Numerosas irrupções foram realizadas nas sedes comunistas e alguns dirigentes, como Victor Vasquez, componente do sindicato dos ferroviários, foram sequestrados pelos “esquadrões da morte”. Mesmo alguns dirigentes radicais mal vistos foram sequestrados, como Guillermo Alonso e Enrique Vanoli.

A Junta Militar também tomou drásticas medidas contra os direitos da pessoa e a liberdade de imprensa. O estado de sítio decretado desde novembro de 1974, para “afrontar a guerrilha” e aplicado em algumas zonas quentes como Tucumán, foi estendido a todo o país no dia 24 de março. Segundo o art. 23 da Constituição o “estado de sítio” permite prender qualquer um sem motivações específicas e colocá-lo “à disposição do poder Executivo”. Mas, a Constituição prevê, também, que os detentos “à disposição” possam pedir e obter a expatriação. Esta norma foi abolida pelo art. 1º da Lei n. 21.275. Assim, o regime atribuiu-se a possibilidade de sequestrar qualquer pessoa por um tempo indeterminado sem controle. O *habeas corpus*, um dos orgulhos (de origem inglesa) dos argentinos, foi completamente ridicularizado e anulado.

Outra novidade jurídica é a decisão de reintroduzir a pena de morte, executável a partir dos 16 anos de idade (provavelmente é um recorde mundial de crueldade contra os adolescentes). O regime está, neste momento, estudando uma reforma geral do Código Penal.

Até o golpe, embora alguns episódios de terrorismo contra a imprensa livre e a supressão de uma série de veículos da extrema esquerda, a imprensa continuava desenvolvendo uma importante função de informação e batalha civil. Hoje, a censura é total. O governo não hesita em fechar temporariamente ou definitivamente todos os jornais que, de um modo ou de outro, infringem a regra da cumplicidade e do silêncio. Entre os jornais atingidos por medidas repressivas estão jornais e revistas locais e nacionais, mesmo de orientação muito diversas.

A censura militar é indiscriminada e paradoxal. Numerosas rádios foram fechadas porque usavam uma “linguagem indecorosa” ou transmitiam “música proibida”. Domina em todas as partes o moralismo mais intolerante. No dia 08 de maio, uma transmissão de TV em que estavam o boxeador Carlos Monzon e a sua amiga Susana Gimenez foi anulada porque teria violado as novas normas que comprometem os meios de difusão “na defesa da família”. Carlos Monzon e Susana Gimenez, de fato, convivem sem estarem casados.

A raiva de Junta Militar contra a imprensa livre, o ódio pela cultura, a ridícula vontade de censura contra tudo o que “atenta contra os valores da ordem cristã ocidental” não conhece limites. Em 11 de maio, no centro de Buenos Aires, grupos de soldados apoiados por um blindado e dotados de metralhadora ocuparam as principais livrarias para sequestrar as odiadas obras de Marx, Engels, Lenin, Trotski e de outros teóricos marxistas. Alguns dias antes, uma operação similar havia sido brilhantemente conduzida em Córdoba, pelo III Corpo do general Lucio Benjamin. “É preciso preservar a saúde mental da juventude argentina”, explicou o general Benjamin.

Em 09 de abril, os militares dispuseram sobre os novos fardamentos que os estudantes e jovens deveriam usar no colégio nacional. Vale destacar que o uniforme custa 10 mil pesos, ou seja, o salário mensal de um operário não qualificado (o peão industrial). Em troca, os militares não se dão conta que 50,6% da população escolar das escolas elementares deixa a escola antes do quinto ano, criando no país uma corrente impressionante de analfabetos de “retorno”. A única medida que diz respeito à escola, além da prescrição das divisas, foi, na verdade, uma lei que anula a autonomia universitária, até então cuidadosamente protegida, mesmo nos momentos mais tenebrosos das precedentes ditaduras militares.

O caráter do regime militar se revela, no entanto, cruamente nos episódios de violência selvagem em que são protagonistas a polícia, o exército e, sobretudo, os “esquadrões da morte”, organizados pelo serviço secreto em estreita ligação com as polícias políticas das principais ditaduras latino-americanas: Brasil, Uruguai, Chile e Bolívia.

Segundo os números oficiais são 560 mortos em atentados políticos desde o início do ano. Destes, 302 são “pessoas do povo”. Desde 24 de maio até hoje, menos de 90 dias, os estudantes, os operários, os intelectuais, os militantes políticos de esquerda assassinados são cerca de 150. É impossível citar os vários episódios. Entre os casos mais clamorosos e cruéis podemos recordar os homicídios do ex-delegado de Perón, Bernardo Alberte, de Andrés Osatinsky, filho de 15 anos do dirigente *montonero* Marcos Osatinsky, assassinado pelos militares já durante o período de Isabelita. Em 10 de junho, também foi assassinado o reitor da faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Córdoba, Juan Luis Nogueira Garcia, atingido enquanto se dirigia a pé em direção ao seu carro num estacionamento. Entre os desaparecidos, sequestrados por bandos não identificados e dos quais se teme encontrar o cadáver, estão o escritor Haroldo Conti, os advogados Antonio Macris, Mario Hernandez e Roberto Sinigaglia, destacados pela sua corajosa ação em defesa de detentos políticos; o jornalista Miguel Angel Bustos, o diretor cinematográfico Raymundo Gleyzer. No início de junho, foi raptado e, provavelmente, morto Carlos Caride, um dos mais prestigiosos dirigentes dos *montoneros*, já preso e torturado no período de Alejandro Lanusse e, posteriormente, envolvido após a primavera de 1973 na luta pela liberdade de seu país. Também sua irmã, Susana, de 25 anos, culpada apenas de ser sua parente, foi sequestrada. Em 07 de junho, foi encontrado morto o ginecologista Salvador Acksrman, sequestrado poucos dias antes na clínica que dirigia em Don Torcuato. Outro

médico, o psicanalista Hugo Francisco Bella Gamba, foi sequestrado em 21 de abril e, desde então, é considerado desaparecido.⁹

Aos crimes cometidos pelos esquadrões da morte, cujo objetivo é criar um clima de terror permanente que obriga as pessoas a “ficarem caladas” e a esquecer a própria dignidade, devem-se acrescentar os inúmeros episódios de violência levados a cabo pela polícia e exército em sua cotidiana “caça” ao guerrilheiro de esquerda. Os tiroteios acontecem, muitas vezes, por motivos fúteis. Carlos Thames, um desconhecido, foi morto a tiros, em 07 de junho, porque não parou sua moto num bloqueio da polícia. Frequentemente homens e mulheres, mortos por engano, são catalogados pelos boletins oficiais como “guerrilheiros”, segundo uma conhecida técnica dos EUA no Vietnã, que transformava em *vietcong* as pessoas mortas pelos bombardeios.

Os fatos mais graves, no entanto, dizem respeito aos exilados políticos. Na Argentina trabalham 1 milhão e 200 mil estrangeiros. Destes, pelo menos 20 mil são refugiados políticos do Chile, Uruguai, Brasil, Bolívia e Paraguai (7.000 são chilenos e uruguaios). Contra eles a Junta Militar de Videla desencadeou um plano de extermínio e expulsão acordado com os serviços secretos dos diversos países de origem, com a colaboração da CIA.

Em 24 de maio, foram encontrados, num carro na periferia de Buenos Aires, os cadáveres de Zelmar Michelini, líder da oposição uruguaia até o golpe do presidente Bordaberry em maio de 1973, de Hector Gutierrez Ruiz, ex-presidente da Câmara dos Deputados Uruguaia, de outro exilado uruguaio seu amigo, William Whitlow Blanco e de sua mulher Rosária Barredo. Em 03 de junho, o cadáver do ex-presidente da Bolívia, o general populista Juan Torres,

9 Informa “L’Unità” de 20.8.1976: “Novos episódios de perseguição por parte das forças repressivas argentinas são denunciadas pela CAFRA (Comitê Antifascista contra a repressão na Argentina). Após a ação que, em 20 de julho passado, provocou, entre outros, a morte de Mario Roberto Santucho e Domingo Menna respectivamente secretário geral do PRT (Partido Revolucionário dos Trabalhadores) e membro do escritório político do mesmo partido. Agora foi a vez - informa um comunicado do CAFRA - de Lilian Delfino, mulher de Santucho, da mulher de Menna, de um filho pequeno do casal, além de outra criança pequena que se encontrava junto com eles e de quem não se pôde estabelecer a identidade. Todos foram sequestrados e estão desaparecidos.

Isso - assinala o comunicado - é o enésimo caso de obstinada perseguição e implacável repressão contra familiares de militantes (não são poupados nem mesmo as crianças) que se soma ao sequestro denunciado em 16.7.1976 pela imprensa italiana, de Manuela Elmina Santucho e Cristina Súlvia Navajas de Santucho, de cuja sorte, como daquela das outras três pessoas citadas não se sabe até hoje.

foi encontrado crivado de balas em San Andrés de Filles, a 120 quilômetros da capital. Em ambos os casos, a operação foi conduzida com a técnica dos assassinos profissionais. No caso de Michelini, a polícia secreta conseguiu encontrá-lo, embora, temendo um atentado, ele tivesse escolhido uma dura clandestinidade.

Outro caso muito triste é aquele da prisão de Edgardo Enriquez, líder do MIR chileno e expoente prestigioso da resistência chilena. Após ter sido capturado em 1º de abril, juntamente com a sua companheira brasileira, Enriquez foi selvagememente torturado por alguns dias e depois entregue a DINA (Diretoria de Inteligência Nacional), a feroz polícia política de Pinochet. Desde então, não se tem mais notícias suas. Em 09 de junho, um grupo armado invadiu a sede da Comissão Católica Argentina para roubar os arquivos de dois mil refugiados políticos que foram assistidos por aquela instituição.

Dois dias depois, 15 estrangeiros foram expulsos do país “por atividades que atentam contra a segurança do Estado”. O plano dos generais golpistas é linear: semear o terror, trucidando barbaramente alguns prestigiosos líderes políticos da emigração latino-americana, expulsar os estrangeiros indesejados, fazer com que recaia sobre todos a ameaça “de ser colocado à disposição” das polícias políticas dos países de origem, numa espécie de trágico “estado de sítio” continental. É grotesco que este desumano desenho do bando de Videla seja acompanhado de uma intensa propaganda do regime contra o “boicote” e as “calúnias” que seriam lançadas do exterior contra a Argentina.

A verdade é que o escândalo provocado pela contínua violação dos Direitos Humanos é tamanho que o *New York Times*, em 21 de maio, ou seja, uma semana antes que fosse difundido o apelo do Tribunal Russell contra a repressão na Argentina, pediu que o governo de Jorge Rafael Videla fosse tratado como o de Pinochet, condicionando toda a ajuda internacional ao pleno restabelecimento da legalidade e ao fim das perseguições políticas, sobretudo, contra os exilados.

A ofensiva golpista tem, certamente, conseguido alguns resultados importantes. A classe operária é afetada pela crise econômica selvagem, pelas leis antigreve, pelo terrorismo dos militares. Mas, até agora não se pode falar de uma derrota vertical, de uma total paralisia do movimento. As coordenadorias de base, que já operavam numa condição de semi-clandestinidade, estão se recuperando do golpe de 24 de março. As forças de esquerda entenderam que a única estrada possível é aquela da organização e da tenaz resistência. Isso pode estimular um processo unitário e multiplicar, portanto, a capacidade de iniciativa de todas as frentes democrática populares.

A guerrilha dos *Montoneros* e do ERP também não devem arrefecer, apesar dos golpes sofridos. Testemunha disto é o sequestro do comodoro da

aeronáutica, Roberto Echegoyen, realizado pelo ERP em troca da libertação de alguns companheiros; o sequestro do coronel Juan Alberto Pita que assumiu a provocatória tarefa de dirigir a CGT; o assassinato do coronel Juan Carlos Mendieta, dos serviços secretos e, também, do general Angel Cardozo. Quanto mais o exército argentino se comporta como um exército de ocupação num país estrangeiro, quanto mais paga o preço de todo exército de ocupação: o medo, o isolamento, o desprezo.

Todavia, é preciso deixar claro que as ações armadas sozinhas não bastam. A guerrilha é um momento defensivo decisivo, não uma estratégia ofensiva. A desordem, a crise, o caos, com o tempo, jogam em favor dos “homens da ordem”. No governo militar já se esboça uma linha de extrema direita, encarnada pelo general Diaz Bessone, comandante da unidade responsável pela primeira tentativa golpista, em dezembro de 1975 e hoje chefe da Escola de Aviação Militar de Córdoba, além de outros. “Videla governa, eu mato”, vangloria-se Diaz Bessone. É a lógica do massacre puro, a reedição latino-americana do franquismo mais duro, aquele que dizimava a população operária por puro ódio contra os proletários. Um eco da filosofia desta ala nazista do golpismo argentino se encontra, também, em personalidades “religiosas”, como monsenhor Victorio Bonamín, conselheiro espiritual de Videla, cuja tese é “quando há derramamento de sangue, ocorre a redenção. Deus está redimindo a Nação argentina”. Contra esta lógica, da qual parecem não discordar as 400 companhias multinacionais (250 norte-americanas, 150 europeias e japonesas) que sugam 15% da renda anual do país, é urgente formar uma vastíssima frente, seja interna ou internacional, de apoio à resistência e de isolamento da Junta Militar.

A imagem das crueldades do velho regime de Isabelita Perón serviram de véu, por alguns meses, aos horrores da ditadura videlista. Hoje, esse véu caiu. Passaram-se meses de inauditos sofrimentos e violências: cada silêncio se torna culpado.

O SINDICALISMO NORTE-AMERICANO NA AMÉRICA LATINA¹

Ronaldo Radosh – Fred Hirsch

Hoje falo não somente na qualidade de membro ativo dos movimentos sindicais norte-americanos para as relações exteriores, mas, também, como quadro efetivo de um setor de professores afiliados à CIO (*Congress of Industrial Organizations*). Isto serve para sublinhar, ainda mais, a grande contradição emersa entre a minha confederação e uma confederação irmã, a Federação Unitária dos Professores, que representa, em Nova Iorque, os docentes das escolas primárias e secundárias. Esta organização recentemente declarou, através de seu líder Albert Schenker (provável sucessor do atual presidente da AFL, *American Federation of Labor* - CIO George Meany): “Não é muito elegante, hoje, ser anticomunista, mas não se entende porque grandes confederações de professores mandam seus inscritos em visitas a Moscou e Pequim. O mundo livre está diminuindo. Quando um país se torna comunista, o processo de transformação é irreversível. O Chile é uma mera exceção”.

Pode-se questionar como um dos líderes mais prestigiosos do movimento sindical norte-americano elogie a repressão de uma experiência em direção ao comunismo, a tal ponto de louvar explicitamente o fascismo chileno. Mas, este é, de fato, o ponto central do meu discurso de hoje. A transformação do mundo num lugar seguro para a implantação de instituições norte-americanas foi o objetivo de todo o trabalho diplomático no período da Guerra Fria. Nenhum grupo nos Estados Unidos cultivou e perseguiu este objetivo com maior vigor do que os representantes oficiais do movimento sindical norte-americano. Uma apresentação sintética desta atitude pode ser encontrada no depoimento de George Meany diante da Comissão de Relações Exteriores do Senado, em 1º de agosto de 1969.

1 Estão aqui apresentados como texto único dois relatórios originalmente distintos. Além da exigência de espaço, isso corresponde, de fato, ao que aconteceu. Os dois relatores concordaram numa apresentação comum. A contribuição de Hirsch diz respeito, principalmente, ao Chile. Também são suas as observações de abertura e conclusão.

Trata-se de um dos casos em que as palavras dos dirigentes do movimento revelam muito mais do que seu significado literal. Meany falava do *American Institute for Free Labor Development* (AIFLD) por ele presidido e que iniciou sua atividade em 1960, após a revolução cubana: “O objetivo do instituto é de construir sindicatos latino-americanos fortes, independentes, representativos dos trabalhadores, capazes de melhorar as condições de vida. É uma atividade que faz parte de um compromisso de solidariedade fraterna e humanitária. É uma contribuição dada aos trabalhadores para que possam desempenhar um papel construtivo na preparação de sociedades democráticas através de sindicatos livres”. Meany continuou dizendo que a AFL-CIO havia decidido “introduzir na AIFLD, também, representantes do mundo econômico e empresarial, porque não é possível um crescimento econômico aceitável sem que todos os setores da sociedade estejam representados. Por isso, fomos aos responsáveis do mundo das finanças norte-americanas e lhe dissemos que considerávamos importante a sua colaboração. A resposta foi extremamente incentivadora”.

Talvez seja oportuno citar alguns nomes “dos responsáveis do mundo das finanças” citados por Meany em seu relatório e que se encontram no diretivo da AIFLD: Peter Grace, presidente da W.B. Grace Company; William Hickey, presidente da United Corporation; U.S. Balgooyen, diretor da EBASCO; Bren Friele, ex-vice-presidente da American International Association for Economic ADN Social Developmente; Juan Tripe, da Panamerican; Henry Woodbridge, da True Temper Corporation e outros 60 nomes. Praticamente “todas as grandes empresas dos Estados Unidos estão representadas”.

Pode-se perguntar por que tantas grandes sociedades multinacionais americanas querem fazer parte de uma organização que se supõe fundada pelo movimento sindical e que tem como objetivo construir sindicatos autônomos. A resposta foi dada pelo próprio Meany: “Quando fomos aos responsáveis do mundo dos negócios e das finanças dissemos que não era para negócios. No entanto, estávamos convencidos que eles e nós tivéssemos os mesmos interesses na América Latina, porque eles também queriam que ali existissem sistemas sociais seguros, saudáveis, livres, de tal modo que o mundo dos negócios norte-americanos tivesse um futuro na América Latina. Os comunistas não tentam entrar no mundo dos negócios, mas, concentram a sua atenção no controle das organizações dos trabalhadores. Fizem isso na Itália em 1948 e não tiveram sucesso somente porque o movimento sindical americano fez de tudo para conservar um movimento de sindicatos autônomos. É muito interessante o fato de ter conseguido envolver as grandes empresas dos Estados Unidos e, podemos realmente dizer, são as maiores!”

“A Rockefeller Brothers Fund, a International T and T (ITT), a United Corporation e David Rockefeller em pessoa, a Kennecott Copper, a Standard Oil, a Koopers, a Gillette, a Shell Petroleum, a Anaconda, a Sterling Drug, até mesmo a Reader’s Digest, a Merck Company, a Pfizer Corporation; estas grandes empresas, às vezes, não possuem relações com o sindicato nos Estados Unidos, não tratam conosco, mas concordaram todas conosco em ver um interesse específico dos Estados Unidos no desenvolvimento de sindicatos autônomos na América Latina e, por isso, deram-nos muito dinheiro”.

Eis uma das respostas. Podemos ainda questionar por que as grandes sociedades citadas por George Meany têm interesses paralelos àqueles da AFL-CIO. Na realidade, a pergunta seria mais correta se fosse colocada de outro modo: por que os líderes da AFL-CIO têm, na América Latina, interesses paralelos àqueles das maiores multinacionais?

Uma possível resposta nos é dada por George C. Lodge, filho de Henry Cabot Lodge, ex-secretário geral do sindicato para o comércio internacional nos anos 1958-1960. Num livro ele escreve: “Os latino-americanos devem combater a ameaça de uma ditadura militar de direita e a permanência de uma oligarquia exploradora, de ricos proprietários de terra e de grandes *trusts* de negócios: a luta de classe é, por isso, muito viva na América Latina e impede a possibilidade de contratação coletiva. Para muitos sindicatos latino-americanos o empregador acaba por se tornar o inimigo. A complementaridade de interesses entre patronato e o movimento dos trabalhadores não é um conceito fácil para o sindicalismo latino-americano”.

A comunidade de interesses entre patrões e trabalhadores representa, ao contrário, a pedra angular da doutrina da AFL-CIO: coparticipação ao invés de luta de classe. Vejamos o que diz Eno Hobbing no *The Lamp*, publicação oficial da Standard Oil: “Os homens de negócios na América Latina estão convencidos de que um sindicalismo autônomo é essencial para a livre iniciativa. Parte essencial da gestão patronal deve ser uma atividade que mire ao desenvolvimento deste sindicato. Os líderes sindicais têm exatamente os mesmos objetivos dos dirigentes das multinacionais. Os sindicatos evitam o grande desperdício das greves selvagens, opõem-se às expropriações, são um bastião seguro contra o enraizamento do extremismo no movimento operário”.

Até aqui a ideologia. Acrescentamos, agora, algumas informações históricas. A colaboração entre as grandes sociedades multinacionais, as confederações sindicais (a AFL, antes e a CIO, posteriormente) e o Departamento de Estado teve início nos anos 1940, quando Nelson Rockefeller era responsável do Escritório governativo para os negócios interamericanos e Serafino Romualdi representava o Escritório Internacional da AFL para a América Latina.

Apoiando-se no escritório de Rockefeller, Serafino Romualdi tomou uma série de iniciativas que visavam colocar em dificuldade Vicente Lombardo Toledano e as confederações sindicais mexicanas CTAL (Confederação de Trabalhadores da América Latina) e CTM (Confederação dos Trabalhadores do México). Houve, assim, as primeiras tentativas de criar, na América Latina, organizações sindicais favoráveis aos Estados Unidos. Em 1943, Bernardo Ibañez, secretário geral da Confederação Sindical Chilena e inimigo de Toledano, apoiado pela AFL, visitou os Estados Unidos. Ao mesmo tempo, foram reduzidas as tarifas alfandegárias para as mercadorias norte-americanas que entravam na América Latina e concluídos os acordos para manter disponíveis, para a exportação e os investimentos industriais, as fontes latino-americanas de matérias primas.

O sindicato norte-americano se opôs ao sindicato latino-americano de esquerda, que apoiava a industrialização de seu continente, e, portanto, a limitação dos investimentos estrangeiros e a suspensão do Plano Clayton, que previa uma industrialização com absolutos privilégios para o aparato industrial norte-americano. Serafino Romualdi é, então, nomeado responsável único para a criação e organização do sindicato autônomo na América Latina e, num primeiro momento, foi pago diretamente por Rockefeller, para se tornar, depois, representante local da AFL e da FTUC.

Em dezembro de 1943, Romualdi tentou fundar uma nova federação interamericana de tendência conservadora para se opor à CTAL, controlada pela esquerda e com objetivos específicos de propaganda anticomunista. Em 1944, encontramos com ele George Meany, que o acompanha no México para estabelecer os contatos com as facções CTM anti-Toledano e para experimentar estratégias de luta anticomunista. No final de 1945, dois dirigentes sindicais latino-americanos, os citados chileno Ibañez e Arturo Sabroso, secretário geral do movimento sindical peruano, foram convidados aos Estados Unidos e Toledano declarou, publicamente, que Romualdi, com sua política de apoio aos sindicatos “paralelos”, era um agente provocador.

Em fevereiro de 1946, Ibañez foi expulso da Confederação do Trabalho Chilena e, com o apoio da AFL, organizou uma segunda confederação sindical. Numa nota, datada de maio de 1946, Romualdi admitiu que a confederação chilena que ele tentava destruir era, de fato, a mais ampla e potente das organizações sindicais independentes, não controlada pelos comunistas ou outras facções particulares. Contudo, ele havia feito de tudo para colocá-la em crise, pelo simples fato que esta era afiliada a CTAL. Esta sua ação era apoiada, oficialmente, pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos que, em junho de 1946, promoveu, também, sua longa viagem na América Latina.

Exibindo cartas de apresentação de A. Barle Jr. e de Nelson Rockefeller, Romualdi pôde se encontrar com os presidentes Haya de la Torre, no Peru e Betancourt, na Venezuela, prometendo a ambos financiamento para lutar contra os dirigentes sindicais comunistas, a partir da criação de novas federações sindicais conservadoras.

O advento de Truman na presidência dos Estados Unidos deu ulterior impulso à ação de Romualdi. Em 1947, John Dreier pediu apoio oficial a Romualdi, que trabalhava em contato direto com a seção sindical do Departamento de Estado norte-americano.

Em 1948, Romualdi pôde anunciar o nascimento da CIT (Confederação Interamericana do Trabalho), seguida, em dezembro de 1949, pela ORIT (Organização Regional Interamericana do Trabalho). O modo melhor para entender a função destes organismos é analisar alguns casos desde 1950 até hoje. Examinando os acontecimentos sindicais de alguns países se pode identificar, exatamente, a função desempenhada pela AFL-CIO em favor das multinacionais.

Guatemala

Embora a tendência moderadamente reformista do governo de Arevalo (1945) fosse julgada “comunista” pela representação patronal, as eleições de 1950 levaram à presidência o progressista Jacobo Arbenz. Ao mesmo tempo, o Partido Comunista se reforçou ulteriormente no interior do movimento sindical, apoiando ativamente a reforma agrária de 1953, que representava uma séria tentativa de eliminar a propriedade latifundiária e de promover a industrialização. Quando 80% das terras não cultivadas, nas mãos da United Fruit Company, foram expropriadas, Romualdi destacou que o governo Arbenz, com a sua pretensão de realizar justiça social era perigoso: “O centro do problema da Guatemala reside no fato de que o Partido Comunista controla o movimento sindical e parece ter, inclusive, o apoio do governo”.

Em 1954, George Meany visitou pessoalmente Arbenz e lhe disse que a AFL estava muito preocupada com os elementos comunistas que agiam na Guatemala. Parecia muito perigoso, sobretudo, o fato que Arbenz se opusesse à tentativa do próprio Meany e de Romualdi de organizar um sindicato paralelo, a UNTL (União Nacional dos Trabalhadores Autônomos da Guatemala), a ser afiliada à ORIT. Quando, em março de 1954, o Departamento de Estado condenou, publicamente, o governo de Arbenz, enquanto a inteira OEA se opôs a este ataque, Meany não hesitou em se colocar a favor. Após a invasão

da Guatemala (junho de 1954), preparada e financiada pela CIA, iniciada em Honduras e apoiada pelo maciço emprego de bombardeamentos norte-americanos, George Meany apressou-se em comemorar a queda do governo de Arbenz: “A AFL se alegra pela queda deste regime controlado pelos comunistas. A tarefa foi realizada graças à rejeição do exército em servir um governo que havia traído as aspirações democráticas do povo e que tinha transformado a Guatemala numa cabeça de ponte da Rússia. Espero que o novo governo de Castillo Armas seja capaz de manter as conquistas sociais codificadas na legislação agrária e sindical da Guatemala”.

Vale a pena destacar que o “sindicalista” Meany elogiava a derrubada, com poder militar, do “Primeiro governo que tentou fazer alguma coisa pelos trabalhadores e camponeses guatemaltecos. Imediatamente, Meany convidou Armas a manter a reforma sindical e da legislação do trabalho que tinha sido aplicada pelo governo derrubado, mas, ao mesmo tempo, ofereceu a Armas a ajuda de dirigentes sindicais norte-americanos, alertando para “o perigo e uma reação fascista”, quando, na realidade, ele se preocupava, essencialmente, com os novos perigos que poderiam vir da esquerda. A legislação social que Meany fingia defender era decididamente contrária aos interesses daqueles que invadiram o país, por outro lado, aqueles que seriam capazes de aplicar as reformas faziam parte de um governo que havia sido derrubado. Dez dias após a posse de Armas, encontramos, desse modo, na Guatemala Romualdi, Daniel Benedict, do CIO, Raul Valdívía, da CTC cubana e Otero Borlaff, da ORIT. Romualdi permanece no país entre julho e agosto, e afirmando que o povo era completamente favorável a Armas, limitou-se em recomendar: “É preciso, no entanto, estar atentos que a onda de anticomunismo, sem querer, não cancele completamente o movimento sindical”.

Qual era, efetivamente, a realidade? Em primeiro lugar, o novo presidente Armas removeu todos os dirigentes sindicais e as condições de trabalho pioraram, enquanto qualquer demanda sindical era definida como “comunista”. Os latifundiários retomaram suas propriedades, queimando tudo o que tinha sido feito pelos camponeses. Uma investigação sobre este período, realizada por Charles Porter e Robert Alexander, dois estudiosos marxistas demonstra que este pode ser definido somente como domínio de uma ditadura dentre as mais ferozes. Centenas e talvez milhares de camponeses e outros trabalhadores foram barbaramente assassinados numa onda de vingança dos patrões das fábricas e dos proprietários de terra. Até mesmo Serafino Romualdi, ainda que de passagem, será obrigado a admitir esta trágica realidade: “As forças reacionárias acabaram por dominar, os patrões demitem todos os ativistas sindicais, mesmo aqueles afiliados à AFL”.

Conclusão: a AFL se opôs ao único governo que tentava mudar a situação na Guatemala, acusando-o de comunista. Apoiou a invasão e um poder ditatorial que havia instaurado um regime de terror contra os trabalhadores e camponeses. Ao invés de apoiar um governo aberto, pelo menos para ganhar a simpatia da classe trabalhadora, a AFL se aliou com a classe patronal, que continuava a denunciar o perigo “comunista”. A tática foi, primeiro, criar um sindicato paralelo, então, apoiar a invasão financiada pela CIA. A este ponto estava claro que Armas poderia servir, somente, aos interesses dos patrões, de quem tinha recebido o poder e, desse modo, considerava como seu natural aliado a parte mais retrógrada do sindicato.

Guiana Britânica

Trata-se de um caso que antecipa, exemplarmente, aquele chileno. Aqui também existe um líder marxista, o primeiro eleito na América Latina: Cheddi Jagan, cujo partido havia obtido a maioria nas eleições gerais de 1953.² O mecanismo colocado em prática para derrubar o seu segundo governo (1961 – 1964) não é compreensível se não se leva em consideração o papel desempenhado, naquela ocasião, pela AFL-CIO.

Imediatamente após a sua primeira vitória eleitoral, o governo de Jagan emanou uma lei para disciplinar as eleições democráticas dos representantes sindicais dos trabalhadores no interior das empresas, com o objetivo de assegurar poder contratual a um sindicato realmente majoritário. Contra a União dos Trabalhadores da Guiana, que se identificava com a linha política do governo, encontravam-se os produtores de açúcar, que por seu lado, apoiavam a MPCA (Associação dos Trabalhadores Municipais), um sindicato controlado pelos patrões.

Voltando ao governo em 1961, Jagan propõe, mais uma vez, a lei sobre a representação sindical. Em resposta, a MPCA organizou uma greve geral que, prolongando-se por 80 dias, atingiu profundamente a economia, lançou o país no caos. De fato, tratava-se de uma greve claramente política que os ingleses assumiram como pretexto para acusar Jagan de incapacidade e para subordinar a concessão da independência a novas condições e impor um sistema de representação proporcional que dificultaria a reeleição de Jagan, em vista de

2 Ex-colônia britânica, em 1953, a Guiana havia obtido uma ampliação da parcial autonomia concedida em 1928. Contra o primeiro governo de Jagan, intervieram, em 1954, forças armadas inglesas e o Parlamento foi dissolvido. Somente em maio de 1966 a Guiana se tornará um Estado independente, associado ao Commonwealth (NdT).

sua substituição e novo afastamento. A pergunta que devemos nos pôr, neste caso, é: de onde chegaram as ajudas para apoiar a greve? A resposta é que os financiamentos chegaram através das ITS (Secretarias Sindicais Internacionais), operativas na Guiana Britânica.³

Sem dúvida, o papel determinante foi desempenhado, naquelas circunstâncias, por Arnold Zander, presidente da Fundação Americana dos Funcionários Públicos Federais, Estaduais e Municipais, afiliada à ITS dos Serviços Públicos (PSI), organização que serviu à CIA como cobertura para operar na Guiana. É provado que, por exemplo, em 1963, quando a MPCA iniciou a greve geral, Howard McCabe, representante de PSI, voou para a Guiana, encontrou-se com o chefe do MPCA, Richard Ishmael, e lhe assegurou o pagamento das retribuições dos funcionários sindicais comprometidos na organização da greve.

Jagan denunciou publicamente como “os líderes sindicais são bem conhecidos como infiltrados da AIFLD, encarregados de derrubar o meu governo”. O próprio Romualdi admitiu ter disponibilizado “o serviço de seis responsáveis, com dedicação exclusiva à AIFLD, para a organização do comitê de greve”. Todavia, apenas 200 dos 20.000 trabalhadores do açúcar aderiram à greve.

Para exacerbar ulteriormente a situação, duas das maiores companhias açucareiras demitiram todos os seus funcionários. Além disso, foram disponibilizados de 30 a 50 mil dólares por semana para eliminar Jagan. Nos últimos períodos chegou-se até a 130 mil dólares por semana.

Toda essa ação subversiva visava complementar um programa que no qual a CIA investiu, na Guiana, 250 mil esterlinas em cinco anos, para alimentar uma política de terror que tinha provocado 170 mortos, centenas de feridos e um boicote sistemático da economia. Desde 1950, a PSI havia trabalhado na surdina no interior do sindicato dos funcionários públicos e a sua associada americana, com os seus 210.000 inscritos, havia gastado milhares de dólares para assegurar, na Guiana, o funcionamento de uma secretaria em tempo integral para a América Latina, conforme assegurou McCabe. O próprio Zander admite que, entre 1958 e 1964, a Federação por ele presidida havia sido completamente financiada pela CIA através da Fundação Gotham.

A CIA, desse modo, deu dinheiro, consultoria e, também, ajuda alimentar para apoiar as greves. Um agente da CIA chegou a fazer parte, como

3 As ITS ligam, em âmbito internacional, os sindicatos nacionais de categoria, ou seja, operantes em setores com características similares. Para a ligação das ITS com a AIFLD vide, adiante, o caso do Chile.

representante dos trabalhadores, da Comissão que conduzia as negociações com Jagan. Existem, além disso, dados suficientes para demonstrar como o próprio presidente Zander recebeu da CIA de 60.000 a 150.000 dólares por ano pelo seu trabalho pessoal, concentrado na época, sobretudo, na Guiana Britânica.

Seguindo a estratégia sugerida por Romualdi e com o apoio do sindicalismo independente, a CIA chegou, desse modo, à greve política de 1963, com a intenção de derrubar um governo socialista e democrático.

República Dominicana

Após o assassinato do ditador Rafael Trujillo em 1961, o FOUPSA (*Frente Obrero Unido Pro Sindicatos Autónomos*) de Santo Domingo recebeu ajuda através dos agentes da CIA Andrew McLellan e Fred Sommerford. O secretário geral do FOUPSA revelará que McLellan havia lhe oferecido 30.000 dólares para organizar, entre 1961 e 1962, uma greve geral. O resultado desta operação foi o nascimento de uma federação sindical dominicana de caráter reacionário, denominada, posteriormente, CONATRAL. Contemporaneamente, é constituído em Santo Domingo um escritório da ORIT, mantido em grande parte por exilados cubanos. Recordamos, de modo especial, o chefe deste escritório Rolando Leonard, ex-líder sindical na Cuba pré-revolucionária.

Em 1962, as primeiras eleições realizadas após 30 anos de ditadura foram vencidas pelo social-democrata Juan Bosch. Meany e os outros dirigentes dos sindicatos norte-americanos decidiram opor-se a ele. McLellan declarou explicitamente que era importante reconhecer a tempo e deter qualquer tentativa de penetração “comunista”. Consequentemente, os dirigentes da CONATRAL não quiseram cooperar com o governo Bosch, ainda que este reconhecesse os sindicatos como os legítimos interlocutores nas tratativas com os trabalhadores (após a queda de Bosch, a CONATRAL apoiará Cabral e Joaquín Balaguer, que imporão um regime de austeridade, congelarão os salários e declararão ilegais as greves).

Robson Ruíz Lopez, secretário geral da CONATRAL, elogiou publicamente as forças armadas equatorianas que haviam deposto o seu legítimo governo e incitou o exército dominicano a seguir o exemplo. Em setembro de 1963, a CONATRAL louvou a deposição de Bosch e o golpe como “um gesto heroico em defesa da liberdade”, que havia afastado um governo pró-comunista. McLellan dirá que Bosch era muito condescendente com a esquerda e elogiará o general Wessin y Wessin que o tinha derrubado. Esta atitude foi, posteriormente, recompensada pelo sucessivo governo Cabral, que suprimiu as organizações

sindicais das CASC (sindicatos cristãos) e da FOUPSA, deixando tranquila a CONATRAL.

Aqui, também, encontramos Romualdi como mediador entre sindicatos e governo. Em 1964, o POASI (Sindicato Independente dos Trabalhadores Portuários) deflagrou uma série de agitações. O exército intervém diretamente para dispersar a greve e agentes do governo fundaram um sindicato paralelo, o STAPI. Em abril de 1965, o novo governo tentará de não reconhecer o sindicato, mas, após os protestos da CONATRAL, em junho de 1966, o STAPI será reconhecido por Balaguer.

O papel desempenhado pela AFL já havia se manifestado no apoio explícito dado aos militares em sua oposição a Bosch. Quando em 1965 uma revolta popular tentou derrubar Cabral para reconduzir Bosch ao governo, a AFL-CIO acusou este último de comunismo. Os líderes da CONATRAL denunciaram o perigo que a revolta fosse administrada por comunistas e McLellan confirmou o seu apoio incondicional a Wessin y Wessin, “um dos poucos elementos incorruptíveis do exército dominicano com poder decisional”.

Após a invasão dos *marines* norte-americanos, em abril de 1965, a AIFLD entrou diretamente em campo com a intenção explícita de apoiar a CONATRAL, debilitada pelo caos político e, por isso, exposta a infiltrações da extrema esquerda.

Em 15 de novembro de 1965, foi lançado um plano de emergência da República Dominicana, dirigido contra “forças subversivas” não identificadas, que teriam tentado instaurar na ilha um clima de terror. Em tal quadro, os representantes da AIFLD se encontraram com o embaixador dos Estados Unidos e com alguns expoentes do sindicalismo norte-americano, dos quais obtiveram um ulterior financiamento de 50.000 dólares, para serem utilizados em novas iniciativas sindicais, para a aquisição de alguns automóveis destinados aos dirigentes e para o desenvolvimento dos meios de propaganda audiovisuais. “É preciso promover campanhas de formação, coordenadas por educadores-organizadores e por grupos móveis especializados, capazes de contrabalançar e combater ativamente as esquadras de boicote da extrema esquerda”. Os sindicalistas acrescentavam, em seu comunicado, que era preciso fazer de tudo para restituir à CONATRAL a sua imagem de “organização correta, imparcial, honesta que existe somente para servir, no melhor modo, o interesse de seus membros e para melhorar o nível de vida (...) Parte da campanha de formação deve ser dirigida para restituir o crédito dos líderes da CONATRAL, demonstrando que são infundadas as acusações de favoritismo e de ter desempenhado um papel político exclusivamente em favor de seus inscritos ao invés de se preocupar com os interesses mais gerais dos trabalhadores”. No final,

esta operação de reabilitação levará à substituição dos velhos dirigentes sindicais muito comprometidos.

A AIFLD não se satisfaz com essa intervenção, mas prometeu e financiou projetos de edilícia popular. Foi lançado um programa para a construção de 30 conjuntos habitacionais, num total de 700 a 900 habitações, financiado através de empréstimos garantidos pela AID. Aos trabalhadores do açúcar deveriam ser destinados 3 milhões de dólares para construir casas, mas somente 110 unidades habitacionais foram construídas. Os contratos AID foram feitos por meio de edital fechado e os trabalhos de construção das casas foram entregues, exclusivamente, a elementos sindicalizados na CONATRAL. Somente aos inscritos foi dada a possibilidade de ocupar os novos apartamentos, para premiar a sua rejeição de passar a CASC (sindicatos cristãos).

É claro, por tudo o que foi visto, como o trabalho da AIFLD foi orientado sistematicamente para manter distante os trabalhadores da influência dos sindicatos de classe, para canalizar as suas energias em organizações anticomunistas, subordinadas às manobras de penetração do capital norte-americano. Portanto, nenhuma luta de classe, mas apoio total à política de “negociação pão com manteiga”. O único papel do sindicato deveria ser aquele de obter mais altos salários e melhores condições para os seus inscritos, excluindo aqueles que não aceitavam entrar na organização. E tudo isso num país em que menos de 10% da força de trabalho era sindicalizada e onde seriam impostas radicais mudanças para uma drástica redistribuição de renda.

A aplicação desta linha na República Dominicana se traduzia em negar qualquer apoio a Bosch, culpado de ter garantido os direitos democráticos dos trabalhadores, de ter proibido os sindicatos paralelos e de ter iniciado uma política de distribuição dos lucros. Ao contrário, a AIFLD apoiará Cabral e Balaguer, que imporão uma política de austeridade e se apoiarão ao exército para impedir as greves.

Em episódios mais recentes, recordamos que a partir de 1970 houve na República Dominicana um reforço dos setores sindicais mais avançados, graças à fusão de várias organizações que constituíam a esquerda da CASC (sindicatos cristão) numa organização militante de classe, a CGT (Confederação Geral do Trabalho). Contemporaneamente, a política de intervenção dos Estados Unidos através do sindicato se tornou mais discreta, limitando-se a defender os investimentos das multinacionais e impedir os maiores perigos. Nesta fase, a AIFLD promoveu seminários de estudo, programas sociais e, para dar uma certa força financeira à CONATRAL, organizou, também, cadernetas de poupança cooperativas entre os trabalhadores. Os sindicatos paralelos tiveram, nesta fase, uma certa expansão.

No entanto, os preços subiam às estrelas. De 1969 a 1972, o custo de vida aumentou, em média, de 24,6% ao ano, depois de 15,1%, entre 1973 e de 25%, em 1974. A onda de greves se sucederam. Em 1975 todos os professores realizaram greves por 25 dias, reivindicando salários mais altos e investimentos maiores no campo da educação. Em fevereiro do mesmo ano, os trabalhadores da construção civil também organizaram uma grande paralisação, a primeira desde 1962, graças, sobretudo, à iniciativa da nova aliança das forças sindicais de esquerda. Os trabalhadores da indústria pesada, do setor alimentar, hoteleiro e da escola confluíram na CGT. Diante destes alarmantes acontecimentos, o setor patronal respondeu recorrendo a duas diversas estratégias, que podem ser explicadas aqui através de alguns exemplos.

A linha “dura” é bem representada pela sociedade La Romana Sugar Complex, pertencente à Gulf and Western que, recorrendo, inclusive, a formas de repressão brutal (a ela se atribui, entre outros, o assassinato de um conhecido advogado do sindicato militante, desaparecido sem jamais dar notícias), impõe em seus estabelecimentos tarifas sindicais que correspondem a 1/3 e 1/4 daquelas praticadas em Portorico (2 mil mulheres são pagas à razão de 25 centavos por hora e os trabalhadores especializados ganham 60 centavos por hora). La Romana Sugar Complex é uma daquelas “zonas francas”, muito bem divulgadas no *New York Times* como lugar ideal para se investir capital e para os turistas. Nestas zonas, criadas pelo governo da República Dominicana, as sociedades multinacionais encontram condições mais favoráveis para desenvolver parte de seu processo produtivo que requer mão de obra em grande quantidade e a baixo custo. O dirigente de uma indústria têxtil, recentemente implantada numa destas “zonas francas”, declarou: “Com pelo menos 4-5 trabalhadores à disposição para cada posto de trabalho oferecido pela nossa sociedade, na República Dominicana, temos a possibilidade de expandir rapidamente, num contexto de paz sindical e livres, para nos dedicar completamente ao nosso trabalho”.

Ao lado do bastão da Gulf and Western, às vezes, também, aparece a linha “branda”, a cenoura da Falconbridge. Em 1969, este grupo assumiu 2.000 trabalhadores para abrir uma mina de níquel. Já em 1970, houve uma greve de quatro dias pelos salários e outra foi proclamada no mesmo ano por iniciativa da CASC, mas, esta segunda manifestação foi reprimida pela polícia e pelo exército, que gerou a demissão dos organizadores do protesto. Nesta altura, a companhia assume, como dirigente encarregado das negociações sindicais, Sacha Volman, que havia conquistado fama de reformador e de “mediador” durante o governo de Bosch. Volman com indubitável habilidade, por um lado, deu impulso à organização de cooperativas entre os trabalhadores e, de outro, fez com que a

empresa concedesse pequenos aumentos salariais que elevaram os salários da empresa acima da média nacional. Desse modo, ele investiu na redução da conflitualidade operária, adotando o método da negociação preliminar das contendas e a sua rápida resolução, promovendo investimentos da empresa em habitação, transportes e negócios a baixo custo para os trabalhadores, organizando cursos de “educação” política. Tudo, naturalmente, sob o controle da empresa. Quando, então, os dirigentes sindicais internos da empresa se encontraram com aqueles da CGT, Volman fez com que eles fossem demitidos, demonstrando, assim, como a linha “branda” não fosse outra coisa que uma versão atualizada dos velhos sistemas sempre seguidos pela Gulf and Western.

Chile

A tarefa da AIFLD no Chile era mais difícil. A consciência de classe dos trabalhadores chilenos foi desenvolvida nas lutas contra as empresas estrangeiras e a penetração da AFL-CIO havia encontrado sérios obstáculos. Conseqüentemente, a AIFLD nunca conseguiu colocar em dificuldades a CUT (Confederação Unitária dos Trabalhadores) e se viu obrigada a agir através de sindicatos secundários, criados especialmente para dividir e destruir o movimento sindical unitário chileno que, desde a sua fundação em 1952, havia mantido uma clara orientação marxista.

No caso do Chile, as tentativas de penetração norte-americana também tiveram início no período imediatamente sucessivo à segunda guerra mundial. O trabalho comum desenvolvido, nesse sentido, entre o secretário geral da Confederação sindical chilena, Bernardo Ibañez, Romualdi e Braden foi bem sintetizado pelo próprio Braden, em abril de 1947: “Desse momento em diante a simpatia do Departamento de Estado pelos nossos esforços em combater o comunismo se transformará em cooperação ativa”.

De uma nota do Departamento de Estado norte-americano se apreende que, após a greve dos mineradores organizada pelo Partido Comunista, em outubro de 1947, o presidente do Chile queria substituir, o mais cedo possível, dentro de três meses, a comissão dos mineradores, mas para fazê-lo necessitava de apoio moral e material dos Estados Unidos. Posteriormente, o exército conseguiu, de fato, deportar 1.500 militantes sindicais em zonas isoladas do país, os organizadores comunistas foram encarcerados e o sindicato de Ibañez garantiu a troca de novos elementos nas organizações mineradoras. Enfim, foi emanada uma lei que permitia a supressão do Partido Comunista e desorganizava, profundamente, o movimento sindical.

Desse modo, inaugurou-se um período muito vantajoso para a AFL até quando, em 1952, formou-se a CUT. Segundo as palavras de Romualdi, a partir daquele momento aumentaram os esforços para “reagrupar todas as forças independentes ao redor de um programa de sindicalismo não político e não sectário decididamente oposto à aliança de esquerda, dominada pelos comunistas”. Romualdi contactou, repetidamente, os democrata-cristãos chilenos Eduardo Frei e William Thayer e, em 1956, o mesmo Frei se encontrou com Meany, nos Estados Unidos, que assim escreveu a propósito do encontro: “Falei longamente com Frei, para elaborar soluções concretas voltadas a coordenar as forças democrata-cristãs, ainda relativamente débeis e as forças da ORIT que estão atravessando um período de presunção e arrogância não justificado”.

A tentativa de formação de uma organização sindical separatista, a Confederação Nacional dos Trabalhadores (CNT), apoiou-se, sobretudo, na COMACH (Confederação Marítima do Chile) que, desde os primeiros tempos, constituiu base da AIFLD no Chile. Em 1962, Romualdi tentou dar vida ao separatismo, focando nos democrata-cristãos, mas, apesar das reiteradas tentativas, a CNT não conseguiu se afirmar e começará a funcionar, praticamente, dez anos depois da sua fundação, graças à Junta Militar.

Outras tentativas foram aquelas de William Doherty Jr. que, em 1962, procurou obter o controle do sindicato das telecomunicações chileno e, em 1966, o nascimento do MUTCH (Movimento Unificado de Trabalhadores Chilenos), destinado a ser o paralelo da CUT, mas, também este dissolveu-se e os seus líderes não conseguiram obter o apoio financeiro dos Estados Unidos.

O principal grupo sindical presente no MUTCH era a FREGRECH (Federação dos Grêmios Chilenos), fortemente apoiada pela AIFLD que, inclusive, pagava diretamente os dois responsáveis José Alarcon e M. Matemala.

Em 1968, foi a vez da UTRACH (União dos Trabalhadores Chilenos), que contava entre os seus principais organizadores Hector Alarcon e Oscar Muñoz.⁴

A vitória obtida pela CUT nas eleições que, em 1970, levaram ao poder a Unidade Popular tornou evidente a falência da estratégia de penetração da AFL-CIO. Embora tivesse à disposição um grande aparato, composto por 8.837

4 Alarcon será nomeado pela Junta Militar atualmente ao poder no Chile diretor do INDAP (Instituto Nacional de Agricultura). Muñoz, por sua vez, aluno de Front Royal, tornou-se presidente da Confederação dos Metalúrgicos e goza dos favores dos militares. Em 1º de maio de 1974, Muñoz escrevia na imprensa oficial da Junta que no Chile não existiam problemas ou descontentamentos sociais e que “os trabalhadores, em sua multiplicidade, participavam da reconstrução do país”.

sindicalistas (dos quais 79 treinados em Washington, na Escola da AIFLD de Front Royal e diretamente pagados pela AIFLD), esta se viu obrigada a mudar de tática: decidiu-se quadruplicar o número de sindicalistas chilenos formados nos Estados Unidos; concentrar-se em alguns grupos profissionais não operários e, desse modo, não influenciados pela CUT; e, sobretudo, procurou-se explorar a organização das Secretarias Sindicais Internacionais (ITS). O relatório de um inspetor geral destas organizações revelará que, em 1970, funcionava um programa para o financiamento secreto das ITS através de fundos administrados pela AIFLD. Aparentemente independentes do apoio econômico dos governos, as ITS operaram, de fato, como organismos comprometidos “em continuar a assistência financeira norte-americana às filiais ativas na América Latina, de tal forma para mascarar, o máximo possível, os esforços de penetração dos Estados Unidos no movimento sindical da América Latina”.

Podemos ter uma ideia mais detalhada da importância das ITS através de uma lista das contribuições através das filiais norte-americanas (as somas se referem à data de 1º de maio de 1975): Federação Internacional dos Transportes (ITF), através da BRAC (*Brotherhood of Railways and Airlines Clerks* – União dos Empregados das Ferrovias e Companhias Aéreas), 292.115 dólares; IFCCTW (*International Federation of Commercial Clerical and Technical Workers*). Federação Internacional dos Trabalhadores Empregados e Técnicos do Comércio), 485.100 dólares; IFTPW (*International Federation of Petroleum and Chemical Workers* – Federação Internacional dos Trabalhadores da Indústria Petroquímica), que recebia os fundos diretamente dos Estados Unidos, 282.505 dólares; PTTI (*Postal, Telephone and Telegraph International*, União Internacional dos Trabalhadores dos Correios e das Telecomunicações), através da norte-americana CWA (*Communication Workers of America* – Trabalhadores do Setor das Comunicações), 412.624 dólares; IFT (*International Federation of Teachers* – Federação Internacional dos Professores), 81.250 dólares; FITIVC (Federação Interamericana dos Trabalhadores da Indústria Têxtil, Vestiário e Couro), 77.203 dólares; IFM (Federação Interamericana de Músicos), 47.630 dólares.

Essas ITS foram muito ativas no Chile, através de uma série de iniciativas de ajuda, consultoria, organização de cursos de aperfeiçoamento, etc. Juntamente com a organização irmã AIFLD estas constituíram um ótimo canal para transferir os 4 milhões de dólares introduzidos no Chile pela CIA com o objetivo de organizar e apoiar as greves dos grêmios⁵ profissionais, cujo

5 Organizações sindicais de categorias profissionais, com caráter fortemente corporativo, com destaque para o grêmio dos caminhoneiros.

financiamento direto será explicitamente admitido por R.S. Kline, ex-diretor dos serviços secretos do Departamento de Estado.

Através do mesmo canal devem ter passado as somas “de sete dígitos”, colocadas à disposição da ITT para derrubar o governo constitucional de Allende. Numa reportagem publicada no New York Times de 21 de março de 1973 lê-se a esse respeito: “A ITT conspirou contra o Chile depois de ter consultada com outros gigantes multinacionais que se encontraram repetidamente nos escritórios da ITT em Washington. Devemos lembrar, dentre outras, a Anaconda, a Kennecott, a W. R. Grace, a Pfizer (...)”. É preciso observar que se trata das mesmas sociedades que fundaram a AIFLD e que a controlam.

A atividade mais importante desempenhada pelos Estados Unidos em campo sindical contra o governo de Allende passou, provavelmente, através da FIET (ITS que reúne empregados, técnicos e trabalhadores do comércio) e a RCIA (*Retail Clerks' Union* - União dos Balconistas), organizações que controlam os setores que paralisaram a economia chilena, recorrendo, também, a ações de terrorismo para preparar o terreno ao golpe de Estado.

É muito esclarecedor, a este propósito, um relatório da Seção D da FIET-RCIA, entregue em setembro de 1973 ao Departamento de Estado através da AIFLD. Neste relatório se fala da organização de muitos cursos especializados, reservados aos trabalhadores bancários e do comércio, categorias particularmente ativas na sabotagem do sindicalismo chileno antes do golpe de Estado. A CUPROCH (Confederação dos Profissionais Liberais do Chile) é uma organização indicada pela FIET-RCIA para receber um ulterior reforço (“tentar elevar o número de adesões de 25 mil para 100 mil”). No mesmo relatório se encontram acenos a uma intervenção entre os mineradores e recomendações “para uma decisiva assistência aos grevistas”.

A CUPROCH é uma organização de sindicatos de profissionais autônomos, a qual se referiu Allende quando, já cercado em La Moneda, fez o seu último discurso. Não se trata de um sindicato, mas de uma fração da Direção Nacional para Defesa dos Grêmios, que compreende os dirigentes das maiores associações patronais, além da Câmara de Comércio chilena. Esta foi a principal responsável pela greve dos caminhoneiros e dos transportes e, desse modo, pelo caos na distribuição dos produtos alimentares.

No vértice da CUPROCH se encontra um fascista declarado, certo Julio Bazan, administrador de minas que, em 1973, abertamente invocava “um governo autoritário que saiba realizar um massacre em massa dos comunistas e de todos os membros da esquerda”. No dia seguinte ao golpe de Estado, ele publicou uma declaração em que dizia: “A nossa Confederação decidiu pela suspensão geral e total do trabalho com o único objetivo de chegar a uma

mudança do quadro político em nosso país”. Mas, a operacionalização do bloqueio da indústria dos transportes continua sendo mérito de Leon Vilarin, discípulo preferido de Emanuel Boggs, dirigente da AIFLD e conhecido, também, como membro da CIA.

Graças aos esforços da FIET-CUPROCH para organizar 75.000 inscritos, numerosos sindicatos profissionais que já cooperavam com a AIFLD e as outras ITS se agregaram ao grupo de Bazan. É ainda dos Estados Unidos, do escritório de William Doherty, que chegará a confirmação do sucesso desta operação: “AAIFLD ajudou no Chile sindicatos de todos os tipos não somente a CUPROCH”.

Entre a documentação disponível, vale a pena citar os relatórios enviados para a AIFLD pela ITF (Federação Internacional dos Transportes), que documentam a intensa atividade desenvolvida antes do golpe de Estado. A ITF aparece ao lado dos transportadores rodoviários durante uma conferência, realizada de 21 a 26 de maio. A esta se junta, no mesmo período, um sindicato particularmente importante: a União Profissional dos Tripulantes das Linhas Aéreas Chilenas (LAN). Os testemunhos de dois exilados chilenos (o vice-presidente da LAN e outro dirigente do SEOLAN, sindicato CUT, representante de 90% dos trabalhadores da LAN) confirmam que os empregados “profissionais” se recusaram em aderir à CUT, inscrevendo-se à ITF e à CUPROCH. Mesmo representando apenas 10% da força de trabalho, estes eram capazes de bloquear completamente as linhas aéreas contra a vontade da grande massa dos trabalhadores, durante as muitas greves políticas desencadeadas para derrubar Allende.

Um líder sindicalista no exílio, Anibal Severino, testemunhou a penetração da AIFLD na aviação civil chilena, identificando como responsáveis das ligações Jorge Rapas Reyes, representantes dos pilotos; Fontecilla, responsável pelas tripulações; e um tal de Figueroa. A estes três indivíduos é atribuído, também, a lista dos ativistas sindicais operantes na LAN, denunciados após o golpe, com a especificação nominativa daqueles destinados, respectivamente, aos campos de concentração, à estreita vigilância ou ao fuzilamento.

A organização das ITS que possui mais longo contato com a AIFLD é a COMACH (Confederação Marítima do Chile), chefiada por Wencesla Moreno, ex-membro da direção da AIFLD e vice-presidente da ITF. Os sindicatos COMACH haviam sido um importante componente da velha CNT. Um dos fundadores desta estará aos serviços da AIFLD em 1972-1973, responsável pelas transmissões de rádio que encorajavam as greves políticas contra Allende.

Após o golpe de Estado, foram postas na ilegalidade a CUT e outros 1.279 sindicalistas somente na região de Santiago. A Junta começou a substituir

os dirigentes sindicais assassinados e destruir as organizações. Mais uma vez os fundos AFL-CIO chegaram para criar novos sindicatos chilenos dóceis à ditadura.

Wencesla Moreno é o principal responsável de uma tentativa voltada a reviver a CNT no lugar da CUT. Já em janeiro de 1974, enquanto todas as outras atividades sindicais eram severamente proibidas, houve uma reunião de 26 grupos ligados à AIFLD, as ITS e a CUPROCH. Foi, então, constituído um conselho de administração provisório da CNT, cujos 12 membros são todos conhecidos por terem desempenhado vários papéis no âmbito da AIFLD e das ITS. Em primeiro lugar, a CNT se identificou com os decretos da Junta, definido-se “um movimento apolítico, isento de todos os vícios tradicionais do movimento sindical”.

Um relatório sobre a atividade desenvolvida durante o período de 1º de abril a 31 de dezembro de 1974 informa que a ITF, em obediência às ordens da Junta, “está reorganizando todo o sistema sindical da marinha mercantil e dos portuários”. Funcionários da ITF dão contas à AIFLD e ao Departamento de Estado que “a tarefa essencial sobre a qual a ITF deve concentrar seus esforços é a criação de uma federação nacional dos transportes. Já foram tomados passos decisivos nesta direção”.⁶

O trabalho de reorganização sindical por parte da Junta atingiu outros setores.

Cobre: 7 dos 13 membros do conselho de administração da Confederação dos Trabalhadores do Cobre foram eliminados por estarem “envolvidos em atividades extremistas ou manobras perigosas para o país”. A reestruturação do escritório, realizada pela Junta, em janeiro de 1974, levou ao

6 É oportuno um ulterior esclarecimento sobre as ITS e as contradições que, às vezes, estas manifestam. Nem todas as ITS se comportam, de fato, do mesmo modo, ainda que suas organizações regionais operem sob o controle da AIFLD. Por exemplo, quando os sindicalistas da Junta não foram aceitos em um congresso da Federação Internacional dos Metalúrgicos (IMF), mesmo não tendo ligações com a AIFLD, em seu regresso no Chile publicaram duras declarações contra a IMF e se desfiliaram. Embora em nível internacional a ITF (Federação Internacional dos Transportes) tenha adotado uma postura muito dura contra a Junta chilena, apoiando os boicotes propostos pela CUT, em nível regional interamericano o ITF representa um elemento essencial da infraestrutura a serviço dos Estados Unidos. Quando em Estocolmo a delegação ITF chilena foi recusada e a ITF propôs um boicote contra a junta, os chilenos invocaram a “regionalização” da ITF, afirmando que: “os problemas da América Latina são diferentes daqueles da Europa”. Depois, mesmo denunciando o boicote como “parte de uma campanha internacional controlada pelos marxistas”, não retiraram sua filiação.

vértice do sindicato três alunos do curso de Front Royal: Guillermo Santana, como presidente, Luis Villena, como secretário geral e Horácio Maldonado, como responsável pela formação de quadros.

Professores: relatórios internos da AFT (Federação Americana dos Professores) documentam como a tarefa de treinamento dos quadros chilenos fosse já ativamente planejada antes do golpe de Estado. Entre os representantes da Federação Internacional dos Sindicatos Autônomos dos Professores (IFFTU), operando em parceria com a AFT, encontramos Gilbert Gaston, zeloso aluno de Front Royal, que não tinha nada a dizer contra o governo Pinochet e que, por isso, foi escolhido pela AIFLD como enviado à Costa Rica para “esclarecer as vozes contraditórias existentes a propósito da situação chilena”.

O mesmo Gilbert, membro da direção do SUTE (Sindicato Unitário dos Trabalhadores da Escola) tinha um posto de responsabilidade na administração da Escola Nacional Militar de Santiago. Um relatório da IFFTU à AIFLD e ao Departamento de Estado diz: “Após novembro de 1973, os líderes democráticos estão tomando as medidas oportunas para reorganizar os professores num contexto que reflita as tradições democráticas do Chile. Foi solicitado um curso de treinamento intensivo, de modo a assegurar uma base democrática às novas organizações de docentes”. Desde 1º de julho de 1973 o diretor da AIFLD W.C. Doherty havia, por outro lado, declarado: “A AIFLD ajudará os trabalhadores democráticos e reformistas a organizar no Chile sindicatos fortes, capazes de dar ao país, pela primeira vez após muitos anos, um movimento realmente democrático”.

A última série de observações diz respeito à, várias vezes citada, escola de Front Royal. Durante o governo de Allende o número dos estudantes chilenos que ingressaram nesse instituto para a preparação sindical aumentou rapidamente, para se tornar maciço após o golpe de Estado, mesmo porque a AIFLD lançou, em colaboração com o exército, um programa de seminários em larga escala. Entre 11 de setembro de 1973 e 02 de maio de 1974, Front Royal diplomou 37 chilenos. Em março de 1974, o 52º curso de Front Royal envolvia, provavelmente, o maior número de chilenos de toda a história da AIFLD.

Um leve aceno sobre os conteúdos ensinados no Front Royal é suficiente para compreender o seu objetivo. O curso era intitulado “Princípios do sindicalismo democrático” e partia de temas de caráter geral sobre a democracia e de exemplos de democracia escolhidos fora dos Estados Unidos, para chegar a duas semanas inteiras dedicadas a cursos com títulos deste tipo: “por que nós somos contra o comunismo?”; “os sindicatos democráticos deveriam ter relações de intercâmbio com sindicatos de países comunistas?”; “discussão sobre a prevaricação dos sindicatos comunistas”; “técnicas de infiltração através de

pequenos grupos”; “subversão dos pequenos grupos”; “terrorismo e violência”; “o que os sindicatos podem fazer para promover a democracia na América Latina”.

No elenco dos professores e responsáveis desses cursos encontramos os mesmos personagens que, através da AIFLD e AID, estiveram no centro das operações de infiltração e desestabilização conduzidas na América Latina e, especificamente, no Chile.

A que servem todos esses sindicalistas chilenos diplomados em Front Royal que, hoje, ultrapassam mais de 8 mil? A escola constitui uma ótima base de informação sobre sindicatos e seus dirigentes. De fato, a cada sindicalista a ITF-AIFLD fornece a ficha informativa para ser preenchida e que se refere, entre outros: à orientação política de seu sindicato (declarado, conhecido ou suposto); à organização interna do sindicato; o nome, o grau hierárquico e à posição dos dirigentes individuais; informações sobre novos dirigentes (explicar em detalhes); aos conflitos internos entre dirigentes e inscritos.

Na mesma ficha, o compilador é convidado a fornecer uma biografia completa, psicológica, pessoal e política, além de uma fotografia e endereço.

Os resultados desse trabalho foram evidentes no momento do golpe, quando apareceram listas muito detalhadas de trabalhadores destinados ao fuzilamento, ao cárcere ou à simples demissão. O jornal *Que Pasa*, de 21 de outubro de 1974, informava que o homem conhecido como “o General da morte”, o general Sergio Arellano Stark, havia afirmado que o regimento “Tacna” possuía um dossiê completo sobre os operários e seus sindicatos da capital. Um artigo do *New York Times*, publicado pelo Boletim n. 50 do Comitê de Solidariedade para o Chile, constituído em Havana, fala de um grupo especial, ativo no Chile durante o governo da Unidade Popular, especificamente encarregado pela CIA para elaborar um fichário completo dos ativistas estrangeiros de orientação marxista. Disto se pode concluir que a traição da AIFLD, com relação a qualquer ideia de solidariedade operária, supera qualquer limite. O que aconteceu no Chile “com o objetivo de destruir uma geração de marxistas”, segundo as palavras de Pinochet, corresponde exatamente à estratégia descrita nos manuais do Pentágono: “O nível do moral é condicionado pelo terror do ataque e suas consequências objetivas imediatas se medem em civis mortos ou mutilados, em famílias destruídas ou dispersas” (...). Os efeitos morais do ataque devem ser previstos neste contexto de total destruição da vida civil”.

Contudo, a Junta ainda não conseguiu, até agora, construir uma estrutura sindical alternativa. As raízes históricas da consciência de classe e da luta operária, o trabalho e a organização clandestina da CUT impediram todas as tentativas de formar uma Confederação Nacional dos Trabalhadores. Além

disso, a Junta começa a se dar conta que, mesmo as estruturas sindicais amarelas podem se tornar instrumento de organização e de greves não autorizadas.

Em julho de 1975, os protestos e as lutas dos trabalhadores alcançaram um ponto tal que os militares consideraram necessário prender um de seus mais comprometidos agentes sindicais: Luis Villena. Uma certa confusão no interior da própria Junta a levou a suspender, posteriormente, os cursos de especialização organizados pela AIFLD. Naquele mês as demissões, as execuções em massa, o fechamento parcial ou total de muitas indústrias e a redução drástica das horas de trabalho haviam provocado um tal fermento que o subsecretário do Trabalho, Alvaro Pizarro, numa entrevista ao jornal *Ercilla*, recusou-se em dar informações sobre as reivindicações sindicais que haviam sido apresentadas ao governo. O jornal concluía que deveria se tratar de um “segredo de Estado”.

Em 31 de julho, o subsecretário do Interior, Enrico Montera, anunciava: “Por ordem do chefe do Estado, o general Augusto Pinochet, todos os seminários destinados aos dirigentes sindicais serão suspensos até nova ordem (...), queremos verificar onde eles conduzem”. A verificação foi logo realizada: no dia seguinte, o general Nicanor Díaz, ministro do Trabalho, numa entrevista coletiva, negava que existisse algum impedimento aos seminários. Especificava-se, ao contrário, que eram vetadas somente as reuniões convocadas sem explícita autorização do exército ou nas quais se “discutiam questões não estritamente sindicais”.

Os acontecimentos de julho foram acompanhados com muita atenção por George Meany, presidente da AIFLD e da AFL-CIO. De acordo com a afirmação do conhecido jornalista Frank Manitzas, em apenas um mês Meany enviou 9 telegramas a Pinochet.

Em 03 de agosto, o jornal da capital *El Mercurio* anunciava que em um seminário da AIFLD para trabalhadores petroquímicos estaria presente Angelo Verdu, vice-diretor do AIFLD, “o homem que assina todos os contratos”. Posteriormente, no entanto, descobre-se que a própria Junta tinha instituído uma escola de tempo integral para dirigentes sindicais junto à Universidade de Concepción. Uma escola com o “objetivo de preparar, de modo adequado, os líderes do grêmio e dos sindicatos segundo critérios aceitáveis para a política sindical da Junta”.

Sob a direção de pessoas formadas pela AIFLD, a escola deveria, segundo um comunicado da Junta, “reeducar o dirigente sindical de tal forma que este possa encontrar sozinho uma resposta às próprias necessidades, sentindo-se um homem livre, sem necessidade de mestres ou patrões do passado, procurando a colaboração social com a comunidade para criar uma nação sem ódio e sem miséria”.

Conclusões

Podemos, agora, delinear um perfil mais completo da AIFLD: aliança entre o governo norte-americano, direção sindical e patrões das sociedades multinacionais. Através dos contratos da AID, ela é o instrumento preferido do governo norte-americano para assegurar assistência técnica, treinamento, formação ideológica, participação operativa em programas sociais.

A sua estrutura, de tipo empresarial, foi racionalizada por William C. Doherty: “a presença de personalidades eminentes do mundo dos negócios constitui um bom exemplo, tanto para o mundo patronal quanto para o sindicato, de como seja oportuno cooperar. Evita-se, assim, qualquer hostilidade contra um investimento econômico na América Latina e as multinacionais operantes no exterior são encorajadas a lidar com os sindicatos autônomos”.

Sinteticamente: os trabalhadores latino-americanos não devem ser hostis às multinacionais norte-americanas. E por que? Responde J. Peter Grace: “A aposta em jogo é muito alta. Os interesses políticos, militares e econômicos dos Estados Unidos podem ser influenciados. A campanha comunista, além disso, superou a tática do ataque às empresas norte-americanas e se concentra no ataque direto aos princípios da indústria privada, sobre os quais os Estados americanos são fundados”.

A ideologia de fundo é a seguinte: democracia e capitalismo são sinônimos. A este propósito Peter Grace afirma: “Através da AIFLD o mundo dos negócios, o mundo do trabalho e o governo convergem os seus esforços para trabalhar na América Latina para um objetivo comum, que pode ser resumido no apoio aos governos democráticos, ao sistema capitalista e ao bem-estar geral do indivíduo. O consenso de todo o país serve aos melhores interesses dos Estados Unidos e da população da América Latina”.

Num discurso de abril de 1965, o sindicalista Meany declarou: “O sindicato crê no sistema capitalista e nós somos membros da sociedade capitalista. Nós estamos plenamente convencidos da necessidade de conservar este sistema, que reconhece os direitos dos trabalhadores e no qual, também, a parte patronal tem um seu papel. Também aqueles que investem capitais de risco devem ser equitativamente remunerados”. Joseph Bierne, membro do PTTI (a ITS dos trabalhadores dos correios) reforça: “É necessário construir um movimento sindical que não coloque em crise a hegemonia das multinacionais norte-americanas na América Latina. O capitalismo das multinacionais e as instituições dos Estados Unidos são coisas benéficas. Se não se é moderado na distribuição da riqueza ou das propriedades de terra ou dos lucros não se pode chegar a um verdadeiro progresso social”.

Quanto à AIFLD, esta deve ser, sobretudo, uma escola para ativistas anticomunistas. A este propósito afirma Doherty: “Uma questão fundamental dos nossos tempos é a direção que tomará a sua revolução, se em direção a um totalitarismo comunista ou a uma democracia. Para o movimento sindical norte-americano esta interrogação se reveste de prioridade absoluta: todo o resto é muito secundário”. O “resto” pode compreender salários de fome, condições de vida desumanas, superexploração.

As atividades antissindicais de que se falou até agora foram tornadas públicas quase como um desafio ao movimento sindical americano, mas não tiveram uma resposta adequada. Houve uma reação irritada por parte dos dirigentes da AIFLD, enquanto o Serviço para os negócios internacionais da AIFLD disse: “Todo o trabalho feito para revelar as ligações dos últimos 30 anos de história sindicais era manobrado pelo Kremlin”.

Ao mesmo tempo, um dos homens mais ativos na pesquisa dos fatos e na difusão dessas informações foi agredido e espancado, teve o apartamento invadido e revistado por desconhecidos que roubaram documentos e listas de nomes.

Há uma importante pergunta a ser feita: como é possível que os dirigentes do movimento sindical nascido do Chicago Haymarket no dia 1º de maio de 1886, das lutas e massacre dos mineradores, do duro trabalho de organização no interior das indústrias e ferrovias, do aço, do automóvel, das conservas; como é possível que estes burocratas que ocupam os postos chaves da hierarquia estejam totalmente sob o controle das grandes empresas multinacionais e dos serviços secretos do governo que se rege sobre as multinacionais?

A resposta está nos fatos. Esta conivência é um fato. Os trabalhadores norte-americanos não foram e não são capazes, através de uma retomada da atividade de base, de libertar o movimento sindical da rede que opera por conta das sociedades multinacionais. O fator decisivo para que este problema se torne, novamente, urgente e concreto para os sindicatos norte-americanos está na capacidade de mobilização dos sindicatos de todo o mundo. Se os sindicatos norte-americanos e conselhos sindicais começassem a receber os protestos dos sindicatos operantes nas empresas consorciadas, nas federações e confederações de outros países, seriam, em certa medida, obrigados a melhor se informar e agir. A rede funciona graças à solidariedade do aparato sindical e à capacidade dos altos burocratas da AFL-CIO de manter na ignorância os 13 milhões de inscritos.

Uma campanha na Europa e no mundo inteiro que denunciasse sistematicamente os agentes sindicais norte-americanos controlados pelo Departamento de Estado e pela CIA tornaria mais difícil, se não impossível, a obra de traição da classe operária.

O IMPERIALISMO CULTURAL NA ERA DAS MULTINACIONAIS¹

Armand Mattelart

Antes de tudo, devemos sublinhar a historicidade do imperialismo cultural que, por um lado muda de forma e conteúdo segundo as fases de expansão econômica e política, por outro se adapta às diversas realidades e às diversas características nacionais.

A cada fase do processo de acumulação do capital corresponde um cidadão “sob medida” que, no conjunto de suas atividades sociais, aceita como legítima e natural esta acumulação. A cada fase do processo correspondem mecanismos de condicionamento voltados a assegurar o que os estrategistas da guerra do Vietnã chamavam explicitamente “conquista dos corações e mentes”. Este relatório pretende esclarecer os contornos da ofensiva ideológica do imperialismo na América Latina na fase atual de acumulação internacional do capital, para depois identificar a mobilidade de seus agentes e destacar as passagens de poder. Quais aparatos ideológicos e culturais acompanham o fenômeno multinacional?

Para quem estuda o fenômeno da penetração imperialista e analisa o seu funcionamento, o caráter de “necessidade”, inato na expansão do império em cada momento de sua história, dá a impressão de estar diante de um mecanismo inexorável. Não se pode, todavia, confundir esta necessidade com a pretensão de infalibilidade, deduzir da lógica da expansão e da sobrevivência do sistema seu caráter de invencibilidade. Atrás do mito do triunfante super-homem se esconde, também, a realidade da desorientação do “tigre de papel”, a insegurança de um império que se sente gravemente ameaçado. Rosa Luxemburgo expressava este conceito em termos simples: “A história é feita de duas necessidades em conflito: uma que exige a continuidade da acumulação capitalista e a outra que é a resposta a esta crescente opressão, da necessidade de revolução”. Antes de descrever uma particular manifestação do imperialismo cultural na América Latina, estabelecemos as grandes linhas que o caracterizam.

A divisão do trabalho sobre a qual, até em época recente, se apoiava a penetração do imperialismo norte-americano tende a desaparecer, fazendo

1 Relatório apresentado em Sessão do Tribunal Russell II, Roma, janeiro de 1976.

cair as distinções entre o político, o econômico, o militar e o cultural. A empresa multinacional se torna, ao mesmo tempo, um agente de penetração econômica, de propaganda ideológica e de manutenção da ordem social. A multinacional, portanto, começou a assumir funções antes reservadas aos diversos serviços oficiais do governo dos Estados Unidos. Atrás desta mudança se prefigura aquele contexto de capitalismo monopolístico de Estado que permitiu tornar mais estreitos os laços entre o Estado norte-americano e as grandes multinacionais. O emaranhado de interesses políticos, econômicos, culturais e militares se institucionalizou. Atrás da nova realidade das multinacionais aparecem novas formas de prática estatal e, sobre esta aliança, serão úteis alguns esclarecimentos.

A expansão de dois fenômenos fundidos entre si exige uma maximização do controle social. Em todos os níveis (e a crise econômica reforça esta necessidade) se verifica uma regionalização da “conquista dos corações e mentes”. Há uma aproximação mais racional aos objetivos, uma escolha do público ao qual se dirigir. Os produtores da cultura de massa (destinada a ser a cultura universal que favorece a expansão do império, contribuindo à sujeição das consciências nacionais) atualizam seus métodos, começando a levar em consideração os interesses específicos de cada classe de idade e de cada categoria social. O rendimento econômico de tal processo caminha *pari passu* à sua produtividade ideológica.

Nunca será demais insistir na importância do momento ideológico e cultural na luta internacional. As novas estratégias de *low profile* (“de baixo perfil”, ou seja, de intervenção indireta contra os movimentos populares) deram ao momento ideológico e cultural uma importância política essencial. Nas políticas de desestabilização defendidas por Kissinger, as novas formas de intervenção psico-política contribuem para criar espaços ao império.

Para definir o conceito de imperialismo cultural é, antes de tudo, necessário delimitar aquele de “cultura nacional”. Esta última noção pode ser especificada, por sua vez, se se considera a relação das burguesias nacionais ou crioulas da América Latina com o conjunto do império norte-americano. A cultura nacional, entendida aqui no sentido leninista de cultura elaborada e dirigida pela classe dominante de uma nação, na era das multinacionais deve assegurar a reprodução da dependência desta burguesia em relação aos Estados Unidos, juntamente com a sua hegemonia enquanto classe dominante nacional. Em outras palavras, deve continuar a consagrá-las como “burguesias internas”.

O imperialismo cultural não se expressa somente no volume de importação de produtos ou mercadorias culturais; os Estados Unidos produzem modelos que as classes dominantes crioulas podem muito bem nacionalizar. Uma redefinição da penetração cultural nesta fase de acumulação capitalista requer, portanto, também uma análise destas operações de descentralização

e avaliação do papel das burguesias crioulas na reprodução das condições superestruturais que consentem ao imperialismo norte-americano prosperar sem se revelar muito.

O material coletado para ilustrar estes conceitos diz respeito a três aspectos fundamentais:

1. A transformação do aparato de propaganda oficial do governo dos Estados Unidos.
2. A instalação de novas tecnologias de comunicação que consintam ao imperialismo sair do campo da cultura do tempo livre para penetrar naquele diretamente educativo;
3. Novos instrumentos de pesquisa e sistemas de informação paralelos.

Transformação dos aparatos de propaganda num período chamado de “distensão”

Tentaremos especificar três pontos: a) como os Estados Unidos, através dos serviços culturais de suas embaixadas, garantem a divulgação da “civilização americana”; b) a política chamada de “distensão” e as novas formas de Guerra Fria, cujo objetivo permanece a conquista das mentes; c) a fusão de poder econômico e poder político (aproximação entre agências oficiais do governo norte-americano e empresas multinacionais e sua estratégia conjunta).

“Se definimos Guerra Fria como uma luta entre ideologias, uma guerra conduzida com instrumentos diversos daqueles militares, é evidente que a Guerra Fria continua a existir, em termos de luta para conquistar a mente dos homens (...). Devemos continuar a nos mostrar fortes, mas devemos, também, desmascarar a natureza do inimigo”. Estas palavras foram pronunciadas em maio de 1972, por Frank Shakespeare, responsável da USIA (*US Information Agency*), mais conhecida no exterior sob a sigla USIS (*US Information Service*).

Se 1974 foi um ano caracterizado por uma corrida à revelação e acusação contra a CIA, em maio de 1972 era a vez da USIA prestar contas à Comissão Senatorial. A sentenciosa declaração anteriormente citada foi uma das tantas respostas de seu diretor aos ataques sofridos pelo órgão de propaganda oficial do governo norte-americano naquele ano. As críticas feitas à USIA eram, por outro lado, frequentemente contraditórias. Elas demonstravam, mais uma vez, quais dificuldades encontram, geralmente, os aparatos ideológicos do Estado imperialista em identificar seu alvo; no caso da USIS, o destinatário estrangeiro da ação de propaganda.

As novas condições da luta de classe no plano internacional estavam modificando a natureza do inimigo, portanto, era necessário mudar os instrumentos usados para combatê-lo. A necessidade de ater-se a um novo tipo

de estratégia, chamada de *low profile*, significava que uma organização como a USIS abandonasse o seu método de trabalho visível, até mesmo provocatório, para se adequar ao novo estilo diplomático.

Durante os movimentados debates realizados diante da Comissão de Assuntos Internacionais do Senado norte-americano, em março de 1972, alguns senadores chegaram a propor e, até mesmo, exigir a supressão da USIA ou, no mínimo, uma revisão radical de seu estatuto. Fundada com o objetivo específico de apoiar a Guerra Fria e difundir, no mundo, um anticomunismo declarado, segundo os críticos a organização não era mais capaz de enfrentar o novo contexto político da distensão. O senador Fullbright, presidente da Comissão, assim caracterizou a linha ideológica seguida pela USIA no passado: “O público a quem estas mensagens são destinadas é somente aquele que crê no velho modelo do comunismo monolítico, que possui uma imagem da sociedade comunista como aquela de um mundo no qual os homens arriscam, todos os dias, a vida para fugir em direção da liberdade; da Checoslováquia em direção à Áustria, da China em direção a Hong Kong, de Cuba em direção do mar. Todo o sistema seria feito de muros, de algozes, metralhadoras e terror”.

Tabela 1 – Distribuição do orçamento da USIA/Plano de gastos segundo a função (US\$ 1 mil)

	Rádio	Jornal	Cinema e TV	Atividades conexas	Pesquisa	Direção	Participação	Total
Extremo Oriente e Pacífico	782	4.494	2.166	5.548	515	5.393	3.676	22.574
África	330	1.628	848	3.420	16	3.364	3.337	12.943
Oriente Médio e Norte da África	71	1.008	389	1.964	28	2.065	1.520	7.045
Ásia Meridional	261	3.829	692	4.820	68	3.469	2.025	15.164
América Latina	1.100	2.736	2.146	6.734	98	3.560	3.454	19.828
Europa Ocidental	304	3.637	1.307	5.941	188	3.992	3.848	19.217
Programas especiais europeus (Berlim etc.)	3.518	83	38	271	-	193	318	4.421
URSS e Europa Oriental	54	1.338	282	1.518	22	1.672	1.067	5.951
Programas mundiais	45.998	10.279	8.454	4.006	3.657	14.164	1.238	87.856
Compromissos de despesas	52.418	29.030	16.322	34.282	4.592	37.872	20.483	194.999
Disponibilidade em moeda estrangeira	-17	-204	-23	-276	-6	-177	-83	-786
Total de gastos	52.401	28.826	16.299	34.006	4.586	37.695	20.409	194.213

Era, efetivamente, desse modo que a USIS construía as suas campanhas de propaganda. Confirmando as palavras do senador Fullbright, é suficiente consultar o catálogo dos programas oferecidos por esta agência as rádios e TVs do mundo e do submundo capitalista. Por exemplo, em “As peripécias de 091” (17 programas de 30 minutos, extraídos de um livro de Ku Ken Chung), conta-se as desventuras de um comerciante na província chinesa de Canton. Assim, são descritos os novos métodos introduzidos pelos “vermelhos” na China.

Em outro ciclo que tem como título “A armadilha” (52 programas de 30 minutos) cada episódio conta a história de um valente homem que caiu na armadilha comunista. Os programas, autônomos um do outro, podem ser apresentados em qualquer ordem. Metade do inteiro ciclo foi realizada no México e a outra metade em Bogotá. No “Novo Horizonte” (39 programas de 25 minutos), um operário norte-americano, empregado numa indústria automobilística e membro ativo do sindicato, casa com uma latino-americana. Um irmão da mulher chega da América do Sul e começa a expor suas ideias extremistas, mas, vizinhos de casa, exilados de Cuba e da Alemanha Oriental, respectivamente, refutam as suas ideias tendo conhecido pessoalmente como funciona o sistema comunista. O ingênuo extremista aprende, desse modo, a verdade sobre o comunismo e sobre a ditadura que este exercita nos sindicatos, enquanto, graças ao cunhado, adquire uma perspectiva clara sobre a vida cotidiana nos Estados Unidos e uma análise do sindicalismo norte-americano.

Para demonstrar a inadequação desta propaganda diante das exigências da nova diplomacia americana, Fullbright lembrava, maliciosamente, o teor do comunicado oficial endereçado por Nixon a Mao, antes de ir a Pequim: “Os Estados Unidos querem a liberdade individual e o progresso social para todos os povos do mundo, excluindo pressões e intervenções externas. Os Estados Unidos consideram que é necessário reduzir as tensões e procurar estabelecer uma comunicação entre países de ideologias diferentes, para evitar o risco de confronto após um incidente, de um cálculo errado ou mal-entendido. Os países deveriam ter relações de respeito recíproco e uma vontade de coexistência pacífica que deixe falar os resultados. Nenhum país deveria ter a pretensão de ser infalível e todos deveriam estar aptos a rever as próprias atitudes no interesse geral”.

De fato, a USIA era herdeira da estratégia belicosa das atividades de propaganda. Após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos haviam se recusado em desmobilizar as repartições encarregadas da “guerra psicológica” que, durante o conflito, haviam atuado em vários *fronts* de operação, através da rádio, jornal e outros meios de propaganda, para abater o moral do inimigo e estimular a combatividade das populações aliadas. Já durante a Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos haviam criado um escritório para a propaganda (*Creel Com-*

mittee on Public Information), mas tal organismo havia sido abolido na assinatura do armistício. Depois, graças, também, ao isolacionismo entre as duas guerras não foi registrado qualquer especial esforço no campo da propaganda oficial norte-americana no exterior. Mas, em 1945, os Estados Unidos possuíam quatro organizações diversas, cuja principal tarefa era a de “persuadir a opinião internacional” da justeza da política do governo norte-americano.

O OWI (*Office of War Information*) foi criado em 1942 para coordenar as atividades culturais e informativas do governo e, desde o seu nascimento, foi dotado de um poderoso braço externo, a rede radiofônica batizada de *Voice of America*.

O segundo organismo, o OIAA (*Office of Interamerican Affairs*), foi concebido desde 1938 como primeira resposta do governo dos Estados Unidos à propaganda nazista na América Latina. Dirigido por Nelson Rockefeller, o OIAA possibilitou a mobilização de um conjunto de meios de informação americanos contra as potências do Eixo. É naquela época, por exemplo, que se inicia a arregimentação de grandes revistas como *Time Life* e *Reader's Digest* nas campanhas oficiais do governo. Sempre sob a égide do OIAA nasceram, mais tarde, os quadrinhos inspirados em filmes de Walt Disney, com o objetivo preciso de convencer as populações latino-americanas da boa vontade do Tio Sam. Nestes filmes e histórias em quadrinhos apareciam, também, personagens populares dos países andinos, do Brasil e da Argentina, integrados, com grande desenvoltura, na alegre comunidade dos tradicionais heróis Disney, Pateta e Pato Donald.

O Departamento especializado do OSS (*Office of Strategic Services*) e diversos grupos encarregados das operações psicológicas dentro do exército e da marinha constituíam os outros dois organismos.

A Guerra da Coréia sancionou, definitivamente, a criação da USIA. Após um período de incertezas e de atividades reduzidas – durante o qual havia quem reivindicasse o retorno de uma propaganda de paz, enquanto outros exigiam campanhas sistemáticas contra aquela que definiam “a grande mentira soviética” –, as atividades civis de propaganda foram confiadas ao novo organismo chamado USIA, que absorveu as tarefas antes confiadas ao OWI e ao departamento do OSS (transformado, nesse meio tempo, em CIA).

Segundo o organograma governativo, a USIA dependia do Departamento de Coordenação e Operações do Conselho de Segurança. Este departamento era composto por três membros: a CIA, o Departamento de Estado e o Departamento de Defesa. Sete anos mais tarde, no memorando escrito após a sua eleição à presidência, Kennedy estabeleceu, como tarefa da USIA, “contribuir ao alcance dos objetivos da política externa dos Estados Unidos: a) influenciando a atitude do público nas outras nações estrangeiras; e b) informando o presi-

dente, os representantes no exterior e o conjunto das agências e dos departamentos, sobre as implicações da opinião internacional para as políticas, as decisões oficiais e os programas presentes e futuros dos Estados Unidos. A tarefa de influenciar as atitudes será realizada com a utilização aberta de técnicas de comunicação e de contatos pessoais: redes de rádio, bibliotecas, publicação e distribuição de livros, jornal, televisão, cinema, mostras, ensinamento da língua inglesa e assim por diante”. Kennedy acrescentava: “é necessário (...) transmitir a imagem dos Estados Unidos como uma nação forte, democrática, dinâmica, qualificada que sirva de guia nos esforços que o mundo dispõe para alcançar este objetivo”. Para afrontar estas tarefas, em 1972, a USIA dispunha de um orçamento de mais de 200 milhões de dólares, além de 9.855 agentes distribuídos em 109 países, dois terços destes no ultramar. Nem todos estes agentes eram de nacionalidade norte-americana. Tendo a USIA sempre seguido, neste campo, uma linha de “nacionalização”, 5.400 de seus funcionários eram de origem local. Em 1972, os funcionários da USIA na América Latina eram constituídos por 186 empregados dos Estados Unidos e 660 latino-americanos. No mesmo período, os serviços de informação oficiais da França nos países latino-americanos contavam com 108 funcionários franceses e 37 locais, enquanto que os serviços correspondentes da Alemanha Ocidental e Grã-Bretanha contavam, respectivamente, com 25 empregados locais num total de 81 e 30, num total de 83.

Entre os funcionários da USIA existem muitos apátridas, refugiados dos países do Leste Europeu e cubanos, que demonstram ser preciosos colaboradores graças aos seu conhecimento da língua e da mentalidade dos países contra os quais deveriam combater a ideologia. Frequentemente, estes refugiados contribuíram a conferir às campanhas de propaganda da USIA aspectos particularmente exacerbados, de modo a tornar mais difícil a adaptação da nova linha às condições especiais da distensão. Por outro lado, é óbvio que o recrutamento de elementos locais serve de cobertura aos verdadeiros operadores da agressão psicológica.

Entre os meios da USIA está a rede de rádio *Voice of America* que transmite em 35 línguas, através de 123 estações espalhadas em todo o mundo. Existem, ainda, 4 jornais, 35 revistas, entre os quais a revista francesa *Informations et Documents* e a italiana *Mondo Occidentale*; 3 grandes centros de produção tipográfica na Cidade do México, Manila e Beirute que imprimem panfletos, manifestos, livros e outras publicações, não somente para a USIA, mas, para a maioria das organizações dos Estados Unidos no exterior; 127 centros culturais e de informação distribuídos em 31 países, que se autofinanciam por 85%, graças às assinaturas pagas pelos seus inscritos. Estes centros organizam mostras, realizam cursos de língua inglesa, abrem bibliotecas e desenvolvem diversas outras iniciativas culturais. Em 1971, 210.000 estudantes latino-americanos haviam

aprendido o inglês nestes centros, ditos binacionais, enquanto 2.000.000 de pessoas acompanharam, com assiduidade, os programas culturais. Por outro lado, o subcontinente latino-americano, sob este aspecto, é mais intensamente acompanhado. Dos 127 centros USIA ativos no mundo, cerca de 100 se encontram na América Latina: no Brasil se contam 29; na Argentina, 13; no México, na Colômbia e no Peru, 9; no Chile existem 7 regularmente operantes mesmo durante o governo da Unidade Popular. Nos outros continentes a distribuição dos centros USIA (ou USIS) é muito irregular: 4 no Irã, 4 na Turquia, 3 na Indonésia; 5 na Alemanha, 2 na Índia, 1 na Grécia e 1 na Itália.

Em 1970, bem no meio da agressão vietnamita, às tarefas “civis”, já confiadas à USIA pelo Congresso e confirmadas por Kennedy, o presidente Nixon acrescenta outra ou, para ser mais exato, reconhece oficialmente uma função que os centros desenvolviam há tempos: “Dar um apoio adequado a tudo aquilo que diz respeito à guerra psicológica, ao comando militar no teatro ou nos teatros das operações militares ativas, e dar conselhos cotidianos e fornecer materiais informativos de base”.

A USIA não havia esperado aquela data para colaborar com as tropas norte-americanas em Saigon. Em 1965, em colaboração com o Alto Comando Militar para o Vietnã, foi constituído pela USIA o famoso JUSPAO (*Joint United States Public Affairs Office*), cuja missão foi definida nestes termos peremptórios: “Conquistar o coração e as mentes do povo vietnamita no apoio ao esforço bélico norte-americano, procurando influenciar, de forma favorável, os jornalistas, coletando informações sobre as táticas de guerra psicológica usadas pelo inimigo e fragilizando o moral deste último”. A contribuição mais eficaz dada pela JUSPAO nestas campanhas chamadas “de pacificação” foi, sem dúvida, a famigerada “Operação Fênix”, que permitiu eliminar da administração pública, através de delações, prisões, deportações e assassinatos mais de 20.000 opositores do regime de Thieu.

Desde a sua sede permanente junto ao Ministério da Informação de Saigon, os funcionários da USIA dirigiram, entre outros, a instalação de um centro tipográfico, de um sistema televisivo completo (com quatro estações que cobriam 65% do país), de uma rede radiofônica (com quatro estações que cobriam 95% do país) e criaram uma agência de notícias com correspondentes em todo o país. Não sendo capazes de afrontar sozinhos às demandas das novas redes, recorreram aos serviços do estúdio cinematográfico Hearst-Metrotone News, emanação da Metro Goldwyn Mayer e da cadeia de jornais Hearst.

As fases principais deste caso foram apresentadas à Comissão de Investigação do Senado norte-americano no momento das revelações sobre as intrigas da USIA. Durante os debates, outros senadores acusaram a USIA de ser não um instrumento superado, mas, ao contrário, de ter antecipado os acontecimentos,

arrogando-se, em várias ocasiões, um novo papel sem o conhecimento do poder Legislativo e de uma opinião pública que, do mesmo modo, desconhecia as atividades propagandísticas da USIA e da CIA (que serão reveladas dois anos depois).

Os responsáveis da USIA tiveram, enfim, que admitir, inclusive as ligações demasiado íntimas que haviam mantido com certas sociedades multinacionais do país: na Colômbia, com o apoio ativo das empresas norte-americanas ali operantes, a USIA havia produzido um programa de televisão de 43 episódios sobre o tema “investimento privado – lucro público”; no México, com a sociedade Procter & Gamble, havia organizado visitas às instalações industriais metropolitanas desta empresa com o pretexto de convencer os clientes mexicanos da eficácia da luta contra a poluição que esta levava adiante. Antes disso, a USIA tinha organizado na Universidade do Texas um encontro entre dirigentes e proprietários de meios de comunicação mexicanos, altos funcionários da General Electric e da CBS, além de numerosos professores, para discutir sobre a “revolução das comunicações e suas implicações nacionais e internacionais”. No Equador, quando começaram a descobrir importantes jazidas de petróleo, a USIA havia produzido, em benefício da Texaco e da Gulf Oil, panfletos e opúsculos voltados a “influenciar os comportamentos dos dirigentes e da população local em relação às eventuais explorações organizadas pelos norte-americanos”. (Em 1975, em depoimento diante da Comissão de Investigação, o presidente da Gulf Oil admitirá que de 1966 a 1970 a sua sociedade tinha doado 4.000.000 de dólares ao Partido Republicano, que se encontrava no poder na Coreia do Sul, 460.000 dólares a expoentes políticos bolivianos e que, através de um banco de Beirute, tinha contribuído, com cerca de 50.000 dólares a um programa de informação difuso nos Estados Unidos sobre o conflito árabe-israelense).

A maioria dos legisladores repreendeu, enfim, os funcionários da USIA por ter agido, às vezes, de modo demasiado clandestino. Por exemplo, ter produzido e distribuído, entre 1969-1970, em dez países latino-americanos uma série de histórias em quadrinhos anônimos, especialmente elaborados com o objetivo de desacreditar as guerrilhas urbanas e de celebrar os novos heróis pacíficos do “desenvolvimento comunitário”. A reprovação foi feita não porque os guerrilheiros fossem bem vistos pelo Congresso de Washington, mas porque o estatuto da USIA (e Kennedy o havia lembrado, falando da utilização aberta das técnicas de comunicação) a impõe de assinar tudo aquilo que produz para o público.

Descobriu-se, também, que no Equador, no Paraguai e no México a USIA havia publicado, de forma anônima, guias turísticos, manuais para o ensino de inglês e panfletos para os sindicatos locais dos transportes (setor particularmente estratégico, como se viu no Chile, quando se trata de eclodir greves corporativas contra os regimes populares).

Em outro nível, entre as numerosas confissões, suscitou surpresa a notícia de que em países como o Irã e a Indonésia, o orçamento da USIS (que deveria ser apenas uma seção das embaixadas norte-americanas) era tão importante quanto aquele destinado ao conjunto da missão diplomática. Em Teerã o orçamento da USIS local era de 1.500.000 de dólares, ou seja, quase igual aquele da embaixada norte-americana (1.800.000 de dólares).

Apesar destas considerações, o Congresso renovou o orçamento anual de 200.000.000 de dólares da USIA. Uma comissão, dirigida por Frank Stanton, ex-diretor da CBS e formada por Hobart Lewis, da *Readers' Digest*; James A. Michener (autor de romances de sucesso como "As pontes de Toko Ri" e "A saga do Colorado") e do onipresente George Gallup, foi encarregada de apresentar um plano de reorganização da agência. Muitos relatórios já haviam sido depositados. Em um dos primeiros, redigido após a demissão de Frank Shakespeare (que em dezembro de 1972 deixou o cargo para ser contratado pela Westinghouse), podia-se ler uma confirmação das observações formuladas pelos senadores e uma adesão que parecia refletir uma convicção de antiga data: "Em um período de distensão, as comunicações deveriam ajudar a reforçar este clima e a perpetuá-lo, uma vez que ressaltam os meios mais pacíficos para resolver a rispidez e os conflitos internacionais, políticos e econômicos, superando os obstáculos e as barreiras psicológicas e reduzindo a animosidade e a hostilidade que foram se acumulando durante anos. Como a crise tende a alimentar a crise, a distensão pode gerar a distensão, sem gerar uma euforia exagerada, baseada na esperança pouco realistas que ignorem a necessidade obrigatória de uma robusta estrutura de segurança. A USIA deveria servir de guia para tomar a iniciativa em explicar os louváveis objetivos da política do Presidente para contribuir ao seu pleno sucesso".

Pela primeira vez em um documento oficial, acenava-se a necessidade de estabelecer a identidade do interlocutor. As atividades da USIA deveriam ser voltadas a um público estabelecido? Deveria se concentrar nas 200, 2.000 ou 20.000 pessoas mais importantes de um país? Ou, ao contrário, deveria visar em funcionar como uma agência de informações colocada a serviço do cidadão médio? Uma conclusão parecia emergir de modo bastante definitivo: o chamado "público em geral" era, frequentemente, um público inalcançável.

Da cultura do tempo livre à pedagogia de massa

Nos últimos 15 anos, o aparato de produção cultural do império americano foi profundamente modificado. Nenhum setor – jornal, rádio, televisão, cinema ou publicidade – foi ignorado. Durante o processo de concentração industrial, os

detentores de altas tecnologias se tornaram sempre mais determinantes, não somente pela produção de material pesado e instalação dos sistemas, mas, também, pela elaboração dos programas e de conteúdo das mensagens. Um terreno como aquele da educação, que ainda não havia sido tocado pela indústria das comunicações de massa, começou a ser colonizado pelos recém-chegados. A internacionalização da produção colocou o problema da internacionalização das mercadorias culturais.

Tabela 2 – Funcionários e despesas da USIA na América Latina (US\$ 1 mil)

	Dependentes 1972-1973		Exercício financeiro 1972			Exercício financeiro 1973		
	Ameri- canos	Locais	Despesas diretas	Tributos	Total	Despesas diretas	Tributos	Total
Argentina	20	67	1.221	343	1.564	1.241	361	1.602
Barbados	-	1	53	17	70	6	12	18
Bolívia	5	27	388	139	527	375	146	521
Brasil	40	144	2.895	917	3.812	2.921	962	3.883
Chile	14	42	758	247	1.005	805	259	1.065
Colômbia	15	29	798	231	1.029	756	216	972
Costa Rica	3	12	184	86	270	188	86	274
República Dominicana	4	14	295	97	392	296	98	394
Equador	8	25	461	147	608	467	156	623
El Salvador	4	9	172	96	268	173	96	269
Guatemala	5	26	369	76	445	371	76	447
Guiana	2	10	146	40	186	146	40	186
Haiti	2	8	109	67	176	109	67	176
Honduras	4	7	106	87	253	173	87	260
Jamaica	2	6	105	41	146	108	41	147
México	21	90	1.502	490	1.992	1.112	513	2.025
Nicarágua	3	8	154	69	223	155	69	224
Panamá	7	21	395	108	503	406	108	514
Paraguai	4	10	190	65	255	190	66	256
Peru	13	29	657	191	848	672	198	870
Trinidade	2	11	114	55	169	118	55	173
Uruguai	6	33	410	164	574	432	172	604
Venezuela	12	31	801	193	994	798	193	991
Direção e serviços gerais	17	-	490	1.035	1.525	610	1.038	1.648
Total de fundos	213	660	12.833	7.839	20.672	13.027	7.949	20.976
Menos reembolsos	--	-	-722	-393	-1.115	1763	-385	-1.148
Total de obrigações diretas	213	660	12.111	7.448	19.557	12.264	7.564	19.828

Centros Culturais Binacionais dos EUA na América Latina

ARGENTINA: Buenos Aires, Comodoro Rivera, Córdoba, Dean Funes, Jujuy, Mendoza, Rosario, Salta, San Francisco, San Juan, Santiago del Estero, Tucumán, Villa Maria.

BOLIVIA: Cochabamba, La Paz, Santa Cruz.

BRASIL: Belém, Belo Horizonte, Blumenau, Campinas, Caxias do Sul, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, Itapetininga, Juiz de Fora, Lins, Londrina, Marília, Natal, Porto Alegre, Presidente Prudente, Recife, Ribeirão Preto, Rio de Janeiro, Salvador, Santa Maria, Santos, São Luís, São Paulo, Sorocaba, Uberaba, Viçosa, Vitória.

CHILE: Antofagasta, Chillán, Concepción, Santiago, Temuco, Valparaíso, Tolca.

COLÔMBIA: Barranquilla, Bogotá, Bucaramanga, Cali, Cartagena, Cúcuta, Manizales, Medellín, Pereira.

COSTA RICA: Limón, San José, Turriaiba.

REPÚBLICA DOMINICANA: Santiago, Santo Domingo.

EQUADOR: Ambato, Cuenca, Guayaquil, Portoviejo, Quito.

EL SALVADOR: San Salvador.

GUATEMALA: Guatemala cidade

HAITI: Porto Príncipe

HONDURAS: San Pedro Sula, Tegucigalpa

MÉXICO: Chihuahua, Cidade do México, Guadalajara, Hermosillo, Mérida, Monterrey, Morelia, San Luis Potosí, Veracruz.

NICARÁGUA: Managua.

PANAMÁ: Panamá cidade

URUGUAI: Montevidéu

VENEZUELA: Caracas, Barquisimeto.

Vemos como se sobrepõem os dois momentos: tempo livre e educação.²

Nos últimos 15 anos, a propaganda cultural foi realizada, sobretudo, através dos canais televisivos e radiofônicos, as agências de publicidade, as histórias em quadrinhos, as revistas, os textos escolares, as companhias cinematográficas e as agências de notícias internacionais. Basta considerar a convergência de todos estes elementos para que assumam o seu real significado as afirmações dos dirigentes norte-americanos em relação à hegemonia cultural exercitada pelo seu país sobre o resto do mundo: “65% de todas as mensagens que circulam no mundo inteiro são produzidas nos Estados Unidos”. Desde o início, as redes de televisão latino-americanas foram dependentes diretas das três grandes da TV norte-americana: a American Broadcasting Company (ABC), a Columbia Broadcasting System (CBS) e a National Broadcasting Company (NBC). Após a queda do ditador cubano Batista, os ex-proprietários locais dos canais televisivos da ilha (que foi um dos primeiros territórios latino-americanos a gozar desta tecnologia) deram o seu apoio.

A ABC, que é a maior companhia televisiva em âmbito internacional, com instalações próprias em 63 países, possui interesses financeiros nas redes de televisão da Guatemala, de El Salvador, de Honduras, da Costa Rica, do Panamá, do México, da Colômbia, da Venezuela, do Equador, do Chile e da Argentina (onde as recentes medidas de nacionalização das redes televisivas atingiram parcialmente). Em 1960, após a criação do Mercado Comum Centro-Americano, a ABC criou a CATVN (*Central American TV Network*), que lhe permitiu controlar a maior parte das redes televisivas da América Central. No início de 1968, no momento da constituição da Associação Latino-Americana do Livre Comércio (ALALC), a ABC repetiu a operação reagrupando na LATINO (*Latin American Television International Network Organisation*) as grandes redes de televisão do subcontinente.

A CBS – que em 1971 adquiriu no México uma das maiores editoras de textos escolares e científicos em língua espanhola e criou a sociedade de distribuição de material escolar no Brasil e no Equador – está presente no campo televisivo na Argentina (onde pôde negociar os seus interesses antes das medidas de nacionalização), na Venezuela e no Peru. Possui, ainda, numerosas casas discográficas em todo o continente.

2 Para estes dois aspectos retomamos um relatório que redigimos para o dossiê sobre o imperialismo cultural publicado no “Le Monde Diplomatique”, Paris, dezembro de 1974.

A NBC, que é uma filial da RCA (*Radio Corporation of America*) é acionista de redes de televisão no México e na Venezuela. A RCA assegurou-se, desse modo, o fornecimento de instalações de transmissão e televisores, transistores, toca-discos e discos no Brasil, México, Venezuela e Argentina.

A última sociedade a ter poderosos interesses na televisão latino-americana é a Time-Life Inc., presente em Brasil, Venezuela e Argentina. Esta sociedade está presente, também, no campo das técnicas de ensino audiovisuais, através da *General Learning Corporation*, por ela fundada juntamente à *General Electric*.

Calculou-se que o total das exportações norte-americanas em 1972, no campo dos filmes televisivos, ia de 100.000 a 200.000 horas/programa. Nos canais televisivos dos países latino-americanos, uma média de 60% ou 70% da programação é norte-americana. Há algum tempo, a Argentina e o México se lançaram na produção de séries televisivas de tipo melodramático e histórico, em muitos casos inspiradas nas análogas séries norte-americanas, mas a sua produção anual não supera as 1.500 horas/programa.

A preponderância norte-americana é ainda mais esmagadora no campo da publicidade.

As dez principais agências dos Estados Unidos controlam largamente o mercado publicitário latino-americano. Em 1973, a McCann-Erickson, que possui filiais em todos os países latino-americanos, teve um faturado de mais de 70 milhões de dólares. À diferença da J. Walter Thompson, agência oficial da Anaconda Copper Co., a McCann-Erickson permaneceu no Chile durante o governo da Unidade Popular, embora acusando uma notável queda no seu volume de negócios oficiais (passado de 2,6 milhões de dólares, em 1970 para 834.000 dólares, em 1972).

Em países como Equador, Honduras, Guatemala e Nicarágua, a McCann-Erickson monopoliza, praticamente, a inteira produção de mensagens publicitárias. No Brasil, Argentina e Chile esta agência bate qualquer concorrente norte-americano ou local. No México ela ocupa o segundo lugar. A sua importância continua crescendo: de 1971 a 1972 as suas operações no Brasil passaram de 20,1 milhões de dólares a 27,8 milhões; na Argentina, onde os gastos com publicidade representam 1,28% do Produto Nacional Bruto (ou seja, percentualmente mais do que na França, Canadá, Inglaterra e muito mais do que na maioria dos outros países latino-americanos), a McCann-Erickson quase duplicou, no arco de um ano, as cifras de suas operações (passando de 4,8 a 8,2 milhões de dólares). Em síntese, num país como a Argentina, embora dotado de uma maior autonomia cultural, entre as dez mais importantes agências publicitárias figuram seis filiais de sociedades norte-americanas que, sozinhas, obtêm mais de 70% do faturamento geral.

Na Venezuela, onde a presença norte-americana é ainda mais tangível, as dez principais agências são todas norte-americanas ou fortemente penetradas pelo capital norte-americano. É evidente que o investimento publicitário e a pressão por este exercida sobre a mídia provém, fundamentalmente, dos Estados Unidos. A presença norte-americana é ulteriormente reforçada pelos institutos de marketing e de opinião Gallup, Mather e Intra (*International Research Associates Inc.*). Muitas agências publicitárias não se ocupam apenas de anúncios comerciais ou de pesquisas de mercado, mas tornaram-se verdadeiras centrais de investigação sociopolítica.

A análise de outros setores da mídia leva, invariavelmente, às mesmas conclusões. Por exemplo, o campo da editoria é dividido entre seis grandes grupos que repartem entre si o inteiro mercado latino-americano: a Hearst Corporation, a Western Publishing Co., a Walt Dinsey Production, a Readers' Digest e o Time Life. Hearst, que através da sociedade cinematográfica Hearst-Metrotone-News, realiza os documentários da USIA para a América Latina, controla, também, os King Features Syndicates (KFS) que garantem a distribuição e venda das histórias em quadrinhos à toda a imprensa latino-americana. Os direitos das outras publicações Hearst são, geralmente, cedidos à mesma editora "America", controlada por magnatas cubanos em exílio que, desde Miami, mensalmente jogam na América Latina mais de 15 milhões de cópias entre revistas, fotonovelas, cartilhas populares, almanaques, a maioria traduzida ou adaptada de publicações norte-americanas. Somente da revista feminina *Vanidades Continental*, concebida nos Estados Unidos para as mulheres latino-americanas, circulam no subcontinente mais de 600 mil exemplares.

A Western Publishing, a mais importante editora e distribuidora de jornais em quadrinhos na América Latina, alguns anos atrás, adquiriu o grupo editorial mexicano Novaro, através do qual exporta, em todos os países latino-americanos, seis revistas semanais, 24 quinzenais e 20 mensais. A tiragem média de cada uma destas publicações é da ordem de 300.000 cópias.

Não é necessário acrescentar que, para completar este trabalho de penetração cultural, as empresas norte-americanas realizaram alianças cruzadas com os representantes das burguesias locais. Por exemplo, os grupos mexicanos Azcarraga e O'Farrill, proprietários da maior rede de televisão local (Televisa), além de numerosos jornais e revistas, são grandes acionistas da American Airlines e da cadeia de hotéis Marriot Western International. Eles, também, controlam as redes de televisão em língua espanhola dos Estados Unidos, destinadas aos *chicanos* e aos porto-riquenhos.

No Chile, o grupo Edwards, ligado ao grupo Rockfeller, controla o mais importante aglomerado editorial do país e mais de 60 outras empresas. O grupo Civita, operante no Brasil e na Argentina, é ligado ao Time-Life, à Walt Disney Productions, etc.

Tabela 3 – Presença dos EUA entre as 20 maiores agências publicitárias no Brasil

Agência	Classificação	
McCann-Erickson	1	Filial
J. Walter Thompson	2	Filial
Needham, Harper & S.	3	Representante da Norton
Kenyon & Eckardt	5	Acionária Mauro Sal
Lintas-SSC & B.	8	Filial
Ogilvy & Mather	10	Filial (Standard)
Leo Burnett	11	Filial (CIN)
Grant Advertising	14	Filial
Quadrant	17	Filial

(Fonte: “Foreign Agency Billings”, Advertising Age”, 26 de março de 1974).

É importante observar que o processo de internacionalização da produção, que se verifica nos diferentes setores mercadológicos, tende a se estender à indústria cultural. Por exemplo, as revistas impressas pelos grupos nacionais se deram conta da necessidade de descentralizar os temas despejados ao público. Após uma primeira fase, que consistiu em traduzir revistas e quadrinhos *made in USA* sem mudar uma só palavra, assistiu-se a uma certa adaptação dos conteúdos para fazê-los aderir às “realidades nacionais”. As várias edições do *Readers’ Digest* na América Latina (existem, pelo menos, 9 em língua espanhola, impressas no local de distribuição) são integradas por textos de conteúdo local (mas, em medida relativamente limitada em relação, por exemplo, ao Canadá, onde o *Readers’ Digest* já nacionalizou mais de 50% dos seus artigos).

Também a Walt Disney Productions adotou essa nova tática, como demonstram algumas de suas recentes publicações. A edição chilena de Mickey Mouse – que serve, também, para outros países como o Peru, o Paraguai e a Argentina e compreende outras publicações com uma tiragem global de 300.000 exemplares por um total de 4,4 mil páginas e quadrinhos a cada ano – utiliza várias fontes: um terço do material vem dos estúdios Disney, um terço da editora norte-americana Western Publishing Co., cerca de um quarto da Itália e o restante do Brasil e da Dinamarca. A edição mexicana é confeccionada partindo, ao contrário, de materiais quase que exclusivamente norte-americanos. O Brasil, com cinco revistas e dois milhões de cópias mensais, recebe da Itália um quinto do material (1.000 páginas num total de 5.000), produz diretamente um pouco mais de outro quinto e importa o restante dos Estados Unidos. A Itália é, sem dúvida, o país mais autônomo, uma vez que produz a metade das 5.600 páginas anuais que publica.

Essa produção local das aventuras do Pato Donald, do Tio Patinhas e companhia segue, obviamente, o rigorosíssimo código da criação *disneyana*. Durante uma entrevista imaginária a Mickey Mouse publicada na França, o editor colocava na boca deste pequeno herói: “É necessário obter um verdadeiro *imprimatur* para utilizar o meu nome e imagem. Walt impôs regras draconianas, não somente no que se refere ao meu aspecto, mas, sobretudo, no que se refere à minha personalidade, que é o essencial”. Mickey Mouse continua fazendo a conhecida reivindicação da “universalidade” que ele expressaria: “Claro, fui ajudado pela grande onda do americanismo no mundo porque sou feito à imagem da América, mas de uma determinada América, aquela dos pioneiros, da aventura, da ação, da coragem. Uma América segura de si e da qualidade do seu modo de viver. Conquistadora, empreendedora. Mas, vou além disso e, sem pecar por orgulho, toco cordas mais profundas da alma humana, na luta do pequeno contra o grande, Davi contra Goliás. Caso contrário, não teria me tornado o que sou: uma figura universal”.

A relativa liberdade de ação consente às equipes locais de adaptar as histórias em quadrinhos, sublinhando determinadas características latentes da mensagem. No Chile popular, por exemplo, usava-se uma particular dureza ao se estigmatizar os simpatizantes de outros sistemas sociais não “americanos”, definindo-os, sempre, “bandidos” ou “delinquentes”.

A educação do futuro

Em 1970, o Congresso dos EUA recomendava aos órgãos de política externa “incentivar o desenvolvimento da televisão didática e insistir nas possibilidades ilimitadas da tecnologia dos satélites”, mas o novo *front*, constituído pelas multinacionais, pelas fundações para a educação e pelo governo norte-americano que já havia descoberto novas formas de intervenção. Já em 1966, sob solicitação do governo, a seção didática da Westinghouse cuidava da formação de Voluntários da Paz (*Peace Corps*) destinados ao Brasil e à Colômbia. Em 1973 na Westinghouse assumirá, como vice-presidente da sua seção de tele-educação, Frank Shakespeare que tinha acabado de se demitir da direção da USIA.

Por volta de 1970, assiste-se a um fato novo: a irresistível ascensão das multinacionais do setor eletrônico e aeroespacial ao cargo de produtores e distribuidores de cultura, graças ao controle exercido sobre a tecnologia dos satélites e sobre o que eles próprios definiram “tecnologia da educação”. Não se tratava mais de universalizar a cultura do tempo livre, através de quadrinhos, programas de televisão e outros produtos culturais de massa, mas

de universalizar modelos educativos. Todas as grandes empresas eletrônicas e aeroespaciais têm, agora, as suas seções didáticas e, nestes últimos anos, fizeram sentir a sua presença nos meios de comunicação tradicionais. Em 1966, a ITT tentou adquirir a maior rede televisiva internacional, a ABC. No mesmo ano, por iniciativa e sob a direção da Fundação Ford, a Colômbia inteira tornou-se um grande laboratório experimental da tele-educação. Desde 1967, a Fundação libera mais de 1,5 milhões de dólares aos centros oficiais e institutos universitários colombianos para pesquisas e experimentações sobre a televisão didática. Desde 1968, um decreto do Ministério da Educação da Colômbia reconheceu os *Peace Corps* como “especialistas” em questões didáticas, autorizando-os a atuar em todos os institutos de educação superior e nas escolas técnicas. A Fundação Ford tinha, precedentemente, sondado o terreno, também, no Chile, concedendo, em 1967, ao governo Frei uma subvenção de 227.000 dólares para conduzir experiências análogas.

Financiadas pela USAID (Agência Norte-americana pelo Desenvolvimento Internacional), por grandes empresas e pelo Banco Mundial, as universidades norte-americanas se ocupam da preparação psicossocial da população às novas técnicas educativas. A Universidade de Stanford (Califórnia), que, – entre outras coisas, acabou de organizar a reforma do ensino secundário na República de El Salvador, elaborando um plano de educação através da televisão – trabalha no México, Colômbia e Brasil. A Universidade do Texas é ativa no México, El Salvador, e Colômbia, onde também opera a Universidade de Wisconsin.

A intromissão das universidades norte-americanas nesse campo foi além. Em 1967, por iniciativa própria, a Universidade de Stanford publicou um estudo denominado “Ascend” (Sistema Avançado de Comunicação e de Educação para o Desenvolvimento Nacional), parte de um projeto de utilização de satélites com objetivos tele-educativos nos países latino-americanos. Em abril de 1969, as sociedades General Electric e Hughes Aircraft, juntamente com o organismo oficial dos Estados Unidos que se ocupa dos satélites (COMSTAT) e várias personalidades universitárias norte-americanas, convocaram uma reunião privada em Santiago do Chile, durante a qual propuseram elaborar em 14 universidades norte-americanas programas de educação para serem transmitidos via satélite. Foi, posteriormente, decidida a criação de um centro audiovisual internacional via satélite (CAVISAT), com sede na Colômbia para estudar um plano conjunto Estados Unidos – América Latina. Ao invés de 14 universidades norte-americanas, o projeto foi subdividido entre dez universidades da América Latina, coligadas a várias Fundações e dez universidades dos Estados Unidos.

Esse plano, no entanto, encontrou a oposição nacionalista dos governos latino-americanos que, em 1970, após ter subscrito o Acordo de Andrés Bello, para a recíproca integração no campo educativo, científico e cultural, pediram assistência à UNESCO. Após o Acordo de Andrés Bello, foram estabelecidos inúmeros estudos sobre as possibilidades de programar planos de educação via satélite, o último dos quais (Projeto SERLA) prevê a união de Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Venezuela e Uruguai em um sistema comum de instrução via satélite, tecnicamente operante no final dos anos 70. Resta, agora, resolver o problema principal, aquele da validade política.

A Fundação Ford assegurou uma posição preponderante na instalação da televisão educativa na América Latina. Desde 1951, esta que é, sem dúvida, a mais importante fundação dos Estados Unidos (com um capital de 3,7 bilhões de dólares, enquanto a Rockfeller, segunda fundação por ordem de importância, não chega a 800 milhões de dólares) tentou criar uma rede de televisão educativa que, nos seus cálculos, deveria ser capaz de competir com o oligopólio comercial ABC – CBS – NBC. Com este propósito, ao longo dos últimos 15 anos, a Fundação Ford investiu milhões de dólares para instalar redes de televisão educativa em 35 comunidades distribuídas no território dos Estados Unidos e obteve, da Comissão Federal das Comunicações, licença para utilizar 242 outras estações. Além disso, realizou numerosos estudos sobre a atitude das minorias étnicas (porto-riquenhos, mexicanos, índios e negros) sobre este novo modelo de programação.

“Vila Sésamo”

Em 1967, os esforços da Fundação Ford foram coroados com sucesso: o governo norte-americano decidiu criar o canal público *Fourth Network*³ e este, colocando a sua rede televisiva à disposição deste canal governativo, torna-se automaticamente o principal financiador privado, investindo, em 1971, quase 27 milhões de dólares na televisão educativa dos Estados Unidos. À sombra da *Fourth Network* e da Fundação Ford foi fundado, em 1968, o *Children's Television Workshop* (CTW), criador de *Vila Sésamo*, primeiro programa televisivo para crianças que, em menos de três anos conseguirá se impor no mercado mundial.

Destinado a espectadores de idade entre quatro e seis anos, *Vila Sésamo* está atualmente presente nas televisões de mais de 60 países. Segundo os

3 Como se sabe, nos Estados Unidos a televisão é inteiramente administrada pela iniciativa privada.

seus produtores e o Ministério da Educação dos Estados Unidos, que promove esta série e a financia, deveria servir de modelo para uma “verdadeira televisão internacional”.

Graças ao aporte substancial da Xerox Corporation, a série foi rapidamente adaptada aos países latino-americanos. Duas versões já foram realizadas no México e Brasil. O Peru foi o único país que proibiu o programa, vislumbrando um esquema pedagógico autoritário e uma insidiosa tentativa de contrabandear, através deste, o modelo ideal próprio das classes médias norte-americanas.

Na realidade, com *Vila Sésamo* aparece a nova face do imperialismo cultural que queria mascarar a sua penetração ideológica atrás da pretensa neutralidade das mensagens destinadas às crianças e inspirando-se na pedagogia. Esta série marca uma virada nas técnicas de “controle dos cérebros”. Diferentemente das séries comerciais, *Vila Sésamo* é objeto de constantes avaliações do efeito que esta exercita sobre os pequenos telespectadores. Na maioria dos países latino-americanos que adquiriram a transmissão, grupos universitários de sociólogos, psicólogos e antropólogos, subvencionados pela Fundação Ford são encarregados de avaliar a eficácia da mensagem. Em abril de 1973, foi publicado no New York Times um relatório sobre os índices de satisfação deste programa entre as crianças da classe operária mexicana. Outros estudos são esperados.

O CTW agora trabalha numa série destinada a crianças de sete a dez anos (*The Electric Company*). Atualmente, o público de massa da nova televisão, dividido em faixas de idade bem definidas, é acompanhado por cientistas: o entretenimento dessas pessoas não é mais confiado à inspiração de um roteirista.

Último sinal dos tempos das novas alianças que se realizam neste campo: em 1973, para dirigir a seção internacional da CTW, foi convidado Jack Vaughan, ex-diretor da *Peace Corps*, que entre 1970-1971 havia sido, também, embaixador dos Estados Unidos na Colômbia. Em 1972, Nixon nomeou diretor da rede televisiva pública Henry W. Loomis, alto dirigente da USIA, como diretor da rede radiofônica “A Voz da América”.

A técnica de penetração cultural dos Estados Unidos na era dos satélites se revela em toda a sua complexidade num país como o Brasil. Aqui as multinacionais perseguem objetivos que vão muito além da pura e simples importação dos produtos das novas tecnologias. Elas estão interessadas no estabelecimento de centros de produção, cabeças de ponte (*bridgeheads*) que facilitem a invasão do resto do continente. (De qualquer maneira, estas bases podem funcionar como observadores e postos de guarda para os outros países latino-americanos).

Mais do que em qualquer outro país, no Brasil o aparato cultural acompanha um aparato estatal criado e mantido pelas multinacionais, estando completamente ao seu dispor. Para instalar um sistema de satélites de comunicação, em 1972, o governo brasileiro assinou um contrato com a General Electric, completado por um acordo com a Hughes Aircraft, a maior construtora mundial de satélites para uso militar. Oficialmente se tratava de organizar um sistema educativo através de um complexo de três satélites para serem lançados em 1976 e capazes de cobrir 86% do território nacional. Cada satélite deveria alimentar três canais de televisão e 20 radiofônicos. A principal estação emitente estaria localizada no Instituto de Pesquisas Espaciais, em São Paulo, enquanto 9 centros de produção deveriam garantir os programas destinados aos estudantes dos primeiros 12 anos de escola. Nas zonas rurais, a recepção seria garantida por 150.000 estações de recepção direta, enquanto que 150 estações deslocadas na periferia das zonas urbanas poderiam retransmitir os programas por via terrestre.

Em 1971, antes da assinatura do contrato, a Universidade de Stanford havia efetuado uma série de experiências com as universidades brasileiras, transmitindo diretamente aos estudantes de engenharia brasileiros, através do satélite da NASA ATS-3, lições ministradas nas salas de Stanford.

No estágio atual da tecnologia dos satélites e, sobretudo, considerando os objetivos de integração política, militar e econômica entre Estados Unidos e Brasil, coisas do tipo não podem ser, obviamente, concebidas somente em função educativa. Entre 1958 e 1972, os Estados Unidos lançaram, com sucesso, 115 satélites civis e 700 militares. No início de 1973, estavam em órbita 55 satélites civis e 282 militares. Agora, os sistemas que a General Electric foi autorizada a vender aos agentes do subimperialismo brasileiro são sistemas de uso múltiplo, que poderão desempenhar um papel seja no campo da educação que naquela da repressão. Segundo os relatórios da General Electric, os sistemas de satélites de comunicação servem à “coleta, transmissão, comutação, gravação e exposição dos dados” e podem ser utilizados “para a execução da lei, para o funcionamento do comércio, para a saúde pública, a segurança, o controle e a navegação”.

Todos esses sistemas, ligados entre si de diferentes modos, permitem obter uma rede de elementos que lançam as bases da “institucionalização eletrônica” dos anos 2000. O Brasil já está muito adiante nesta estrada. Graças ao *Public Safety Project* que a USAID dirige ao país, o seu Centro Nacional de Telecomunicações é abastecido, desde 1969, por técnicos da polícia federal e estadual, todos instruídos em Washington ou nas academias de polícia dos Estados Unidos. O Rio de Janeiro é, por outro lado, umas das 26 estações de

comunicações navais que compõem o Sistema de comunicações da Defesa (*Defense Communication System*) dos Estados Unidos.

A participação do Brasil como “beneficiário” da tecnologia de satélites vai muito mais longe. Através das grandes sociedades mineradoras que possuem suas jazidas, o país está à frente da clientela dos satélites de exploração dos recursos naturais ERTS (*Earth Tecnology Satellites*), cujo primeiro exemplar foi lançado nos Estados Unidos em 1972. A exploração dos resultados destas explorações via satélite é assegurado, também, pela General Electric, cujo conselho de direção é composto 29% por representantes de sociedades que exploram as riquezas naturais no Terceiro Mundo, sobretudo no Brasil, Indonésia e Colômbia (Hanna Mining Co., Consolidation Coal, Chrysler, National Steel, Alcoa, Kerr McGee).

Subimperialismo

A promoção do Brasil ao nível de potência aeroespacial foi confirmada em setembro de 1973, quando o Departamento do Comércio norte-americano e as grandes empresas aeronáuticas e eletrônicas dos Estados Unidos, à procura de novos mercados, organizaram, em São Paulo, a primeira mostra aeroespacial latino-americana. Naquela ocasião, a General Electric assinou com uma empresa brasileira um contrato para a construção dos caças bombardeiros F-SE da USAF. Ao final da mostra, os especialistas norte-americanos anunciaram que o Brasil já era o mais importante importador dos aviões dos Estados Unidos, tendo tomado o lugar da Alemanha Ocidental.

As ambições brasileiras no setor aeroespacial não demoraram muito para se manifestar. Em abril de 1973, durante uma entrevista coletiva, o ministro das Comunicações anunciava que “em dez anos o Brasil será capaz de fabricar os próprios satélites de comunicação” e de exportá-los. Desde então, as multinacionais exportam os televisores a cores fabricados em território brasileiro, especialmente, para os Estados Unidos, de quem o Brasil se tornou o melhor intermediário para a produção destinada aos outros países do continente.

Na tentativa de reduzir os exorbitantes custos de produção dos novos aparelhos mediante a conquista de novos mercados, Brasília faz pressão sobre os governos latino-americanos (sobre aquele da Venezuela, desde 1972 e, mais recentemente, sobre o chileno de Pinochet) para induzi-los a substituir suas redes de televisão em preto e branco, que acabaram de ser amortizadas, por redes a cores (em 1973 o México e o Brasil eram os únicos que possuíam televisão a cores). As multinacionais incentivaram esta empresa e a RCA, por sua parte, em

1973, decidiu investir 120 milhões de dólares na construção de uma nova fábrica de televisores a cores no Rio de Janeiro. Desse modo, foi dado início a um novo processo de dependência, porque os televisores a cores pressupõem, obviamente, programas a cores, cujo custo é 10 vezes superior aquele dos programas em preto e branco e, por muito tempo, a América Latina não será capaz de satisfazer sozinho a nova demanda.

Novos complexos de pesquisa e sistemas de informações paralelos

Aqui já foi destacada a amplitude da rede das agências publicitárias e outras sociedades de serviços norte-americanas. Estas agências estão em plena mutação. Tanto uma quanto as outras tendem a se transformar em centros de pesquisa interdisciplinar a serviço das multinacionais. Elas se tornam, de qualquer modo, os “ministérios” da propaganda e dos assuntos exteriores destas enormes empresas que, por sua vez, são os verdadeiros ministérios do Estado imperialista. Basta lembrar o papel desempenhado pelas agências americanas McCann-Erickson e Gallup nas campanhas de opinião contra as nacionalizações no Chile durante o governo de Unidade Popular, o papel assumido pela Kenyon & Eckhardt na construção do mito do milagre brasileiro ou, ainda, aquele mais recente da J. Walter Thompson na planificação da política de relações públicas da Junta Militar de Santiago do Chile. (Circularidade do poder imperialista: em 1967, esta mesma agência havia sido encarregada de cuidar das relações públicas dos coronéis gregos após o *putsch* de Atenas!).

Para muitas organizações, que nos anos 60 haviam se dedicado ao estudo da guerra contra-insurrecional ou daquela bacteriológica ou meteorológica, o fim do conflito do Vietnã comportou a necessidade de uma reconversão civil que seguia a nova linha de “baixo perfil” da política imperial americana. Por exemplo, foi um famoso *think-tank*, uma destas fábricas de ideias que, sob o governo de Allende, realizou o estudo baseado numa amostra permitindo a previsão, com certa confiabilidade, dos prováveis comportamentos dos diferentes grupos sociais (classes médias, latifundiários, proletariado, exército etc.) na conjuntura chilena.

A reconversão das agências publicitárias e de outras sociedades de serviços é acelerada pelos últimos acontecimentos econômicos. A crise atual exige das multinacionais uma reorganização dos métodos de trabalho e, às vezes, uma mudança da estratégia. Verdadeiras fábricas de ideias, estes escritórios fornecem um serviço técnico do qual as grandes empresas necessitam sempre mais. É evidente que não se trata mais de criar, através da ilusão publicitária, necessidades potenciais, propostas por uma economia de abundância e de desperdício; mas,

ao contrário, se trata de levar em consideração uma hierarquia das necessidades reais dos diversos setores do público numa economia pobre, o que deverá acelerar e aprofundar as mudanças das sociedades de serviços. Testemunham estas transformações numerosos exemplos que colocam em evidência, sobretudo, a necessidade de uma abordagem diferenciada às novas categorias sociais, o que poderia ser definido como “análise de classe”. Segundo David Ogilvy, responsável da Agência Ogilvy & Mather: “O mercado não é constituído por grupos demográficos, mas por grupos psicológicos: os quadros possuem o mesmo estilo, as mesmas concepções de vida? Acaso todos são assimiláveis ao que ainda é chamado de burguesia? Estas opiniões se tornam sempre mais importantes. Não se faz publicidade para os *hippies* como se faz para os agricultores”.

Esta significativa constatação é de 1975. Conquanto esta “descoberta” pareça banal, a indústria publicitária moderna empregou mais de 20 anos para entendê-la.

Como confessava, em 1967, um dos diretores da agência norte-americana Kenyon & Eckhardt: “Sempre se admitiu, na publicidade, que o realizador de mensagens devesse se dirigir a uma pessoa, mas, a confusão nascia do fato que não se sabia mais quem fosse esta pessoa. Não se sabia mais como fosse e o quê esperasse de um produto ou de um tipo de produtos. Ao invés de se dirigir a uma pessoa, o publicitário descobria que estava se dirigindo a um conjunto de médias míticas; tratava-se, de fato, de fragmentos de pessoas, mas, não de uma pessoa real com autênticas vontades e gostos verdadeiros”.

Naquele mesmo ano, a Kenyon & Eckhardt realizou no México um seminário internacional, cujo objetivo era questionar esta abordagem irreal do público. No final do seminário a empresa anunciou a aplicação de seu novo método *Target Attitude Group* (TAG – Grupo alvo de comportamentos): “Levaremos em consideração grupos específicos de consumidores que têm em comum comportamentos, desejos e esperanças. Não olharemos mais o consumidor “médio” que nunca existiu em nenhum lugar, exceto na mente dos matemáticos”.

Explicando porque a publicidade não conhecia antes esse progresso, os mesmos porta-vozes da Kenyon & Eckhardt ilustraram os fatores que tornavam possível esta inovação, em sua opinião, transcendental: “Somente agora podemos agir deste modo, porque a introdução do classificador eletrônico nos tornou capazes de tratar a enorme quantidade de informações demandadas para elaborar uma imagem válida dos perfis psicológicos dos consumidores em relação às diversas categorias de produtos”.

Em outras palavras, admitiram que não era mais possível entrar no marketing de massa com um perfil de massa inerte. O problema fundamental

levantado era, então, aquele de avaliar as “necessidades e os interesses” dos consumidores de modo mais adequado, para melhor atendê-los. Vimos que este era o problema ao qual respondiam os novos modelos de televisão educativa, mas é também o problema que tende a se situar no centro das preocupações sobre a comunicação de massa nos Estados Unidos. Segundo um trecho deste relatório de uma fundação educativa: “Um dos principais objetivos que polariza, neste momento, a atenção da Fundação consiste na experimentação de um tipo de comunicação que recorte o campo dos receptores. Os meios de comunicação, assim como foram concebidos até hoje, procuram servir um público de massa. O resultado é que as necessidades individuais não são levadas em consideração e o conteúdo dos meios degenera até o mais baixo comum denominador possível. Em breve, isso significará que uma nação na qual cada um faz parte de um grupo minoritário, ninguém é servido bem. Dado que a população é dividida em classes sociais, profissionais, instrução, raça, geografia ou idade, a urgência de um maior número de programas especializados é amplamente reconhecida pelos críticos dos meios de comunicação de massa”.

Esta pesquisa do “alvo” (*target*) personalizado, esta primeira “análise de classe” era, também, a questão central que, como se viu, a USIS encontrou em 1973, quando o Congresso norte-americano se interrogava sobre a necessidade do organismo neste período de “distensão”: encontrar o interlocutor e “descobrir a natureza do inimigo”, como dizia o diretor Frank Shakespeare. O conjunto dos aparatos ideológicos do Estado norte-americano está enfrentando, realmente, problemas da mesma natureza daqueles que se puseram os antropólogos, os sociólogos e outros cientistas sociais do Pentágono em torno da metade dos anos 60; quando, após as primeiras derrotas sofridas no Vietnã eles se deram conta que a superioridade militar não poderia mais ser definida em termos de potência de fogo, quantidade de mísseis, etc., mas, que era urgente trabalhar no plano político e arregimentar a população civil na contrarrevolução. Foi então que se realizaram as primeiras operações de *social systems engineering*, de “controle dos sistemas sociais”, visando colocar “as ciências sociais e as ciências do comportamento” a serviço da contrarrevolução: “conhecer as condições culturais, econômicas e políticas internas que provocam o conflito entre diferentes grupos que compõem uma nação; determinar os modelos das motivações que explicam o comportamento insurrecional para poder neutralizá-lo; propor estratégias de intervenção mais adequadas”. O objetivo era, também, aquele de evitar, possivelmente, as experiências de invasões brutais como a de Santo Domingo, a diplomacia do “mandar os *marines*”. Ao invés disso, insinuar-se nas contradições internas presentes em cada realidade particular: apoiar-se em certas classes sociais para fechar a estrada às reivindicações das outras.

PENETRAÇÃO IMPERIALISTA NAS IGREJAS LATINO-AMERICANAS¹

O objeto do presente relatório é a análise da crescente infiltração do imperialismo norte-americano e de seus aliados locais, as classes privilegiadas do subcontinente, nas igrejas da América Latina.

Para tratar deste tema, decidiu-se adotar a seguinte ordem: após uma breve introdução histórica sobre o cristianismo latino-americano, será apresentada a estratégia imperialista tradicional em relação às igrejas, estratégia predominante desde 1968, ano da conferência episcopal de Medellín (Colômbia).

Em segundo lugar, será analisada a nova estratégia elaborada pelo imperialismo norte-americano para o atual momento de recessão econômica mundial que leva ao fortalecimento dos governos repressivos na América Latina. Esta nova estratégia visa a colocar sob controle as igrejas para neutralizar e eliminar os elementos progressistas, comprometidos nas lutas e na defesa dos direitos humanos violados nos países latino-americanos.

Em terceiro lugar se verá a resposta das igrejas e dos diversos grupos de cristãos à onda repressiva que, dirigida contra as massas populares do inteiro subcontinente, atinge, também, as igrejas e os cristãos quando estes, por serem fiéis ao Evangelho, defendem os pobres e os oprimidos.

Perspectiva histórica

Sem ter a pretensão de apresentar um quadro exaustivo da evolução do cristianismo na América Latina, basta dizer que nos últimos 15 anos as igrejas em geral e aquela católica, em especial – consideradas pelos sociólogos como conservadoras e como um muro de contenção contra a mudança social –, viram emergir em seu seio setores dinâmicos, plenamente inseridos na luta de libertação das massas mais pobres e oprimidas do subcontinente. É inegável que para compreender tal processo e porque estes setores, ainda que minoritários, se identificaram como a luta anti-imperialista é necessário se remeter, antes de tudo, à evolução da igreja universal.

1 Texto redigido a partir de um relatório apresentado na 3a. Sessão do Tribunal Russell II (Roma, janeiro de 1976) por um grupo de cristãos latino-americanos que agradece a contribuição do Centro Ecumênico para as Relações Internacionais de Paris.

No caso da Igreja Católica, esta evolução vai da condenação do marxismo, pronunciada por Pio XII nos anos 30, condenação dialeticamente ligada ao ateísmo militante do comunismo da época, passa por João XXIII e a sua aceitação de uma certa colaboração com os marxistas, até chegar ao significativo silêncio do Concílio Vaticano II em relação ao comunismo e à abertura da Igreja aos valores temporais implícita na encíclica *Gaudium et Spes*. Assim também, ocorre uma evolução análoga no seio das igrejas evangélicas, as quais se abrem à problemática social e à política, tal como na última assembleia de Uppsala, realizada em 1968 pelo Conselho Ecumênico das Igrejas.

No seio desta evolução geral, se encontra a Conferência Episcopal Latino-Americana (CELAM) da Igreja Católica reunida em Medellín em 1968. A Conferência não apenas sanciona a evolução geral, mas, vai mais longe, atribuindo à Igreja um papel mediador na libertação dos povos latino-americanos sujeitos ao “neocolonialismo” e à uma “violência institucionalizada” nas estruturas econômicas, sociais e políticas dominadas pelo “capitalismo internacional do dinheiro”.

Similarmente, é preciso enquadrar a evolução das igrejas evangélicas do subcontinente, sobretudo, aquelas largamente difundidas em países como a Argentina e o Uruguai, que se expressa em correntes progressistas nos campos social e político, além do sucesso registrado, no final dos anos 60, do movimento continental “Igreja e Sociedade” (ISAL).

Estas posições da Igreja hierárquica Católica e dos evangélicos não eram, por outro lado, estranhas à situação de efervescência social e política que atravessava um continente de grandes potencialidades econômicas, mas, de fato, com sistemas econômicos frágeis. O desenvolvimento desigual destas economias nacionais, concentrado em certas metrópoles e atividades econômicas, foi sempre mais dominado pelos grandes monopólios e pelas multinacionais dos Estados Unidos, que já tinham iniciado a sua penetração no subcontinente. Este “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, como sugestivamente foi qualificado à época, dava lugar a um determinado crescimento de cidades e indústrias, criando, no entanto, em regiões de grande impulso demográfico, uma crescente marginalização de massas exploradas. A miséria destas massas, sobretudo, operárias e camponesas, é tão mais atroz na medida em que as suas aspirações consumistas são continuamente estimuladas pelos meios de comunicação de ideologia capitalista. Na realidade, somente uma pequena minoria privilegiada pode, efetivamente, usufruir desta sociedade de consumo importada do hemisfério norte.

No plano político, observava-se a uma gradual tomada de consciência por parte das massas, sobretudo, depois que o movimento de libertação triunfou em Cuba, em 1959, e os vários regimes latino-americanos, que se pretendiam democráticos, foram eliminados um a um através de golpes militares manobrados pela burguesia. A ingerência dos Estados Unidos nestes fatos é

sempre mais clara, após a publicação dos relatórios da Comissão investigativa do Senado norte-americano e após as revelações de dois agentes da CIA, Marchetti e Agee, sobre as intervenções da CIA, conhecidas como “*cover operations*”, para “desestabilizar” os governos, segundo as palavras do presidente Ford, “em função dos interesses do povo norte-americano e, também, dos povos sul-americanos”.

Os cristãos latino-americanos

Os cristãos, que nos anos 60, operam de forma mais ou menos ligada à estrutura eclesiástica, podem ser distintos em três categorias: cristãos conservadores, mediadores (*terceiristas*) e revolucionários. Trata-se de uma divisão um pouco esquemática que não dá conta de determinados aspectos do cristianismo como, por exemplo, a religiosidade popular (fenômeno de certa consistência, sobretudo, entre as populações mestiças e indígenas e autônomo em relação à hierarquia) ou das várias formas carismáticas que estão na base da penetração pentecostal e de certos ritos religiosos de origem africana. Mas, as três grandes categorias indicadas se referem, principalmente, à dimensão social e política da fé, permitindo compreender a reação positiva dos cristãos perseguidos pelo imperialismo.

Os conservadores, abertamente reacionários no plano político e ligados a uma prática religiosa tradicional, com o avanço da revolução em alguns países radicalizaram-se em posições ideológicas atrasadas, apoiadas por movimentos integralistas como “Pátria, Família e Tradição” e Opus Dei. Estes cristãos são uma herança da antiga convivência entre Estado Colonial e hierarquia católica, convivência transformada no século XIX em interdependência, em base a um apoio mútuo, entre Igreja e partido conservador confessional.

Estas posições perderam força com o nascimento do social-cristianismo e do catolicismo social europeu do pós-guerra de quem é, ainda, expressão política em alguns países (Chile, Venezuela etc.) a democracia cristã.

Criada pelos elementos mais abertos dos partidos conservadores, essa constitui a corrente política predominante nos setores cristãos conhecidos como “terceiristas” e que recebeu consideráveis recursos das igrejas europeias, sobretudo, daquela alemã, além (de forma mascarada) da CIA. Por exemplo, o Centro de Pesquisas para a América Latina (DESAL) de Santiago do Chile, que nos anos 70 mantinha uma equipe de técnicos, fundos consideráveis e filiais em todo o subcontinente, pôde constituir uma rede de cooperativas, centros comunitários, etc. que contribuiu a reforçar sindicatos paralelos e anticomunistas, sobretudo, entre os camponeses. Estas iniciativas “terceiristas” foram importantes, especialmente, no Chile e, sobretudo, no Uruguai, onde grupos democrata cristãos se radicalizaram até pensar em um “socialismo comunitário democrático” e a Democracia Cristã absorveu o “Frente Am-

plio”, que compreendia, inclusive, comunistas, apoiando como candidato às eleições presidenciais Liber Seregni, posteriormente destituído em 1971. O mesmo acontece com o chileno Tomic, candidato derrotado por Allende em 1970, que era porta-voz de posições “terceiristas” radicais. Naqueles anos foi eleito na Venezuela o democrata-cristão Rafael Caldeira, o qual chegou ao poder com um discurso de “mudança social”, mas manteve, no entanto, uma linha claramente centrista.

O programa “terceirista” pretende encontrar uma mediação entre o capitalismo e o socialismo, mas, de fato, fornece uma base ideológica às forças contra-revolucionárias. No Chile, por exemplo, os cristãos reformistas foram se endurecendo na medida em que avançava a experiência do “socialismo marxista” de Allende, até se fundir com a direita golpista na luta contra as forças populares. Os cristãos deste tipo aderem a uma ideologia burguesa reformista que propõe alguns valores abstratos (democracia, liberdade, participação, não violência, etc.) em nome dos quais se opõem a qualquer movimento revolucionário. A prova de fogo foi o caso chileno. No momento decisivo, com o pretexto de defender a “democracia” e a “liberdade”, a maioria dos cristãos se juntou ativa ou passivamente à reação guiada pelo imperialismo, que destruiu todas as liberdades no país, violando todos os princípios democráticos.

A terceira categoria, aquela dos cristãos de esquerda, entrou em cena no subcontinente latino-americano no início dos anos 60, originando várias iniciativas, como o movimento universitário católico que viria a fundar a *Ação Popular* no Brasil e a Frente Unida “Camilo Torres”, na Colômbia.

Esta linha de cristianismo social se desenvolveu após a Conferência de Medellín (1968) e depois que, durante o Concílio Vaticano II, alguns bispos do Terceiro Mundo, guiados por D. Helder Câmara tomaram uma posição explícita em favor do socialismo. Sucessivamente, surgiram na América Latina alguns movimentos eclesiais (Golconda, na Colômbia; Sacerdotes do Terceiro Mundo, na Argentina e o grupo ONIS, no Peru) que, por sua vez, optaram pelo socialismo, além do movimento ecumênico ISAL.

Contemporaneamente, difundiu-se em vários países a chamada “teologia da libertação”, corrente de pensamento tipicamente latino-americana, pela primeira vez independente da teologia europeia e fundada na análise econômica, política e cultural imposta pela realidade histórica do subcontinente. Essa deu origem, em vários países, a um movimento socialista cristão. No Chile, por exemplo, aderiram a ela fiéis que, desiludidos com a falência da experiência do democrata cristão Frei, acusavam de enganadoras as soluções “terceiristas”, inspiradas na chamada “doutrina social da Igreja”.

Para os cristãos de esquerda, a escolha a ser feita é entre capitalismo e socialismo e a perspectiva impõe a unidade com os marxistas. A escolha política do socialismo não está relacionada com a fé, porque é fruto de uma análise científica con-

firmada pela *práxis*. Todavia, estes afirmam: a fé em Cristo é mediada pela política, ou seja, neste caso, de um compromisso histórico ao lado da classe operária e para a sua libertação. O encontro latino-americano dos cristãos para o socialismo, realizado em Santiago do Chile em abril de 1972, encontrou resistências por parte das hierarquias eclesiais, mas, ecoou em toda a América Latina e, também, em alguns países europeus. Os cristãos chilenos (católicos e protestantes) sentiam-se também apoiados pelo processo revolucionário iniciado com a vitória de Allende em 1970.

A importância dessa nova corrente cristã derivava, sobretudo, de sua rejeição da posição “terceirista”, supostamente inspirada no Evangelho e cujo discurso dominante era que a luta de classes, sendo alimentada pelo ódio e tendo que levar à violência (violência dos oprimidos), fosse incompatível com o cristianismo. Estes cristãos de esquerda conseguiram, em parte, retirar do reformismo capitalista um insidioso suporte ideológico, contribuindo a mobilizar a classe operária e grupos da pequena burguesia.

A existência dessa corrente cristã minoritária, mas, com um certo êxito no subcontinente, mantida por sacerdotes e pastores comprometidos com os mais pobres e, também, apoiada por teólogos de prestígio, contribuiu a determinar a atitude de neutralidade assumida pela hierarquia chilena em ocasião das eleições de 1970, portanto, a sua colaboração e as boas relações com o governo de Unidade Popular.

Também no Uruguai, em 1971, os bispos deixaram livres os cristãos em ocasião das eleições, às quais se apresentava um candidato apoiado pelas forças marxistas. Obviamente, as relações entre bispos e cristãos comprometidos com as lutas populares nunca foram fáceis, mas não se chegou à ruptura. Os bispos aceitaram, dentro de certos limites, a legitimidade da opção socialista e, também, marxista. Os Cristãos para o Socialismo e outros movimentos análogos, por motivos teológicos e políticos, procuraram não romper com a hierarquia e com as igrejas.

De fato, na América Latina a grande maioria dos sacerdotes católicos e dos pastores protestantes das comunidades de base, comprometidos politicamente com os trabalhadores e camponeses, permaneceu ligada às instituições eclesiais, convicta da necessidade de permanecer unida com as hierarquias em nome da unidade da Igreja de Cristo. Estes sacerdotes e pastores sabem, ainda, que a influência da Igreja hierárquica ainda é forte entre as massas dos países latino-americanos, os quais não alcançaram o grau de secularização e descristianização dos países europeus.

Estratégia e tática do imperialismo

Para entender a estratégia do imperialismo dos EUA para com as igrejas latino-americanas nos anos 60, é necessário levar em consideração a forte presença de missionários estrangeiros no subcontinente. Ao lado dos europeus

operavam muitos norte-americanos, ao lado dos católicos pastores evangélicos e missionários de diversas seitas, algumas das quais, certamente, equivocadas. Segundo cálculos recentes, num total de 45.000 missionários católicos e protestantes ativos em todo o mundo, cerca de 12.000 se encontram na América Latina.

Os contatos da CIA com os missionários foram reconhecidos inclusive, por David A. Phillips, que foi o responsável operativo da CIA para o continente, com a seguinte declaração: “Há 25 anos, os agentes da CIA na América Latina estão em contato com muitos ótimos missionários e com benefício mútuo, porque os da CIA, por sua vez, ajudam a Igreja”. Para justificar tal atividade acrescenta: “Qualquer agência para a coleta de informações falharia em sua missão se não utilizasse a profunda experiência do clero operante na zona”. Phillips destacou, posteriormente que, nos últimos anos, os contatos com os missionários haviam diminuído.

Até a metade dos anos 60, as igrejas não eram consideradas perigosas para os planos imperialistas. Ao contrário, sobretudo no caso da Igreja Católica, era dado como certo o seu caráter decididamente anticomunista; portanto, o seu papel seria de contenção das ideologias subversivas. Todavia, a revolução cubana alertou Washington sobre o perigo da subversão marxista em outros países, até aquele momento, considerados seguros. A política imperialista começou, desse modo, a apoiar certos grupos sindicais cristãos, considerados adversários daqueles marxistas, movimentos de cooperativas ligados às igrejas, determinados centros de pesquisa como o DESAL e, enfim, a utilizar missionários relativamente incautos como fontes de informações sobre igrejas e sobre os movimentos populares. Uma parte dos fundos concedidos pela Aliança para o Progresso foi destinada a estes fins, enquanto outras somas foram concedidas pela CIA, através de fundações de fachada.

Outro instrumento de penetração ideológica foi aquele dos Voluntários pela Paz (*Peace Corps*), criados na época do presidente Kennedy. Tratava-se, de um modo geral, de jovens idealistas, dispostos a trabalhar, por alguns anos, em favor das classes desfavorecidas da América Latina. De fato, estes constituíam uma boa fonte de informações para a CIA, graças ao seu contato com os movimentos e organizações de base, às vezes de inspiração cristã. “Os objetivos declarados eram promover o desenvolvimento e conter o avanço do comunismo. Somente alguns se davam conta da ambiguidade da fórmula”; mas, muito provavelmente, alguns eram bem conscientes que trabalhavam a serviço da CIA.

Para concluir, a política norte-americana em relação às igrejas consistia na infiltração como pretexto de ajuda humanitária e econômica, mas visando sobretudo criar uma rede informativa que consentisse identificar os dirigentes cristãos “perigosos” e obter informações sobre os movimentos marxistas. O emprego de tais métodos, que se tornaram sempre mais sistemáticos, a tal ponto de serem denunciados pela imprensa norte-americana, atingiu o diretor da CIA, William E. Colby, que se apressou em apresentar as justificativas:

“Agência Central de Inteligência

Washington D.C. 20505

13 de setembro de 1975

Ao Exmo. Senador Mark O. Hatfield

*Comitê de Financiamento – Senado dos Estados Unidos - Washington D.C.
20510*

Caro senador Mark O. Hatfield,

Agradeço pela vossa missiva de 26 de agosto. Sinto pela vossa reação, manifestada aos jornalistas, sobre possíveis relações entre a CIA e grupos eclesiais e membros do clero (...)

(...) Em minha opinião, não seria necessário, nem sequer oportuno proibir qualquer conexão entre a CIA e o clero e as igrejas. Em muitos países do mundo, representantes do clero, estrangeiros ou locais, desempenham um papel significativo e podem contribuir com os Estados Unidos, através da CIA, sem que isso se reflita sobre sua integridade moral e sua missão. A “contaminação”, a qual V. Ex^a se refere deriva, creio, mais da recente propaganda sensacionalista contra a CIA do que do caráter do contato que podemos ter tido com tais elementos. Por isso, creio que qualquer proibição generalizada, sugerido por V. Ex^a, seria um erro e imporia uma desvantagem (handicap) a esta agência, que reduziria a sua eficácia futura, numa medida não justificada pela realidade dos fatos.

Cordialmente,

Dr. W.E. Colby (Diretor)”

O presidente Ford, informado da questão, aprovou os sistemas de “colaboração” com o clero adotados pela CIA:

*Casa Branca
Washington*

5 de novembro de 1975

*“Ao Exmo. Senador Mark O. Hatfield
Senado dos Estados Unidos - Washington D.C. 20510*

Caro Senador Hatfield,

Agradeço pela vossa missiva ao presidente, em data de 19 de setembro de 1975. O presidente solicitou-me de respondê-la em seu nome.

Fomos informados que V. Ex^a já trocou correspondência com o Dr. Colby acerca das relações da CIA com grupos de igrejas e membros do clero. O presidente acredita que não seria oportuno, neste momento, proibir a CIA de construir qualquer ligação com o clero. Os membros do clero em todo o mundo são, geralmente, preciosas fontes de informação e muitos padres, movidos somente pelo patriotismo, ajudam voluntariamente e de bom grado o governo, fornecendo informações de valor para nós. Como V. Ex^a sabe, Comitês especiais, seja na Câmara que no Senado, estão atualmente analisando as atividades da CIA. No seio da administração estão em andamento análogos esforços para reavaliar os papéis e atividades corretos de todos os organismos de informação. Como parte desta revisão interna, as relações da CIA com membros do clero são um tema de discussão. Posso vos assegurar que será levada em consideração a questão importante caso existam normas para guiar a CIA em suas futuras ligações com membros do clero.

Cordialmente,

Dr. Philip W. Buchan (Conselheiro do presidente)”²

2 As duas cartas foram divulgadas no final de 1975.

Portanto, não era uma política de aberta agressão contra sacerdotes e religiosos, como se tornaria posteriormente, mas de utilizar missionários para obter informações. Ao mesmo tempo, a política norte-americana tendia a manobrar as igrejas para os fins do imperialismo, como demonstra P. Agee no caso do Equador, sob a presidência de Velasco Ibarra e Arosemena. Casos análogos foram a instrumentalização de grupos cristãos para derrubar o presidente João Goulart no Brasil, em 1964 e Torres, na Bolívia, em 1971. A CIA, desse modo, não se limitava a realizar ações investigativas, mas intervinha diretamente nos acontecimentos políticos de outros países (assassinando presidentes, influenciando eleições, fomentando golpes de Estado mediante a “desestabilização” de regimes democráticos) e, neste papel, a utilização das igrejas, dos missionários e dos movimentos cristãos teve sempre uma importância notável. Além disso, a exploração ideológica da superstição e de palavras de ordem, de conteúdo religioso, sempre fez parte dos métodos de guerra psicológica utilizados pela CIA para influenciar as massas populares.

Nova estratégia imperialista em relação às Igrejas

Para a Igreja latino-americana chegou, finalmente, o momento da repressão. Esta se expressa em formas sempre mais concretas e cotidianas: sacerdotes encarcerados ou expulsos do país, igrejas e casas paroquiais destruídas, revistas e jornais cristãos proibidos, atividades pastorais e didáticas drasticamente reduzidas e controladas, ameaça e supressão jurídica de algumas igrejas, sem contar os cristãos e os eclesiásticos assassinados por grupos paramilitares de direita ou pelos próprios governos que se declaram “cristãos”. A repressão foi particularmente virulenta nos países da parte meridional do subcontinente e, sobretudo, a partir dos anos 60. As igrejas pareciam não se dar conta que o ataque desencadeado contra seus membros e organizações mais progressistas ameaçava a própria instituição em seu conjunto e a sua sobrevivência. As igrejas pareciam entender menos ainda o significado e a razão profunda da repressão, que correspondia a uma estratégia global do capitalismo multinacional e de seus aliados nos países ao sul do rio Bravo.

Um documento secreto das forças armadas recentemente publicado na Bolívia indica claramente, além da forte ingerência da CIA naquele país, quais são as táticas mais comuns utilizadas para controlar as igrejas em toda a América Latina. Eis o texto do documento:

“1. Não se deve atacar a Igreja como instituição e nem mesmo os bispos em seu conjunto, mas, uma parte da Igreja, aquela mais avançada. Para o governo, o principal representante deste grupo é monsenhor Manrique (bispo de La Paz). Os ataques contra ele devem ser de tipo pessoal. É preciso isolá-lo da hierarquia e criá-lhe problemas com o clero nacional;

2. É preciso atacar, sobretudo, o clero estrangeiro ligado diretamente à “Justiça e Paz”, sobretudo, à ELN (movimento de guerrilha). A este propósito, é necessário vincular a obra do clero com a guerrilha de Teoponte e com a ação do sacerdote Prats. É preciso insistir que estes religiosos são os seus continuadores que pregam a luta armada, são ligados ao comunismo internacional e foram mandados na Bolívia com o objetivo de levar a Igreja na direção do comunismo;

3. Controlar, especialmente, algumas ordens religiosas (como os dominicanos, os oblatos e os jesuítas) e os seus contatos com as rádios “Fides”, Pio XII”, “Indicap”, com a atividade religiosa no Altiplano, com os trabalhadores do algodão e, sobretudo, com aqueles das minas;

4. Colaboração da CIA. A CIA, através de Freddy Vargas e Alfredo Arce, decidiu entrar diretamente neste assunto. Comprometeu-se em fornecer uma informação completa sobre alguns sacerdotes, sobretudo, norte-americanos. Em 48 horas, forneceu ao Ministério do Interior um dossiê completo sobre alguns sacerdotes: precedentes pessoais, estudos, laços de amizade, endereços, publicações, contatos com o exterior. Neste trabalho colaborou o Sr. Lamasa. Existem dossiês, também, sobre religiosos que não possuem a nacionalidade norte-americana;

5. A substituição do chefe do Serviço de Informações, o general Arabe, ocorreu por este motivo, porque ele não mais se dispunha a atuar numa luta frontal contra a Igreja. O novo chefe, major Vacaflor, é um homem muito duro, com tendências sádicas e que tomou parte, pessoalmente, a algumas torturas. Ele está disposto a executar rigorosamente o plano;

6. Instituiu-se um fichário especial para religiosos e sacerdotes, além de alguns bispos e ordens religiosas;

7. Controlar algumas casas religiosas, para localizar e seguir alguns sacerdotes. Controlar, também, o episcopado;

8. Por princípio, não se devem destruir casas religiosas, porque isso atrai muita publicidade. Os sacerdotes da lista deverão ser presos na rua, preferivelmente em lugares onde não haja pessoas ou na zona rural. Os agentes devem estar vestidos

à paisana e utilizar táxis alugados para a ocasião. Ou ainda, que sejam utilizados pequenos fuscas sem logomarcas oficiais, mas, munidos de rádio transmissor;

9. À hierarquia é preciso apresentar os fatos consumados. Os religiosos, presos sem qualquer publicidade, não devem ser entregues à magistratura ou ao DOP. Os agentes devem contatar o Serviço de Informações por rádio. É oportuno que, enquanto o Ministério toma as medidas adequadas, os prisioneiros sejam levados de carro para locais distantes da cidade. Aos bispos, a expulsão dos presos será comunicada como fato consumado;

10. As prisões devem ser realizadas, preferencialmente, na zona rural, em ruas desertas ou durante a noite. Uma vez realizada a prisão de um sacerdote, o Ministério deve cuidar para que com ele, possivelmente em casa, encontre-se propaganda subversiva e alguma arma (preferivelmente pistola de grosso calibre). É preciso ter preparado um dossiê para desacreditá-lo diante do bispo e da opinião pública;

11. Através da imprensa (sobretudo El Diario) é preciso difundir notícias que sirvam para desacreditar monsenhor Manrique e aqueles sacerdotes e religiosos que representam uma linha de vanguarda na Igreja. É necessário acentuar a intimidação a “Presencia”, porque fornece uma informação muito parcial sobre os fatos. É preciso exigir a assinatura para qualquer comunicado, de modo que se possa controlar de onde vem e quem escreve;

12. Manter laços amigáveis com alguns bispos, membros da Igreja e sacerdotes nacionais, de modo que a opinião pública não pense a uma perseguição sistemática em relação à Igreja, mas, somente a alguns poucos membros. É preciso insistir na autenticidade de uma Igreja nacional;

13. Aos agentes que melhor trabalharem neste plano, deverá ser feita a promessa de que serão premiados com bens sequestrados nas residências de certos religiosos;

14. Neste momento, já está pronta a lista de dez sacerdotes que devem ser presos;

15. Existe uma acusação contra “Justiça e Paz”, no Ministério do Interior, assinada por dez sacerdotes e religiosos bolivianos”³

3 Documentação clandestina SAGO. Centre Ecumenique de Liaisons Internationales, 68. Rue de Baylone (75007), Paris. O documento provém do Serviço de Informações do II Exército boliviano, província de Oruro.

Sabe-se da existência de vários estudos sobre a Igreja Católica, sobre os Cristãos para o Socialismo e sobre temas análogos, realizados a partir de 1969 pela Rand Corporation de Santa Mônica (Califórnia), a partir da solicitação do Departamento de Estado norte-americano. Com assinatura do contrato SCC-1006.0387.67, em outubro de 1968, uma equipe internacional de especialistas, dirigida por Luigi Eunadi, Richard Maulin, Alfred Stepan e Michael Fleet, utilizando relatórios confidenciais, estudos anteriores e materiais especialmente coletados para tal fim, entre os quais documentos elaborados pelo Vaticano sobre a igreja latino-americana, preparou um estudo intitulado *Latin American Institutional Development; The Changing Catholic Church*. Nesta análise, os especialistas da Rand Corporation demonstravam preocupação com os problemas sociais apontados pela comunidade católica da América Latina a partir de 1960. O estudo elencava as várias manifestações nesse sentido, por parte de leigos, sacerdotes e bispos, incluindo assembleias como aquelas da CELAM em Medellín, em 1968, em que foram condenados o subdesenvolvimento e o imperialismo e, enfim, denunciava uma atenuação na posição tradicionalmente anticomunista da Igreja.

Esse e outros estudos do mesmo tipo (a CIA valeu-se, inclusive, dos métodos de “guerra psicológica”, adotados pelo general Lonsdale nas Filipinas)⁴ demonstram o interesse e a preocupação da política exterior norte-americana com a Igreja, sobretudo, a partir do relatório Rockefeller em 1969.

O relatório apresentado por Rockefeller, após a sua viagem na América Latina, chamava a atenção do governo dos Estados Unidos sobre a agitação existente entre os quadros da Igreja Católica do subcontinente e manifestava alarme pelo fato que, em alguns casos, a Igreja parecia acessível à penetração subversiva. Advertia, ainda: “Devemos estar atentos à Igreja latino-americana, porque se prossegue no espírito da Conferência de Medellín, atenta contra os nossos interesses”. A partir dos acontecimentos sucessivos é impossível não deduzir que as recomendações do relatório de Rockefeller tiveram a devida consideração por parte do Departamento de Estado norte-americano e pelas organizações que dependem dele.

Voltando ao documento boliviano, observam-se três linhas principais de ação: 1. Acentuar as contradições internas às igrejas; 2. Lançar uma campanha ideológica contra os setores progressistas; 3. Controlar politicamente e expulsar do país os dirigentes progressistas.

4 Cf. Victor Marchetti, John Marks, “The CIA and the Cult of Intelligence”, New York, 1975.

Portanto, uma análise sumária dos fatos dos últimos meses de 1975 leva à conclusão de que estes três tipos de intervenções estão sendo implementadas nos países do Cone Sul, e em maior ou menor grau nos outros.

A divisão das igrejas

Essas contradições, nas quais deveriam operar os agentes do imperialismo, são as seguintes:

1. Aquelas entre os bispos progressistas e o resto da hierarquia (sobretudo entre bispos e clero em geral).
2. Aquelas que podem ser geradas no interior do clero (sacerdotes, religiosos, pastores, etc.), explorando as diversas tendências teológicas e políticas e entre as diversas nacionalidades (clero nacional contra missionários estrangeiros e vice-versa).
3. Aquelas próprias das comunidades cristãs, onde existem divisões entre cristãos conservadores e progressistas.

A tática mais simples consiste em apoiar os cristãos reacionários, empregando a propaganda burguesa e o poder político do Estado para neutralizar e eliminar os cristãos progressistas e, sobretudo, as personalidades representativas: bispos, sacerdotes, pastores, religiosos e dirigentes leigos dos movimentos populares. Bastará acusar estas pessoas de manter relações com o “comunismo internacional”, no caso de países em que as forças de esquerda atuem legalmente com um determinado peso na vida política, ou com os movimentos de guerrilha. Pouco importa que as relações destes cristãos com as forças da oposição popular ou com os movimentos de guerrilha não sejam políticos e, muito menos, militares, mas simplesmente pastorais e humanitários. Isso não impede aos governos repressivos de qualificar qualquer atividade pastoral como “ingerência política” e de acusar qualquer religioso progressista de “subversão interna” e de ser um agente do “comunismo internacional”.

Argentina

Enquanto na Bolívia a repressão antirreligiosa levava à ocupação militar da estação de rádio “Pio XII”, de propriedade do bispo, à expulsão de numerosos sacerdotes, à destruição de algumas paróquias e à perseguição pessoal de monsenhor Manrique, na Argentina a atividade contra o clero progressista e, de modo especial, contra os membros do “Movimento do Terceiro Mundo” assumia características específicas.

A organização terrorista de direita “Tripla A” começou a ameaçar de morte sacerdotes e a até mesmo bispos para obrigá-los a deixar o país. Posteriormente, desde o final de 1975, governo e militares entraram diretamente em campo prendendo padres para mantê-los “à disposição do poder Executivo”, baseando-se na lei do estado de sítio, chegando a atingir bispos como monsenhor Francisco de Nevares de Nequén e monsenhor Angelelli de La Rioja, acusados de ter defendido os direitos humanos violados.

O método de dividir o clero, usando contra os elementos progressistas forças leigas reacionárias, encontrou condições favoráveis na Argentina, onde também o Movimento do Terceiro Mundo se dividiu, de fato, entre peronistas “verticalistas” de Buenos Aires e a maioria do interior do país. De qualquer modo, a hierarquia eclesiástica se expressou abertamente em favor dos vários governos militares, exceto um grupo de bispos que, corajosamente, denunciou a repressão desses. A atividade destes sacerdotes e cristãos progressistas, aliados às massas populares, é continuamente boicotada. Eles são definidos como cúmplices da subversão armada, traidores da missão da Igreja e assim por diante.

Exemplar é o caso recente de monsenhor Nevares, bispo de Nequén, que tendo energicamente protestado contra a detenção e as torturas aplicadas a um sacerdote e a alguns professores de uma escola rural ao serviço da população indígena “imersa na miséria e castigada por doenças” e denunciado a “injusta campanha de difamação”, é acusado de “colaborar com a subversão” pelo general Buasso, da VI Divisão, que afirmou: “Por uma casual coincidência as denúncias apresentadas correspondem às instruções que as organizações subversivas dão aos seus membros”. O general concluiu o seu ataque acrescentando que “felizmente aquela atitude tendenciosa não é corroborada por eminentes figuras da nossa Igreja argentina, como o monsenhor Tórtolo e Bonamím”.

Alguns meses antes, diante do cadáver de um coronel assassinado por terroristas, o bispo Bonamím, de fato, tinha dito: “Quando há derramamento de sangue, há redenção. Deus está redimindo, mediante o exército argentino, a nação argentina”. E, definindo os militares “falange de pessoas honestas, puras”, agora “purificadas pelo Jordão de sangue”, o ilustre prelado havia concluído que eles poderiam colocar-se “ao vértice do país para guiar os grandes destinos futuros”. O jornalista cristão Mario Grandona, bom intérprete da visão de Bonamím, completou o quadro escrevendo que “nos países latino-americanos a espada e a cruz vigiam o sistema”.

Chile

No caso do Chile, parece evidente que a nova estratégia contra as igrejas começou a ser aplicada mais sistematicamente após os anos do governo

da Unidade Popular (1970 – 1973). Em geral, existiam boas relações entre o governo de Allende e os bispos. Não obstante o imperialismo interviesse, orquestrando campanhas ideológicas anticomunistas em nome dos “valores cristãos” e procurando instrumentalizar contra o governo de Allende expoentes das igrejas e grupos cristãos, segundo os tradicionais métodos da CIA na América Latina, a igreja chilena não se deixou condicionar totalmente. De fato, à diferença do que aconteceu no Brasil em 1964 e na Bolívia em 1971, no Chile as igrejas tiveram um papel bastante secundário na queda do governo de Unidade Popular.

Sob a ditadura militar de Pinochet criaram-se, posteriormente, condições objetivas de conflito entre o regime e as igrejas: a supressão quase completa das liberdades civis, acompanhada por uma repressão de dimensões e crueldade sem precedentes, fez com que diversos bispos se distanciassem dos militares.

No início de 1974, com o consenso da Junta e o apoio de quase todas as outras igrejas, a hierarquia católica tinha constituído no Chile um Comitê pela Paz⁵, organismo ecumênico para ajudar os numerosos estrangeiros e chilenos necessitados de asilo político, zelar pelo respeito aos direitos humanos e assistir às famílias de milhares de presos políticos. Contemporaneamente, a Junta interveio em várias universidades católicas, estendendo o seu controle em toda a educação primária e secundária. Os bispos não reagiram, talvez confiando no conclamado caráter “cristão” do regime militar, segundo a “Declaração de princípios” da Junta Militar, de março de 1974⁶ e dado, também, o apoio dado aos militares por elementos ligados à Opus Dei, como Jaime Guzman, conselheiro de Pinochet e entre os redatores da anunciada nova Constituição (por outro lado, não faltou o apoio de ilustres prelados, basta pensar no arcebispo de Valparaíso, Emilio Tagle, que chegou a proclamar uma teologia justificadora da repressão).⁷

Mas, na Páscoa de 1974 o conflito, até aquele momento latente, veio à luz. O cardeal Silva Henríquez, pressionado por sacerdotes e comunidades cristãs, denunciou publicamente as violações dos direitos humanos no Chile, citando dados do Comitê pela Paz, dirigido pelo bispo auxiliar de Santiago

5 Comité de Cooperación para la paz en Chile – COPACHI. NdT.

6 Cf. Pablo Richard – Esteban Torres, “Cristianismo, lucha ideológica y racionalidad socialista”, Ed. Sígueme, Salamanca 1976.

7 Cf. Carlos Condamines, “L’Eglise et la junte”, “Revue Nouvelle”, Paris, 1975; Franz Hinkelammert, “la iglesia católica in Chile: uma teologia de la repressión”, Mimeo, 1975.

monsieur Fernando Aritzía e pelo bispo luterano Helmut Frenz. Este organismo, operante em quase todo o país, havia, de fato, fornecido aos bispos provas irrefutáveis sobre as torturas sistemáticas praticadas contra os presos políticos, sobre o desprezo das normas jurídicas nos processos militares, sobre o desaparecimento de pessoas presas pela DINA, órgão de espionagem militar diretamente ligado a Pinochet e livre de qualquer controle por parte do governo e da justiça. O comitê havia, ainda, iniciado uma atividade de assistência em favor dos desempregados, sempre mais numerosos com o agravamento da crise econômica e em favor das crianças desnutridas, criando refeitórios promovidos por paróquias católicas e instituições evangélicas.

Tendo conseguido canalizar considerável ajuda e a solidariedade cristã de muitos países europeus e da América do Norte a quem, contemporaneamente, fornecia testemunhos sobre a repressão desencadeada no país, o Comitê pela Paz, apoiado por numerosas comunidades cristãs de base, desenvolvia, então, uma atividade objetivamente danosa à Junta, tanto dentro como fora do país. Quando a Junta Militar se deu conta disso, ao invés de suprimir brutalmente o comitê, intervém com uma hábil política voltada para miná-lo, começando a atuar sobre as igrejas evangélicas, menos fortes daquela católica. Como primeiro resultado desta ação, em dezembro de 1974, um grupo de 32 pessoas, entre pastores e bispos protestantes, assinou um documento de adesão ao governo militar, obtido graças à obra de um pastor evangélico que conseguiu extorquir firmas de adesão de vários líderes protestantes, inclusive um bispo metodista.

O segundo passo foi provocar uma divisão na Igreja Luterana para poder, assim, atacar o bispo Franz, copresidente do Comitê pela Paz, que havia publicamente recusado assinar a adesão ao governo militar. O objetivo foi alcançado no sínodo, realizado no início de 1975, em que o bispo deveria ser reeleito. Na ocasião, um grupo de ricos membros da Igreja Luterana contrários a Frenz conseguiu eleger outro bispo e dividir a Igreja em dois. Nesta altura não foi difícil para a Junta se livrar do bispo Frenz, de origem alemã. De fato, aproveitando de uma sua viagem ao exterior, em setembro de 1975, o governo chileno anunciou que, devido às suas atividades antipatrióticas, ele não seria readmitido no país.

De tal modo, a situação ficou a cada dia mais apertada para o Comitê pela Paz. Atualmente, nas igrejas evangélicas a situação está quase completamente sob controle, tanto é que muitas delas não realizam mais reuniões e, até mesmo, renunciam a realizar os sínodos, obedecendo ao Decreto Lei da Junta n. 349, que veta à renovação dos conselhos de cidadãos e de outras instituições de direito privado (é o caso da Corporação Metodista Pentecostal do

Chile). Quanto aos protestantes “perigosos”, estes já foram expulsos do país ou estão na prisão.

Contra a Igreja Católica, começou-se a atacar as figuras mais progressistas através de cartas a jornais e artigos contra o cardeal Silva Henríquez, o bispo Aritzía, ultimamente também contra monsenhor Camus, secretário da Conferência episcopal e, ainda, contra vários sacerdotes considerados “não alinhados”. Contemporaneamente, foram amplamente divulgadas algumas iniciativas e declarações de bispos pró-Junta.

Falida a tentativa da Junta de induzir o Vaticano a remover do Chile o cardeal Silva Henríquez, os militares trabalharam, para que no interior do clero chileno predominassem os elementos pró-Junta. Inicialmente a hierarquia católica contribuiu para libertar os sacerdotes de esquerda, assinando um acordo em base ao qual os padres e religiosos implicados em “atividades políticas” não seriam julgados por tribunais militares, mas entregues aos seus bispos, os quais deveriam afastá-los do país. Deste modo, foram expulsos centenas de sacerdotes.

Em setembro de 1975, a Junta parecia ter alcançado o objetivo de impor-se ao episcopado. A Conferência Episcopal emitiu uma mensagem pastoral que, mesmo denunciando a violação dos direitos humanos e defendendo, até certo ponto, o pluralismo ideológico (inclusive o marxismo como instrumento de análise social), legitimava abertamente o golpe e o governo ditatorial. Este documento, amplamente divulgado pelas embaixadas chilenas no exterior, foi um alívio para o governo militar, sempre mais isolado em âmbito internacional.

Todavia, as relações entre o cardeal e o governo militar se deterioraram novamente, quando monsenhor Frenz foi proibido de retornar ao país. Provavelmente, foi para silenciar a reação interna e internacional, diante desta excepcional medida, que a Junta desencadeou uma campanha na imprensa contra monsenhor Camus, secretário da Conferência Episcopal, utilizando determinadas declarações suas para correspondentes estrangeiros em Santiago. Estas declarações, com avaliações negativas sobre a falência econômica e política do governo militar, haviam sido gravadas secretamente por um jornalista pró-Junta e puderam ser utilizadas pela imprensa governativa. O bispo Camus se viu obrigado a apresentar a sua demissão do cargo, mesmo se, com alguns meses de atraso, a Conferência Episcopal se pronunciou em sua defesa.

A Junta continuou fazendo pressões sobre a hierarquia para suprimir o Comitê pela paz até que, em dezembro de 1975, o cardeal Silva Henríquez a satisfizesse. Para acelerar a decisão contribuíram as prisões de muitos sacerdotes, religiosos e líderes cristãos do Comitê pela Paz, realizadas em novembro e dezembro. Isto demonstrou a fraqueza da hierarquia eclesiástica que quis evitar um confronto aberto com a ditadura militar.

Paraguai

No **Paraguai**, o general Stroessner, ditador absoluto do país há mais de 20 anos, pôde aplicar um sistema mais rápido. Após um longo período que pode ser definido como de abstencionismo, devido ao Concílio Vaticano II e, sobretudo, à Conferência Episcopal de Medellín, alguns bispos e outros religiosos tomaram uma postura mais avançada, e a Igreja mudou atitude, dirigindo-se para um confronto com o poder. Em 1970, o jesuíta Oliva, por ter assumido a defesa dos estudantes em greve, foi preso e expulso do país. Pouco depois foi suprimido o semanário cristão *Comunidad* e, mais tarde, o seu diretor, Gilberto Jiménez, teve que deixar o Paraguai. Seguiu-se um período de prisões, condenações e expulsões de sacerdotes e missionários paraguaios e estrangeiros. Um dos casos mais clamorosos foi a prisão do sacerdote uruguaio Monzón. Enviado ao Paraguai pelo arcebispo de Montevidéu, foi acusado por Stroessner de ser um “tupamaro” e foi submetido à tortura. Tudo isso levou, enfim, à excomunhão (recentemente retirada) do ministro do Interior e do chefe da polícia.

Nos anos sucessivos, não obstante continuassem as prisões e as expulsões de sacerdotes e, apesar de que uma campanha na imprensa oficial acusasse a Igreja de infiltração marxista, as relações entre Igreja e governo se restabeleceram com base na boa vizinhança. Stroessner, decidido a suprimir qualquer oposição, havia se posto o objetivo de controlar as ligas agrárias, única organização popular com uma certa autonomia em relação ao regime e na qual, há muitos anos operavam muitos sacerdotes.

O conflito eclodiu novamente em março de 1975, quando os militares ocuparam a comunidade camponesa de Jejui. Alguns membros da comunidade foram presos, a comunidade foi cercada pelas tropas e o bispo foi impedido entrar na comunidade. Ao que foi considerado um ataque direto à Igreja, responderam a Conferência Episcopal e a Federação dos Religiosos do Paraguai com uma vigorosa denúncia de violação dos direitos humanos, de corrupção administrativa, da deterioração da situação econômica e da perseguição sistemática à Igreja, esta última inexplicável na medida em que o governo do Partido Colorado e as forças armadas paraguaias professam abertamente o catolicismo.

Uruguai

O **Uruguai**, já invejado pela sua tranquilidade e pelo respeito das instituições, a tal ponto de ser definido a “Suíça latino-americana”, há alguns anos

está politicamente agitado. Após a crise econômica do final dos anos sessenta e o aparecimento dos guerrilheiros “tupamaros”, as massas populares se politizaram sempre mais. Em 1971, a esquerda se apresentou às eleições presidenciais reagrupada no *Frente Amplio*, alinhando todos os setores, dos progressistas até àqueles de extrema esquerda, sob a guia do general Liber Seregni.

O Frente foi derrotado e foi eleito presidente o atual mandatário Bordaberry, mas a esquerda demonstrou possuir força, inclusive eleitoral, para assustar a reação que imprimiu ao novo governo um caráter repressivo sempre mais áspero. A resposta decidida das organizações populares e a eclosão da guerrilha urbana foram seguidas por um golpe de Estado militar mascarado. Bordaberry permaneceu presidente e foi mantido um aparente respeito às instituições, mas o Parlamento foi silenciado, enquanto Liber Seregni foi preso. Desde então, a repressão foi aumentando, com prisões e torturas, censura contra a imprensa e supressão das liberdades civis.

Nesse contexto político, com algumas exceções, as igrejas do Uruguai podem ser definidas progressistas. É preciso lembrar a posição independente e enérgica assumida pelos cristãos uruguaios, os quais, em 1965 obrigaram o Vaticano a transferir para outra sede o bispo de Montevidéu, monsenhor Corso, considerado um conservador e ligado às classes mais ricas e a nomear, em seu lugar, o atual arcebispo Partelli, líder dos bispos progressistas.

A sua carta pastoral de 1967, na qual fazia uma análise crítica da realidade uruguaia, não havia sido todavia esquecida quando o arcebispo Partelli assumiu uma atitude decidida contra as torturas, enviando, em agosto de 1972, uma carta ao presidente. Bordaberry lhe respondeu pessoalmente reprovando a sua visita ao velório de oito comunistas (assassinados impunemente pelas forças de segurança) e o apoio dado a sacerdotes suspeitos de professar concepções marxistas (Ponce de León, Spadaccino, Monzón e outros). O governo chegou a pedir ao Vaticano a remoção do arcebispo e até agora insiste para que ele seja afastado de Montevidéu, onde representaria uma “ameaça para a segurança do Estado”.

Um caso análogo é aquele de monsenhor Mendiharát, da diocese de Salto, atualmente obrigado a permanecer distante do país, sob pena de prisão. As manobras do governo para obter a sua remoção do Vaticano faliram por causa do forte apoio que sacerdotes e cristãos de Salto deram ao bispo. Iniciado há alguns anos, após uma carta pastoral que incentivava as atividades sociais da Igreja e apoiava os padres operários, o conflito eclodiu em 1970, após a execução do agente da CIA Dan Mitrión pelas mãos dos tupamaros. O bispo se recusou em celebrar uma missa de sufrágio para Mitrión e, por isso, foi acusado de apoiar a violência.

Em 1972, foram presos sacerdotes e leigos da diocese de Salto. Baseando-se em confissões arrancadas à força, eles foram acusados de participar de “atividades subversivas”. Ultimamente a Conferência Episcopal e o núncio apostólico retiraram monsenhor Mediharat de suas funções e o obrigaram a deixar o país. Atualmente ele vive no exterior e não tem a possibilidade de retornar a Salto, ainda que o Vaticano não tenha decretado a sua substituição na diocese

Antes das eleições de 1971, alguns bispos uruguaios publicaram uma carta pastoral na qual se deixava aos cristãos plena liberdade de votar em qualquer partido, entre os quais o *Frente Amplio* que incluía, também, candidatos comunistas. Obviamente o fato foi muito mal recebido pelo governo que, até aquele momento havia baseado grande parte de sua propaganda política contra o *Frente Amplio* exatamente com o argumento religioso. Era necessária uma tomada de posição da Igreja, oficial e de claro dissenso e que foi pontualmente fornecida em uma carta do bispo de Maldonado, monsenhor Corso, publicada após a Conferência Episcopal. A carta, que condenava o comunismo e proibia aos cristãos de votar no *Frente Amplio*, teve, naturalmente, grande espaço nos meios de informação governativos.

Os anos de 1972-1973 foram um período de repressão antipopular e as igrejas uruguaias, sempre mais comprometidas na defesa dos oprimidos, foram duramente atingidas. Uma dezena de sacerdotes, quatro pastores, muitos religiosos, líderes e militantes de instituições cristãs foram presos e torturados. Entre os casos de sacerdotes perseguidos pelo regime é especialmente significativo aquele do padre Monzón, porque revela os laços internacionais estabelecidos entre as forças repressivas do subcontinente. Vigiado pelas autoridades, em 1971, o sacerdote se dirigiu a Assunção para participar da Conferência Episcopal Paraguaia; caiu numa emboscada preparada pela polícia local e foi ferozmente torturado. Foi necessária uma campanha internacional de protesto para trazê-lo de volta ao Uruguai. As circunstâncias da sua prisão demonstram que a polícia, paraguaia havia operado baseando-se em informações obtidas daquela uruguiaia.

Outra forma de ataque contra religiosos progressistas consiste em apoiar o clero pró-governativo quando entra em conflito com o próprio bispo. Por exemplo, o sacerdote Sghiria de Montevideú, que o bispo queria mudar de paróquia, foi defendido pela imprensa governativa e, em especial, pelo jornal *El País*. Do mesmo modo, quando o bispo de Salto se recusou em entregar o edifício do seminário aos notáveis locais, que queriam construir uma universidade privada e o cedeu, ao contrário, à Universidade Estatal, foi alvo de ásperos ataques de leigos que encontraram ampla publicidade na imprensa.

A repressão não poupou a igreja evangélica, que possuía certa consistência no país e era rica de uma notável elaboração teológica em todo o subcontinente. Os contratantes entre clero nacional e missionários estrangeiros foram instrumentalizados de várias maneiras: pastores de origem norte-americana denunciaram seus irmãos uruguaios por “atividades subversivas”, provocando a prisão ou a expulsão do país de um bom número de clérigos.

Brasil

Desde março de 1964, o Brasil vive sob uma ditadura militar instalada no poder com o pretexto de impedir a “subversão comunista” e graças ao apoio ativo do governo norte-americano, que interveio, sobretudo, por meio das organizações locais da CIA.⁸ Este regime nascido da violência assumiu características sempre mais fascistas, sobretudo, a partir da chamada “segunda revolução” de 1968, prosseguindo com a destruição sistemática das liberdades e da vida democrática. Dissolvidos os partidos políticos, a ditadura militar criou dois partidos, ambos de conveniência: um governativo (Arena) e outro de “oposição” (MDB). Dissolvida, também, a Central sindical e encarcerados os seus líderes, a ditadura exerce um severo controle sobre toda a atividade sindical, como sobre a imprensa, magistratura e assim por diante.

Uma nova legislação, definida “de exceção”, mas que, na realidade, é a norma, aboliu todas as garantias constitucionais, de modo que o arbítrio policial praticado com prisões ilegais, assassinatos e torturas é, de fato, prática de governo.

Após o golpe de Estado de 1964, a hierarquia católica brasileira havia respeitado a sua tradição de fiel aliada do reacionarismo, fornecendo aos militares a usual motivação ideológico-religiosa contra a “subversão comunista”. Já na preparação do golpe, setores cristãos de direita, habilmente manobrados pela CIA, haviam desempenhado um papel de agitação e se leva em consideração que o Brasil, estatisticamente falando, é o maior país católico do mundo, pode-se perceber toda a importância desta legitimação oferecida aos militares.

Algumas correntes minoritárias no interior da Igreja se opuseram à nascente ditadura e à solidariedade prestada ao regime pela hierarquia eclesiástica, mas, as relações de força não eram favoráveis a estas correntes e os seus animadores logo se encontraram na prisão ou na clandestinidade.

8 Ver, a propósito, as revelações contidas no livro “Inside Company”, de Philip Agee, ex-responsável da organização da CIA na América Latina.

Sistemáticas campanhas contra algumas ordens religiosas e personalidades individuais, que se opuseram à ditadura, permitiram ao regime, mediante acordo com os elementos católicos de extrema direita, de isolar as correntes progressistas e de reprimir duramente os seus membros, com a prisão, a tortura, o assassinato e a expulsão do país.

As correntes “progressistas”, ainda que minoritárias, expressavam aspirações enraizadas em largos setores do catolicismo brasileiro; assim, quando após 1970 se verificou uma importante mudança na atitude da Igreja Católica para com o regime militar (uma mudança significativa, tanto que muitos observadores falam hoje de um abismo insuperável entre os dois “poderes”), eles puderam retomar a sua influência. De fato, atualmente a Igreja brasileira aparece, sobretudo através da Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB), como uma força social capaz, se não de enfrentar sistematicamente o regime militar, pelo menos de opor-se em certos momentos. Isso acontece quando constrange o governo pedindo explicações sobre os numerosos prisioneiros políticos mortos sob tortura, mas, oficialmente declarados “desaparecidos”.

Órgãos oficiais da Igreja fornecem, frequentemente, sobre vários aspectos da situação brasileira, declarações esmagadoras para a ditadura. A Igreja não se limita mais, como tempos atrás, em denúncias de caráter humanitário por este ou aquele excesso do regime, mas desnuda o caráter profundamente injusto, antipopular do programa econômico e a utilização dos mecanismos de repressão jurídico-policial com o único objetivo de manter um regime de superexploração das massas populares para garantir o máximo lucro às sociedades multinacionais e à restrita oligarquia que detém o poder.

O regime militar, portanto, mudou a sua tática repressiva. Visto que prender e torturar os cristãos não deu os resultados esperados, procura, agora, impedir ao máximo as atividades da Igreja, por exemplo, fechando as emissoras de algumas dioceses com pretextos técnicos ou censurando os jornais católicos ou, ainda, promovendo campanhas de difamação contra os bispos mais ativos. Por exemplo, recentemente circularam no Brasil fotomontagens para difamar Dom Ivo Lorscheider, secretário geral da CNBB e o cardeal arcebispo de São Paulo, Dom Evaristo Arns.

Como fazem entender determinadas declarações “oficiosas” dadas por responsáveis dos órgãos repressivos, esta tática policial contaria com o apoio de alguns membros importantes da hierarquia católica, para não falar dos católicos de extrema direita. Quase para confirmar isso, no mesmo momento que o cardeal Arns celebrava, na catedral de São Paulo, um rito em memória de um jornalista morto sob tortura no edifício do Centro de Operações do II Exército,

o cardeal do Rio de Janeiro proibia a todo o seu clero qualquer rito religioso em benefício da vítima.

Em 1972, em ocasião do 25º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a CNBB aprovou, em sua assembleia geral, 19 proposições em relação à defesa destes mesmos direitos no Brasil. A seguir, multiplicaram-se as tomadas de posições regionais na Igreja. O cardeal Arns assinou, juntamente com outros bispos, um documento sobre a situação da classe operária no Estado de São Paulo, enquanto os bispos Dom Tomás Balduino (de Goiás) e Pedro Casaldáliga (de São Félix do Araguaia) assinaram uma declaração comum sobre as trágicas condições dos camponeses de suas dioceses, de significativo título: “Marginalização de um povo, grito das igrejas”. Tomados pelo mesmo impulso, 17 bispos do Nordeste (entre os quais Dom Helder Câmara, Antônio Fragoso e José Maria Pires, além de vários superiores de ordens religiosas) publicaram uma importante declaração em que se analisava a trágica realidade da situação brasileira. O governo não se limitou em vetar a publicação, mas sequestrou todas as cópias do documento na sede da tipografia dos beneditinos que a imprimiu. A declaração, assinada pelos bispos, ainda que confirmando os princípios da fé cristã, chegava a afirmar que o “processo histórico da sociedade de classe e dominação capitalista conduzem, fatalmente, à opressão de classe” e que, conseqüentemente, “a classe oprimida não há outro meio para se libertar que aquele de seguir um longo caminho, já iniciado, que leva à propriedade social dos meios de produção”.

Uma análise dos outros países latino-americanos (Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, países da América Central, incluindo o Panamá, República Dominicana, Haiti, Jamaica, México e Porto Rico, diretamente dominado pelos Estados Unidos) demonstraria como, nas diferentes condições econômicas, políticas e históricas de cada país, a maior estabilidade relativa das forças no poder determina entre estas e as igrejas uma relação diferente, que às vezes é de apoio recíproco, em outros casos de autonomia recíproca, feitas as devidas exceções a episódios específicos e momentos de luta política. Em outras palavras, se revelaria que aquele aspecto específico da tática imperialista que consiste em exacerbar as contradições internas das Igrejas latino-americanas está sendo levado a cabo com maior força e de forma mais sistemática nos países da parte meridional do subcontinente e no Brasil. Onde, ao contrário, encontram-se mais solidamente ao poder os governos militares e ditatoriais, serão as próprias igrejas que, adequando-se à situação, eliminarão do seu seio os elementos revolucionários e progressistas. Por outro lado, nos países em que o Estado e as classes dirigentes são bastante fortes para exercer, de qualquer forma, uma sólida hegemonia ideológico-política sobre a sociedade civil (como no caso

do México), os governos não sentirão a necessidade de intervir diretamente contra as igrejas para tornar mais agudas as contradições. A não utilização desta tática não significa, por outro lado, que não seja aqui também aplicada a mais tradicional tática do imperialismo, que consiste na infiltração e na utilização de “missionários” e outros religiosos.

Luta ideológica

Três temas fundamentais alimentam a campanha ideológica imperialista contra os cristãos progressistas: o anticomunismo, o nacionalismo classista e a reinterpretação dos “valores cristãos” por parte das forças armadas.

Embora todos os governos (à exceção daquele do Uruguai e México) declarem se inspirar numa concepção “cristã” em claro contraste com o marxismo, na sua prática **anticomunista**, acabam por assimilar a obra dos cristãos progressistas à luta pelo comunismo. A evolução doutrinária do cristianismo e do marxismo é negada com base na condenação do comunismo expressa por Pio XI à época de Stalin. Desta posição, que se auto-garante como “doutrina social da Igreja”, à legitimação “cristã” da repressão o passo é curto. Bastará sustentar que na origem de qualquer reivindicação econômica ou política, ou de simples defesa dos direitos humanos, exista um plano subversivo, manipulado pelo “comunismo internacional” e o jogo reacionário está feito. A base ideológica seria uma conclamada “visão cristã do homem e da sociedade”, fundada em posições filosóficas e doutrinárias cristãs, enquanto a realidade prática é uma completa inversão dessa visão. Basta lembrar o comunicado dos aviadores golpistas que, em 18 de dezembro de 1975, tentaram tomar o poder na Argentina ou, ainda, da precedente declaração de princípios feita pela Junta Militar chilena, ou mesmo as últimas elaborações de Golbery do Couto e Silva, ideólogo brasileiro da “subversão interna”. A análise demonstraria a coincidência entre ideologia predicada e a realidade violentamente imposta *manu militare* sobre as massas populares. O burguês se concebe como homem universal abstrato, que olha o explorado como a um não-homem. Tudo o que se opõe aos interesses da burguesia é, portanto, considerado desumano, começando pelo socialismo e pelo marxismo, que seriam desumanos enquanto contrários aos “valores humanos da pessoa”. A defesa dos interesses capitalistas e imperialistas se torna, assim, uma defesa do homem e o movimento popular, consequentemente, uma ameaça contra a humanidade.⁹

9 Esteban Torres. “A teologia da ditadura militar chilena”.

Outro tema utilizado na luta ideológica é aquele do **nacionalismo**, que se oporia às “doutrinas estrangeiras”, prontas para invadir países de tradição cristã e democrática. Neste contexto, torna-se “cristão” tudo aquilo que se distingue das doutrinas estrangeiras, e “democrático” qualquer regime (liberal, ditatorial ou fascista) que exclua a existência de regimes inspirados naquelas mesmas doutrinas. As igrejas deverão, então, ser “nacionalistas”, ou seja, defender a pátria ameaçada pela subversão marxista fomentada do exterior. De modo especial, as experiências revolucionárias de Cuba e da Unidade Popular no Chile são apresentadas como profundamente antinacionais.

Trata-se, naturalmente, de um conceito nacionalista coerente com aquela “visão cristã do homem” a qual acenamos. As classes dominantes na América Latina se identificam com a chamada Pátria-Nação. Como o burguês evita pensar o homem concreto, criado por Deus, do mesmo modo o sistema capitalista concebe a história como história do desenvolvimento das classes dominantes. Tudo o que é realmente popular, autóctone, proletário é, então, considerado estranho à “tradição nacional”. O que é popular se torna antinacional.

O terceiro tema é aquele da **reinterpretação do cristianismo** por parte dos militares e de seus ideólogos. Alguns regimes praticam, de fato, um pseudo-magistério cristão que se encarrega de redefinir a fé em suas implicações políticas, o que leva a um singular processo de teologização dos governos ditatoriais no momento em que as igrejas e, sobretudo, as hierarquias religiosas se proclamam “apolíticas”.

Na prática, temos os militares que condenam, em nome da religião cristã, ações políticas e ideológicas contrárias à ditadura, justificando os seus golpes de Estado como um serviço à própria religião, libertando o país de uma ditadura marxista. Basta pensar na “súplica” elevada a Deus por Pinochet no dia seguinte ao seu sanguinário golpe. Por outro lado, este discurso ideológico não é apoiado somente pelos governos militares, mas, às vezes, também pela Igreja. Numa declaração de setembro de 1975, por exemplo, os bispos chilenos legitimaram cristianamente *a posteriori* o golpe de 1973 e, desse modo, a cadeia de prisões, torturas, homicídios e miséria que se seguiu.

O argumento da defesa da doutrina cristã permite acusar como “comunistas” e “antinacionalistas” aqueles cristãos que procuram apoiar as aspirações populares no interior das igrejas, para marginalizar o clero progressista e atacar o seu prestígio. Especialmente grave é o ataque contra os missionários estrangeiros em países como o Peru, a Bolívia, a Venezuela, na América Central e, inclusive, no Chile, onde as vocações são escassas e a maioria dos sacerdotes vem do exterior. Alguns destes missionários terminam

por se comprometer nas lutas ao lado do povo, atraindo, desse modo, a fácil acusação de “fazer política”. Como contraventores à apoliticidade apregoada pela hierarquia, acusados de virem ao país “com o objetivo exclusivo de levar a Igreja em direção ao comunismo”, eles são submetidos a graves intimidações e, na primeira oportunidade, são expulsos.

Além de divulgar largamente estes temas ideológicos, graças aos milhões de dólares gastos para tal objetivo específico pela CIA,¹⁰ os governos ditatoriais controlam os meios de comunicação nas mãos das igrejas, reforçando a censura, discriminando os meios de informação incômodos e privilegiando aqueles conservadores, fornecendo “releases” oficiais e interpretações domesticadas dos fatos sobre todos os órgãos controlados pelo governo. Além disso, exigem a assinatura do autor sobre todos os artigos publicados, impõem o silêncio da imprensa sobre todas as notícias que se referem à repressão dos cristãos e das igrejas e assim por diante.

Assim se conseguiu a supressão de numerosos órgãos de imprensa cristãos: no Chile, foram proibidas as revistas *Pastoral Popular*, *Mundo 73*, *Política y Espiritu* (esta última da Democracia Cristã) e outras. No Uruguai, a revista *Víspera*, difundida em todo o continente, com o pretexto que recebia ajuda das organizações episcopais alemãs Misereor e Adveniat. Foi, ainda, suprimido no Uruguai o *Mensajero Valdense*, ligado à comunidade protestante de Colônia. Na motivação da medida, o governo uruguaio acusa o Conselho Mundial das Igrejas de instigar a subversão na América Latina, através de Phillip Potter, que seria um conhecido agente comunista. Na Argentina foi suprimida a revista de esquerda *Cristianismo y Revolución*. Mais tarde, a revista de grande circulação *Familia Cristiana* foi objeto de ameaças por parte da “Tripla A”, com o objetivo de obrigar a diretora e uma colaboradora a deixar o país. No Paraguai, foi vetada a publicação do semanário teológico *Comunidad*; o sacerdote Gilberto Jiménez, diretor desta publicação, ainda hoje é proibido de retornar ao país.

Na Bolívia, as emissoras católicas “Siglo XX” e “Pio XII”, fechadas pelas autoridades em janeiro de 1975, ainda não foram reabertas, apesar das promessas do governo.

No Chile, a rádio democrata cristã “Dalmaceda” foi silenciada diversas vezes e se encontra, ainda, sob controle da Junta Militar. Além disso, o canal televisivo da Universidade Católica (no período de Allende dirigido pelo sacerdote Hasbún, muito crítico do governo de Unidade Popular) está, agora, nas mãos da Junta.

10 Ver, a este propósito, no relatório sobre a CIA, apresentado ao Senado dos EUA, o amplo financiamento assegurado ao *Mercúrio*, principal jornal chileno.

Outro método largamente utilizado contra os cristãos progressistas é aquele de falsificar as notícias. No Paraguai tentou-se desacreditar o padre Bellini, relator do Tribunal Russell II, afirmando que as ligas camponesas, por ele dirigidas, mantinham contato com a organização de extrema esquerda argentina ERP. Outro caso é aquele de monsenhor Camus, secretário da Conferência Episcopal Chilena, cujas declarações foram propositadamente referidas de modo distorcido, para dar a impressão de que no Comitê pela Paz existiriam infiltrações marxistas, com o objetivo de desacreditar a obra pastoral das igrejas no país. Existem, ainda, numerosos outros exemplos de “confissões” e “declarações” arrancadas com a força ou deliberadamente deturpadas pela polícia. No Brasil, como já se viu, chegou-se a construir fotomontagens para difamar conhecidos progressistas cristãos.

Procura-se, também, controlar de vários modos a educação promovida nas escolas cristãs e nos centros pastorais de ação social das igrejas: no Brasil, no Chile e no Uruguai o controle externo sobre a educação se torna sempre mais duro. O jornal Washington Post denunciou este tipo de intervenção no caso do Chile, enquanto a Comissão do Senado norte-americano revelou como a infiltração da CIA no Instituto de Economia da Universidade Católica do Chile obteve apoio técnico da Universidade de Chicago, em especial, do atual especialista econômico da Junta Militar, Milton Friedman e de alguns de seus estudantes.

Outras formas de controle ideológico são realizadas através das escolas de língua para os índios das regiões do interior (como confirmou monsenhor Lambaren, bispo auxiliar de Lima), ou através de grandes emissoras, como a rádio Evangélica de Quito e a conhecida escola radiofônica católica “Sutatenza”, consideravelmente financiada para difundir a propaganda pró-americana, ou mediante centros de pesquisa como o DESAL, dirigido pelo jesuíta belga Vekemans personagem muito equívoco.

Outras formas de luta ideológica são impostas pela campanha de controle de natalidade, ou mais exatamente, para a esterilização feminina forçada (denunciada por vários bispos da América Latina e, sobretudo, em Porto Rico, mas, recentemente iniciada, também, no Chile) e por certas tentativas colocadas em prática pela CIA para o condicionamento social e cultural de inteiras populações. É um fenômeno ainda pouco conhecido, mas o alarme soou após algumas revelações sobre novas técnicas psicológicas experimentadas à custa de populações autóctones para sufocar a guerrilha nas Filipinas. Aqui o general Lonsdale teria elaborado métodos de “guerra psicológica” muito eficazes, baseados na exploração de sentimentos religiosos, de componentes emocionais e, também, de autênticas superstições para condicionar uma resposta política das massas.¹¹

11 Ver: Marchetti – Marks, “The CIA Diary”.

No caso da América Latina, a contribuição das mulheres e dos cristãos foi determinante em, pelo menos, três golpes de Estado: no Brasil, em 1964, quando a componente religiosa (o “Rosário em família” de Padre Peyton, a devoção mariana e o anticomunismo visceral) obtém resultados de mobilização de massa. Na Bolívia, em 1971, quando em Santa Cruz, polo do golpe de Banzer, os católicos foram arregimentados com as “jornadas religiosas” do jesuíta Amcusa e com as procissões da Virgem. Enfim, no Chile, onde a ofensiva reacionária foi inaugurada com a “marcha das panelas vazias” das burguesas de “barrio alto” de Santiago, seguidas, mais tarde, pelas mulheres dos oficiais, com manifestações de massa que contribuíram à queda do comandante em chefe das forças armadas, general Prats e à ascensão de Pinochet. No caso chileno, o fator religioso foi menos importante, apesar de terem sido distribuídas imagens da Virgem com preces de inspiração anticomunista, enquanto alguns sacerdotes lançavam apelos reacionários às massas populares. À queda do governo de Unidade Popular contribuirá, de modo decisivo, a oposição da Democracia Cristã, largamente presente nas classes médias, entre as mulheres e com uma forte presença no clero, combinada à ação dos cristãos de direita e ao apoio dos órgãos de informação por eles controlados.

A constante presença da CIA em todas estas campanhas é suficientemente comprovada. Nestes últimos anos, o rápido desenvolvimento de novos movimentos cristãos de tipo carismático e a proliferação de seitas, como aquela das Testemunhas de Jeová, dos Mórmons e outras, sempre com consideráveis recursos materiais, faz-nos pensar em uma ação coordenada pelo imperialismo para conter a revolta das massas oprimidas, inclusive através de todos estes condicionamentos sociais e culturais. É significativo, também, que no Chile, após o golpe, observe-se o aumento de certa religiosidade supersticiosa que se manifesta na “aparição” de Cristo chorando, ou em “milagres” concedidos a crianças. As relativas notícias são, sistematicamente, noticiadas nas primeiras páginas dos jornais.

Repressão policial

Na **Bolívia** não somente foram destruídas muitas casas de religiosos e paróquias, mas chegou-se a revistar residências episcopais, como no caso de monsenhor López de Lainz de Corocoro e dos bispos de Santa Cruz e de La Paz.

O violento ataque à casa dos padres oblatos das minas de Catavi, durante o qual foram presos cinco sacerdotes, provocou um tamanho protesto que as autoridades se viram obrigadas a recomendar “a não destruição de casas de religiosos”. Assim, os sacerdotes Eric Wassaige e Jorge Wayreille, de “Justiça e

Paz”, foram presos e expulsos secretamente, com uma medida publicada somente depois de cumprido o ato. Sucessivamente, foram expulsas três freiras que realizavam a sua obra no Altiplano e acusadas, segundo as palavras do primeiro ministro boliviano, de serem nada menos que “instigadoras de um grande plano subversivo, destinado a derrubar três regimes ditatoriais no Cone Sul”.

Na **Argentina** os casos de prisão de sacerdotes e dirigentes cristãos aumentaram muito nos últimos meses. A organização terrorista “Tripla A” ameaçou bispos e sacerdotes conseguindo que alguns deles, como monsenhor Podestá, abandonassem o país. Mesmo monsenhor Pironio, presidente da CELAM e o presidente da Conferência Episcopal, monsenhor Angelelli, sofreram ameaças.

Em Bahía Blanca um sacerdote perdeu a vida durante um ataque armado por elementos de direita contra o Colégio Tecnológico “João XXIII”, da Congregação Salesiana. Alguns dias depois, foi incendiada uma casa paroquial, certamente obra de terroristas de direita.

Em novembro de 1975, o sacerdote francês S. Renovot foi preso em Formosa sem acusações precisas. Contemporaneamente, em Nequém, foram presos e torturados um sacerdote e alguns cristãos que operavam na localidade de Malleo.

Enquanto o bispo de San Martín (província de Buenos Aires) denunciava o desaparecimento de José Palácios, líder do Movimento Operário de Ação Católica, em Buenos Aires era anunciada a prisão do padre Omar Dinelli, capelão do cárcere de Sierra Chica. O bispo de Goya (província de Corrientes) denunciava, por sua vez, a prisão de dois sacerdotes (os padres Jorge Torres e Diego Orlandini) durante um mês.

Enquanto na Argentina houve, até então, somente uma expulsão (aquela de um padre jesuíta de Mendoza que, após a prisão, foi obrigado a deixar o país), no Paraguai as expulsões são especialmente numerosas. Além do padre jesuíta Oliva (a quem foi retirada, inclusive, a cidadania adquirida há alguns anos), foram expulsos o jesuíta Luis Carabias e vários outros sacerdotes paraguaios. Em abril de 1975, foi a vez de alguns franceses.

Na **Colômbia**, em 1972, foi encarcerado o padre Jaime Santander, que operava entre os camponeses de Barranquilla. Em 1973, atendendo a solicitação de latifundiários, foram expulsos três sacerdotes do Instituto espanhol “San Francisco Xavier”. Os outros 68 sacerdotes da mesma ordem ainda residentes na Colômbia são continuamente ameaçados de expulsão.

Em 1974, foi preso o padre Díaz, de Barranca Bermeja, que desenvolvia a sua ação pastoral entre os operários de uma refinaria de petróleo. Em Huila, foi encarcerado o sacerdote Jorge Valenzuela, que tentava fundar

empresas comunitárias. Após a intervenção do jesuíta Vicente Andrade, ligado à UTC (organização sindical pró-governativa e de tendência conservadora), padre Valenzuela foi impedido de continuar as suas atividades pelo bispo.

Recentemente, foi preso pelo DAS (Departamento Administrativo de Segurança) e atingido pelo decreto de expulsão o sacerdote italiano Domenico Framarin, pároco do povoado de Palermo (departamento de Boyacá), sob acusação de “interferência política”. Uma semana antes, a mesma medida atingiu Giorgio Bissoni Battistini, outro sacerdote italiano que desenvolvia a sua obra pastoral no refinaria de açúcar de Río Paila (departamento do Vale do Cauca). As expulsões foram, posteriormente, suspensas graças a um forte protesto de bispos e outras personalidades colombianas. Outros casos do mesmo tipo foram registrados em Cartagena, Antioquia e no sul de Cauca.

Também na **Venezuela** houve casos de expulsão, entre eles o do padre belga François Wuytak em 1974.

No **Chile**, a ditadura militar desencadeou desde o início uma repressão violentíssima, prendendo numerosos sacerdotes e cristãos, destruindo paróquias e conventos, assassinando muitos fiéis, como foi amplamente documentado num relatório do Comitê pela Paz.¹² Caíram os sacerdotes Juan Alsina (fuzilado pelos militares em Santiago), Miguel Woodward (morto sob tortura em Valparaíso) e Gerardo Poblete (salesiano de Iquique, preso num colégio de sua congregação e também ele morto devido às torturas).

No final de 1973, com base nos preexistentes serviços de informação das forças armadas chilenas e com a colaboração técnica da polícia brasileira, foi constituída a DINA, uma feroz organização repressiva que começou a operar com ordens diretas do general Pinochet. Já que, desde o início o governo militar, tinha fechado um acordo com o cardeal de Santiago, estabelecendo que os sacerdotes e religiosos “comprometidos na política não seriam processados, mas entregues aos respectivos bispos, com o compromisso de afastá-los imediatamente do país nos meses sucessivos ao golpe mais de 150 pessoas, ou seja, a parte mais combativa do clero progressista, foram obrigadas a deixar o Chile. Alguns deixaram o país depois de terem sido presos e entregues às autoridades eclesiásticas, como, por exemplo, os religiosos holandeses do Sagrado Coração de Jesus, cujo superior foi preso por vários dias; outros abandonaram o país devido às pressões de seus superiores. Em grande dificuldade se encontraram os líderes de “Cristãos para o socialismo”, na medida em que, três dias após o golpe, os bispos chilenos condenaram o movimento, deixando-os indefesos diante do governo. Além disso, o então

12 Ver: “Chile, relatório secreto”, Coines, Roma, 1976.

secretário da Conferência Episcopal chilena, monsenhor Oviedo, enviou uma carta às Conferências Episcopais de toda a América Latina e de outros países, negando que no Chile houvesse qualquer repressão contra a Igreja. Segundo ele, os expulsos eram apenas alguns padres politicamente de esquerda, enquanto as forças armadas haviam salvado patrioticamente o Chile do caos econômico e político. Oviedo, cuja carta revelava, além do oportunismo, uma notável ingenuidade, foi, posteriormente, deposto do cargo.

Uma segunda fase repressiva iniciou em abril de 1974, quando eclodiu um conflito aberto entre os militares chilenos e a Igreja. Foram destruídas diversas paróquias acusadas de serem “centros de resistência”, entre as quais a de Penalolén, dos padres da Santa Cruz (os religiosos Martín Gárate, Diego Irrarázabal e Mauricio Loberde, acusados de pertencerem ao MIR, tiveram de deixar o país). Foi destruído o Centro Teológico Evangélico da avenida Matta e foram presos o teólogo Joel Gajardo, da Igreja Presbiteriana, outro seu colega da Igreja Metodista e alguns estudantes. Após um período de detenção os dois pastores foram expulsos. Entre os tantos outros obrigados a deixar o país destacam-se o teólogo Rolando Muñoz e o filósofo jesuíta Arturo Gaete.

O acordo entre bispos e militares permaneceu em vigor por muito tempo, até que o sacerdote Mariano Puga, de um bairro popular de Santiago Oeste, recusou-se a ser entregue ao próprio bispo e pediu para ser processado como qualquer outro chileno. Para evitar o processo, interveio Pinochet em pessoa, que, enfim, acordou-se com o cardeal para que Mariano Puga permanecesse longe do país, pelo menos por dois ou três meses. O sacerdote, de fato, retornou a Santiago no final de 1974, mas, em 1975, foi novamente preso por alguns dias por causa de um sermão realizado na paróquia reconstruída.

Durante o ano de 1975, foram encarcerados alguns pastores protestantes de Iquique, depois libertados com o chamado “indulto de Natal”. Um estudante leigo, responsável nacional do Movimento Internacional dos Estudantes Cristãos, em dezembro de 1975 ainda permanecia no cárcere.

Contemporaneamente, foi deflagrada uma campanha jornalística contra o Comitê pela Paz e contra os bispos Ariztía, Frenz, Camus e o cardeal Silva Henríquez pelas declarações destes à imprensa estrangeira. Em setembro de 1975, começaram a ser presos os funcionários do Comitê pela Paz, a secretária Virgínia Ocaranza, apesar de estar grávida de alguns meses e o advogado Zalaquett, diretor de uma seção do Comitê. As prisões aumentaram após a expatriação clandestina de alguns dirigentes do MIR, do qual o ministro do Interior acusou formalmente diversos religiosos. Desse modo, foram presos Rafael Maroto (padre operário e ex-vigário episcopal de Santiago, companheiro de trabalho de Mariano Puga), Patricio Gajardo (sacerdote membro do Comitê

pela Paz) e o seu assistente Loreto Pellicier, a funcionária Betty Walker e os sacerdotes da Santa Cruz Gerardo Whelam (de nacionalidade chilena), Philip Devlin e Pamfroad (norte-americanos), juntamente com seus superiores provinciais Fermín Donoso, a religiosa Helen Nelson e a Dra. Cassidy, cidadã inglesa. Os jesuítas Fernando Salas (ex-secretário do Comitê pela Paz) e Patricio Cariola (superior do Centro “Belarmino” e representante do cardeal no Comitê pela Paz) tiveram, por sua vez, que se entregar ao Ministério do Interior.

Todos os presos se recusaram decididamente a abandonar o país, como desejava a Junta e solicitaram um processo regular. Depois, quando o governo pediu, oficialmente a dissolução do Comitê pela Paz, os bispos chilenos e, à frente deles, o cardeal Silva Henríquez, apoiados por uma vasta campanha de solidariedade internacional, opuseram-se decidindo passar ao contra-ataque: recusaram-se em celebrar uma missa no templo votivo de Maipú, durante uma cerimônia em que havia sido publicamente anunciada a presença da Junta Militar completa. Monsenhor Valech, vigário geral de Santiago, declarou como falsa a versão dada pelo Ministério do Interior sobre os fatos ocorridos na casa dos padres de Santa Cruz, onde foram presos a Dra. Cassidy e o sacerdote Gerardo Whelam, segundo a qual a DINA haveria atacado a casa para expulsar alguns franco-atiradores. Na realidade, os policiais de Pinochet entraram disparando furiosamente e matando uma inerte empregada que saiu para ver o que estava acontecendo. Naturalmente não fora encontrado nenhum franco-atirador.

A prisão de tantos sacerdotes se revelava, todavia, contraproducente para a Junta que, então, tentou agradar a Igreja anistiando, no Natal de 1975, uma centena de presos políticos.

Aceitando a dissolução do Comitê pela Paz, no final de dezembro, os bispos participantes na Conferência Episcopal decidiram continuar a obra humanitária através das estruturas diocesanas, fórmula que, naturalmente, não possui a ressonância do Comitê pela Paz, ainda que, de qualquer modo, contribui para criar na opinião pública internacional uma atitude desfavorável à Junta. Na ocasião, o Papa Paulo VI enviou ao cardeal Silva Henríquez um telegrama (que no Chile não foi tornado público) para exortá-lo a prosseguir na obra empreendida. Ocorreu, posteriormente, a libertação da Dra. Cassidy, obtida após as fortes pressões do governo britânico, que chegou a chamar o próprio embaixador em Santiago. Quando voltou à Inglaterra, a Dra. Cassidy revelou ter sido submetida a ferozes torturas e que estas práticas, no Chile, tinham um caráter sistemático, organizado e de massa. O ministro das Relações Exteriores britânico anunciou que transmitiria todos os dados do caso à Comissão para os Direitos Humanos das Nações Unidas, a qual já havia condenado, em várias ocasiões, os excessos da Junta chilena.

No **Uruguai**, onde as igrejas são estreitamente vigiadas e controladas pelo governo, após a execução do agente Dan Mitrone, em agosto de 1970, tiveram algumas das suas sedes destruídas, onde se reuniam grupos de meditação cristã da diocese de Salto. Tentou-se convencer a opinião pública que aqueles grupos de meditação faziam política e que o próprio bispo conspirava junto com eles. Contemporaneamente foram assaltados dois edifícios de obras sociais, um centro de saúde e duas capelas.

Em 1972, o bispo de Treinta e Tres, monsenhor Cáceres, denunciou que dois sacerdotes da sua diocese haviam sido presos e torturados. Não podendo difundir esta notícia no Uruguai, o bispo recorreu à agência peruana “Notícias Aliadas”. No mesmo ano, foi preso padre Spadaccino, durante uma incursão policial na sede da revista *Vispera*, suprimida em 1975 sob a acusação de realizar “propaganda subversiva” e de hospedar em sua sede o Movimento Internacional dos Estudantes Cristãos.

Em abril de 1975, foram presos o superior provincial dos jesuítas, Carlos Meharu, além dos padres Juan Medina e Luiz Pérez. Além disso, foi destruída a sede da Ordem. No mesmo ano, foram expulsas quatro religiosas dominicanas, três das quais argentinas e uma chilena. Foram, também, presos o sacerdote italiano Pier Luigi Mergione e o espanhol Carlos Fernández.

A repressão contra as igrejas protestantes é pontuada por fatos não menos graves. Em 1972, Julio de Santana e Julio Barreiro, ambos ligados à Universidade e dirigentes da ISAL – movimento ecumênico de grande importância continental até o início dos anos de 1970, foram presos várias vezes e tiveram que deixar o país. Outro ataque atingiu a comunidade valdense da região camponesa de Colônia, cuja obra pastoral se irradiava em todo o país. A revista *Mensajero Valdense*, acusada de ser um órgão subversivo, financiado pelo Conselho Mundial das Igrejas, foi fechada em 1975.

Além disso, foi preso e torturado Juan Artola, líder do movimento Mundial dos Estudantes Cristãos (MEC), organização que o governo uruguaio pretende colocar na ilegalidade. Atualmente, a ditadura uruguaia intensificou o controle sobre a Igreja Católica, fichando e perseguindo os dirigentes, exercitando controles sobre a catequese, sobre a nomeação dos professores, dos diretores dos colégios católicos, etc. A última carta pastoral dos bispos uruguaiois, que pedia “uma ampla e geral anistia para os presos políticos”, pôde ser publicada somente depois que os bispos aceitaram de modificar o texto. Em um documento análogo, enviado em 07 de outubro de 1975, pelo bispo de Minas, monsenhor Edmundo Quaglia ao general Gregorio Alvarez, comandante da IV Região Militar, denunciavam-se os “procedimentos arbitrários utilizados pelas forças armadas” que “atingiram, a liberdade e a dignidade” de pessoas

ligadas à Igreja. Dizia-se, ainda, que “dos vários procedimentos arbitrários utilizados pela polícia e pelo exército de Minas contra a Igreja, nenhum, até o momento, parece justificado. Portanto, é clara a intenção persecutória, já que se usam os mesmos métodos adotados por regimes inspirados numa ideologia da qual se pretende querer nos libertar”. O bispo prosseguia protestando contra a prisão arbitrária de um sacerdote e de um grupo de jovens do departamento da Valleja (província de Minas), submetidos a maus tratos e a pesados interrogatórios a fim de que denunciassem os sacerdotes Roca e Remón como “instigadores comunistas e subversivos”.

No **Brasil**, nos anos de 1970, houve uma mudança no interior da hierarquia e da Igreja Católica. O regime militar, que se proclamava (e continua a proclamar-se) “cristão” se encontrava em uma situação delicada, não podendo reprimir com os métodos habituais tantos bispos e líderes católicos. As medidas repressivas assumiram, então, outra forma: em princípio se desenvolveu uma política de lisonja em relação à Igreja Católica e das outras igrejas, anunciando que todos os presos políticos cristãos (fossem sacerdotes, religiosos ou leigos) seriam libertados e, com efeito, ocorreram algumas libertações de cristãos. Mas, logo apareceu o caráter demagógico das promessas de “libertação” feitas pelo governo Geisel, como também as tentativas de diálogo entre expoentes governativos e personalidades eclesiais. A “campanha de lisonja” deixou, assim, o lugar às ameaças, veladas ou menos, contra bispos como Ivo Lorscheider, Helder Câmara, Paulo Evaristo Arns e Pedro Casaldáliga, passando, posteriormente, aos fatos. Em setembro de 1975, o Tribunal Militar de Brasília condenou a um ano de reclusão o padre Gerson da Conceição, acusado de ter promovido a subversão em Cachoeiras dos Macacos (no estado do Rio de Janeiro), quer dizer de ter “recrutado paroquianos e camponeses para a luta armada”! As medidas de expulsão continuaram, como contra o sacerdote francês François Jenfel, residente no Brasil há anos.

Uma ameaça de expulsão pesa, também, contra monsenhor Pedro Casaldáliga, de nacionalidade espanhola, grosseiramente atacado pela rede de televisão Globo, do Rio de Janeiro.

Numerosos brasileiros cristãos, incluindo sacerdotes e religiosos, vivem no exílio, um exílio que para alguns dura desde o golpe de Estado de março de 1964. Para eles não está prevista qualquer anistia ou “libertação”. Ao contrário, aproveitando de sua distância, o regime militar condenou muitos deles a penas de detenção. Em março de 1975, dois dominicanos no exílio desde 1970 foram ambos condenados a quatro anos de reclusão e a dez anos de privação dos direitos políticos num processo que envolvia 137 pessoas. Nos atos publicados pelos jornais, não se acenou nem sequer ao fato de que os condenados eram dominicanos. Para al-

guns dos refugiados políticos brasileiros foi vetado o retorno ao país para sempre. É o caso da religiosa Maurina Borges da Silveira e do dominicano Tito de Alencar, este último morto na França em 1974, com 29 anos de idade.

Desde 1964, os próprios acontecimentos levaram a Igreja Católica brasileira de uma posição colaboracionista à crítica, senão à oposição resolvida. Única instituição, até agora livre do controle do regime militar, desempenha um papel de “suplência política” em todo o país. Falando numa cerimônia em memória de um jornalista assassinado pela polícia e diante de um público composto, em boa parte, por não crentes, o cardeal Arns disse, entre outras coisas: “Chegou a hora de nos unirmos por aqueles que querem olhar seus irmãos nos olhos e serem dignos da luz que desmascara o falso. A esperança está na solidariedade. Neste momento o Deus da esperança nos chama à solidariedade e à luta pacífica e vigorosa”.

Por sua parte, numa entrevista concedida ao jornal O Estado de São Paulo, o coronel Antonio Erasmias Dias, secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, disse abertamente que o Brasil se encontra em estado de guerra interna: “Estamos em guerra, esta é a questão. E é a pior das guerras porque é uma guerra subversiva”.

A resposta dos cristãos

Parece evidente que existe uma onda repressiva de amplitude sem precedentes neste século em toda a América Latina e, sobretudo, nos países do Cone Sul, fenômeno que acompanha uma crise econômica e política especialmente visível em países antes relativamente prósperos e sólidos como a Argentina, o Chile e o Uruguai. Este não é o lugar para analisar a relação entre a onda repressiva e o fato de que o capitalismo multinacional sofreu, ultimamente, uma profunda recessão e uma série de contradições que não podem ser entendidas como limitadas ao campo econômico. Existem sintomas inequívocos de crise social e política do imperialismo que, pela sua própria lógica, deve acentuar a exploração das nações do chamado Terceiro Mundo e resolver uma crise de domínio das classes dirigentes nestes países.

Esta repressão não poupa as igrejas de vários países, contra as quais o imperialismo não aplica novas táticas de infiltração e manipulação, mas intervém duramente para eliminar os setores progressistas que, defendendo os direitos humanos sufocados, de fato, opõem obstáculos políticos à realização dos planos de dominação sobre o continente.

Por outro lado, é evidente que a evolução para a esquerda de numerosas forças políticas latino-americanas nos anos 60 corresponde a um

processo análogo no interior das igrejas. Nasceram naqueles anos, no Brasil e na Colômbia, os primeiros grupos cristãos de esquerda. Em 1966, cai em combate o sacerdote Camilo Torres, animador da guerrilha na Colômbia. Em 1968, realiza-se a Conferência Episcopal de Medellín, após a qual amadureceram, no interior das igrejas, posições anti-imperialistas e se formaram movimentos sacerdotais (ONIS, Terceiro Mundo, Golconda), alinhados em posições socialistas. Mais tarde nascem outros movimentos cristãos comprometidos com as reivindicações sociais e políticas dos operários e dos camponeses. No Chile, por exemplo, muitos cristãos operaram ativamente nos partidos que apoiaram a Unidade Popular.

Parece que os numerosos movimentos e grupos cristãos progressistas fizeram uma escolha definitiva ao lado dos movimentos operários e camponeses. A autenticidade desta escolha é confirmada pelas prisões, pelas torturas e pelo sangue de muitos cristãos revolucionários, incluindo sacerdotes e religiosos.

Por outro lado, o controle das classes dominantes sobre a sociedade civil não é mais incontestável. Poucas são as nações que parecem fugir desta realidade: o México, a Venezuela, a Costa Rica e, talvez, a Colômbia. Nos outros países, as classes dominantes, perdido o consenso popular que legitima o Estado liberal e não mais capazes de manobrar constitucionalmente as massas, devem exercer uma dominação violenta. A eles não resta que recorrer ao órgão repressivo por excelência, o exército e tentar controlar os órgãos ideológicos capazes de conferir alguma legitimidade à repressão.

A Igreja, que tem um forte peso social na maioria dos países latino-americanos, pode ser precisamente um órgão legitimador; aliás, em muitos casos é o único ou o principal. Daí a importância de controlar as igrejas em países nos quais a religião permanece viva entre as massas.

É preciso ver até que ponto as igrejas latino-americanas sejam capazes e estejam dispostas a fazer o jogo das classes dominantes e a submeter-se a elas: na América Latina as igrejas são atravessadas por fermentos e contradições. No seu seio coexistem setores conservadores e integristas, mas, também, setores reformistas e, até mesmo, fortes grupos de esquerda. Não se pode, além disso, confundir as hierarquias eclesiais e os teólogos (que podem elaborar teologias diferentes, mais ou menos avançadas), com as forças mais ligadas às massas populares, que, então, professam uma religiosidade menos intelectual e mais vital e afetiva.

O povo latino-americano que, em sua grande maioria, é crente e que, em geral, considera bispos e sacerdotes como representantes de Deus, segue uma prática bastante distante das normas das teologias oficiais. A religião popular é objetivamente influenciada, também, pela ideologia do proletariado, através dos

movimentos operários e camponeses muito fortes em alguns países, bem como pela sobrevivência de elementos religiosos autóctones e de uma consciência popular transmitida de geração em geração.

Não é fácil, nem sequer, especificar o papel ideológico das igrejas nas sociedades latino-americanas porque, sobretudo, após a Conferência de Medellín, surgiram teologias críticas em relação ao capitalismo e ao imperialismo, que recusam as posições mediadoras dos democratas cristãos. Estas teologias críticas (por exemplo, a Teologia da Libertação) são apoiadas por sacerdotes, pastores e teólogos politizados através do contato cotidiano com os operários e os camponeses. A força ideológica destas correntes, por enquanto minoritárias, tende a aumentar na medida em que as classes dominantes recorrem à repressão “selvagem”.

É preciso ainda levar em consideração que o conteúdo ideológico do Evangelho, em suas normas e em seus princípios, contrasta com a ideologia dos governos repressivos. Originariamente, o Evangelho, do ponto de vista sociológico, foi uma doutrina de libertação, uma ideologia das classes oprimidas do Império Romano. Assim, na América Latina existem hoje setores significativos de cristãos que lutam ao lado dos não crentes contra a injustiça social.

POSFÁCIO

Desde os subterrâneos ao ar livre da história

Este posfácio é como a história de um longo sonho, vivido com os olhos arregalados de espanto, doçura, dor, nostalgia infinita pela tristeza de noites sem fim, a surpresa de muitas madrugadas inesperadas, a alegria de reconhecimentos e reencontros, o cansaço de tantas esperanças que murcharam, a paciente-impaciência de poder caminhar em estradas abertas para o futuro: mas sobretudo pela gratidão de possuir uma memória que pode ser entregue como garantia e, ao mesmo tempo, como uma aventura a ser vivida, com olhos ainda mais abertos, em um mundo-tempo que não se podia imaginar tão diferentes – às gerações que possam ser responsáveis por novos sonhos, mas fiéis às raízes profundas do sonho do qual este livro relata as origens de pesadelo e, ao mesmo tempo de dignidade total.

A história-crônica destes quarenta e cinco anos – desde que eu tive que migrar de uma história que afundava nos seus subterrâneos – foi contada muitas vezes e por tantas pessoas, e certamente não precisa ser retomada e resumida ou comentada.

O presente dos antigos subterrâneos é interpretado e vivido hoje por um País e por pessoas que foram os seus moradores, no ar aberto, tumultuado, cheio de contradições e horizontes que parecem sempre à disposição, mas somente para obrigar a caminhar com lucidez e desencanto. Para este presente que se constrói dia a dia, difícil, além das muitas promessas e esperanças – porque os interlocutores e os desafios são sempre novos, diferentes –, um posfácio que vem de tão longe só pode desejar de não se cansar, de ousar muitas novas perguntas, pelo menos, tantas quantas são as respostas já dadas.

Eu adoraria, para que este desejo fosse real, como uma contribuição para o futuro, preencher este posfácio com todos os nomes, rostos, histórias pessoais e coletivas, das mulheres e homens que são os verdadeiros protagonistas e autores: de muitos e muitas que vivem o presente e imaginam, contra qualquer atraso o fracasso, um futuro de dignidade.

As páginas do posfácio se tornariam longas e belas, entrelaçado de alegria e dor. Seria um reencontrar-se, reconhecer-se, contar e agradecer um ao outro por tudo aquilo que – de perto e de longe, direta ou indiretamente – nós nos doamos através dos mais diversos modos em que tentamos manter-nos fiéis

ao sonho, pouco provável, mas certo, de defender, criar, imaginar sempre novos espaços de uma vida com dignidade, como bem comum, de acesso livre.

Gostaria especialmente que os nomes e rostos que queria que este posfácio fizesse presentes e entregasse ao futuro – como uma garantia de uma coerência feita de descobertas que não têm medo de ousar demais na luta pelos direitos humanos e dos povos – não fossem apenas, nem mesmo principalmente os das mulheres e dos homens que a história e o seu profetismo tornaram visíveis. Eu quero lembrar e desejo agradecer especialmente aqueles/as, infinitamente mais numerosos/as, que tiveram como destino ser sementes, que se “perderam” – tantas vidas Severinas – nas terras duras e violentas de tantos sertões e favelas, subterrâneos da história a céu aberto.

Foi a necessidade de dar um nome, um corpo, uma presença indelével a essas pessoas-multidões que gerou as sessões do Tribunal Russell II da década de 70. Foi a mesma necessidade que conduziu, ao longo dos anos, às sessões do Tribunal Permanente dos Povos, nas quais um Brasil-em-caminho esteve presente e foi protagonista de várias maneiras: com relação ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional, à impunidade, à Amazônia brasileira, às crianças das favelas, às empresas multinacionais europeias na América Latina.

Acompanhar o povo dos sem-nome, senão o que os unia como vítimas da violência, foi uma das maneiras com a qual tentamos ser parte do caminho desde os subterrâneos até o ar aberto da história que hoje vivemos. E isso certamente não está terminado nem garantido para sempre.

A história do meu longo sonho termina aqui suas palavras. Mas gostaria de despedir-me, confiando num poeta que conta, para que possa pertencer a todos, a antiga parábola da semente.

Todas/os a conhecemos: ela se repete em todo momento e toda terra. Melhor do que qualquer outra, lembra e resume também a história e esperança do futuro que este posfácio gostaria de fazer ao Brasil.

Minúscula e invisível – ela, a semente – que afunda – pisada por tamancos – e escavadeiras, – desliza ao seu redor – escorregando, a lama – e ela – cai até onde – aquela lama endurece –. E aí fixa a sua morada ...

Ela sabe que deve estourar, – apodrecer e estremecer – na exuberância. Põe-se a pensar – e já sente – nascer dentro de si o próximo trigo – campo de ouro-meridiano, ... É mente humana – ou vigilância universal – aquela que o acompanha – em sua agonia – ou é uma ciência mais ampla?

Quem manda? Quem fala? – Não importa quem seja – o autor da vida – a vida também é seu autor. – A vida é ... E aqui, ele não é mais – a sua força o deixa – um indeciso – acumular-se – de matéria viva, o esvazia – da sua vida, para criar raízes – ao solo, se ergue – já tubérculo, já bulbo – já caule primeiríssimo em brotação...

(Mario Luzi, da *Autoritratto*)

Roma, Junho 2014
Linda Bimbi

EU

Este livro foi diagramado pela Editora da UFPB em 2014,
utilizando as fontes Minion Pro
Impresso em papel Offset 75 g/m²
e capa em papel Supremo 90 g/m².